

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

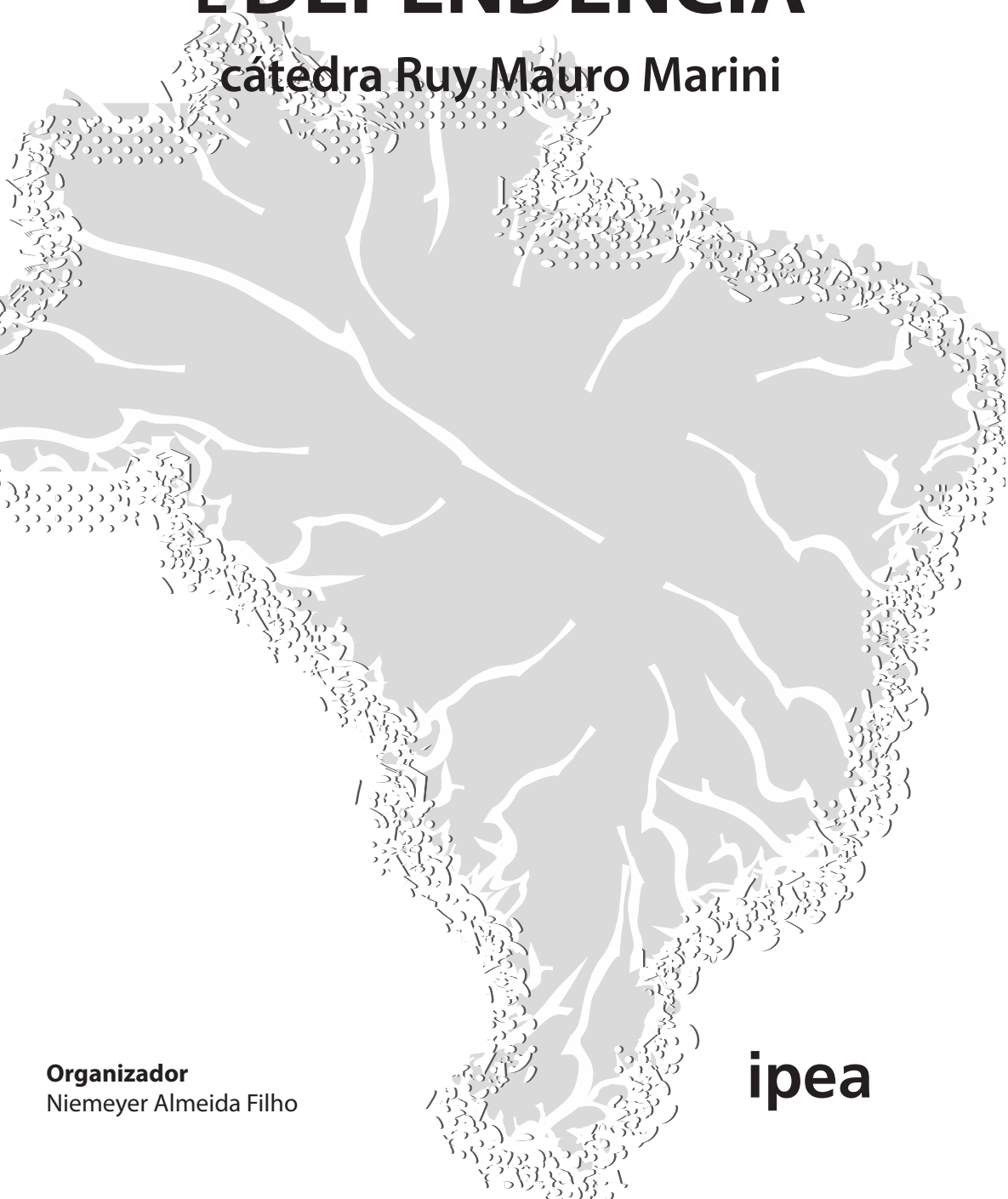
cadeira Ruy Mauro Marini

Organizador
Niemeyer Almeida Filho



DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

cátedra Ruy Mauro Marini



Organizador
Niemeyer Almeida Filho

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

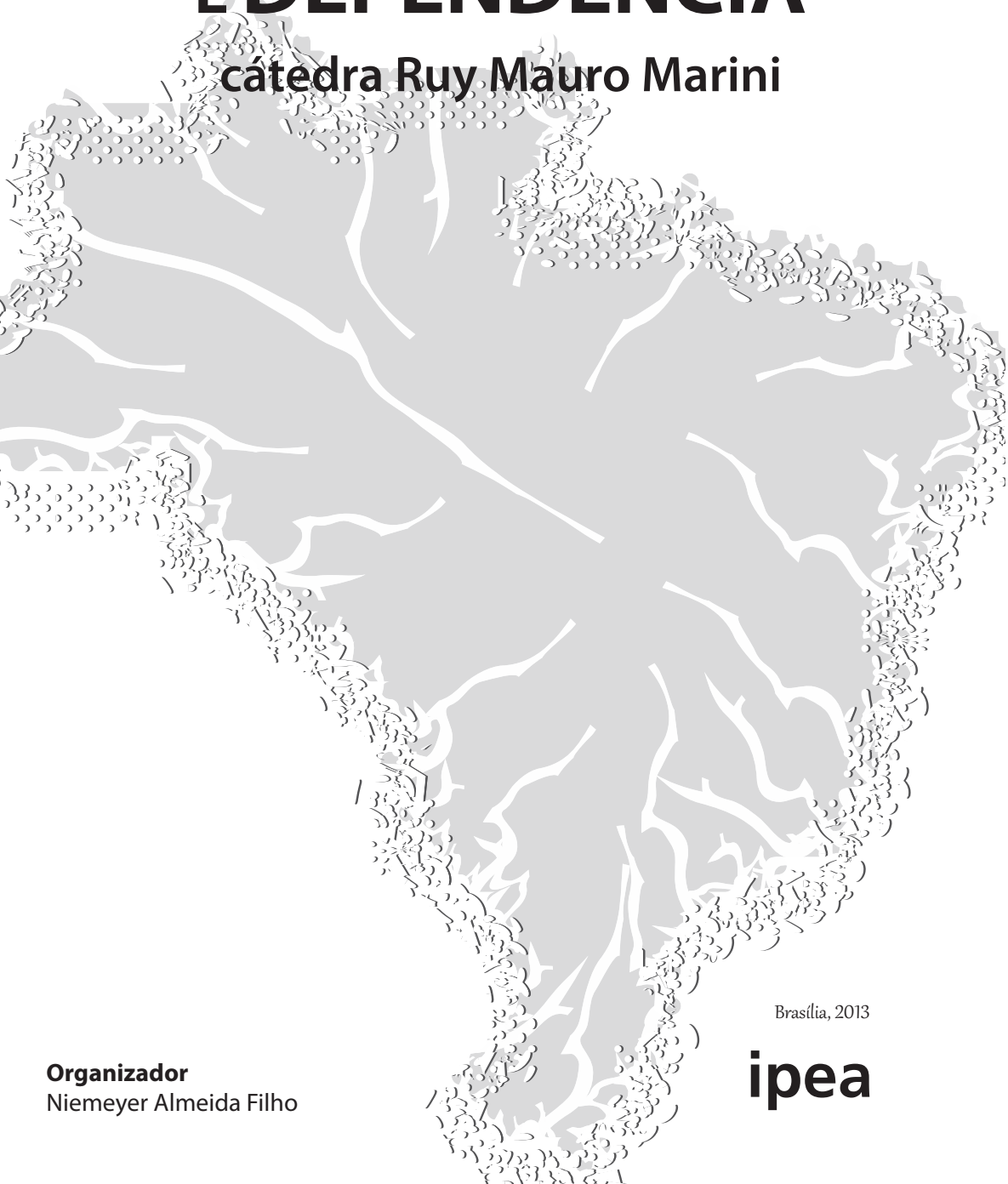
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

cátedra Ruy Mauro Marini



Brasília, 2013

Organizador
Niemeyer Almeida Filho

ipea

Desenvolvimento e dependência : cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador:
Niemeyer Almeida Filho. – Brasília : Ipea, 2013.
233 p. : tabs.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7811-166-3

1. Mão de Obra. 2. Política de Trabalho. 3. Desenvolvimento Econômico.
4. Brasil. I. Marini, Ruy Mauro. II. Almeida Filho, Niemeyer. III. Instituto de
Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 331.01

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 O PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI E SUA ATUALIDADE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS	15
Carlos Eduardo Martins	
CAPÍTULO 2 FUNDAMENTOS DA SUPEREXPLORAÇÃO	49
Jaime Osorio	
CAPÍTULO 3 (IM)PRECISÕES SOBRE A CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	71
Marcelo Dias Carcanholo	
CAPÍTULO 4 EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX E MARINI	99
Carlos Alves do Nascimento Fernando Frota Dillenburg Fábio Maia Sobral	
CAPÍTULO 5 MAIS-VALIA ABSOLUTA E RELATIVA EM MARX E MARINI	125
Tiago Camarina Lopes	
CAPÍTULO 6 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DA HISTÓRIA RECENTE.....	145
Mathias Seibel Luce	

CAPÍTULO 7

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E CONCENTRAÇÃO
DE RIQUEZA: TEMAS FUNDAMENTAIS PARA UMA POLÍTICA
DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO 167
Niemeyer Almeida Filho

CAPÍTULO 8

TEORIA MARXISTA DAS CRISES, PADRÃO DE REPRODUÇÃO
E "CICLO LONGO" 189
Nilson Araújo de Souza

NOTAS BIOGRÁFICAS 231

APRESENTAÇÃO

As profundas transformações ocorridas na década de 2000 no Brasil reacenderam o debate sobre os rumos do desenvolvimento, impulsionado pelo ciclo de crescimento econômico que se associou a características predominantemente inclusivas na distribuição pessoal da renda e na redução do contingente de pobres. Esta dinâmica provocou novos desafios à sociedade, cujas perguntas fundamentais estão sendo formuladas por distintas escolas de pensamento preocupadas com o desenvolvimento nacional.

Nessa pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas, o objetivo do Ipea, como instituição de Estado ligada à Presidência da República, é incentivar a diversidade das interpretações para que os caminhos a serem seguidos levem em conta o maior número e a melhor qualidade de informações possíveis. Por isso, o resgate de pensadores do desenvolvimento nacional, respeitadas as diversas correntes metodológicas e ideológicas que compuseram este debate, ganhou no Ipea um programa especial, chamado Cátedras para o Desenvolvimento, feito em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Este livro é resultado direto da cátedra Ruy Mauro Marini e representa uma atualização do debate sobre o desenvolvimento dependente, vertente teórica do marxismo a que se filiou este importante pensador brasileiro, e na qual fez contribuições decisivas para o pensamento crítico nas décadas de 1960 e 1970.

As questões de Marini e de todos os outros patronos do desenvolvimento brasileiro representam o ponto de partida do desafio contemporâneo de pensar e propor o novo Brasil que se desenha no horizonte histórico. Devemos estar à altura da complexidade que os problemas e contradições do desenvolvimento nacional colocam para a construção efetiva de uma sociedade de bem-estar. Esperamos que o livro possa contribuir para esta difícil e multidisciplinar tarefa.

Boa leitura.

Marcelo Côrtes Neri
Presidente do Ipea

PREFÁCIO

A retomada das questões ligadas ao desenvolvimento econômico, social, humano e sustentável é cada vez mais universal e aprofundada. Tornam-se desnecessárias elaborações sobre o equilíbrio entre variáveis não essenciais para a compreensão e a transformação positiva da vida dos povos. O mundo real herdado da fase hegemônica do pensamento único é uma brutal concentração de gigantescos desequilíbrios cambiais, fiscais, monetários – exatamente o contrário do que a academia tendeu a ensinar aos profissionais que formou em grandes quantidades. Segundo o pensamento único, o livre funcionamento do mercado sem a intervenção estatal sobre as variáveis macroeconômicas básicas garantiria o equilíbrio destas variáveis e o pleno funcionamento da economia. Isto, entretanto, não se verifica no mundo de hoje, de alta concentração tecnológica e produtiva – oriunda da época da revolução científico-técnica – e de colossal monopolização das economias nacionais e da economia mundial. Os Estados nacionais aumentam sua intervenção na economia, com o gasto público alcançando mais de 50% do produto interno bruto (PIB) dos países. Há uma necessidade incontestável do planejamento generalizado da vida econômica, social e política. Nesta conjuntura, as propostas do pensamento único só podiam resultar nesta desrazão que confunde o mundo atual, imerso em uma crise global que alcança todas as dimensões da vida humana e do próprio planeta.

Talvez esta situação histórica explique a volta de um grande setor do pensamento social contemporâneo para os esforços teóricos mais coerentes de pensar o mundo do ângulo de sua transformação e não de sua conservação. Daí a apaixonante aventura intelectual que representa a retomada do fio teórico desenvolvido por Ruy Mauro Marini. Ele tentou e conseguiu, em grande parte, inserir o debate das grandes questões da luta revolucionária em marcha na América Latina nos anos 1960 e 1970 em um campo teórico altamente abstrato, capaz de iluminar os aspectos mais relevantes da realidade latino-americana.

É extremamente positivo encontrar mais uma tentativa de aprofundar essas incursões teóricas de Ruy Mauro; desta vez, sob a forma de uma Cátedra Ruy Mauro Marini que pretende analisar os problemas do desenvolvimento brasileiro à luz das contribuições de um pensador brasileiro de dimensão e influência internacional. O livro que o leitor terá a oportunidade de ler é um levantamento das questões articuladas pela medula do esforço teórico de Ruy Mauro: a questão da superexploração como fundamento das formações sociais dependentes. Lembre-se inclusive que nos seus estudos mais recentes ele encontra uma tendência à superexploração nos setores de ponta do capitalismo mundial.

O capítulo inicial de Carlos Eduardo Martins resume muito bem o caráter universal da contribuição de Ruy Mauro Marini, que, finalmente, vem sendo reconhecida por jovens pesquisadores. Estes redescobrem toda uma escola de pensamento sobre a dependência, o imperialismo e o sistema mundial assentada nos avanços da Revolução Científica e no método dialético que Marx e Engels transformaram em ferramenta fundamental de análise.

Parabéns à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) pela iniciativa de organizar esta cátedra com o apoio de um Ipea renovado, a serviço de uma compreensão sistemática da realidade brasileira. Seguramente, novas iniciativas darão seguimento a este trabalho que desbrava um vasto campo de conhecimento e de transformação social para o pensamento social brasileiro.

Theotonio dos Santos

Professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF)

INTRODUÇÃO

O tema da dependência está novamente na pauta das discussões sobre o desenvolvimento. As razões são diversas, mas aparentemente a principal delas corresponde às transformações inerentes ao capitalismo – a alternância entre períodos de expansão e crises – e, especialmente, à forma do seu processo de desenvolvimento, pois reproduzem estruturalmente contradições internas que ampliam as tensões sociais. Uma destas contradições é a desigualdade no sistema global e também internamente nas sociedades. Esta natureza do capitalismo não é apreendida por concepções metodológicas não holísticas, como o são as concepções keynesiana e neoclássica. Sendo assim, em situações de transição ou crises a perspectiva marxista prevalece e ressurgue com vigor. E, em se tratando de América Latina, uma de suas linhas interpretativas mais influentes é a da teoria marxista da dependência.

A origem histórica das teorias da dependência é conhecida e estudada. Não considerando as influências teóricas e políticas mais remotas, os primeiros resultados são do final dos anos 1960 e início dos 1970, com a publicação dos trabalhos seminais de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Como pano de fundo está a crítica à visão cepalina, modelo hegemônico de interpretação e proposições de políticas de desenvolvimento nos anos 1950 e 1960.

Ainda nos anos 1970, abre-se uma discussão interna a respeito do caráter da dependência, que terá como consequência uma divisão entre a concepção weberiana de Fernando Henrique Cardoso e a concepção marxista de Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. A divisão teve repercussão tão importante que parte dos historiadores – Diana Hunt (1989), por exemplo – passa a se referir ao aporte da dependência, denotando acordo apenas parcial dos estudiosos do tema em relação ao objeto de estudo, porém significativas diferenças metodológicas.

Um dos elementos mais importantes da polêmica que resultou na divisão interna entre as concepções weberiana e marxista diz respeito ao “*status* do conceito de dependência”. Fernando Henrique Cardoso, em textos de autoria individual, ou com a participação de José Serra, apontava “situações de dependência”, isto é, sugeria condições históricas observáveis, porém sem avançar em uma proposição teórica mais profunda. Segundo ele, o conceito de dependência não alcançava a condição de categoria, ou seja, não apreendia um elemento de realidade inerente. Assim, preferia apontar “tipos, ou situações, de dependência”.

A abordagem de Fernando Henrique Cardoso pode ser mais bem compreendida como crítica direta à concepção da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que segundo ele não incorporava o tratamento das classes sociais. Na leitura cepalina, o diagnóstico da condição de dependência focava as relações econômicas no contexto da divisão internacional do trabalho. Desse modo, bastaria uma alteração na configuração das economias nacionais da América Latina para que as inserções internacionais fossem também alteradas. Fernando Henrique Cardoso apontava vínculos relevantes de classe, que impediam transformações no âmbito da economia. E, como corolário, sugeria que estes vínculos pudessem ser de algum modo alterados no plano político.

A vertente da teoria marxista da dependência trilhava outros caminhos; partia da concepção marxista, sem dogmatismo. Esta vertente, marcadamente presente no trabalho de Ruy Mauro Marini, apreendia o desenvolvimento capitalista latino-americano com especificidades relevantes o suficiente para exigir interpretação própria. Além disso, partia da concepção do capitalismo como um sistema global, no qual as inserções históricas das sociedades e economias nacionais cumpriam funções específicas e tendencialmente estáveis. Neste caso, a dependência emergia como uma categoria essencial.

A questão de como formular a condição de dependência esteve sempre no centro das preocupações da teoria marxista da dependência. Segundo Ruy Mauro Marini, esta formulação está centrada na proposição da superexploração da força de trabalho, apreendida no processo histórico do desenvolvimento capitalista. A superexploração é tomada como produto da inserção das economias nacionais latino-americanas na divisão internacional do trabalho, que se forja na Revolução Industrial, especialmente ao longo do século XIX. A inserção destas economias ocorre ainda na condição de colônias, para se consolidar nos seus processos de transição ao capitalismo, inteiramente subordinados à dinâmica global. Desse modo, a superexploração é a tradução política interna nacional das condições específicas de desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana.

Ruy Mauro Marini afirma que, nessas condições, o capitalismo latino-americano é deformado. Isto porque a superexploração aguça contradições que são próprias ao capitalismo enquanto modo de produção. Em particular, a superexploração limita a escala do processo de acumulação nacional, garantindo transferência estrutural de mais-valia, ou de lucros, para o núcleo orgânico do capitalismo, formado pelas economias avançadas. Por sua vez, a transferência amplia a escala de acumulação nestas últimas economias.

Devido a sua formulação, Marini foi amplamente criticado, como nenhum outro autor da teoria marxista da dependência. E, no centro das críticas, esteve recorrentemente o conceito de superexploração do trabalho – ou da força de trabalho.

Desse modo, a retomada crítica da teoria marxista da dependência, por razões expostas no capítulo 4, significa obrigatoriamente retomar as proposições de Marini. Isto foi facilitado pela criação do Programa Cátedras do Desenvolvimento do Ipea, que conferiu apoio direto na forma de bolsa de pesquisa, além de recursos para a realização de atividades de extensão. Este programa estimulou também a criação de um grupo de pesquisa – Grupo de Pesquisa de Estudos do Capitalismo Dependente – no âmbito do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e, posteriormente, a criação do grupo de trabalho sobre teoria marxista da dependência, no âmbito da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Este livro é resultado das atividades realizadas pelo projeto Cátedras, de Niemeyer Almeida Filho, cujo patrono é Ruy Mauro Marini. O apoio do Ipea foi conferido em duas etapas. Na primeira delas, de abril de 2009 a junho de 2010; e na segunda, ainda em curso, de dezembro de 2010 a novembro de 2012. Destaca-se a realização de dois seminários, em abril e maio de 2011, com a presença de parte dos autores dos capítulos deste livro, quando foi possível a discussão profunda das proposições originais e atuais da teoria marxista da dependência, com a presença essencial e marcante de Theotonio dos Santos.

O livro está organizado em oito capítulos. O primeiro deles é de Carlos Eduardo Martins, representante dos novos pesquisadores da teoria marxista da dependência, autor de diversos capítulos e livros sobre o tema. O seu texto serve de introdução ao restante do livro, ao retratar a importância histórica do tema e da contribuição de Marini. Em seguida, os capítulos de 2 a 7 centram-se na discussão da superexploração.

O capítulo 2 foi escrito por Jaime Osorio e trata dos fundamentos teóricos da superexploração. Considerado um dos principais desenvolvedores das ideias de Marini, apontado pelo próprio Marini em suas memórias como um dos seus principais intérpretes, Jaime Osorio discute criticamente a superexploração. Ele conclui sua análise dizendo que “apesar dos erros ou deficiências menores em sua formulação, a superexploração constitui uma categoria teórica central para tornar inteligíveis os processos e as relações que operam no capitalismo dependente e em sua imbricação com o sistema mundial capitalista”. Para ele, “emendar a obra de Marini neste sentido somente tem significação se for para ampliar o horizonte de reflexão por ele aberto, e não para estabelecer rigorismos formais que tornem suas propostas letra morta”.

O capítulo 3, escrito por Marcelo Carcanholo, trata das imprecisões da categoria superexploração, incluindo o seu *status* no contexto da formulação de Marini do capitalismo dependente latino-americano. O capítulo 4, escrito por Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fabio Maia Sobral,

investiga como o tema da superexploração aparece na obra de Marx, sobretudo na obra *O Capital*, comparando-o com a forma pela qual ele é discutido em Marini. O capítulo 5, escrito por Tiago Camarinha Lopes, discute os conceitos de mais-valia relativa e absoluta em Marx, mostrando em seguida como estas categorias são apropriadas por Marini. O capítulo 6, de autoria de Mathias Seibel Luce, mostra como a categoria superexploração é relevante para uma análise crítica das relações de produção vigentes no capitalismo brasileiro. A preocupação é operacionalizar esta categoria para o estudo de situações concretas.

E fechando este grupo de capítulos vem o capítulo 7, escrito por Niemeyer Almeida Filho. Neste é discutida a superexploração como categoria relevante para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O capítulo 8 completa esta coletânea e é especial, pois se trata em essência de um capítulo da tese de doutorado de Nilson Araújo de Souza, ainda inédito, orientada por Ruy Mauro Marini. A tese foi defendida em 1980 na Facultad Nacional de Economía da Universidad Nacional Autónoma de México. O texto é parte integrante do marco teórico-metodológico da tese intitulada *Crises y lucha de clases en Brasil – 1974/1979*. O próprio título do capítulo indica o conteúdo: teoria marxista das crises, padrão de reprodução e “ciclo longo”. Além da importância do conteúdo da tese e do capítulo, a incorporação dele nesta coletânea visa somar elementos teóricos à discussão da dinâmica capitalista, uma das preocupações principais.

Finalmente, ressalta-se a importância do conteúdo deste livro para a discussão do tema do desenvolvimento dependente no Brasil. Nele estão postos elementos teóricos de uma interpretação crítica do desenvolvimento brasileiro, considerados fundamentais para uma avaliação das possibilidades efetivas de desenvolvimento social. Além disso, o livro pode se somar a outras importantes obras de retomada do tema da dependência, particularmente na vertente da teoria marxista da dependência.

Niemeyer Almeida Filho

Professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

REFERÊNCIA

HUNT, D. **Economic theories of development**: an analysis of competing paradigms. London: Harvest Wheatsheaf, 1989.

O PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI E SUA ATUALIDADE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Carlos Eduardo Martins

1 APRESENTAÇÃO

A obra de Ruy Mauro Marini constitui-se em uma das mais importantes e originais do pensamento social e do marxismo no século XX. Bastante difundido na América Latina, o pensamento de Marini é, ainda, paradoxalmente, pouco conhecido no Brasil. Várias são as razões que contribuem para isto. Pode-se enumerá-las.

A primeira tratou-se do golpe militar de 1964 que o apartou do país no seu nascedouro, antes que Marini desenvolvesse grande parte de sua produção. Os ecos da ditadura permaneceram depois de efetuada a anistia política, que, no caso de Marini, apenas se estendeu ao campo profissional em 1987, quando se reintegrou à Universidade de Brasília (UnB), da qual fora expulso pelos militares. A segunda foi a derrota dos movimentos revolucionários na América Latina, nos anos 1970, o que permitiu a rearticulação da ofensiva conservadora, limitando o isolamento ideológico das ditaduras. A terceira razão tratou-se do fato de que a estratégia burguesa de redemocratização articulou um novo consenso ideológico e encontrou campo de atuação específico nas ciências sociais. A Fundação Ford, em particular no Brasil, cumpriu papel bastante importante, buscando a constituição de uma comunidade acadêmica emergente capaz de dirigir a base econômica que esta havia gerado em contexto democrático. Substituiu-se o enfoque transdisciplinar, que havia caracterizado o pensamento latino-americano dos anos 1950, 1960 e 1970, pelo analítico, que fragmentou as ciências sociais em disciplinas autônomas e desautorizou intervenções globais nas sociedades, limitando-se a gerenciar e acomodar dimensões sistêmicas específicas. Economia, política, história, sociologia, antropologia e relações internacionais tornaram-se “proprietárias” de dimensões determinadas da realidade, rechaçando a socialização de seus objetos de conhecimento. Fernando Henrique Cardoso foi pioneiro na articulação do papel que a Fundação Ford exerceu no Brasil e na América Latina. O resultado foi a formação de uma comunidade acadêmica liberal, comprometida com a dominação burguesa e subordinada à hegemonia estadunidense, mas que rechaçava a ditadura e, em menor grau, o imperialismo, enquanto formas políticas de exercício do poder. Esta comunidade consolidou posições na universidade brasileira e

nos meios de comunicação de massa e se opôs à reintegração do enfoque latino-americano à cultura política brasileira. A publicação no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), financiado pela Ford, de uma crítica de Cardoso e José Serra à obra de Marini – sem a resposta do autor, durante a vigência da ditadura, censurando o debate ocorrido no México – contribuiu para distorcer a obra de Marini no Brasil. Finalmente, o sucateamento das universidades públicas pela ofensiva neoliberal dificultou a reconstrução de ciência social articulada ao interesse das grandes majorias. Mas são exatamente as crises econômica, social, política e ideológica do neoliberalismo que impulsionam a releitura da obra deste autor para refletir sobre os dilemas da atualidade.

A obra de Marini desenvolve quatro temas de grande importância.

Em primeiro lugar, a economia política da dependência, que, a partir dos anos 1990, se converte em economia política da globalização. O segundo grande tema da obra de Marini é a análise do modelo político latino-americano. O socialismo enquanto movimento político, experiência estatal e civilizatória tem presença destacada na obra do autor. O quarto tema de grande relevância na obra do autor é o pensamento latino-americano, cujas principais correntes sistematiza e analisa na década de 1990, tendo-se em vista a tarefa de sua revisão crítica para atender aos desafios do século XXI.

2 A ECONOMIA POLÍTICA MARINIANA

Pode-se situar entre 1969 e 1979 a primeira fase de desenvolvimento da economia política formulada por Marini. Esta se desenvolve a partir de um conjunto de textos do autor: *Dialética da dependência* (Marini, 1973); *As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a F. H. Cardoso e J. Serra* (Marini, 1978b); *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (Marini, 1979b) e *O ciclo do capital na economia dependente* (Marini, 1979a). A estes textos, pode-se acrescentar *Subdesenvolvimento e revolução*, principalmente o prefácio à 5ª edição (Marini, 1974). *Dialética da dependência* é o texto mais famoso, mas não é o único, nem necessariamente o mais importante. Lança as bases de uma economia política da dependência que será aprofundada mais adiante e torna-se-á objeto de grandes polêmicas; entre as quais, destacam-se as com Cardoso e Serra, de um lado, e com Agustín Cueva, de outro. Nos anos 1990, o autor inicia a segunda fase de sua economia política, centrada, sobretudo, em seu texto, *Processos e tendências da globalização capitalista* (1996).

Quais são as teses principais da economia política da dependência formulada por Marini?

O autor parte da compreensão do capitalismo como sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais

distintos de acumulação. Este sistema cria centros mundiais da acumulação de capital e regiões dependentes em processo global de transferência de valor que tende a retroalimentar esta polarização. Enquanto os centros tendem, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, a gravitar para a mais-valia relativa, os países dependentes fundamentam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho.

A superexploração caracteriza-se pela queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Esta se desenvolve por meio de quatro mecanismos: a elevação da jornada ou da intensidade de trabalho sem a remuneração equivalente ao maior desgaste do trabalhador; a redução salarial; ou, finalmente, o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho.¹ Estes mecanismos podem se desenvolver isoladamente ou de maneira combinada, de acordo com a fase em curso de acumulação de capital, mas representam maior desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, o esgotamento prematuro e a limitação da sua força de trabalho, em condições tecnológicas determinadas.

E porque a superexploração seria a característica específica da acumulação dos países dependentes? A resposta de Marini o leva à teoria geral da acumulação de capital para buscar no capitalismo dependente suas condições específicas de atuação, seguindo estritamente o método marxista de mover-se do abstrato para o concreto. Para o autor, a inovação tecnológica e a mais-valia extraordinária estão ligadas prioritariamente ao segmento de bens de consumo de luxo. Este tema é abordado com detalhe em Marini (1979b), desenvolvendo problemática abordada, inicialmente, em Marini (1973). Neste artigo, o autor preocupa-se com a mais-valia extraordinária, ultrapassando o plano de análise do capitalista individual no interior de seu ramo para situar-se no intersetorial, ao perguntar-se qual setor é capaz de sustentar seu estabelecimento de maneira sistemática.

A mais-valia extraordinária desvaloriza individualmente as mercadorias, mas mantém seu valor social, uma vez que está fundada no monopólio tecnológico, ampliando a massa física de mercadorias. Sua realização, quando se converte em lucro extraordinário, exige, portanto, demanda ampliada. Esta demanda não

1. Esse último mecanismo não é citado explicitamente por Marini (1973), quando especifica as variáveis que constituem a superexploração, mas está claramente presente em seus escritos, como atesta esta passagem de *As razões do neodesenvolvimentismo*:

"(...) las necesidades sociales son tan fundamentales como las estrictamente físicas para la reproducción de la fuerza de trabajo, acorde a las exigencias que plantea el mercado de trabajo y el mismo desarrollo de las fuerzas productivas. El obrero debe presentar, por ejemplo, el nivel mínimo de calificación (o educación) exigido, para poder vender su fuerza de trabajo, del mismo modo como no puede prescindir del radio, e incluso de la televisión, cuando estos medios de comunicación se generalizan sob pena de convertirse en un bruto, por debajo de nivel cultural de la sociedad en que debe vivir y producir.

Resumiendo: es posible afirmar que, pese al deterioro del salario real, el obrero ha visto aumentar el valor de su fuerza de trabajo, haciendo aún más dramática la brecha creciente entre dicho valor y el ingreso real que percibe" (Marini, 1978b).

pode ser impulsionada pelos bens de consumo necessários, pois isto suporia a transferência da mais-valia apropriada à força de trabalho, sob a forma de aumento dos custos do trabalho ou queda de preços, destruindo total ou parcialmente o lucro extraordinário. Esta é proporcionada, preferencialmente, pelos bens de consumo de luxo e seus insumos produtivos: sua base material é a economia relativa de trabalho estabelecida pela inovação tecnológica que desloca demanda dos trabalhadores ao capital.

A mais-valia extraordinária, que move a inovação tecnológica, apresenta importante contradição com a relativa. De modo diferente desta, não amplia a produção de mais-valia. Representa apenas uma nova repartição da massa de mais-valia disponível, pois não desvaloriza socialmente a mercadoria. Concentra-se no setor de bens de consumo suntuários, desvinculando o progresso técnico da desvalorização da força de trabalho e dos bens de consumo necessários que o trabalhador utiliza para reproduzi-la.

Foi exatamente essa tendência a desvincular o dinamismo do progresso técnico dos bens de consumo necessários que levou o capital a desenvolver o mercado mundial como importante fundamento de seu modo de produção e da revolução industrial. Concentrou-o em torno de 20% a 25% da humanidade – Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e as elites da periferia e da semiperiferia –, ampliando o tipo de demanda que lhe permitirá manter o valor social da mercadoria independentemente da redução de seu valor individual. Esta configuração da demanda mundial, impulsionada pela inovação tecnológica e por seus efeitos distributivos, foi um dos fatores que esteve na base da secular deterioração dos preços dos produtos primários e básicos *vis-à-vis* os manufaturados e de luxo.

Diante da apropriação de mais-valia fundada no dinamismo tecnológico do segmento de bens de consumo suntuário, o segmento de bens de consumo necessário busca reagir. Duas são as formas de fazê-lo: a primeira, própria dos países centrais, é neutralizar parcialmente o monopólio do setor de bens de consumo de luxo pela via da competição tecnológica. Para isto, é necessário certo grau de homogeneidades tecnológicas intersetorial e social. Este processo permitirá inicialmente ao empresário individual que atua no segmento de bens necessários alcançar a mais-valia extraordinária em seu interior. Mas, ao se generalizar neste segmento, a competição tecnológica, os monopólios intrasetoriais reduzir-se-ão e as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho desvalorizar-se-ão socialmente, produzindo mais-valia relativa. A outra forma é mediante a superexploração do trabalho. Incapaz de neutralizar até mesmo relativamente os efeitos deletérios do monopólio tecnológico sobre sua taxa de lucro, o setor de bens de consumo necessário recorre à superexploração do trabalho para restabelecê-la, elevando a taxa de mais valia e a taxa média de lucro, movimento que não se pode fazer sem a destruição e concentração de capitais neste ramo.

Esta situação ocorre quando a parte constituída pela massa de valor referente à produção de mais-valia do setor de bens de consumo necessário for inferior àquela representada pela apropriação que sofre. Para isto se estabelecer, são necessárias duas condições: a produtividade e/ou dinamismo neste segmento ser inferior à metade daquela no segmento de bens de consumo suntuário; e este, por sua vez, determinar as condições médias de produção em proporção ao menos equivalente ao segmento de bens necessários.²

Essa segunda situação configura a condição típica de dependência. Nesta, a tecnologia estrangeira entra aos saltos, concentrando-se no segmento de bens de consumo suntuários, e limita drasticamente a capacidade de resposta local. Isto ocorre em função da conjunção de dois fatores: das assimetrias tecnológicas presentes na economia mundial e do controle do Estado nos países dependentes por segmentos dos capitais locais que buscam o lucro extraordinário e utilizam-se, para isto, da tecnologia estrangeira, internalizando a especialização produtiva complementar à estabelecida pelo grande capital internacional em seus Estados nacionais de origem. A tecnologia estrangeira dirige-se, inicialmente, prioritariamente à produção de bens que desvalorizam os capitais constante, circulante e variável nos países centrais e, posteriormente – durante a industrialização dos países dependentes, sem eliminar esta primeira orientação –, preferencialmente ao consumo suntuário interno. A superexploração não atinge evidentemente apenas o segmento de bens necessários. Generaliza-se na formação social. Esta recompõe a taxa de lucro das empresas do setor de bens de consumo suntuário que sofrem assimetrias tecnológicas e as taxas de lucro das filiais das empresas estrangeiras que transferem excedentes para proprietários não residentes e lideram o dinamismo tecnológico. Cristaliza-se um segmento monopólico da burguesia nacional, associado à tecnologia estrangeira, que auferem altas taxas de mais-valia e de lucro, beneficiando-se do mercado de trabalho regido pela superexploração para projetar-se nacional e internacionalmente.

O setor monopólico da burguesia dependente, representado pelo grande capital internacional e nacional, tem a base de sua mais-valia extraordinária no monopólio setorial que exerce na economia dependente e transfere para os capi-

2. Em *Superexploração do trabalho e economia política da dependência* (Martins, 2009), apresenta-se um modelo matemático que situa na teoria marxista do valor as condições em que a superexploração atua tanto intrasetorialmente, no setor de bens de consumo suntuário, ou intersetorialmente, sobre o segmento de bens de consumo necessário. Vê-se que a situação de total neutralização da apropriação de mais-valia é aquela na qual a tendência monopólica é anulada e o dinamismo tecnológico do segmento de bens de consumo necessário corresponde em 100% ao do setor de bens de consumo suntuário. De modo contrário, a situação de maior apropriação de mais-valia é aquela em que o segmento de bens de consumo necessário não apresenta dinamismo tecnológico, sujeitando-se à apropriação de mais-valia oriunda da expansão do setor de bens de consumo de luxo. Finalmente a situação de equilíbrio é aquela em que a produtividade e/ou dinamismo do setor de bens de consumo popular equivalem à metade daqueles do setor de bens de consumo suntuário. A superexploração atua no intervalo em que o dinamismo/produtividade do setor de bens de consumo necessário se estende até a metade do dinamismo/produtividade do setor de bens de consumo suntuário, quando este determinar, em proporção ao menos equivalente àquela, as condições médias de produção, em razão dos efeitos desta proporcionalidade sobre a apropriação da massa de mais-valia. Está-se desprezando os efeitos da elevação da composição orgânica do capital que tende a ampliar este limite.

tais de composição social média³ ou inferior as perdas que sofre por sua inserção mundial dependente. Estas se manifestam na deterioração dos termos da troca, nas remessas de lucros e nos pagamentos de juros/amortização de dívidas ou de serviços tecnológicos, comerciais e financeiros internacionais.

Os investimentos do segmento de bens de consumo necessários passam a estar vinculados:

- 1) À expansão demográfica do número de trabalhadores incorporados ao processo de trabalho e ao assalariamento, mantido o nível médio dos salários.
- 2) Ao aumento da jornada de trabalho, de sua intensidade ou da qualificação da força de trabalho, e do coeficiente representado por seu múltiplo, ainda que a superexploração limite, em parte ou na totalidade, a expressão do maior desgaste ou do aumento do valor da força de trabalho nos seus preços.
- 3) À elevação do valor moral e histórico da força de trabalho, variável esta limitada pela própria superexploração, que lhe restringe as condições específicas de formação ao colocar fortes restrições ao desenvolvimento social e político dos processos democráticos.
- 4) À desvalorização dos bens de consumo suntuários em função da competição permanente para fixação da mais-valia extraordinária.⁴ Esta desvalorização pode incluir muito lentamente parte destes bens de consumo na esfera do consumo popular – principalmente durante os ciclos longos de expansão do capitalismo quando as inovações tecnológicas se difundem – desde que o aumento do valor da força de trabalho eleve parcialmente os salários para incorporar mercadorias mais caras que as tradicionalmente pertencentes à esfera de consumo popular. Trata-se de um processo distinto da forma de ampliação do consumo típica

3. Em uma economia com presença monopólica estruturante, os capitais de composição média nivelam-se abaixo das condições sociais médias de produção.

4. O tema da desvalorização dos bens de consumo suntuários em função da concorrência pela mais-valia extraordinária aparece claramente em *Mais valia extraordinária e acumulação de capital* (1979b) e em *Ciclo do capital na economia dependente* (1979a): "Em consequência, a possibilidade de que a mais-valia extraordinária de IIB se traduza em lucro extraordinário não se vê limitada em princípio pelo mercado, mas tão somente pela competência entre os capitais e sua migração de ramo" (Marini, p. 29 1979b). "No caso de que (suponhamos por um queda do preço internacional do equipamento que A utiliza) B iguale seu nível tecnológico, a superioridade em termos de magnitude de capital que detém lhe dá condições para responder de imediato introduzindo outro progresso tecnológico que baixando o custo de produção lhe restabeleça o lucro extraordinário."

Em *Dialética da dependência* (1973), trabalho brilhante e seminal que lança muitos dos supostos do pensamento de Marini, nem tanto, o que envelheceu parcialmente certas passagens: "Para isso concorreu decisivamente a vinculação de as novas técnicas de produção a ramos industriais orientados para certos tipos de consumo que, se tendem a converterem-se em consumo popular nos países avançados, não podem fazer baixo nenhum suposto nas sociedades dependentes. O abismo existente ali entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação faz inevitável que produtos como automóveis, aparatos eletrodomésticos etc. se destinem necessariamente a esta última" (Marini, 1973, p. 72).

da mais-valia relativa, em que a expansão do consumo se estabelece pela desvalorização dos bens de consumo necessários. Tais bens poderão, entretanto, ser novamente retirados da esfera de consumo popular, se os mecanismos de queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor se acentuam.

Nos anos 1990, Marini (1992; 1996) volta-se para a globalização capitalista, buscando analisar seus fundamentos.⁵ Ele afirma que a superexploração, então característica da periferia, se generaliza para os centros do sistema mundial. Para explicar este movimento, o autor aponta as duas novas formas de obtenção de mais-valia extraordinária no capitalismo globalizado: o monopólio da ciência e do trabalho intensivo em conhecimento; e a descentralização das tecnologias físicas, que perdem seu lugar estratégico na divisão internacional do trabalho e são transferidas para a periferia e a semiperiferia na busca do trabalho superexplorado. Este passa a produzir mercadorias para a economia mundial que competem parcialmente com a especialização produtiva dos centros, utilizando tecnologias com alta produtividade. O resultado é a tendência a nivelar a composição técnica do capital no mundo, mediante reorganização da divisão internacional do trabalho que cria um novo monopólio, de dimensões globais, capaz de impor significativas assimetrias à burguesia de base estritamente nacional dos países centrais. Esta, em consequência, recorre à superexploração em face de sua incapacidade de restabelecer suas taxas de lucro por meio do dinamismo da corrida tecnológica.

O outro tema de importância central na economia política mariniiana é o subimperialismo, que apresenta duas dimensões: a econômica e a política. No nível econômico, torna-se a alternativa mais dinâmica para a realização de mercadorias, uma vez que a composição orgânica do capital nos países dependentes atinja nível médio, com a introdução da indústria de bens de consumo e duráveis na região. A elevação das escalas produtivas encontra limites de realização em formação social baseada na superexploração. Estes podem ser ultrapassados apenas parcialmente com a transferência de renda para os segmentos vinculados ao consumo suntuário, pois a disponibilidade de renda para o consumo não é garantia de que este venha a ocorrer, uma vez que a mercadoria deve representar valor de uso para quem a compra. A demanda estatal, outra forma de realização de mercadorias, encontra limites na oposição dos monopólios privados à construção de um poderoso capitalismo de Estado, centrado nas empresas estatais e almejando ampliar a autonomia tecnológica. O risco desta alternativa, que mobi-

5. Para Marini (1992), a globalização capitalista significa movimento em direção à mundialização da lei do valor e ao nivelamento das taxas de lucro que é impulsionado pela apropriação da revolução técnico-científico pelo capital.

lizou segmentos do setor militar e da burocracia estatal, foi uma das razões para que o grande capital deslocasse seu apoio às ditaduras para a transição rumo a democracias controladas pelas elites burguesas.

O subimperialismo, como teorizado por Marini nos anos 1970, caracteriza-se do ponto de vista econômico pelo alto dinamismo das exportações de mercadorias – em particular, as manufaturas –, pela exportação de capital e pelo controle regional de matérias-primas e suprimentos energéticos. O movimento de desdobramento internacional ocorreria, sobretudo, em direção a outros países dependentes, de quem os países subimperialistas se candidatariam a ser subcentros integradores. Para Marini (1977), na América Latina, dos três países em condição de desenvolver trajetória subimperialista – Brasil, Argentina e México –, apenas o primeiro teria possibilidades de exercê-la.

A autonomia dos centros subimperialistas seria limitada pelo imperialismo, do qual dependeria tecnologicamente e ideologicamente. Todavia, este limite não impediria o estabelecimento de importantes contradições no processo de acomodação entre países subimperialistas e imperialistas. A afirmação do subimperialismo dependeria de política estatal que utilizasse as possibilidades internacionais da passagem da unipolaridade para a integração hierarquizada, quando o grande capital internacional restabelece sua autonomia relativa frente ao Estado norte-americano e desenvolve a transição para a hegemonia compartilhada.⁶ Sua maior expressão regional foi o aparato tecnomilitar construído pelas ditaduras latino-americanas. Entretanto, vários fatores restringiram as possibilidades do subimperialismo, sem necessariamente eliminá-lo: o apoio do capital internacional aos processos de redemocratização em face das pretensões de potência das ditaduras militares; a centralização financeira mundial impulsionada pelos Estados Unidos nos anos 1980, que colapsou a base financeira dos projetos de modernização latino-americanos e sua pretensão de internalizar a indústria pesada apoiada no crédito internacional; e a internacionalização de processos produtivos e mercados internos por meio do neoliberalismo (Marini, 1992; 1996).

3 O MODELO POLÍTICO LATINO-AMERICANO E A QUESTÃO DO SOCIALISMO

Marini dedica-se à teorização do modelo político latino-americano. Um de seus principais aportes neste campo é o conceito de Estado de contrainsurgência, cuja emergência, desenvolvimento e crise, analisa (Marini, 1978a; 1992; 1995).

6. Ver Marini (1977). A literatura sobre a transição da hegemonia unipolar para a compartilhada, como parte de crise de hegemonia mais ampla, é hoje bastante abundante. Esta se inicia nos anos 1970, em torno à quebra do padrão ouro-dólar, assumindo projeção na teoria da dependência, com as obras de Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, e na teoria do sistema mundial, com as obras de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank e Beverly Silver. Abordamos esta temática em meu livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011) e em diversas obras coletivas.

Esta forma de Estado encontra condições objetivas para seu desenvolvimento a partir da integração dos sistemas produtivos latino-americanos mediante o investimento direto estrangeiro. Esta integração aprofunda a monopolização do capital e a superexploração do trabalho, gera dialeticamente um movimento de massas que pressiona os limites conservadores do pacto populista e é enfrentado internamente pelo conjunto da burguesia e do setor militar, sob a inspiração e o auxílio da estratégia norte-americana de contrainsurgência. Estes segmentos aproveitam as debilidades do movimento popular, sob liderança populista e reformista, para derrotá-lo. Esta doutrina apresenta identidades e diferenças para com o fascismo, uma vez que ambas são formas específicas da contrarrevolução: se, de um lado, como o fascismo se propõe a aniquilar o inimigo, impedindo-o de seguir fazendo oposição, de outro, sugere restabelecer a democracia burguesa, superado o período de crise e exceção. A incapacidade de formar uma base de massas pequeno-burguesas, em função seja da proletarização destas camadas, seja da amplitude da superexploração ou da desnacionalização implementada pela economia política da contrainsurgência, privilegia as forças armadas como pilar do golpe de Estado e da ditadura a ser implementada e acentua as diferenças para com o fascismo.

O Estado de contrainsurgência não se restringe necessariamente à forma ditatorial. Habilita-se a construir democracias sob tutela, configurando aparatos militares e econômicos fora do controle do poder legislativo que o constituem como Estado corporativo da burguesia monopólica e das forças armadas. Esta evolução se instituiu durante a transição democrática, o que o autor chama de Estados de quarto poder, quando o grande capital e o aparato repressivo pretenderam institucionalizar democracias vigiadas e sob controle. Dois fatores limitaram a fórmula do Estado de quarto poder: a recomposição dos movimentos sociais que estabeleceram forte ofensiva pela ampliação da democratização nos anos 1980 e as fraturas provocadas pelo neoliberalismo no bloco burguês-militar que sustentou o Estado de contrainsurgência. O neoliberalismo impulsionou a reconversão do setor produtivo latino-americano, destruindo parcialmente segmentos de maior valor agregado, impondo fortes desnacionalizações produtiva, comercial e financeira e endividamento estatal. Tal processo confrontou as pretensões de afirmação nacional dos militares; notadamente, a média e a baixa oficialidades, menos articulada ao grande capital.

Para o autor, as democracias liberais na América Latina assentam-se sobre grande fragilidade institucional. A superexploração do trabalho implica altos níveis de desigualdade de renda e propriedade, além de importante pobreza estrutural, entrando em contradição com a ideologia liberal que promete progresso material e liberdade aos indivíduos. Esta não pode ser combatida eficazmente por meio dos mecanismos da democracia representativa, que supõem a passividade

das grandes maiorias da população e dão margem a importantes retrocessos em conquistas acumuladas na economia política do trabalho. Um projeto político comprometido com mudanças sociais substantivas, como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, implica a organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais como sujeito político. Em suas formas mais avançadas e orgânicas, implica a ultrapassagem da democracia parlamentar em direção à participativa, o que inclui a socialização da gestão de empresas, do Estado e da sociedade em geral, configurando amplo processo de emergência de subjetividade popular. Este tema foi tratado por Marini (1976), em *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre el Chile*, ao abordar a questão da dualidade de poderes, em que menciona o choque entre as dinâmicas social e política da classe trabalhadora e a institucionalidade burguesa-liberal, centrada na burocracia e na representação política. O grande capital e suas lideranças recorrem ao Estado de contrainsurgência para destruí-la, mas, para isto, necessitam recuperar a iniciativa política, apoiando-se nas debilidades organizacionais da classe trabalhadora. A introdução de reformas sociais de conteúdo popular colide com a resistência do grande capital, apoiado por parcelas significativas dos setores médios e da pequena burguesia, e tende a desdobrar-se em capitalismo de Estado ou em formas de transição ao socialismo. Para o autor, as possibilidades de autonomia do capitalismo de Estado são limitadas e o provável a médio prazo é sua evolução ao socialismo, ou seu desmonte pela imposição do Estado de contrainsurgência.

Em seu artigo, *Duas notas sobre o socialismo* (1993), Marini aponta o caráter histórico, provisório e limitado das formas iniciais do Estado socialista. Tal como o capitalismo surgiu no século XVI, a partir do controle do Estado pelo capital comercial e bancário, sem ter suas forças produtivas plenamente desenvolvidas, o socialismo é uma forma de transição para uma sociedade superior, que surge em situação de escassez, no século XX, sem os elementos para estabelecer plenamente suas formas políticas, econômicas, sociais e culturais. O capitalismo demorou quase trezentos anos para transformar o controle econômico sobre o Estado absolutista nas condições materiais para o desenvolvimento de suas forças produtivas ou de sua revolução política e cultural, afirmando o Estado liberal e o primado do indivíduo sobre as corporações. Dessa forma, o controle político dos trabalhadores sobre o Estado não implica simultaneamente o desenvolvimento das formas societárias vinculadas ao modo de produção comunista. Mas a aceleração tecnológica, provocada pelo próprio capitalismo, permite reduzir significativamente este período de transição. O desenvolvimento do socialismo implica o estabelecimento de forças produtivas centradas no homem. Estas se baseiam no trabalho intelectual, na mundialização dos processos produtivos, no nivelamento tecnológico internacional e na democracia radical, em que o governo da maioria desloca da coerção para a persuasão o princípio central de exercício do poder.

Segundo o autor, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas em que se estabeleceram as experiências socialistas do século XX gerou um conjunto de importantes distorções concernentes à potencialidade desta formação social. Os mais importantes são a substituição do proletariado e de segmentos populares pelo partido como sujeito histórico e a tentativa de suprimir o mercado, quando os níveis de desenvolvimento das relações sociais não permitiam fazê-lo sem afetar substancialmente o dinamismo econômico e a eficiência. Para Marini (1993), a revisão do socialismo, no século XXI, deveria implicar simultaneamente a democratização e a descentralização da gestão aos trabalhadores e o restabelecimento dos mecanismos de mercado, em que se revelassem necessários à eliminação da escassez. Deveria ainda aprofundar sua internacionalização, desdobrando-se do plano nacional para o regional e o mundial. Na América Latina, a dimensão regional do socialismo afirmaria as nacionalidades e corresponderia ao nível mais amplo de desenvolvimento das forças produtivas introduzidas pela globalização, viabilizando a integração à economia mundial e a preservação de soberanias e princípios internos de organização.

Marini (1993) sustenta que a relação entre democracia e socialismo é contraditória. Em seu sentido pleno, o socialismo significa a máxima realização da democracia, entendida como governo exercido pelas maiorias, centrado na persuasão. Entretanto, esta alternativa depende do desenvolvimento das bases materiais, sociais, políticas e morais do socialismo, enquanto Estado ou movimento social. O fortalecimento da alternativa socialista poderia significar a aproximação do processo revolucionário à via pacífica, implicando política de alianças no seio das classes trabalhadoras – diversos segmentos do proletariado e do campesinato – e de tolerância à burguesia, que resultaria em pluralismo, sob a liderança política e ideológica dos trabalhadores. De modo contrário, à maior debilidade do socialismo, corresponderia o fortalecimento da coerção e do afastamento da alternativa democrática. Neste contexto, a democracia poderia representar sua dissolução. Entretanto, o deslocamento excessivo à coerção implicaria outra forma de ameaça ao projeto socialista, trazendo o risco de ruptura interna do partido com a meta de transição ao comunismo. O restabelecimento da burocracia, sob forma socialista, se combinado com a supressão do mercado, pode levar a problemas para o desenvolvimento econômico. A capacidade do poder central de alocar recursos com eficiência, eficácia e efetividade encontra restrições nas limitações dos instrumentos de medição da utilidade social de produtos e serviços. Para Marx, o mercado é apenas parcialmente superado pelo desenvolvimento da burocracia como forma de alocação de recursos. Em verdade, tende a combinar-se com esta para desenvolver-se. Apenas a democratização e a socialização do poder terão a capacidade de articular-se com as instâncias centrais de decisão e substituir o mercado como instrumento de medição da utilidade social de produtos e serviços.

Em sua análise sobre o Estado, Marini (1978a; 1992; 1995) distingue dois níveis de poder: o das instituições sociais por intermédio das quais uma classe constrói suas relações de dominação e o de sua síntese no aparato jurídico-político institucional, mediante o Estado, que exerce ditadura fundada na coerção, representada na lei. Para o autor, há relação dialética entre estas duas dimensões. O aparato jurídico-político estatal expressa e fundamenta relações de dominação entre as classes sociais que só podem de fato ser transformadas com mudanças na estrutura deste aparelho coercitivo. Estas mudanças, por sua vez, não podem ser impostas unilateralmente de cima para baixo e dependem de transformações que se desenvolvem até certo ponto no seio da própria sociedade, que, ao fazê-lo, é capaz de sustentá-las e desenvolvê-las no âmbito do aparato jurídico-político estatal. A democracia parlamentar articula-se à burocracia como modelo de gestão, ao despotismo da subsunção formal e real do trabalho ao capital e à passividade político-social das massas, cuja atividade se circunscreve ao exercício periódico do voto, não constituindo forma política adequada para a construção do socialismo. A transição democrática ao socialismo requer a construção de institucionalidade que rompa com o despotismo do capital, transfira aos trabalhadores os mecanismos de direção social e política e os represente publicamente no aparato estatal. A forma pacífica desta transição depende da penetração da ideologia socialista, democrática e popular em segmentos do aparato repressivo do Estado, capazes de neutralizar, neste e no conjunto da sociedade, a rebelião burguesa ao desenvolvimento dos mecanismos de participação social. Entretanto, o autor ressalta que a violência está presente até mesmo na transição pacífica: impõe-se a socialização dos meios de produção e do excedente econômico, ainda que este processo possa combinar-se com a preservação das burguesias pequena e média (Marini, 1976).

4 A CONTRIBUIÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL E O DEBATE NO INTERIOR DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Nos anos 1990, o autor dedica-se a um balanço do pensamento social latino-americano e de sua obra. Ao analisá-la, inscreve-a no âmbito da segunda floração marxista da teoria da dependência, dos anos 1960 e 1970, que seguiu a dos anos 1920. Nessa década, autores como José Carlos Mariátegui e Ramiro Guerra haviam percebido que a debilidade das burguesias latino-americanas e sua incapacidade de enfrentar o imperialismo as conduziam à subordinação e à associação com este. Não seriam propulsoras de uma revolução democrático-burguesa, baseada em reforma agrária e revolução industrial que integrassem a população latino-americana no consumo de massas e propiciassem soberania científica ou tecnológica. Os países latino-americanos convertiam-se em Estados dirigidos por oligarquias primário-exportadoras em associação com os capitais comercial e bancário, fundamentalmente estrangeiros, que controlariam o setor

exportador e o de serviços. A industrialização seria tarefa a ser cumprida pelo socialismo, impulsionada por proletariado urbano apoiado pelas massas rurais inscritas em distintas formas de relações de trabalho e propriedade.

A teoria da dependência, que se desenvolve nos anos 1960, coloca em questão muitos dos supostos estabelecidos na década de 1920. Se, de um lado, mantém a tese da debilidade da burguesia latino-americana e de sua associação ao imperialismo, de outro lado, aponta que esta associação conduz ao dinamismo e ao desenvolvimento das forças produtivas e à hegemonia da fração industrial do capital sobre a agrária no conjunto da região, sobretudo nos Estados com maior mercado interno e base demográfica. A partir desta convergência básica, criam-se profundas diferenças entre os teóricos da dependência em torno das tendências que caracterizariam o capitalismo dependente e do modelo de desenvolvimentos político e econômico que deveria ser buscado. As divergências sobre as tendências do capitalismo dependente referem-se principalmente ao papel exercido pelo capital estrangeiro, pelo mercado interno e pelas formas políticas na sua promoção.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto constroem a versão weberiana da dependência. Para estes, a dependência é o paradigma de desenvolvimento dos Estados periféricos. Por isto, fazem restrições aos modelos políticos que buscam condicionar as relações com o mercado mundial e seus principais atores ao exercício da soberania nacional, o que exigiria a forte presença reguladora do Estado. Nacionalismo, populismo e socialismo são descartados como propiciadores de alternativas de desenvolvimento para os países latino-americanos, uma vez que promoveriam o autoritarismo, o corporativismo e as dificuldades de diferenciação do sistema produtivo – isto é, a estagnação –, combinação articulada pela presença excessiva da burocracia estatal. O autoritarismo que se espalha na América Latina nos anos 1960 e 1970 é visto por Cardoso (1975; 1979; 1995) como fórmula política sustentada muito mais por uma burocracia corporativa civil-militar, insulada no Estado por meio de anéis burocráticos e a quem o autor chama de *burguesia estatal*, que pelas burguesias empresariais estrangeira e nacional enraizadas nas sociedades civis. Para os autores, o grau de autonomia dos Estados diante do grande capital internacional deve ser limitado, garantindo-se, assim, o dinamismo econômico, a ampliação do mercado interno e uma democracia estável.

Para Cardoso, o capital estrangeiro capitaliza a região ainda que provoque saídas superiores às entradas por meio de pagamento de remessas de lucros, juros, *royalties* etc. Isto ocorreria em função da crise de realização de mais-valia que o retorno da exportação de capitais provoca nos países centrais, apenas parcialmente solucionada por intermédio dos gastos militares e com o bem-estar social. O crédito estrangeiro e o endividamento externo promoveriam a continuidade do desenvolvimento na periferia e o controle relativo dos desequilíbrios macro-

econômicos. A penetração do capital estrangeiro na promoção da industrialização dos países dependentes generalizaria a mais-valia relativa e impulsionaria a redução dos custos da força de trabalho (Cardoso e Faletto, 1977; 1984 Cardoso, 1979; 1995). Para o autor, a presença dos bolsões de pobreza corresponde mais à persistência do capitalismo competitivo e do pré-capitalismo que à presença expansiva do capitalismo monopólico.⁷

No ensaio que escreve em homenagem aos quarenta anos de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (Cardoso, 2010), Cardoso volta a estes temas reforçando suas teses centrais dos anos 1970 e 1980. Ele defende para a América Latina uma nova socialdemocracia de mercado que aceite as políticas impulsionadas pelas grandes potências ocidentais, consideradas a referência central de oportunidade para o desenvolvimento. Esta socialdemocracia deve afastar o risco do que chama de populismo regressivo, manifesto na Venezuela do presidente Hugo Chávez, no Equador do presidente Rafael Correa, na Bolívia do presidente Evo Morales, ou na Argentina do então presidente Néstor Kirchner e, posteriormente, da atual presidente Cristina Kirchner, e se sustentar não mais em sindicatos ou lideranças trabalhistas, mas nas classes médias e em uma opinião pública difusa – expressa na mídia e nos meios eletrônicos de comunicação – que pressione o governo a cumprir certos consensos estabelecidos pela globalização: a adoção de economia de mercado globalizada, com a supressão do que denomina nacionalismo de meios – em referência explícita ao termo criado por Hélio Jaguaribe para designar o uso do protecionismo nacionalista como condicionante do desenvolvimento; o combate à pobreza por meio de políticas compensatórias e de renda mínima, sem violar as regras de mercado e os limites fiscais determinados pelo setor financeiro ao Estado por meio da dívida pública; a institucionalização da democracia representativa; e o abandono de uma política terceiro-mundista de resultados em favor de uma de engajamento ativo nas iniciativas das potências tradicionais do século XX, como melhor forma de aumentar as margens de manobra da América Latina.⁸

Marini (1992) destaca sua contribuição para a construção de uma teoria marxista da dependência no grupo que originalmente reuniu Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, enfatizando seus aportes ao método por meio da economia política da dependência, na qual formula os conceitos de superexploração e subimperialismo.

7. "Não quero negar a existência de bolsões de miséria (às vezes, em alguns países a verdade é o inverso: ilhas de prosperidade em mares de miséria), nem a existência de "populações marginais". Mas estas se explicam antes pela formação histórica do capitalismo na América Latina, pela qual se superpuseram distintos modos de produção (subordinados, por certo, ao capitalista) – como os descreveu Anibal Quijano – do que por qualquer lei do capitalismo periférico ou dependente" (Cardoso, 1995, p. 114).

8. "Para assegurar o 'nacionalismo de fins' e, portanto, o interesse nacional, cabem variações instrumentais. Por exemplo, é melhor fazer uma política ao estilo 'terceiro-mundismo de resultados' e jogar todas as fichas nos países subdesenvolvidos para obter uma vaga no Conselho de Segurança, ou achar que ainda não chegou a hora de uma reforma da ONU, e, por isso, melhor servirmos ao propósito nacional se lutarmos por uma ampliação do G-7, enquanto não chega a hora de um passo maior?" (Cardoso, 2010, p. 86).

O capitalismo dependente é fortemente excludente, superexplorador e limitador da potencialidade de povos e países da região. Estas limitações são tão mais insustentáveis quanto mais os países centrais transferirem novas ondas tecnológicas aos países da periferia, impulsionando suas forças produtivas e, portanto, as condições objetivas para romper os vínculos internos e externos da dependência. Os autores propõem processos de transição ao socialismo para erradicar a superexploração, expandir o mercado interno e buscar escopos regionais para impulsionar o dinamismo econômico. Tal socialismo não teria como objetivo apartar-se da economia mundial, mas, sim, integrar-se a ela com soberania a partir da redefinição das relações de poder internas para reverter a sua condição periférica.

Viu-se que, para Marini, a superexploração do trabalho está baseada nas transferências de valor e mais-valia impulsionadas pela competição monopólica. Esta se estabelece não apenas no plano internacional, mas também no interior dos países dependentes mediante a configuração de burguesia monopólica e associada, constituída pela busca da mais-valia extraordinária. São estas duas dimensões que articuladamente produzem a superexploração. Como menciona Marini (1978b), “a superexploração é estimulada pelo intercâmbio desigual, mas não deriva dele, e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial”.

Ao analisar o tema da deterioração dos termos da troca, Marini menciona sua articulação com a mais-valia extraordinária e as transferências de valor. Esta se baseia no monopólio tecnológico e estabelece preços acima do valor, sempre que a concorrência não lhe impeça de fazê-lo, implicando intercâmbio desigual de valores e a transferência de mais-valia gerada em outros setores, que se extrema em detrimento dos segmentos de menor intensidade tecnológica relativa, resultando na superexploração do trabalho para o restabelecimento de suas taxas de mais-valia e lucro. O autor critica o pensamento cepalino pela ausência de uma teoria do valor que lhe permita compreender a natureza global do fenômeno, inscrito no plano da concorrência e do mercado mundial, e lhe atribui as causas à sua expressão aparente e empírica, como o baixo custo da força de trabalho e as limitações da demanda internacional. Ao basear-se na teoria dos fatores de produção que associa o preço do produto à soma dos custos dos fatores de produção – capital, trabalho e terra –, não é capaz de compreender como a inovação tecnológica introduzida pela acumulação capitalista transfere valores e demanda do trabalho ao capital, contribuindo para formar um mercado mundial concentrado nas mercadorias de bens de consumo suntuários. Esta crítica, Marini (1978b) estende a Cardoso e Serra na polêmica que travaram nas páginas da *Revista Mexicana de Sociologia*. A ausência de teoria valor-trabalho marxista e da percepção da unidade dialética entre valor e preço os fazem conceber o intercâmbio desigual sem transferência de valores e de mais-valia. Para estes autores, a mais-valia extraordinária, que reduz a quantidade de trabalho por unidade de produto ou seu valor individual sem

alterar o valor social ou preço, não implicaria transferências de valor mediante o intercâmbio por parte da nação desfavorecida, uma vez que os valores individual/social e o preço de suas mercadorias permaneceriam inalterados. Argumentam que a nação desfavorecida empobreceria relativamente, mas não absolutamente. Todavia, não consideram que:

- 1) A busca de mais-valia extraordinária por parte da burguesia dependente incide sobre o intercâmbio desigual e aumenta a quantidade de trabalho transferida pela nação desfavorecida para obter a mesma cota de valor, uma vez que, apesar de mantidos os valores sociais, os valores individuais das mercadorias dos países centrais baixaram.
- 2) A elevação da mais-valia extraordinária nos países dependentes redistribui internamente as taxas de mais-valia intersetorialmente e intrasetorialmente.
- 3) A sustentação no longo prazo da mais-valia extraordinária na economia mundial – isto é, em situação de equilíbrio de oferta e demanda – exige a redução da taxa de mais-valia dos empresários individuais por aquela dos desfavorecidos e a redução do valor social das mercadorias dos setores de composição técnica inferior ou média, submetidos à situação de competição monopólica.

Enquanto Cardoso e Serra veem no monopólio tecnológico o progresso técnico e a mais-valia relativa e apoiam sua expansão, atribuindo ao setor mais competitivo – isto é, às pequenas e médias empresas e aos setores pré-capitalistas – os altos níveis de pobreza e a mais-valia absoluta, Marini vê nas relações de concorrência dos mercados mundial e internos dos países dependentes transferências de mais-valia que criam um mercado de trabalho regulado pela superexploração do trabalho, a qual incide prioritariamente sobre os setores de composição técnica inferior ou média, mas do qual se beneficiará o próprio setor monopólico dos países dependentes.

A superexploração não impede necessariamente o crescimento do mercado interno para os segmentos populares, mas lhe estabelece fortes restrições.⁹ Este, como se viu, pode ser impulsionado, independentemente da expansão demográfica, se houver aumento do valor da força de trabalho que supere a queda dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor. Isto pode se dar pela combinação do aumento da qualificação da força de trabalho e da intensidade do trabalho e, nos limites institucionais da democracia burguesa, pela elevação do valor moral da força de trabalho mediante processos políticos que contraditem parcialmente a economia política do capital e distribuam uma fração da mais-valia concentrada no segmento monopólico.

9. Nesse sentido, esclarece Marini (1978b): "(...) ao falar de estagnação e regressão, não tenho em mente o montante absoluto da produção, mas sim taxas de crescimento (cfr. DD, p. 73 y 74); não descarto, pois, o que seria ridículo, que os ramos que produzem para o consumo popular sigam crescendo (...)".

Para Marini, o capital estrangeiro, embora apresente períodos cíclicos de domínio de ingressos ou de saídas, tende no conjunto a descapitalizar os processos de acumulação na América Latina, restringindo-lhes o mercado interno. Este capital é controlado por proprietários não residentes, a quem deve proporcionar taxa de lucro positiva, e apenas o deslocamento do dinamismo da acumulação para novas regiões, relacionadas a mudanças que impliquem alterações substantivas no processo global de acumulação, poderia fazê-los colocar de lado as vantagens acumuladas no âmbito da divisão internacional do trabalho e as obtidas pelo usufruto do monopólio da violência em seu espaço nacional de soberania.

A burguesia dependente e associada apresenta assim forte tendência antedemocrática. O desdobramento dos processos democráticos em movimentos sociais e políticos que colocam em questão a superexploração do trabalho ameaçam a institucionalidade política na região, desestabilizando-a. O declínio da teoria marxista da dependência associou-se à repressão desatada contra o nacionalismo popular que se gestou nos anos 1960 e 1970 e, em particular, contra o governo Allende no Chile, cuja maior expressão foi a imposição de golpes militares na América Latina. Tal situação provocou importante retrocesso teórico-metodológico na região que resultou no estabelecimento do endogenismo e do neodesenvolvimentismo. O endogenismo priorizou os fatores internos na explicação dos processos de acumulação de capital e do subdesenvolvimento na América Latina, determinando o conceito de articulação dos modos de produção para explicar, por intermédio das vinculações entre segmentos modernos e atrasados no âmbito das sociedades periféricas, a especificidade do capitalismo latino-americano. Marini (1992; 1994b) assinala que este enfoque supervaloriza o conceito de modo de produção e os processos de acumulação primitiva para sua configuração, negligenciando a importância da circulação nos processos de acumulação de capital. Ao fazê-lo, o autor não restringe a especificidade do processo de produção do capital, mas assinala que este é precedido e sucedido pela circulação de capital. Esta última se desenvolve a partir da economia mundial e impulsiona a divisão internacional do trabalho que estrutura os sistemas produtivos nos espaços nacionais. A realização do valor, por sua vez, é regulada pela concorrência oriunda em última instância do mercado mundial. O restabelecimento da totalidade dos processos de acumulação de capital permite situar as determinações históricas do processo de produção de capital, restaurando-se os nexos entre suas dimensões internas e externas. Torna-se crucial para a compreensão do capitalismo latino-americano situar seu lugar na hierarquia espacial organizada pelo capital na economia mundial. Entre os endogenistas, Marini aponta Agustín Cueva, o mais internacionalista e que nos anos 1980 fará autocríticas aproximando-se da teoria da dependência, e outros como Enrique Semo, Roger Batra e Ciro Flamarion Cardoso.

O endogenismo colocou o imperialismo como última variável de interpretação dos processos de acumulação de capital na América Latina e abriu o espaço para a afirmação do neodesenvolvimentismo. Esta corrente expressou para Marini um período de afirmação da burguesia industrial latino-americana; notadamente, no Brasil, no México e na Argentina, nos anos 1970, quando se iniciou nos países centrais a crise de longo prazo que se estendeu até 1994. Isto permitiu à burguesia industrial latino-americana aproveitar-se das rivalidades interimperialistas para promover o crescimento acelerado da industrialização até o início dos anos 1980, quando a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos colocou em questão as bases financeiras desta expansão amplamente apoiadas na dívida externa. Este enfoque se diferencia do nacional-desenvolvimentismo em função de:

- 1) Aceitar amplamente a presença do capital estrangeiro como ator central, e não mais residual e complementar, da industrialização da região, articulado ao tripé formado também pelo Estado e pelo capital nacional.
- 2) Colocar ênfase nos processos de distribuição de renda e na democracia para o estabelecimento de estilo de desenvolvimento que incorpore as grandes massas, distanciando-se dos textos cepalinos dos anos 1950 que viam como automático o papel progressista da industrialização e neutro o Estado.
- 3) Afirmar o protagonismo do ciclo endógeno da acumulação de capital sobre os condicionamentos da economia mundial, em função do dinamismo do mercado interno, associado ao desenvolvimento do setores de bens de capital e de bens de consumo. Para o neodesenvolvimentismo, a presença destacada da propriedade estrangeira era de menor importância, pois a industrialização havia internalizado os centros de decisão, cabendo à democracia garantir estilos de desenvolvimento voltados para o segmento de bens de consumo de massa, assegurando a distribuição de renda. Entre os principais autores que sustentaram este enfoque, encontram-se Maria da Conceição Tavares, Aldo Ferrer, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, além de dependentistas como Fernando Henrique Cardoso, ou cepalinos da primeira geração como Raul Prebisch e Celso Furtado, estes mais cuidadosos em relação à internalização dos centros de decisão.

Nesse contexto, desenvolvem-se os estudos neogramscianos na América Latina, que, motivados pela perspectiva de redemocratização, são influenciados pela leitura particular que o Partido Comunista Italiano realizou da obra de Gramsci. Assim, o neogramscianismo enfatizou a autonomia da sociedade civil diante do Estado, minimizando sua conquista, para inserir as lutas populares no âmbito da legalidade democrático-burguesa realizada substancialmente nos aparelhos privados de hegemonia, de quem o Estado seria cada vez mais expressão. A América Latina, principalmente seus

países mais industrializados, teria atravessado a fronteira do Oriente para o Ocidente, modernizando suas classes dominantes que aceitariam o predomínio da hegemonia/consentimento sobre a dominação/despotismo. O neogramscianismo negligencia que, para Gramsci, hegemonia significa o equilíbrio entre coerção e consentimento, olvidando assim a dialética entre guerras de posição e movimento, entre insurreição e processos institucionais, entre poder estatal e hegemonia na sociedade civil presente na obra do autor. Entre os neogramscianos, Marini (1992) aponta José Aricó, José Carlos Portantiero, Carlos Pereira e Carlos Nelson Coutinho.

O protagonismo do neoliberalismo a partir da década de 1980 colocou em crise esses enfoques: a ruptura dos processos de crescimento econômico a partir da crise da dívida externa, a desindustrialização e seu controle do Estado redefiniram as relações de poder internas e internacionais da América Latina. Para fazer frente a esta realidade, Marini (1991; 1992) propôs a retomada de forma criativa do fio da teoria da dependência. Esta recuperação não deve ser uma volta ao passado, mas o ponto de partida de revisão radical que a desprenda dos vínculos com o desenvolvimentismo para a teorização de uma realidade mais complexa estabelecida pelos processos de globalização, orientada à criação de um socialismo original, democrático e libertário.

5 A OBRA DE MARINI E SEUS IMPACTOS NO SÉCULO XXI

5.1 As novas tendências da economia mundial

O pensamento de Marini possui grande relevância para a interpretação do mundo no século XXI. Entretanto, as novas dinâmicas da economia mundial conferem dimensões inéditas ao capitalismo contemporâneo, à globalização e aos conceitos que estruturam sua obra.

Duas grandes tendências destacam-se:

- 1) O desenvolvimento da revolução científico-técnica que determina a contradição entre o aumento da produtividade e a mais-valia extraordinária. O avanço da automação reduz a massa de valor representada pela força de trabalho a uma parte cada vez menor do processo produtivo, tornando a economia de trabalho estabelecida pela inovação insuficiente para valorizar a massa de mercadorias gerada pelo aumento da produtividade. O resultado é a tendência à queda de preços e a crise da mais-valia extraordinária. O capital reage a esta crise de três formas. Apropria-se dos recursos públicos do Estado, impulsionando a dívida pública para sustentar lucros extraordinários que não se realizam integralmente pelo ciclo específico do capital produtivo; transfere-se parcialmente para países que ofereçam força de trabalho com qualificação

próxima e significativamente mais barata que a dos países centrais; e apoia-se na sobrevalorização cambial estabelecida pelo governo estadunidense, que permite extremar as diferenças entre os custos em moeda nacional e a realização de mercadorias em dólar, via exportação, restituindo parcialmente o lucro extraordinário por intermédio de vultuosos déficits comerciais dos Estados Unidos.

- 2) A ascensão da China na economia mundial que traz elementos pós-capitalistas para seu funcionamento e estabelece conjuntura de reversão da deterioração de preços dos produtos primários que favorece a América Latina. Na base deste processo, está um modelo de desenvolvimento que se baseia, em parte, no aumento do valor da força de trabalho, por meio da elevação dos níveis de educação, saúde, consumo e decisão da população. Tal processo foi magistralmente analisado por Arrighi (2008) em seu livro *Adam Smith em Pequim*. A ascensão chinesa baseia-se em quatro fundamentos: o primeiro é a revolução socialista e seus impactos positivos sobre a educação e a saúde da população; o segundo trata-se da descentralização administrativa que criou as empresas comunitárias (TVEs – em inglês, *towerships and village enterprises*), nem privadas nem estatais, que se tornaram o eixo dinâmico da expansão vertiginosa da produtividade na China, principalmente durante os anos 1980 e 1990, desenvolvendo competências gerenciais nos trabalhadores e nas comunidades e elevando seus níveis de consumo; o terceiro é a entrada no país do capital chinês da diáspora, beneficiado por transferências de divisas e tecnologias, proporcionadas pela política de cerco ao mundo socialista praticada pelos Estados Unidos na Ásia, durante a Guerra Fria; e, por último, a entrada do capital estrangeiro na China, que é condicionado pela dinâmica econômica chinesa, ao invés de subordiná-la e submetê-la. A presença do capital estrangeiro é articulada sob forte planejamento estatal, que: mantém pleno controle das finanças e do setor bancário; cria gigantescos conglomerados estatais internacionalizados em segmentos de infraestrutura, recursos naturais e telecomunicações – cruciais na articulação produtiva de diversas empresas – responsáveis por 30% do produto interno bruto (PIB) chinês; estabelece *joint-ventures* com o capital estrangeiro, chaves para transferência de tecnologia, exercendo influência importante no processo decisório; e impulsiona processos de privatização que conduzem, principalmente no caso das TVEs, à compra destas empresas por seus antigos gerentes mediante financiamento público, resultando em altos níveis de participação dos trabalhadores no valor produzido pela empresa.

A primeira tendência leva ao desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, à crescente financeirização do capital¹⁰ e à crise da divisão internacional do trabalho. A segunda tendência, que se articula com esta última dimensão, amplia o consumo da população chinesa, de renda *per capita* similar a dos países latino-americanos, e a demanda de matérias-primas para o desenvolvimento e o ingresso da China na alta tecnologia. Esta impacta favoravelmente os preços dos produtos exportados pelas periferias, afetando positivamente a balança comercial latino-americana. Todavia, combina-se com a primeira impulsionando a superexploração do trabalho nos países centrais, por meio da utilização de força de trabalho relativamente mais barata para a exportação de produtos para o mercado mundial e para seus mercados internos; em particular, dos Estados Unidos.

A mundialização da revolução científico-técnica estabelece a insuficiência do capital produtivo para sustentar o lucro extraordinário e leva a uma intervenção estatal totalmente distinta da que se determinou durante o período longo de crescimento econômico dos anos 1940 e 1960. Na fase dourada do keynesianismo, este tipo de intervenção favoreceu o desenvolvimento da produtividade, uma vez que o ciclo produtivo do capital garantia com razoável autonomia a sustentação dos lucros extraordinários. Entretanto, o novo período de crescimento longo, que se estabeleceu a partir de meados dos anos 1990, criou outra lógica de intervenção estatal, baseada na sustentação de preços de mercadorias ou valores fictícios de ativos em detrimento do desenvolvimento da produtividade. Esta nova lógica manifesta-se pela drástica elevação da dívida pública, pelas baixas taxas de investimento e pelo aumento das taxas de desemprego. Estas se constituem como uma das principais fontes de superexploração contemporânea, têm seu epicentro no Estado norte-americano e se desdobram na sustentação de sua hegemonia no sistema-mundo e no desenvolvimento de padrão de acumulação dependente.

Esse padrão predominante é, no entanto, decadente. Estabelece-se outra lógica de desenvolvimento e intervenção estatal, atualmente centrada no Leste Asiático – em especial, na China –, mas de alcance e potencialidade multipolares. Baseia-se em capitalismo de Estado ou socialismo de mercado que, apesar de suas ambiguidades, coloca outros objetivos, além do lucro, como prioridades e metas a serem alcançadas pelas organizações: o desenvolvimento humano, a socialização dos processos decisórios, a produtividade, o bem-estar e a inclusão social. Esta trajetória de desenvolvimento é ainda incipiente, incerta e apresenta impor-

10. A financeirização do capital está vinculada às transferências da poupança pública para o grande capital, sustentando seus lucros extraordinários, por intermédio da formação da dívida pública. Este processo independe de variações cíclicas em que a taxa de juros ou, inversamente, a taxa de lucro sejam o fundamento da atividade econômica, como demonstra a brutal expansão do endividamento público nos governos de Ronald Reagan e George W. Bush pai, exemplo do primeiro caso, ou de George W. Bush filho e Barack Obama, do segundo caso.

tantes contradições.¹¹ Esta se subordina à primeira, – relacionada à financeirização e crise da divisão internacional do trabalho – com a qual se articula, mas já impacta significativamente a economia mundial, sinalizando a possibilidade de reorganização global do sistema mundial.

A projeção da China na economia mundial apresenta profundos impactos sobre a América Latina na primeira década do século XXI. O desenvolvimento chinês e a inclusão de sua população, como importante pilar deste processo, implicam a ampliação da demanda internacional de matérias-primas e produtos básicos. Esta se associa às necessidades de consumo desta população, cujos padrões de renda são ainda periféricos. Por sua vez, os resultados do desenvolvimento industrial e científico-tecnológico chinês pressionam para baixo os preços internacionais dos produtos manufaturados. Os efeitos sobre o comércio exterior latino-americano são substanciais: entre 2004 e 2008, ingressaram na América Latina aproximadamente US\$ 322,3 bilhões como resultado da reversão da deterioração dos termos da troca¹² e incrementou-se, ao longo da década, intensamente o volume de comércio com a China. Tal fator se associou ao movimento cíclico de ingressos de capital estrangeiro na região, que se iniciou em 2010, após o êxodo do período 1999-2009, ainda que no Brasil este processo tenha se antecipado e começado já em 2007.

A reversão da deterioração dos termos da troca elevou as taxas e a massa interna de mais-valia e contribuiu, de forma mais geral, para a redução da taxa de pobreza na região entre 2003 e 2010. Todavia, permanecem importantes incertezas sobre a sustentabilidade desta trajetória:

- 1) A longo prazo, a elevação da renda dos chineses provavelmente incidirá sobre seus padrões de consumo, provocando o aumento relativo na demanda de bens manufaturados e serviços, em detrimento de produtos básicos ou primário-exportadores. Mantidas as atuais tendências do comércio exterior da região, a China caminha para, nos próximos vinte anos, ser o principal parceiro comercial da América Latina, com efeitos significativos sobre a primarização de sua oferta exportadora. Todavia, esta tendência não é necessária, uma vez que a pauta importadora da China já é altamente concentrada em produtos manufaturados e esta realiza esforço significativo para reduzir barreiras de entrada nos segmentos de alta tecnologia. Abre-se o espaço, no contexto do BRICS – bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, para que os países da América Latina colaborem neste esforço, capacitando-se para inserir-se em divisão internacional de

11. Todavia, apresenta tanto importantes contradições como alto dinamismo: a elevação dos níveis de desigualdade internos da sociedade chinesa, que se conjuga com a drástica diminuição dos seus níveis de pobreza e forte projeção mundial da China, que reduz as assimetrias internacionais que atuam sobre esta.

12. Em dólares constantes de 2000. Ver Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, [s.d]).

trabalho que impulse esta iniciativa de difusão do domínio tecnológico internacional. No entanto, isto requer, ao contrário do que imaginam as oligarquias latino-americanas e o pensamento conservador, a elevação significativa do valor da força de trabalho dos trabalhadores da América Latina, base da revolução técnico-científica e fundamento contemporâneo da inovação-productividade.

Se, nos próximos anos, os benefícios da alta de preços dos produtos básicos forem apropriados pela burguesia exportadora, a retração ulterior dos superlucros será repassada aos trabalhadores sob a forma de aumento das taxas de superexploração do trabalho, caso esta exerça o controle sobre o Estado. Porém, se, de modo contrário, as divisas obtidas se traduzirem no aumento substancial dos serviços de saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia à população, por intermédio de formas populares de governo, poder-se-á criar bases sustentáveis, a partir das mudanças de poder político, social e econômico internas, para a redefinição das relações internacionais da região.

- 2) A médio prazo, a elevação dos preços de *commodities* e produtos básicos pela demanda chinesa poderá ser contida por dois fatores: pelo posicionamento da China à condição de grande investidora e produtora internacional, neutralizando seu descompasso como grande importadora; e pelo esgotamento do ciclo longo expansivo da economia mundial iniciado no período 1994-1998.

5.2 A atualidade da superexploração do trabalho

A análise empírica da situação social e dos processos de trabalhos na América Latina nas últimas décadas parece reafirmar a tese de Marini sobre a centralidade da superexploração no capitalismo da região, ainda que a recente reversão da deterioração dos termos da troca possa tê-la suavizado nos últimos anos.

Haverá superexploração do trabalho sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, tiverem queda em face do múltiplo constituído pelos de qualificação e intensidade do trabalho, que representam o valor desta. Haverá ainda superexploração quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho.

Em razão das dificuldades para desagregar, no conjunto da região, os salários dos trabalhadores daqueles que formam a renda dos estratos superiores da pirâmide social, utilizar-se-ão índices de pobreza como a primeira aproximação à men-

suração empírica do tema. Este indicador é, entretanto, notoriamente insuficiente para medir o fenômeno da superexploração em toda a sua amplitude. Esta exige, normalmente, a configuração de expressivo exército de reserva de trabalhadores, que garanta a queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Este exército pode ser em parte sustentado por políticas estatais de transferências de renda e combate à pobreza extrema, financiadas em grande medida pelos segmentos mais qualificados dos trabalhadores. Neste caso, os índices de pobreza tiveram queda não em função da redução da superexploração do trabalho, mas, sim, da elevação de suas taxas nos segmentos mais qualificados da força de trabalho.

Todavia, a análise dos índices de pobreza da região, a partir de 1980, revela que estes se mantiveram em níveis bastante altos e sua redução recente é proporcionalmente inferior ao aumento da qualificação e da intensidade do trabalho ocorrida nestes anos.

A população abaixo da linha de pobreza na América Latina em 1980 equivalia a 40% da população total; em 1990, havia saltado para 48%; e em 2002, atingia 44%. Apenas a partir de 2005, inicia-se a trajetória de redução significativa deste indicador, quando este tem queda de 39,8% para 30,4%, em 2011. Em período similar, o número de anos de estudo da população maior de 15 anos eleva-se significativamente nos principais países latino-americanos, em proporção mais expressiva que a queda da pobreza na região. No Brasil, aumenta de 5,8 a 8,6 anos, entre 1979 e 2007; na Argentina, de 7,4 a 11 anos, entre 1980 e 2006; no México, de 8,0 a 10,0 anos, de 1989 a 2006; na Colômbia, de 7,1 a 9,9 anos, entre 1980 e 2005; e no Chile, de 9,9 a 11,3 anos, entre 1987 e 2006 (Cepal, 2008a). Tais indicadores apontam velocidade de expansão da qualificação muito superior à de redução da pobreza. Enquanto a pobreza diminuiu na velocidade de 0,95% ao ano (a.a.) na América Latina, entre 1980 e 2011, a qualificação da força de trabalho expande-se no Brasil em 1,5% a.a.; na Argentina, em 1,5% a.a.; no México, em 1,3% a.a.; na Colômbia, em 1,3% a.a.; e no Chile, em 0,7% a.a., para cada período assinalado anteriormente.

No que se refere à intensidade de trabalho, há dificuldades para sua medição. Entretanto, há amplo consenso na literatura de que o aumento da produtividade do trabalho se faz acompanhar a médio e longo prazo da redução dos tempos mortos da jornada do trabalhador – isto é, de sua intensidade – e da elevação da qualificação formal de sua força de trabalho. Maddison (1997) atribui a cada ano de educação secundária 1,5 vezes o da educação primária e à educação superior, seu dobro, associando-os aos diferenciais de renda obtidos pelos trabalhadores a partir do tipo de qualificação. Na visão de Marx, o valor do trabalho complexo equivale, em princípio, ao múltiplo que representa do tempo de formação do trabalho simples. Pode-se, então, por hipótese, atribuir a variação de 50% ou 100% do ano de educação secundária ou superior concernente ao ano de escolaridade primária, ao aumento da intensidade de trabalho associada ao emprego de força de trabalho

mais qualificada. Caso se aplique esta metodologia aos resultados empíricos anteriores, ampliar-se-á ainda mais a relação entre os multiplicadores do valor da força de trabalho e a redução dos níveis de pobreza, cujo resultado, em geral maior que 1, aumentar-se-ia pelo emprego do produto escolaridade *versus* intensidade para configurar o valor da força de trabalho e de sua variação.

As últimas décadas na América Latina têm sido objeto de profunda reestruturação do processo de trabalho, com introdução de métodos de gestão pós-fordistas que elevaram significativamente a intensidade do trabalho, principalmente no emprego formal. O setor formal tem aumentado drasticamente a produtividade do trabalho, principalmente a partir do aumento de sua intensidade, uma vez que os investimentos em capital fixo permaneceram em níveis bastante baixos, muito inferiores aos alcançados na década de 1970 (Cepal, [s.d]). Entre 1990 e 2007, o PIB por hora trabalhada eleva-se, em dólares, de 5,57 a 7,19, no Brasil; de 10,17 a 15,54, na Argentina; de 8,60 a 9,19, no México; de 6,88 a 9,04, na Colômbia; de 4,13 a 6,96, no Peru; e de 9,96 a 13,91, no Chile (The Conference Board e Groningen Growth and Development Centre, 2009). A economia latino-americana não exibiu, todavia, aumento global das taxas de produtividade mais significativo, em função da destruição de postos de trabalho nos segmentos de maior valor agregado do setor produtivo, provocada pela ofensiva neoliberal na região. O resultado foi o aumento da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho, em função da precarização do trabalho e do desemprego.¹³

No que se refere aos salários reais na região, observa-se, nos casos de Argentina, Brasil, México, Peru, Uruguai e Venezuela, redução dos seus índices entre 1980 e 2007.¹⁴ Colômbia e Chile registram elevações significativas: o primeiro tem como base comparativa o setor manufatureiro, e o segundo, a contração salarial e os altíssimos níveis de desemprego estabelecidos pela ditadura chilena na década de 1980. Há de se registrar no caso chileno a importância da oscilação dos preços do cobre para a economia e os ingressos salariais.

13. No Brasil, entre 1990 e 1999, a participação de trabalhadores por conta própria, familiares não remunerados e empregados domésticos na ocupação elevou-se de 27% a 37,1%. No México, entre 1989 e 2002, este grupo social representava, respectivamente, 23% e 27,3% da ocupação; na Colômbia, entre 1991 e 2002, este segmento concernia a 35,2% e 47,9% do emprego da força de trabalho; na Venezuela, entre 1990 e 2002, respondiam por 28,8% e 42,5% da ocupação; na Argentina, equivalem a 32,3% e 28% da ocupação, entre 1990 e 2002; todavia, o desemprego aberto havia saltado neste país de 7,4% para 19,2%, no período. Ver Cepal (2008a).

14. Na Argentina, os níveis salariais da década de 1980 permanecem sem serem alcançados posteriormente. Assim, os índices de 128,8, em 1980, 135, em 1984, e 126, em 1985 e 1986, têm queda para a oscilação entre 89 e 100 que se mantém até 2005, quando se elevam até 117, em 2007. No México, o índice salarial médio do período 1980-1982, que termina o ciclo desenvolvimentista, é de 117,1, sendo sucedido por quedas drásticas iniciadas pela crise dos anos 1980, que situam os índices entre 80 e 90, excetuando-se 1994, quando atinge 115, para ter nova queda e ensaiar lenta recuperação a partir de 2000, estabilizando-se em 110, entre 2003 e 2007. No Brasil, o índice salarial médio da década de 1980 (04,6) é sucedido por queda de 97,7, na década de 1990, e por nova queda de 8%, até 2007. No Peru, os índices de aproximadamente 300, entre 1980 e 1982, têm queda próxima a 100, nos anos 1990 e 2000. No Uruguai, os índices de aproximadamente 100, entre 1980 e 1982, têm queda e oscilam entre 80 e 90, na década seguinte. Na Venezuela, há queda drástica dos níveis salariais dos trabalhadores privados na década de 1980. Na década de 1990, têm queda de um índice de 180 para 78,4, em 2003, quando se elevam para 85,6. Na Colômbia, os salários sobem de 64,9 a 108, entre 1980 e 2007; e no Chile, de 66,2 a 113,7, nesse período. Ver Cepal (2010).

A tendência prevalecente à queda salarial e o aumento da intensidade do trabalho e da qualificação da força de trabalho estabelecem situação de superexploração na região em seu conjunto, desde os anos 1980. A presença da superexploração do trabalho é corroborada ainda pelo alto grau de concentração na distribuição de renda nos países latino-americanos, o que configura estrutura produtiva na qual o dinamismo da produção de bens de consumo suetuários é muito superior ao de bens de consumo necessário. Produzem-se mercadorias, sem gerar o equivalente em mais-valia pela via do progresso tecnológico. Este desequilíbrio traz a necessidade de que a mais-valia seja apropriada, já que é insuficientemente produzida. Tal situação caracteriza o contexto de dinamismo tecnológico inerente à superexploração em que o setor de bens de consumo populares apresenta produtividade e/ou dinamismo inferior à metade daqueles determinados pelas condições médias de produção.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a distribuição do ingresso domiciliar na América Latina, que mede quase exclusivamente a renda do fator trabalho – subdimensionando a apropriada pelo capital mediante juros, dividendos, aluguéis etc. –, apresentava a seguinte forma:¹⁵ no Brasil, em 2001, os 10% mais ricos apropriavam-se de 46,8% da renda e os 30% mais ricos, de 72,5% desta; no México, em 1998, de 36,7% a 62,3 % desta renda; na Colômbia, em 2002, de 40,7% a 67,9%; no Chile, em 2005, de 56% a 67%; no Peru, em 2001, de 36,5% a 63,6%; na Argentina, em 2002, de 40,5% a 65,1%; na Bolívia, em 2001, de 40,8% a 69,1%; e no Haiti, em 2001, de 63% a 73,5% (Cepal, 2008b; 2011). No fim da década, o perfil da distribuição do ingresso alterou-se favoravelmente. Assim, no Brasil, em 2009, os 30% mais ricos apropriavam-se de 66,5% desta renda; no México, em 2008, de 60%; na Colômbia, em 2010, de 65,7%; no Chile, em 2009, de 64,4%; no Peru, em 2010, de 56,9%; na Argentina, em 2010, de 59,6%; e na Bolívia, em 2007, de 57,6% (Cepal, 2011).

Embora a distribuição de renda tenha melhorado, permanece muito negativa, sobretudo se se considerar a baixa participação relativa do fator trabalho no PIB latino-americano *vis-à-vis* as da propriedade e do capital, o que atua para extremar ainda mais a concentração de renda, consumo e riqueza, reforçando a orientação do setor produtivo para a geração de mercadorias que, em sua maior parte, não se destinam ao consumo dos trabalhadores, não incidindo ou incidindo precariamente na desvalorização da força de trabalho.¹⁶ Outra indicação do grau

15. É considerado altíssimo o índice de subdeclaração das rendas do capital na pesquisa de rendas por domicílios. No Brasil, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) registra que os rendimentos do capital são inferiores a 3% do total declarado (Medeiros, 2008).

16. No Brasil, calcula-se em torno de 40% a participação do trabalho no produto interno bruto (PIB) nacional ou de 60%, caso se inclua a renda dos autônomos (Sicsú, 2010). O coeficiente de Gini das rendas do empregador – incluído entre as rendas do trabalho – ou de aluguéis aproxima-se fortemente do seu teto. Entre 2001 e 2007, as rendas do empregador apresentavam coeficiente de Gini de 0,85, e as rendas de aluguéis oscilaram entre 0,78 e 0,80 (Hofmann, 2009).

de desigualdade na apropriação da renda pode ser obtida a partir de informações sobre a heterogeneidade estrutural na América Latina. Segundo a Cepal (2011), em 2009, 66,9% do PIB da região era gerado por firmas que constituíam o segmento de alta tecnologia e empregavam 19,8% da força de trabalho; o segmento de tecnologia média empregava 30% da força de trabalho da região e gerava 22,5% do PIB; e o setor de baixa tecnologia empregava 50,2% dos trabalhadores e era responsável por apenas 10,6% do PIB. Ou seja, as firmas de alta tecnologia possuíam, em média, produtividade na geração/apropriação de valor 4,5 vezes maior que a do setor médio e dezesseis vezes maior que a do setor de baixa tecnologia, configurando-se situação típica em que atua a superexploração.

Em relação à extensão da superexploração do trabalho aos países centrais, os indicadores para os Estados Unidos corroboram esta visão. Entre 1965 e 1973, os salários reais por hora, em dólares constantes de 1982, saltaram de US\$ 8,30 para US\$ 9,26. A partir de 1980, entram em trajetória de significativo descenso, para alcançar US\$ 7,78, em 1995. Inicia-se vagarosa trajetória de recuperação, desde então, aumentado lentamente até US\$ 8,91, em 2010. Este movimento de elevação é parcialmente afetado pela crise e pelo forte aumento do desemprego, o que derrubou o salário-hora para US\$ 8,77, em 2011 (United States, 2011). Por sua vez, as taxas de pobreza nos governos de Ronald Reagan e George W. Bush pai, reduziram-se no governo de Bill Clinton, para elevarem-se novamente nos governos de George W. Bush filho e Barack Obama de 11,3%, em 2000, para 15,1%, em 2010. Na Europa Ocidental, o ritmo de expansão das qualificações, seguindo a metodologia de Maddison (1997), é, em geral, superior a do salário real a partir de 1979. Entre 1973 e 1992, a expansão das qualificações atinge 1,6% a.a. na França, 2% a.a. na Itália, 3,2% a.a. na Espanha, 3,2% a.a. em Portugal, 1% a.a. no Reino Unido e 0,3% a.a. na Alemanha, ao passo que os salários reais se expandem 1,2% a.a. e 0,9% a.a. na Zona do Euro, entre 1979 e 1989 e 1989 e 1997 (OECD, 1999).

5.3 A questão do subimperialismo e do regime político

Marini considerava o subimperialismo condicionado pelas margens de atuação dadas pelo imperialismo, uma vez que a tendência à exportação de capitais e mercadorias nas fases mais avançadas do capitalismo dependente, por um lado, era resultado da integração ao grande capital internacional e, de outro, entrava em contradição com este.

O neoliberalismo, ao reorientar a acumulação para os mercados internacionais, restringiu a ascensão do subimperialismo. A demanda estatal e o consumo suntuário assumiram papel central na realização dos lucros extraordinários. A dívida pública passou a ser chave na realização de superlucros, parte do mercado interno foi internacionalizado e o aparato produtivo, principalmente industrial, retraiu-se.

O regime de acumulação e o Estado financeirizaram-se. Entretanto, a crise e o desgaste do neoliberalismo permitiram certa rearticulação produtiva dos centros de acumulação na América Latina. A projeção do capitalismo brasileiro ganhou destaque e, com este, a retomada de assimetrias na região que caracterizam dimensões de um processo subimperialista. Entre 2004 e 2010, o Brasil apresentou saldo comercial com a região de US\$ 75,5 bilhões – mais que duplicou seu estoque de investimento na região, que saltou de aproximadamente US\$ 4 bilhões, em 2004, para cerca de US\$ 10 bilhões, em 2010 – e aumentou suas receitas com remessas de lucros e juros que saltaram de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 12 bilhões, entre 2003 e 2008, alcançando, entre 2004 e 2010, ingresso de US\$ 56 bilhões nesta rubrica (Cepal e Banco Central do Brasil – BCB).

Exportações de mercadorias e capital avançam com a projeção do capitalismo brasileiro. Se, do ponto de vista da dinâmica econômica de seu capitalismo, o Brasil apresenta tendências subimperialistas, em sua política externa, sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, busca exercer liderança consensual e articular o processo de integração como instrumento de sua projeção mundial. Para isto, aceita até certo ponto as reivindicações anti-imperialistas da região. O faz desde um enfoque de terceira via, que procura posição intermediária entre o neoliberalismo estadunidense e o nacionalismo-popular e revolucionário da região. Esta contradição poderá se aprofundar nos próximos anos. Até este momento, a política externa brasileira não foi suficientemente ousada em seus projetos de integração para conter a expansão da dinâmica subimperialista. Esta também a atinge como na forte presença de tropas brasileiras na Minustah, no Haiti, que a serviço do imperialismo estadunidense garantiu o golpe contra Jean Bertrand Aristide.

Em relação à análise dos regimes políticos latino-americanos, as ideias de Marini também parecem encontrar bastante atualidade. A reemergência do nacionalismo radical e popular na região revela as resistências do grande capital e da pequena burguesia a processos políticos que envolvam distribuição de renda e riquezas. O golpe frustrado na Venezuela, a ameaça à unidade nacional realizada pela burguesia boliviana, as articulações golpistas no Paraguai que depuseram o presidente Fernando Lugo, suas tentativas no Equador de Correa, o locaute da oligarquia rural argentina aos Kirchners e a solidariedade dos grandes meios de comunicação da região a golpes e processos de desestabilização, demonstram a vigência dos caminhos antidemocráticos e anti-institucionais da reação burguesa. Todavia, seus fracassos e a sustentação dos governos populares indicam também o fortalecimento organizacional dos movimentos sociais e as fraturas causadas pelo neoliberalismo à coalizão burguesa que liderou os processos políticos e econômicos na região nos anos 1980 e 1990. A ascensão dos movimentos sociais e sua projeção em parcelas do aparato repressivo do Estado, como no caso venezuelano, estimulada pela contradição entre o interesse nacional e o neoliberalismo, têm paralisado a alternativa golpista e a formação de um Estado de contrainsurgência. Entretanto, esta não é uma situação permanente.

A vitória do golpe civil-militar em Honduras contra o ex-presidente Manuel Zelaya atesta que a fórmula dos Estados de contrainsurgência ou quarto poder não se esgotou.

O avanço dos processos de globalização tem aumentado a interdependência econômica, política e social entre os Estados na América Latina e as políticas de Estado subimperialistas poderão jogar um papel importante na contenção do avanço dos movimentos sociais e populares na região. Quando a coalizão burguesa perde sua legitimidade interna, apela à intervenção externa como instrumento para desmoralizar o novo bloco de poder nacional e retomar o controle perdido sobre o Estado. O subimperialismo torna-se um instrumento à disposição. Neste sentido, a Colômbia – dos ex-presidentes Andrés Pastrana e Álvaro Uribe, do atual presidente Juan Manuel Santos e dos Partidos Liberal e Social da Unidade Nacional – por suas estreitas ligações políticas e militares com os Estados Unidos, apresenta-se como o país-chave para jogar esta carta na região.

A década de 2010 deverá aumentar as tensões na região entre os projetos populares de governo e o bloco conservador. O pensamento de Marini continuará sendo referência indispensável para a análise das contradições sociais e formulação de alternativas na região da América Latina e no mundo contemporâneo.

5.4 A atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini

O pensamento de Marini constitui um dos mais originais e criativos estabelecidos na América Latina. Movendo-se do abstrato ao concreto o autor não apenas contribuiu para a elaboração da teoria da dependência, mas também aportou novas categorias em seu interior que enriqueceram o arsenal conceitual para interpretar a acumulação de capital nas periferias e na economia mundial, renovando o marxismo. Os conceitos de superexploração do trabalho, subimperialismo, Estados de contrainsurgência ou de quarto poder, e a reinterpretção dos esquemas de reprodução de Marx ou da teoria social latino-americana são contribuições decisivas de seu pensamento que abrem um enorme campo de investigação e pesquisa. A fecundidade de seu pensamento revela-se no extenso campo de seguidores que propiciou e em obras que inspirou, como a enciclopédia latino-americana e o conjunto de ensaios reunidos que lhe foram dedicados por alguns dos mais destacados intelectuais do planeta.¹⁷

Todavia, essas suas contribuições não devem, como alertava o próprio autor, ser tomadas dogmaticamente, mas, sim, submetidas ao crivo da revisão radical dos processos históricos, uma vez que é para estes que a teoria se dirige, bus-

17. Ver Sader *et al.* (2006) e Martins e Sotelo (2009), publicação que contou com a participação de Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Emir Sader, Aña Esther Ceceña, Pierre Salama, Orlando Caputo, Jaime Osório entre outros autores.

cando compreendê-los e transformá-los.¹⁸ São muitos os desafios colocados ao pensamento social na segunda década que se abre no século XXI, entre estes:

- 1) Compreender a estrutura e a dinâmica dos processos de globalização que aprofundam a articulação de três grandes formações sociais na organização da economia mundial, bem como a influência recíproca que estabelecem entre si; a saber, o capitalismo central de hegemonia anglo-saxá, o capitalismo dependente e o socialismo de mercado ou capitalismo de Estado, por intermédio da avassaladora projeção da China na economia mundial.
- 2) Analisar as mudanças políticas na América Latina, a crise de hegemonia do neoliberalismo, o pós-neoliberalismo e as diversas formas de desenvolvimento a que dá lugar, a vinculação desta região com a dinâmica de crescimento chinesa e suas perspectivas de curto, médio e longo prazo, bem como os riscos de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora da América Latina.
- 3) Analisar as perspectivas civilizatórias suscitadas pelo avanço da globalização no século XXI; particularmente, as do socialismo e de civilização planetária multipolar frente à civilização capitalista e sua reprodução hierarquizada do poder e da riqueza.

Nesse contexto, a obra de Marini é fundamental para iluminar as grandes tarefas dos povos latino-americanos. A teoria da dependência deve desdobrar-se na construção de uma teoria marxista do sistema mundial, capaz de analisar as múltiplas dimensões dos processos de globalização e formular alternativas à civilização capitalista, não apenas nos planos nacional e regional, mas também global. Para isto, deve aprofundar seus vínculos com as teorias da revolução científico-técnica, da civilização capitalista e dos ciclos longos de distintas temporalidades.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e burocratização**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- _____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. **As ideias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **Xadrez internacional & socialdemocracia**. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

18. "Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical" (Marini, 1992, p. 101).

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Series históricas de estadísticas econômicas 1950-2008**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. **Panorama social da América Latina**. Santiago, 2008a.

_____. **Panorama da inserção internacional da América Latina**. Santiago, 2008b.

_____. **CEPALSTAT**: estadísticas de América Latina y el Caribe. Santiago, 2010. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 23 mar. 2010

_____. **Panorama social da América Latina**. Santiago, 2011.

GGDC – GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE. [s.d.] Disponível em: <<http://www.eco.rug.nl/GGDC>>. Acesso em: 5 mar. 2010.

HOFFMANN, R. A desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição das aposentadorias, pensões e outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, abr. 2009.

MADDISON, A. **La economía mundial 1820-1992**: análisis y estadísticas. Paris: OECD, 1997.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo, 2011.

MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e economia política da dependência. In: MARTINS, C. E.; SOTELO, A. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARTINS, C. E.; SOTELO, A. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1973.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. 5. ed. México: Siglo veinte uno, 1974.

_____. **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre el Chile. México: Ediciones Era, 1976. (Serie Popular).

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos políticos**, México, n. 12, 1977.

_____. La cuestion de fascismo en America Latina. **Cuadernos políticos**, México, n. 18, p. 13-38, oct.-dec. 1978a. (Debate con Pio Garcia, Theotonio dos Santos e Agustín Cueva).

_____. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a Fernando Henrique Cardoso y José Serra. **Revista mexicana de sociología**, México, n. especial, p. 57-106, 1978b. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm>.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. *In*: OSWALD, Ú. (Ed.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979a. p. 37-55.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos políticos**, México, n. 20, 1979b.

_____. **Memória**. 1991. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm>.

_____. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Dos notas sobre socialismo. **Redefiniciones**, UAM-X, 1993.

_____. El Estado de contrainsurgencia. *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana: la centralidad del marxism**. t. 3. México: UNAM, 1995. p. 89-99.

_____. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporaneas**. t. 4. México: UNAM, 1996. p. 49-68.

MEDEIROS, C. A. A Recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais por Rodolfo Hoffman e Marlon Gomes Ney. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 41-45, jun. 2008.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Historical Statistics: 1960-1999**. Paris: OECD, 1999.

SADER, E. *et al.* **Latino-americana: enciclopédia contemporânea de América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SICSÛ, J. Como o governo Lula promoveu a distribuição de renda. **Folha de S. Paulo**, 13 out. 2010.

THE CONFERENCE BOARD; GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE. **Total Economy Database**, Jan. 2009.

UNITED STATES. Council of Economic Advisers. **Economic Report of The President**. 2011. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/eop/2010/B47.xls>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Post scriptum a “dependencia y desarrollo en América Latina”**. México: Siglo XXI, 1977.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A distribuição funcional de renda no Brasil**: situação recente. 2008. (Comunicado da Presidência, n. 14). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_11_11_DistribuicaoFuncional.pdf>.

MARTINS, C. E. A teoria da conjuntura e a crise contemporânea. *In*: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINI, R. M. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos políticos**, México, n. 13, 1977.

_____. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, México, n. 7, 1982.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. 12. ed. México: Siglo XXI, 1985.

_____. Introducción: las raíces del pensamiento latinoamericano. *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana**: los orígenes. t. 1. México: El Caballito, 1994a. p. 17-35.

_____. La crisis del desarrollismo. *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana**: subdesarrollo y dependencia. t. 2. México: El Caballito, 1994b. p. 135-154.

MILLÁN, M. (Coord.). **La teoría social latinoamericana**: cuestiones contemporáneas. México: Unam, 1996. p. 49-68. t. 4

UNITED STATES. **U.S. Treasury Department**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.treas.gov>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

FUNDAMENTOS DA SUPEREXPLORAÇÃO*

Jaime Osorio

Desde que Ruy Mauro Marini formulou a superexploração como categoria definidora do capitalismo dependente, tal categoria tem sido objeto de intensa discussão e crítica. Razões teóricas, mas também políticas, estão no centro do debate. Aqui nos concentraremos em alguns pontos do debate teórico que consideramos centrais e que colocam questões que acabam minando daquela categoria seus pontos mais agudos para a compreensão do capitalismo dependente – e minam, de passagem, suas principais derivações políticas. Começamos por precisar do que se trata a superexploração.

1 EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO

Se entendemos por exploração em geral o processo de apropriação de trabalho alheio, no capitalismo este processo toma a forma particular de apropriação pelo capital do *valor criado* pela força de trabalho na produção, valor que *excede o próprio valor da força de trabalho*. Em outras palavras, a força de trabalho, ao trabalhar, tem a capacidade de repor o valor do salário (equivalente ao valor de troca) sob a forma de valores de uso produzidos e de *gerar mais valor*, a mais-valia, que constitui propriedade do capital.

A superexploração é uma *forma particular de exploração* e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual *o valor da força de trabalho é violado*. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. A isso se refere Marini ao assinalar que “a superexploração é [...] definida pela maior exploração da força física do trabalhador [...] e tende normalmente a se expressar no fato de que *a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real*.”¹

*Capítulo traduzido do espanhol por Fernando Corrêa Prado.

1. Ruy Mauro Marini, *Dialética de la dependencia*, Serie Popular Era, México, 1974 [1973], p. 92-93 (itálico nosso). [Marini, “Sobre a *Dialética da dependência*”, em João Pedro Stédile e Roberta Traspadini (orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, Expressão Popular, São Paulo, 2005 (1973), p. 189.]

Em várias passagens de *Dialética da dependência* Marini fala da “superexploração do trabalho” ou de que “o trabalho se remunera abaixo de seu valor”, o que acaba gerando confusões. Mas a leitura do livro em sua totalidade não deixa dúvidas de que o autor se refere à *violação do valor da força de trabalho*, conforme trata de precisar no *post-scriptum* do pequeno livro, de onde foi retirada a citação anterior.²

Neste mesmo texto, mais adiante, Marini estabelece o *peso e o significado da superexploração na reprodução do capital nas economias dependentes*, quando, após debater e esclarecer algumas críticas equivocadas, indica: “Essas são algumas questões substantivas de meu ensaio [a primeira parte de *Dialética da dependência*], que conviria detalhar e esclarecer. Elas estão *reafirmando a tese central* que ali se sustenta, isto é, *a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho*”.³

A violação do valor da força de trabalho – a superexploração – representa um tema central da exploração nas economias dependentes, pois este processo tem consequências nas modalidades como o capital se reproduz, em suas derivações na condição subordinada dessas economias na acumulação em escala do sistema mundial. Não considerar esta visão geral do processo é uma das limitações das críticas, de modo que acabam ficando enredadas, em muitos casos, em questões puramente formais.

Entre as críticas e confusões mais significativas que são feitas em torno à superexploração cabe destacar as seguintes:

- Marx fundamenta a exploração no capitalismo com base no respeito do valor da força de trabalho. Além disso, aponta para o crescente peso da lei do valor na dinâmica do capitalismo. A partir destas premissas conclui-se que uma teoria fundamentada na violação do valor não pode ter consistência, nem pode se assumir como marxista.
- A superexploração remete a formas pretéritas de exploração, pertinentes apenas nos momentos iniciais do capitalismo, ligadas à mais-valia

2. E isso é abundantemente trabalhado nos posteriores escritos de Marini sobre o tema. Ver, em particular, “Las razones del neodesarrollismo (o por qué me ufano de mi burguesía)”, talvez o ensaio de debate mais profundo e completo escrito por algum autor latino-americano, dada a variedade de temas abordados, que perpassa a discussão propriamente teórica e utiliza também uma ampla massa de informação estatística para confirmar suas teses. Neste texto, entre tantas outras referências, em relação aos dados sobre consumo e emprego da população trabalhadora brasileira, Marini argumenta: “Como elemento indicativo da ampliação da brecha entre esse valor [da força de trabalho] e o salário, é significativo o fato [...] de que, *apesar de que têm mais membros trabalhando, a família consome hoje menos alimentos per capita*.” Marini, “Las razones del neodesarrollismo (o por qué me ufano de mi burguesía)”, *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, 1978, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, p. 98. Este artigo foi escrito como resposta ao texto de José Serra e Fernando Henrique Cardoso intitulado “Las desventajas de la dialéctica de la dependencia”, publicado no mesmo número da revista indicada. [N.T.: A crítica de Serra e Cardoso foi também publicada no Brasil na revista do CE-BRAP, porém sem a resposta de Marini. Esta resposta veio a ser publicada em português apenas no ano 2000, na seguinte edição: Ruy Mauro Marini, “As razões do neodesenvolvimentismo”, em Emir Sader (org.), *Dialética da dependência*, Ed. Vozes/CLACSO/LPP, Petrópolis, 2000. A passagem citada encontra-se na página 229 desta edição.]

3. Marini, *Dialéctica de la dependencia*, op. cit, pp. 100-101 (itálico nosso). [Marini, “Sobre a *Dialéctica da dependência*”, op. cit., p. 194.]

absoluta. O capitalismo industrial tende a se sustentar na produção de mais-valia relativa. Portanto, “por significativa que seja sua importância histórica”, a superexploração “carece de importância teórica”.⁴

- O salário expressa o valor da força de trabalho. Portanto, basta seguir suas variações para determinar o que ocorre com o valor desta última. Tais variações dos salários (e do valor da força de trabalho) podem estar marcadas por problemas de concorrência (como, por exemplo, excesso de oferta de braços disponíveis) ou por imposições forçadas que decretam reduções salariais. Em todo caso, isso implica, por sua vez, reduções no valor da força de trabalho. Nessa perspectiva, preço e valor acabam coincidindo; com isso, não se explicam os esforços de Marx para determinar o valor, já que bastaria observar o comportamento dos preços.
- A incorporação da mulher, de adolescentes e crianças ao processo de trabalho traz consigo uma depreciação do valor da força de trabalho dos trabalhadores adultos. Isso possibilita a conformação de um “salário familiar” que altera o valor da força de trabalho, que “não era determinado só pelo tempo de trabalho necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas pelo tempo de trabalho indispensável para a manutenção da família do trabalhador”.⁵ Este breve comentário de Marx – escrito num capítulo cujo tema não se refere ao valor da força de trabalho e que, no contexto de sua obra, pode ser entendido como equivocado – é assumido como critério final, que modifica os argumentos traçados pelo autor em capítulos específicos para determinar o valor da força de trabalho. Suas consequências no que se refere ao aumento da exploração e da superexploração são evidentes. Isso explica a naturalidade com que aquele comentário é assumido por certos setores acadêmicos, governamentais e organismos internacionais.
- A superexploração é um mecanismo de compensação que se coloca em marcha frente às transferências de valor das economias dependentes às economias centrais. Mas esse mecanismo, dizem, não deve ser confundido com as formas de aumentar a taxa de mais-valia. A indeterminação da superexploração, e sua assimilação como mera exploração, vista no máximo como exploração agudizada, constituem alguns problemas desta perspectiva.

4. Marini, *Dialéctica de la dependencia*, op. cit., p. 92. [Marini, “Sobre a *Dialéctica da dependência*”, op. cit., p. 188]. Assim Marini sintetiza uma das primeiras críticas que Fernando Henrique Cardoso formulou a *Dialéctica da dependência* e, em particular, à categoria de superexploração.

5. Karl Marx, *El Capital*, Fondo de Cultura Económica, México, sétima reimpressão, 1973, t.1, p. 324. A seguir nos referiremos a esta edição como FCE. [N.T.: Todas as citações de *O Capital* foram conferidas e transcritas a partir da edição em português da Nova Cultural, com tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.]

Considerando tais colocações como pano de fundo, passemos à análise de algumas questões teóricas que nos permitem evidenciar os equívocos sobre os quais repousam essas e outras colocações.

2 SOBRE A LEI DO VALOR

O valor é uma abstração cuja consistência é tão somente social, pois, “em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor”.⁶ É de fato uma relação social, que toma forma como valor num mundo particular – o capitalismo –, no qual a produção de mercadorias se generalizou e é realizada por produtores independentes cujos trabalhos individuais somente são validados como parte proporcional do trabalho social.

Em primeira instância, o valor se apresenta sob a *forma* de valor de troca, e este um sua *forma* preço e *forma* dinheiro. A forma preço, por sua vez, se expressa como preço de produção e como preço de mercado. Neste processo de desdobramento e manifestação, vão ocorrendo distorções, entre as quais estão as diferenças entre valor e preço. Os preços de produção e de mercado colocam em evidência que nem todo capitalista se apropria do valor produzido, mas sim de uma mais-valia que pode estar acima ou abaixo do referido valor.⁷ No entanto, a variação dos preços tem um ponto de gravitação, e este é o valor.

A distorção entre valor e preço é apenas uma pequena expressão do que acontece na vida social dentro do capitalismo. O mundo construído pelo capital – em seu desenrolar desde a essência para suas diversas formas fenomênicas e aparentes – é um “mundo encantado, invertido e de cabeça para baixo”,⁸ entre outras razões porque as relações entre os homens assumem a forma de relações entre coisas, que, como “figuras autônomas, dotadas de vida própria”, fetichizam as relações sociais, obscurecendo os processos da vida em sociedade.

3 ESSÊNCIA, APARÊNCIA E FETICHIZAÇÃO

A aparência é a própria essência na determinação do ser, diz Hegel,⁹ e por isso a pergunta que deve acompanhar toda reflexão sobre as relações sociais no capitalismo é por que tais relações requerem determinadas *formas que ocultam* para se manifestar.

6. Karl Marx, *El Capital*, Siglo XXI Editores, México, Tomo I, Vol. I, 8ª edição, 1979, pág. 58. Na sequência esta edição será referida como SE.

7. Magnitude estabelecida pelo preço de custo mais a taxa média de lucro nos preços de produção. Para um aprofundamento nestes temas, remetemos o leitor aos capítulos IX e X do livro terceiro de *O Capital*.

8. K. Marx, *El Capital*, SE., Tomo 3, Vol. 8, p. 1056.

9. G. W. F. Hegel, *Ciencia de la lógica*, Solar/Hachette, Buenos Aires, 1976, p. 348.

A essência do capital – assim como do valor e do Estado, por exemplo – não se expressa de forma pura e transparente, mas sob formas em que as relações emergem opacas, distorcidas e invertidas,¹⁰ isto é, sob *formas fetichizadas*. No capitalismo tudo isso tem sentido porque o capital constrói um mundo sustentado na *ficção real* de homens livres e iguais. Isso não significa desconhecer que a ruptura das relações de sujeição e vassalagem dos servos estabelece as bases para a “liberdade” do proletariado. No entanto, essa liberdade, como ir ao mercado para vender a força de trabalho, estará marcada pela coerção ou violência da usurpação dos meios de produção. Por sua vez, o capital, ao se apropriar da mais-valia produzida pelo trabalhador, reproduz o próprio trabalhador dia após dia, em seu despojo de meios de vida e de produção, de modo que a coerção e o despotismo do capital continuam operando para tornar possível a cotidiana presença do trabalhador no mercado. Por isso, em termos reais, “o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista”,¹¹ de modo que se vê obrigado a se submeter incessantemente, numa *escravidão* que desaparece apenas na aparência.¹² A liberdade do trabalhador se apresenta como seu contrário: escravidão e sujeição ao despotismo do capital.

Se as relações sociais de exploração e domínio se expressassem diretamente, aquela ficção se romperia facilmente, como uma simples bolha de sabão. As relações sociais requerem, portanto, formas particulares de se manifestarem e se tornarem mundo, formas que reforcem aquele imaginário, e para isso é preciso que tenham consistência e realidade, como relações mercantis de coisas (dinheiro) por coisas (produtos); preços (que sobem e descem conforme a oferta e a demanda) e não valor; Estado como árbitro, ou como contrato social, e não como violência de classes concentrada; lucro como expressão de valor novo, resultado de todo capital, e não como mais-valia, valor novo gerado pelo capital variável; salário como pagamento do trabalho, e não como pagamento da força de trabalho; cidadania eleitoral como igualdade política (cada cabeça conta apenas como um voto), num mundo onde impera a desigualdade econômica e política.

4 ANÁLISE GERAL DO CAPITAL

Marx argumenta que, quanto mais as relações mercantis capitalistas se desenvolverem, maior consistência alcançará a lei do valor, constituindo-se assim num centro de gravidade na determinação e flutuação dos preços. Contudo, em vários momentos de sua obra o próprio Marx assinala diferentes procedimentos que tornam

10. Neste sentido, Marx assinala: “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. *El Capital*, Fondo de Cultura Económica, México, 1973, Tomo III, p. 757. Na sequência, esta edição será citada como FCE.

11. Marx, FCE, t.1, p. 486.

12. Marx, FCE, t.1, p. 518.

possível e necessário que o capital viole esta lei tendencial. Destaco um momento, a título de exemplo. Quando faz referência aos mecanismos para contrarrestar a queda da taxa de lucro, indica como segundo mecanismo a “compressão do salário para abaixo do seu valor”, e na nota de rodapé que dali se segue agrega: “isto é, *abaixo do valor da força de trabalho*”.¹³ O breve texto de cinco linhas que forma esta seção aponta: “Isso só se cita aqui *empiricamente*, já que [...] nada tem a ver com a *análise geral do capital* [...]”. E finaliza: “Mesmo assim, *é uma das causas mais importantes* de contenção da tendência de queda da taxa de lucro”.¹⁴ Esta última afirmação parece contradizer a questão da crescente vigência do valor como elemento que define as trocas. É preciso assinalar quais “contradições” desse tipo se fazem presentes no tratamento de todos os problemas abordados.

A primeira resposta aos problemas aqui expostos é dada pelo próprio Marx na citação anterior. Para a “análise geral do capital”, que é o nível de sua reflexão em *O Capital*, as modificações dos pressupostos são desnecessárias, pois em sua análise “a transformação de dinheiro em capital deve ser investigada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, *de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida*”,¹⁵ mas obtendo uma mais-valia, dada a condição da força de trabalho de gerar um valor maior que seu valor de troca. Com isso, o núcleo interno da economia política do capitalismo começava a ser desvendado.

Por isso insiste: a “compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho, [...] apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive portanto a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu pleno valor”.¹⁶

De onde surge a riqueza e emerge o novo valor, considerando que é do trabalho? Mas, de qual trabalho? E como é possível a exploração no capitalismo se a compra e venda da força de trabalho no mercado é realizada com respeito ao valor das mercadorias? As respostas que são oferecidas, especialmente a que se refere à distinção entre trabalho abstrato, criador de valor, e trabalho concreto, criador de valores de uso, *estabelecem a base fundamental para explicar as particularidades da exploração e da luta de classes no capitalismo*. Mas *aquelas modificações dos pressupostos* presentes na “análise geral do capital”, tais como salários abaixo do valor da força de trabalho, não são apenas possíveis, mas sim necessárias no momento de incorporar maiores níveis de concretude, na medida em que são outros os problemas a serem decifrados.

13. N.T.: A mencionada nota é do Instituto Marx-Engels-Lenin e aparece na edição da Siglo XXI, citada por Osorio. Ao que parece, não consta em nenhuma das traduções ao português.

14. *El Capital*, SE, Tomo III, Vol. 6, p. 301 (itálico nosso).

15. Marx, FCE, t.1, p. 120.

16. Marx, FCE, t.1, p. 251 (último itálico nosso).

5 LÓGICA, NEGAÇÃO E NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO

Existem pelo menos dois argumentos centrais para entender as “contradições” presentes na reflexão de Marx. O primeiro é de ordem lógica. Para a lógica formal, quando se afirma que “algo é”, não se pode afirmar, sem entrar em conflito lógico, que essa mesma coisa – e de forma simultânea – “não é”, pois isso iria contra os princípios de identidade e de não contradição da lógica formal.

Mas “para compreender ou descrever a complexidade do real” e do ser, como bem assinala Pérez Soto, a lógica formal é muito pobre.¹⁷ Para uma tarefa de tamanha envergadura, é preciso outra lógica, ontológica e dialética, que assuma a contradição como própria do ser.

Ao pensar o ser como simultâneo não-ser,¹⁸ a dialética assume no ser a negatividade, a luta interior que torna possível pensar o ser como um “ir-sendo”, um ser com “tensão interna que se faz constantemente outro de si”.¹⁹ Definitivamente, um devir. Estamos no princípio do desenrolar do pensamento.²⁰ No entanto, já podemos alcançar algumas determinações para a reflexão que aqui nos ocupa.

Com a negatividade no ser,²¹ este não pode ser senão movimento, em contradição, enfrentado consigo mesmo, que rompe com a tranquilidade e o repouso imperantes nas “coisas” sobre as quais as ciências da modernidade capitalista refletem, coisas que somente saem de seu repouso por efeitos externos a elas mesmas, tal como na física newtoniana.

Se os processos são também sua negação, torna-se possível entender que a civilização que emana do capitalismo seja simultaneamente barbárie,²² que o desenvolvimento leva inscrito em seu âmago o subdesenvolvimento; que os mesmos

17. Carlos Pérez Soto, “Lógica ontológica y lógica formal”, em:

<http://grupohegel.blogspot.com.br/2010/01/logica-ontologica-y-logica-formal.html>

Para Herbert Marcuse, “a lógica formal aceita a forma do mundo tal como existe e proporciona algumas regras gerais para se orientar teoricamente em relação a ele. Em contraste, a lógica dialética rechaça toda pretensão de santidade do que está dado, e rompe a complacência dos que vivem sob sua égide”. Em *Razón y revolución*, Alianza Editorial, Madrid, 1971, pp. 133-134.

18. “O ser é não-ser na essência. Sua nulidade em si constitui a natureza negativa da própria essência”. Hegel, *Ciencia de la lógica*, op. cit., p. 348.

19. Carlos Pérez Soto, *Desde Hegel. Para una crítica radical de las ciencias sociales*, Itaca, México, 2008, p. 162.

20. Para aprofundar neste tema, ver Pérez Soto, *Desde Hegel*, op. cit., “Cap. IX: Nada”, p. 161-169.

21. “Negatividade é a tensão essencial, aquilo que é propriamente a essência, a relação pura, a partir da qual o ser se torna ser. É a atividade constitutiva como tal. É, de algum modo, o conceito mais básico que se pode atribuir à atividade do ser. [...] A negatividade atua colocando o ser, mas também dissolvendo-o”. Carlos Pérez Soto, *Sobre algunas categorías*, nota enviada ao autor pela Internet, 18 de janeiro de 2010.

22. O anjo da história de Walter Benjamin é uma boa imagem plástica disso. Caminha o progresso, mas sua cabeça vira para olhar a destruição que vai deixando no caminho. Pode-se encontrar diversas imagens na Internet, embora em sua tese Benjamin tinha como referência um quadro de Paul Klee, o qual, por outro lado, não é tão eloquente quanto a imagem do anjo.

processos que no capitalismo geram riqueza também geram pobreza.²³ Com isso conseguimos superar as dicotomias,²⁴ tão caras à ciência formada pela modernidade capitalista, de modo que, em vez de pensar em “coisas”, podemos pensar em relações e na forma como essas relações se projetam no mundo fetichizado como “coisas” isoladas, coisificadas.

Com a teoria do valor acontece algo similar. Em vez de nos perguntarmos sobre as relações sociais que constituem o valor, e as formas que o encobrem – dinheiro, preços, lucro, etc. –, tendemos a tomar as formas como “coisas”, sem a negatividade que os constitui. E assim o valor se constitui como algo dado, fixado, sem conflitos. Como relação social, o valor contém sua própria negação enquanto violação ou rompimento do valor. *A violação do valor não é senão a contrapartida da constituição do valor*, em um mundo no qual se desata um afã desenfreado por trabalho excedente, por trabalho vivo, única fonte do valor. Romper a lei do valor da força de trabalho emerge então como a contraparte necessária da expansão e desenvolvimento do valor. Por isso Marx recorrentemente faz referência a diversos mecanismos e procedimentos que violam o valor das mercadorias e, em particular, do valor da força de trabalho, cujo denominador comum é se apropriar de mais valor, justamente aquele que corresponde ao valor da força de trabalho.

As perguntas que ficam para serem resolvidas são por que esta negatividade termina tomando a forma de fundamento da reprodução do capital em algumas regiões e espaços no sistema mundial capitalista (como as economias dependentes), e por que tal negação segue latente e presente mesmo nas regiões e economias que, ao parecer, teriam desterrado essa mesma negação (as economias centrais). A teoria marxista da dependência, a partir de Marini, formulou respostas para estas questões.

A falta de compreensão de que a reflexão marxista se desenvolve sob procedimentos lógicos diferentes dos saberes prevaletentes traz consigo entendimentos unilaterais sobre um Marx que estaria ofuscado pela tecnologia e pelas forças produtivas, insensível diante dos problemas que o capital gera na natureza, um pensador inscrito na modernidade, sendo que, na verdade, toda sua reflexão e seu próprio modo de refletir é uma crítica a esta modernidade, a modernidade do capital, e seus saberes. Também quando se afirma que Marx é um pensador do progresso, deixando de lado o *corpus* geral de uma obra que é a crítica mais radical sobre o capitalismo e seu progresso, no marco da transformação do desenvolvimento das forças produtivas em processo que se reverte contra os trabalhadores e contra a natureza.

23. Processos que trazem inscrita em si a negação, mas não como “contraposição” ou como “conflito no sentido habitual de luta entre dois entes que já são, que existem previamente por si mesmos” (*op. cit.*), mas sim no sentido de que somente são e se constituem *em relação*.

24. As dicotomias se fazem presentes nos mais variados campos de estudo e sempre nos obrigam a opções em termos de “ou isso ou aquilo”. Neste sentido, aparecem: determinação ou contingência; democracia ou autoritarismo; ciências nomotéticas ou idiográficas; sujeito ou objeto; Estado ou mercado; público ou privado; incluído ou excluído, etc. Nunca aparece a relação que incorpora simultaneamente ambos os extremos.

A segunda vertente das “contradições” presentes na reflexão de Marx se refere aos níveis de análise (abstração e concretude) inscritos no *corpus* teórico marxista. Poucas teorias se enfrentam com esses problemas, pois poucas teorias apresentam tamanha diversidade de níveis de abstração e concretude. É preciso ir à filosofia para encontrar paralelos semelhantes.²⁵

Ao pressupor uma taxa geral de mais-valia, apesar de conhecer as taxas diferenciadas, Marx afirma que “na teoria se pressupõe que as leis do modo de produção capitalista atuem em sua forma pura”. E acrescenta que, “na realidade, há sempre aproximação”, e que “essa aproximação é tanto maior quanto mais o modo de produção capitalista estiver desenvolvido e quanto mais sua adulteração e seu entrelaçamento com restos de condições econômicas anteriores forem eliminados”.²⁶

A citação se refere a um elevado nível de abstração. Esta afirmação nos obriga a perguntar quão reais são as abstrações, enquanto “as leis do modo capitalista de produção atuem de forma pura”. As abstrações constituem o caminho que possibilita integrar essência e aparência. Neste sentido, as abstrações são mais reais que o sentido comum, porque nos proporcionam as ferramentas conceituais para conhecer as relações sociais e suas formas, que fazem com que o mundo apareça “encantado e de cabeça para baixo”. As abstrações nos ajudam, portanto, a tornar o mundo social inteligível e racional (possível de ser decifrado pela razão).

É por isso que Marx pode assinalar que sua formulação do trabalho abstrato como criador de valor, e como negação do trabalho concreto, permite entender “a natureza dupla da mercadoria”, e que isso constitui “o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política”.²⁷ Com isso, alcançará a noção de mais-valia e sua “forma transfigurada” ou “mistificada” como lucro, o que lhe dá armas conceituais para decifrar os “vínculos internos” que organizam o modo capitalista de produção e sua negatividade expressada na queda da taxa de lucro e nas crises.

O universal do capitalismo, em seu desenrolar *histórico*, deve ser pensado na realidade efetiva dos particulares que tomaram forma em seu desenrolar, como a conformação do capitalismo em um *sistema mundial* e com diversos capitalismo operando de modo diverso na *acumulação mundial*, economias centrais ou imperialistas, economias periféricas ou dependentes. O capitalismo se constitui dessa forma em *universalidade diferenciada*, o que exige *novos conceitos* e *categorias* para

25. E nisso a filosofia de Hegel ocuparia um lugar de destaque. Existe o perigo de assumir tais complexidades em espiral, como passos metodológicos tradicionais, o que reduziria as formulações de Hegel e Marx a um receituário de pesquisa.

26. *El capital*, SE, Tomo III, Vol. VI, p.222.

27. *El Capital* SE, Tomo 1, Vol. I, p. 51. Ter ressaltado este duplo caráter do trabalho é “o melhor do meu livro”, diz Marx a Engels numa carta de 1867. Ver *El Capital*, FCE, Tomo I, p. 688.

ser apreendido, na medida em que nesse desenrolar se integram processos e relações que redefinem o universal, e porque os particulares geram diversidade real, novidade efetiva do distinto, fazendo do capitalismo uma *unidade do diverso*.²⁸

Em outras palavras, os particulares, por sua relação diferenciada na acumulação do capital em escala mundial, geram, por sua vez, *formas internas particulares de reprodução do capital*. Dar conta de explicar a originalidade dessa reprodução no capitalismo dependente, em sua imbricação com o capitalismo central, é a tarefa que Marini procura resolver em *Dialética da dependência*.

A teoria exposta em *Dialética da dependência* é talvez a formulação mais ambiciosa e acabada sobre o particular capitalismo dependente. Aqui, em contraste com as teses de *O capital*, não se pode assumir diretamente os pressupostos que ali prevalecem (em *O capital*), pois a análise de *Dialética da Dependência* busca explicar um capitalismo mais concreto e específico, uma forma da negatividade do desenvolvimento do capitalismo, em que *a superexploração é agora a noção articuladora e definidora desta forma de reprodução capitalista*.

6 SOBRE O VALOR DA FORÇA DE TRABALHO

São muitas as particularidades da mercadoria força de trabalho em relação a seu valor, e as redefinições que sofre nos diversos níveis de análise, o que complica uma aproximação à sua determinação. Destacaremos, porém, alguns elementos relevantes, para começar a entrar nos problemas e temas que requerem maior discussão.

a) Valor dos meios de subsistência necessários, que permitam o produtor repor energias e ter algum descanso para voltar ao trabalho “sob as mesmas condições de força e saúde”. Aqui estão incluídos os bens que cobrem as chamadas *necessidades imprescindíveis*, que apresentam uma determinação *histórica e moral*. Isso remete à forma particular – como em diferentes sociedades os trabalhadores se alimentam, se vestem, descansam, etc. –, marcada pelo “nível cultural de um país” e por todas as “condições, [...] hábitos e aspirações de vida, [com que] se constituiu a classe dos trabalhadores livres”.²⁹

Isso implica que a massa ou volume de produtos que conformam uma cesta de bens-salário não pode ser composta sem considerar as condições históricas e culturais, ou seja, não pode, por exemplo, incluir produtos somente pelo seu baixo preço ou por critérios relativos ao que deve ser uma boa alimentação. Por outro lado, deve considerar que o desenvolvimento produtivo de uma

28. Neste parágrafo me apoio livremente nos argumentos de Pérez Soto em *Desde Hegel*, op. cit., Cap. IX. A partir do que foi assinalado se entende a falaz ortodoxia daqueles que sustentam que se algum novo termo não se encontra em *O capital*, já por esta simples razão estaria equivocado. Esta foi outra vertente de críticas à categoria de superexploração e, em geral, à teoria marxista da dependência.

29. Marx, SE, t. I, p. 208-209.

sociedade faz com que certos produtos suntuários se tornem posteriormente bens-salário, que se integram aos meios de vida necessários para a população trabalhadora. Uma televisão, uma geladeira ou um celular comum estariam neste conjunto a princípios do século XXI. Fazem parte da sociabilidade e da vida em comum que o capital vai estabelecendo em seu desenrolar. Assim, o *valor da força de trabalho é tensionado* pelo duplo processo que aumenta a massa de produtos imprescindíveis, aumentando seu valor, e a elevação da produtividade, em particular na produção de bens-salário, barateando-os.

b) O valor diário da força de trabalho contempla uma dupla dimensão: o valor diário e o valor total. O *valor diário* está determinado pelo seu *valor total*.³⁰ Isto implica que o produtor deve se apresentar no mercado de trabalho com uma determinada quantidade de anos, pautado pelas condições de saúde e pela esperança de vida alcançadas em períodos históricos específicos, em que *a vida laboral* deve constituir *uma parte da vida total* dos produtores, fronteira que, como a jornada de trabalho, é definida pela força dos antagonistas,³¹ numa “guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”.³² O desgaste da força de trabalho nesses anos laborais, seja pela extensão, seja pela intensidade, deve se dar em condições “normais”.

Ao se prolongar a jornada de trabalho, o desgaste da força de trabalho aumenta, o que faz elevar seu valor. O pagamento das horas extras pode ser uma forma de que tal aumento se expresse, por sua vez, em salário. Mas pode acontecer que nem mesmo o aumento do salário seja suficiente para compensar o desgaste derivado das horas a mais trabalhadas, de modo que o salário se situará abaixo do valor da força de trabalho. Isso se deve a que o maior desgaste pode reduzir o tempo de vida útil do trabalhador, violentando o valor total da força de trabalho, embora o maior salário diário possa dar a impressão de que está acima do valor. No fundo, o capital está recebendo o trabalho de vários jornadas e paga o salário de uma jornada.³³ Apropria-se assim do fundo de vida dos trabalhadores.

30. A isso se refere Marx quando indica que “o valor diário da força de trabalho [...] é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal”. Marx, FCE, t.1, p. 440. Ideia esta reiterada algumas páginas mais adiante, ao assinalar que: “Sabemos que el valor diario de la fuerza de trabajo se calcula tomando como base una determinada duración de vida del obrero”. Marx, FCE, t.1, p. 451.

31. A classe dos capitalistas e a classe trabalhadora. *El Capital* SE, t. I, vol. I, p. 282. Aqui a luta de classes se estabelece na disputa pela duração da jornada e, portanto, *pelo preço da força de trabalho*, para determinar que este preço não se distancie de seu valor. Não é então uma disputa pelo seu valor. *Não é na luta de classes onde se resolve o valor da força de trabalho*. Este é um erro comum daqueles que, ao observar reduções salariais, devido a derrotas dos trabalhadores, concluem que se reduziu o valor da força de trabalho. Foi reduzido seu preço, que então se situará abaixo do valor. Ver, por exemplo, José Valenzuela Feijóo, “Sobreexplotación y dependencia”, en *Investigación Económica*, nº 221, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, México, julho-setembro de 1997.

32. Marx, SE, t. I, v. I, p. 361.

33. “Pagas-me a força de trabalho de 1 dia, quando utilizas a de 3 dias”. *El Capital*, FCE, Tomo I, p.180. Em outras palavras, “a utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes”.

De todo modo, há um ponto em que nenhum aumento salarial poderá compensar o desgaste da força de trabalho provocado pela extensão da jornada, já que, “além desse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica e ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas”.³⁴

Com o aumento da produtividade, o capital pode produzir mais com o mesmo ou com menor desgaste da força de trabalho. Se essa produtividade se expressa nos setores que produzem bens-salário, permite a redução do valor desses bens e isso pode se expressar numa redução do valor da força de trabalho. Se os salários não se reduzem, tenderão a se situar acima do valor. Se efetivamente se reduzem em proporção à redução dos preços dos bens-salário, valor e salário tenderão a coincidir.

A intensificação do trabalho implica um “dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo”, de modo que, apesar de aumentar o número de produtos ou valores de uso, seu valor e seu preço não se reduzem. Como no caso do prolongamento da jornada, com a intensificação a elevação dos salários diários (e, portanto, o imaginário de que os salários se situariam acima do valor da força de trabalho) pode estar acompanhada de uma violação do valor total da força de trabalho, na medida em que reduz o tempo de vida útil do trabalhador.

c) O valor da força de trabalho contempla a reprodução de novos braços, incluindo a família dos trabalhadores e, em especial, seus filhos. A definição da idade para trabalhar é um produto histórico e cultural, mas em nenhum caso pode contemplar a incorporação de crianças aos processos de trabalho, pois conforma um aspecto imoral, nos termos antes assinalados. O mesmo ocorre com o trabalho de adolescentes cujas capacidades físicas e espirituais estão em desenvolvimento, e o trabalho agrava suas condições de vida, seja pelo esforço exigido (carregar objetos de peso para adultos), seja por retirar tempo de descanso e diversão, vitais para seu desenvolvimento e para sua educação.

Foi assumida sem muita crítica a ideia de “salário familiar”, conformado pelo trabalho de diversos membros da família (quando não todos), entre os quais se incluem adolescentes e crianças. Por este procedimento – nota-se – o capital conseguiria baratear o valor da força de trabalho dos adultos e, com o mesmo salário de adultos, adolescentes e crianças, atenderia as necessidades de uma família.

Para além de algumas formulações de Marx neste sentido,³⁵ que apontei como equivocadas, considero que o espírito geral de sua perspectiva caminha no sentido de contemplar esses procedimentos como processos que vão contra os elementos que apresentei de modo central na consideração dos fatores que

34. *El Capital*, FCE, Tomo I, p. 441.

35. Como, em especial, no relato histórico presente em *O capital*, cap. XIII: Maquinaria e grande indústria.

incidem na determinação do valor da força de trabalho, tal como quem a vende deve ser “*livre proprietário* de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa”.³⁶ Aqui teríamos adultos lançando no mercado de trabalho crianças e adolescentes que não têm capacidade de decidir e assumir responsabilidades sobre em que, como e por quanto trabalhar.

O fato de que forças de trabalho de adultos tenham que incorporar as rendas de crianças para reproduzir a si próprias e a elas implica uma fórmula que não corresponde à lógica imperante na determinação do valor. Está mais próxima das relações de vassalagem ou de escravidão (na relação, agora, entre pais e filhos). Pode operar na realidade, isso não está em discussão, mas *não pode ser assumida* como um procedimento *para definir o valor da força de trabalho*. Pelo contrário, é mais uma forma de grotesca *violação do valor da força de trabalho* dos adultos pais, e que *arrasa* em sua brutalidade *a vida de crianças e adolescentes*. Em poucas palavras, o preço da força de trabalho pode ser levado a extremos infra-humanos através de mecanismos como esses. Mas *isso apenas indica a distância que esse preço pode apresentar em relação ao valor*, ou seja, a que grau pode chegar a superexploração.

O capital também pode submeter a seu domínio despótico a força de trabalho escravizada. Mas ninguém poderá afirmar que sobre essa premissa será calculado o valor da força de trabalho. Este tipo de situação somente coloca em evidência a barbárie que acompanha o desenvolvimento do capital.

7 COMPRA-VENDA DA FORÇA DE TRABALHO POR BAIXO DO SEU VALOR

A forma mais grosseira e menos oculta de violar o valor da força de trabalho é aquela em que, no próprio processo de sua compra-venda, o capital paga um salário abaixo do valor. Este processo, que violenta o nível de abstração no qual Marx se situou, tem tamanha significação que foi necessário apresentá-lo com força e eloquência: “Nas seções sobre a produção de mais-valia, foi suposto constantemente que o salário era pelo menos igual ao valor da força de trabalho. A redução forçada do salário abaixo desse valor desempenha, contudo, no movimento prático, papel demasiadamente importante para que não detenhamos nela por um momento”.

E a primeira conclusão que chega é de grande contundência: “Essa redução transforma, de fato, dentro de certos limites, *o fundo necessário de consumo do trabalhador* em um *fundo de acumulação de capital*”.³⁷

Após citar um parágrafo de J. St. Mill – em que este afirma que os “salários não contribuem, ao lado do próprio trabalho, para a produção de mercadorias”, concluindo que “se o trabalho pudesse ser obtido sem compra, os salários seriam

36. Marx, FCE, t.1, p. 121.

37. *El Capital*, FCE, Tomo I, p. 505 (itálicas do original).

supérfluos” –, Marx comenta que “se os trabalhadores, porém, pudessem viver do ar, não seria possível comprá-los por nenhum preço”, e agrega um par de linhas mais adiante: “É constante tendência do capital rebaixar os trabalhadores a esse nível niilista”.³⁸

Aqui podemos apreciar o significado real da superexploração³⁹ na percepção de Marx. É o primeiro que está consciente de que a relação valor necessariamente tem como sua outra face a tendência a ser violentada. O fato de que Marx não tenha abordado teoricamente essa questão não se deve à sua suposta irrelevância, tal como se revela nos parágrafos acima citados e em outras passagens, mas sim ao fato de que isso implicaria introduzir um problema que teria lhe afastado de suas preocupações centrais em *O Capital*, tema este sobre o qual já tratamos nas páginas iniciais deste texto.

8 SUPEREXPLORAÇÃO E FORMAS DE AUMENTAR A TAXA DE MAIS-VALIA

Em seu louvável interesse em destacar o significado da superexploração no capitalismo dependente, alguns autores apontam que, enquanto mecanismo de compensação diante da transferências de valores ao mundo central, a superexploração deveria ser distinguida das formas para aumentar a taxa de mais-valia, pois estas formas são gerais, inerentes a qualquer modalidade de capitalismo, e nesta identificação se perderia sua particularidade.⁴⁰

Aqui se apresentam diversos problemas e confusões. O primeiro problema é a indeterminação da superexploração. Pois, por mais que se diga que é um mecanismo de compensação, é preciso esclarecer em que consiste esse tal mecanismo. Aumenta a exploração? Não há forma de não propiciar esse aumento sem recorrer às formas de aumentar a taxa de mais-valia, por mais que se busque diferenciar tais formas da superexploração. O problema não tem saída, pois se descartou a ideia de violação do valor da força de trabalho. O problema de uma superexploração assim

38. *El Capital*, FCE. Tomo 1, p. 505-506. A frase anterior permite questionar a tese que afirma que qualquer queda dos salários, ainda que por razões de força do capital, revela de fato uma queda do valor da força de trabalho (ver, sobre este ponto, José Valenzuela Feijóo, “Sobreexplotación y dependencia”, em *Investigación Económica*, núm. 221, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, México, julho-setembro de 1997, p. 113). Acaso é possível argumentar que o salário pode chegar a níveis *niilistas* e isso refletiria simplesmente que esse é o valor da força de trabalho? Desta forma não se entende para que tanto trabalho para definir a lei do valor, se ao final os preços marcam de forma transparente o valor.

39. Pelo menos em um par de ocasiões Marx a denomina de “exploração redobrada” (ver *El Capital*, FCE, Tomo I, p. 505 e 511) – categoria que tenho preferido utilizar ultimamente, ainda que não neste texto, para não introduzir discussões desnecessárias aos problemas que aqui se abordam –, ou então fala diretamente em “salário abaixo do seu valor”. Paolo Santi, em artigo de 1965, utiliza a noção de “superexploração”, acredito que pela primeira vez. Marini conhecia este texto, pois faz referência a ele em *Dialética da dependência*. [N.T.: Na tradução em português aqui utilizada como referência, a expressão escolhida para o mesmo trecho é, respectivamente, “elevação da exploração do trabalhador” e “exploração mais elevada”. E na tradução de Reginaldo Sant’Anna (*O Capital*, Livro I, Vol. I, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002, p. 698), o mesmo trecho aparece como “maior exploração do trabalhador”.]

40. Ver Marcelo Dias Carcanholo, “(Im)precisões sobre a categoria de superexploração da força de trabalho”, neste mesmo volume.

concebida, que apenas remete ao aumento da exploração, é que se perde a *especificidade da exploração no capitalismo dependente*. Onde estaria esta particularidade?

Sujeita às formas de exploração, por mais que se diga que não são o mesmo, a superexploração seria simplesmente uma agudização daquelas formas. Definitivamente não teria particularidade nenhuma.

Ao assumir que a superexploração é uma *forma particular de exploração*, uma forma em que *se viola o valor da força de trabalho*, seja diário, seja total, a confusão começa se resolver. Nesta perspectiva, as formas para aumentar a taxa de mais-valia não teriam por que se confundirem, pois elas não implicam em si mesmas a violação do valor da força de trabalho. É possível estender a jornada de trabalho a magnitudes razoáveis, em períodos exclusivos, e o pagamento das horas extras poderiam compensar esse maior desgaste. O mesmo pode acontecer em relação à intensidade.

Apenas prolongamentos permanentes da jornada de trabalho fazem com que o fundo de vida seja reduzido. Ainda mais em caso de prolongamentos regulares e desmedidos, em que nenhum pagamento extra permite compensar o desgaste. Somente nestes casos esta forma de aumentar a taxa de mais-valia se torna uma forma de superexploração. Idêntico raciocínio pode ser estendido em relação ao aumento da intensidade do trabalho.

Somente a apropriação de parte do fundo de consumo, para transferi-lo ao fundo de acumulação, constitui de modo simultâneo uma forma de aumentar a taxa de mais-valia e, por sua vez, uma forma de superexploração. Pelo contrário, o aumento da produtividade em setores produtores de bens-salário (sem aumento simultâneo de intensidade) constitui uma forma de aumentar a taxa de mais-valia sem constituir uma forma de superexploração.

Agora podemos reafirmar que a superexploração é a violação do valor da força de trabalho e que ela se realiza sob diversas formas, algumas violando diretamente o valor diário da força de trabalho e outras, mediadas, violando seu valor total.

9 CAPITALISMO E SUPEREXPLORAÇÃO

A superexploração era na reflexão de Marx um assunto que envolvia também o capitalismo hoje chamado de central. Suas referências sobre o tema são feitas considerando o capitalismo inglês, a forma mais desenvolvida do capitalismo de sua época. No entanto, como já mencionamos, apenas se referiu a ela de forma “empírica”, sem dar ao tema um tratamento teórico.

Trata-se de um processo universal, mas ocorreram transformações desde meados do século XIX, e durante o século XX, que devem ser analisadas para entender em seus termos precisos a afirmação de Marini de que “o fundamento

da dependência é a superexploração do trabalho”,⁴¹ o que ressignifica a superexploração no funcionamento do capitalismo dependente.

De relações coloniais com a América Latina, as economias centrais passam a relações entre nações formalmente independentes, relações tais que a meados do século XIX já se estabeleceram numa clara divisão internacional do trabalho, umas como produtoras de matérias-primas e alimentos e compradoras de bens manufaturados, e outras como produtoras de bens industriais.

Esse processo permite uma guinada importante nas economias centrais, que passam da mais-valia absoluta como forma predominante para uma economia sustentada na mais-valia relativa. O abastecimento de alimentos e matérias-primas da América Latina para tais economias teve nesta guinada um papel fundamental, ao reduzir os preços dos bens-salários, o que tornou factível a redução do tempo de trabalho necessário e permitiu “liberar”, por sua vez, uma faixa da força de trabalho nas economias industriais dos trabalhos agrícolas, para se dedicar à produção manufatureira.

A guinada acima assinalada implicava o amadurecimento de uma forma de reprodução em que os trabalhadores passarão a ocupar um papel cada vez mais significativo na realização da mais-valia, na medida em que formarão parte substancial do mercado interno e do consumo, sem ignorar o papel das lutas dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho naqueles processos, bem como as demandas por melhores condições de vida.

Isso não significa, porém, supor que as pulsões do capital por espoliar a força de trabalho em formas superexploradoras sejam anuladas. Ainda assim, as condições reais vão tornando possível que tais pulsões, em suas manifestações mais grosseiras, fiquem circunscritas às pequenas camadas de trabalhadores locais, à população imigrante e às camadas da superpopulação relativa que consegue pisar, temporal e irregularmente, na produção. Isso enquanto as crises não se façam presentes, o que desata as tendências a violentar a extração e apropriação de valor, embora isso implique a redução do fundo de consumo dos trabalhadores a níveis de subsistência, entre algumas das principais medidas.

Mas essa guinada também contou com outro importante processo, que o fortaleceu. Ao contar com maiores níveis de produtividade, produção de bens industriais e conhecimentos em condições monopólicas, as economias centrais puderam estabelecer preços que violavam a lei do valor (e com isso os preços de produção e de mercado de seus produtos), conseguindo assim se apropriar

41. Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*, Serie popular Era, México, 1973, p. 101. [Ruy Mauro Marini, “Sobre a *Dialéctica da dependência*”, em João Pedro Stédile e Roberta Traspardini (orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, op. cit., 2005, p. 194].

de valor e trabalho das economias não industriais pela via da troca desigual. Isso potencializou a elaboração de novas e mais sofisticadas tecnologias, máquinas e ferramentas nas economias centrais, além de ter incrementado componentes históricos e morais no valor da força de trabalho,⁴² multiplicando os traços civilizatórios do capitalismo em sua relação com a força de trabalho nessas zonas do sistema mundial capitalista.⁴³

Os efeitos desses processos caminharão numa direção contrária no capitalismo que se desenvolveu nas economias não industriais latino-americanas. Mais que tentar compensar as transferências de valor através da elevação da produtividade, o capital nesta parte do mundo compensará tais fluxos de valor pelo aumento da superexploração, elevando dessa forma a produção de valor, seja mediante a apropriação do fundo de consumo do trabalhador para convertê-lo em fundo de acumulação de capital, seja mediante a manutenção de extensas ou intensas jornadas de trabalho.

O que importa destacar aqui é que foi se formando uma modalidade de capitalismo – dependente –, em que o consumo da população trabalhadora se torna um elemento secundário em relação aos setores, ramos ou unidades produtivas mais dinâmicas dentro da acumulação dependente. Definitivamente se trata de um capitalismo no qual os trabalhadores contam mais como produtores de valor que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo.

Isso se relaciona com a tendência do capitalismo dependente a criar padrões de reprodução voltados aos mercados externos. É um capitalismo em que o poder de consumo dos trabalhadores das regiões para as quais exporta é mais importante que a própria economia local. Ao analisar a história econômica da região se constata precisamente que o chamado período de industrialização é apenas um breve parêntese numa longa história do predomínio de padrões exportadores na América Latina: o primeiro agro-mineiro exportador e, na atualidade, o de especialização produtiva.⁴⁴

Quando se iniciou o processo de industrialização, houve a impressão de que essa tendência seria revertida, e a burguesia local e organizações como a CEPAL jogaram com esse imaginário. Na verdade, as ilusões duraram pouco, apenas o

42. Estas condições objetivas na reprodução do capital permitem entender o maior peso dos salários no mundo imperialista – e não devido apenas a razões como a luta de classes, dando como certo que esta teria sido maior e mais aguda lá que nas economias dependentes; esse tipo de argumento, aliás, em geral transforma a luta de classes em fator explicativo de tudo, mas uma questão permanece presente: o que explica a própria luta de classes e as condições sob as quais ela se desenvolve? Com esse sociologismo não chega muito longe. Esta é outra razão pela qual Marx escreve *O capital*: para oferecer uma resposta que explique o terreno no qual se desenvolve a luta de classes no capitalismo.

43. É o capital imperialista e o capital dependente que explora, não os trabalhadores do mundo central.

44. Sobre o peso dos padrões exportadores na América Latina e a análise do novo padrão exportador, ver Jaime Osorio, "América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva", em Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo, Boitempo, 2012.

tempo para que as economias imperialistas saíssem da guerra e os Estados Unidos começassem a atuar como nova economia hegemônica dentro do sistema mundial capitalista. Era o período no qual a burguesia local tinha esgotado a produção manufatureira leve e deveria passar a etapas superiores, como a produção de bens de consumo duráveis e bens de capital.

Em lugar de concentrar seus esforços para alcançar novos estágios de produção – o que requereria um forte processo de acumulação e de austeridade –, a grande burguesia local, já conformada, acabou se aliando com o capital estrangeiro, particularmente o estadunidense, o qual, como resultado da aplicação na indústria dos avanços tecnológicos bélicos, acelerou a renovação do capital fixo em sua economia, o que, por sua vez, permitiu colocar no mercado uma elevada massa de máquinas, equipamentos e tecnologias com baixo custo e grandes facilidades. Assim, o grande capital local encontrou uma saída para passar a novas etapas na industrialização, sem o custo econômico e o sacrifício de produzir localmente máquinas e equipamentos, de modo que terminou se aliando ao capital estrangeiro, abrindo a indústria para tais investimentos.

Além de acabar com as ilusões nacionalistas e progressistas da burguesia local, esta – em aliança com o capital estrangeiro – retomou finalmente a linha de reprodução do capital que supostamente a industrialização iria modificar: a geração de uma estrutura produtiva que tende a se afastar das necessidades das amplas maiorias trabalhadoras. Se em suas economias de origem os bens e equipamentos importados podiam formar parte da produção de bens-salário (como bens de consumo duráveis, desde geladeiras, até automóveis), sua produção em economias baseadas na superexploração acaba gerando bens suntuários, destinados a camadas reduzidas da população.

A partir do que foi dito até aqui, podemos afirmar que *a dependência é uma forma particular de reprodução do capital, baseada na superexploração*, forma que reproduz a subordinação dessas economias aos centros imperialistas. Somente *a partir de uma perspectiva do conjunto do processo de reprodução do capital e das relações estabelecidas nesta unidade a superexploração alcança seu significado essencial*. Refletir a partir desta perspectiva é uma das virtudes do marxismo e da filosofia que o constitui.

10 O SISTEMA MUNDIAL COMO UNIDADE DE DIVERSAS FORMAS DE SUPEREXPLORAÇÃO

O sistema mundial capitalista constitui uma unidade diferenciada no “sentido forte”: como “a efetividade do universal pensado como diferença”.⁴⁵ Unidade, pois é a lógica do capital a iluminação “em que todas as demais cores estão imersas”

45. Carlos Pérez Soto, *Desde Hegel*, op. cit., p. 166.

e “que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta”.⁴⁶ Diferenciada, pois a negação do universal constitui “a realidade efetiva do particular” e “torna pensável a diversidade real” do mundo construído pelo capital.⁴⁷ Capitalismos centrais e imperialistas e capitalismos dependentes constituem algumas de suas formas, inseparáveis, diferentes na unidade, e somente explicáveis na relação que os constitui.

Se existem regiões e economias onde a superexploração constitui o fundamento da reprodução do capital, isso não significa que a superexploração não se faça presente em todo o sistema mundial capitalista. A civilização capitalista tem seu correlato de barbárie no próprio interior dos países imperialistas. O mesmo ocorre com a riqueza e sua expressão na pobreza. Ou então com o exército de trabalhadores ativos e os subempregados, desempregados e *paupers*. E se dá igualmente no capitalismo dependente: existem ilhotas civilizatórias e de riqueza; não há apenas barbárie, pobreza, desempregados e subempregados. Não entender isso é o que leva autores como Hardt e Negri a dizerem que em nossos dias a distinção entre centros e periferias não tem mais sentido, dado que “os estabelecimentos fabris sem conforto de Nova York e Paris rivalizam com os de Hong Kong e Manila”. Ainda mais contundente é seu argumento de que num mundo cada vez mais integrado pelos processos globais de produção, entre “Estados Unidos e Brasil, Inglaterra e Índia [...] não existem diferenças de natureza, apenas de grau”,⁴⁸ pois existiria um “terceiro-mundialização” do Primeiro Mundo e uma “primeiro-mundialização” do Terceiro Mundo, de modo que esses mundos estão totalmente “misturados”.⁴⁹

As noções como Primeiro e Terceiro mundo escondem as relações – entre nações e entre capitais – que fazem com que algumas economias se desenvolvam e outras se subdesenvolvam. Em outros termos, para que existam economias e regiões dependentes é preciso que existam economias e regiões imperialistas, e vice-versa. Nenhuma pode ser explicada em si mesma, de forma isolada, fora de sua relação. Por isso, situar, por um lado, os Estados Unidos e o Brasil (por mais exitosos que sejam os esforços das classes dominantes deste último país para se consolidarem como subimperialistas) e, por outro, a Grã Bretanha e a

46. K. Marx, *Grundrisse*, Siglo XXI Editores, México, 1971, Tomo I, p. 28. [N.T.: Transcrição da citação de acordo com a seguinte edição: Karl Marx, *Grundrisse* Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider, Boitempo, São Paulo/Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2011, p. 59.]

47. Pérez Soto, op. cit., p. 165 e 166.

48. Michel Hardt e Antonio Negri, *Império*, Paidós, Buenos Aires, 2002, p. 307. [N.T.: Transcrição da citação de acordo com a seguinte edição: *Império*, trad. de Berilo Vargas, Record, Rio de Janeiro, 2001, p. 357.]

49. Hardt e Negri, op. cit., p. 14-15. [*Império*, op. cit., p. 13.] O discurso da globalização afirma o imaginário de que teríamos chegado a um estágio no qual todas as economias têm condições para se desenvolverem, conforme mais se globalizem (abram suas economias, produzam para “o mundo”, reduzam barreiras protecionistas, etc.). Não haveria “intercâmbio desigual”, nem imperialismo, nem dependência. Curiosas semelhanças com as colocações de Hardt e Negri, para os quais o Império não tem localidade geográfica e seria o não-lugar.

Índia (o velho imperialismo junto a uma de suas antigas e valiosas colônias), para afirmar que somente há “diferenças de grau”, não passa de uma formulação totalmente equivocada.⁵⁰

O problema é que, no meio da profunda integração gerada pela mundialização, os fluxos de capitais se movem em múltiplas direções, mas, no momento de distribuir os lucros, estes terminam se assentando nas economias do chamado mundo central.⁵¹ O fato de que existam ilhotas de riqueza no mundo dependente e ilhotas de pobreza no mundo central não faz com que o sistema mundial seja atualmente uma “mistura” (ah, o fetichismo das aparências...), de modo que as relações que constituem os capitalismo particulares não são apenas uma questão “de grau” (ah, a velha tese das etapas do desenvolvimento revivida...), mas sim formas diferenciadas de reprodução do capital, como diferenciadas são as apropriações de valor de algumas economias em detrimento de outras.

11 REPRODUÇÕES DO CAPITAL DIFERENCIADAS

Com base no argumento exposto, podemos dizer que a superexploração, enquanto forma assumida pela exploração capitalista que implica a violação do valor da força de trabalho, se expande por todos os cantos do sistema mundial capitalista. Mas esta afirmação não deve nos levar a esquecer o *papel diferenciado* que jogam suas formas *na reprodução do capital* no mundo imperialista e central frente às regiões e economias dependentes.

No mundo central e imperialista, as formas predominantes em tempos sem crise estão relacionadas com a intensificação do trabalho – que se encontra estreitamente relacionada com o aumento de produtividade – e, em menor medida, com o prolongamento da jornada e a apropriação do fundo de consumo, particularmente dos trabalhadores migrantes e das camadas mais afetadas da população trabalhadora. Neste caso, o esgotamento dos trabalhadores tem como uma de suas expressões as doenças associadas ao estresse e à depressão aguda e prolongada. Os maiores salários no tempo de vida útil para o capital permite, por sua vez, rendimentos maiores para a aposentadoria.⁵²

50. Os casos confrontados ajudam a ocultar a falácia subjacente ao considerar economias que, estando distantes em termos de “grau”, distam qualitativamente nas formas de reprodução do capital que as sustentam. O assunto ficaria mais claro caso se apontasse como exemplos os Estados Unidos e Honduras, ou Grã Bretanha e Nigéria. Aqui o argumento de que somente existem “diferenças de grau” já não seria tão defensável e levaria ao questionamento sobre as razões das diferenças qualitativas entre essas economias.

51. Das 50 maiores empresas do mundo por lucro em 2011, segundo a *Forbes Global*, 19 são dos Estados Unidos (5 entre as 10 primeiras), 8 da China, 5 da Alemanha, 5 da França, 2 da Espanha e também 2 da Grã Bretanha, entre as economias com maior presença na lista.

Em: www.deganadores.com/index.php?option=com_content&view=article&id=595:las-. Consulta feita no dia 2 de fevereiro de 2012.

52. Isso será ainda maior caso a aposentadoria se realize em economias em que o câmbio de dólares a moedas locais favorece os possuidores de dólares. No México, por exemplo, há cidades que foram praticamente tomadas pela população aposentada estadunidense, como San Miguel de Allende, no Estado de Guanajuato, ou, em menor medida, no Valle de Bravo, no Estado de México.

O que interessa destacar é que esta forma de superexploração não altera – pelo contrário, reforça – as formas de reprodução do capital nas quais os assalariados, dado o montante de seus rendimentos, jogam um papel dinâmico na realização da mais-valia e no mercado interno. Importam para o capital não apenas como produtores, mas também como consumidores.⁵³

A situação é diametralmente diferente quando a forma de superexploração que prevalece se expressa diretamente num salário abaixo do valor da força de trabalho (apropriação do fundo de consumo), o que estimula o prolongamento da jornada como mecanismo para alcançar – pelos pagamentos extras – um salário diário suficiente para sobreviver, ou a intensificação do trabalho. O custo imediato disso é um prematuro esgotamento dos trabalhadores, sua destruição, a apropriação de seu fundo de vida, sem que, nos anos de vida útil – e menos ainda nos anos de aposentadoria –, suas rendas possam ter um papel significativo no mercado interno e na realização da mais-valia. A reprodução do capital (dinâmico, hegemônico, eixo da acumulação) cria estruturas produtivas que desconsideram as necessidades dos produtores, e a realização se dá mediante a abertura aos mercados externos e através da criação de reduzidos mercados com alto poder de consumo. Os trabalhadores importam, então, como geradores de mais-valia, mas não como realizadores desta mais-valia.

O problema *não* está, portanto, *em afirmar a universalidade da superexploração*, mas em *não distinguir as formas específicas* que predominam no mundo imperial e no mundo dependente, com as *consequências diferenciadas* que isso provoca nas formas como o capital se reproduz, bem como nas *bases diferenciadas que estabelece para o desenvolvimento da luta de classes*.

Apesar dos erros ou deficiências menores em sua formulação,⁵⁴ a superexploração constitui o eixo de uma proposta teórica central para tornar inteligíveis os processos e relações que operam no capitalismo dependente em sua imbricação com o sistema mundial capitalista. Emendar a obra de Marini neste sentido somente tem sentido se é para ampliar esse horizonte de reflexão aberto, e não para estabelecer rigorismos formais que tornem suas propostas pouco mais que letra morta.

53. Tudo isso pode se modificar radicalmente em situações de crise econômica mundial, como a que vivemos pelo menos desde 2009 até o presente. Já vimos que em momentos de uma queda substancial da taxa de lucro, um recurso imediato do capital é acudir à superexploração. E isso é o que ocorre em nossos dias, seja no mundo dependente, seja no mundo imperial. A questão que se abre é o que acontecerá – no caso de que o capital ultrapasse esta crise – com os salários e demais rendas dos trabalhadores no mundo central. O que é possível prever é que, seja como for, demorarão para se recuperarem.

54. Sobre as quais não tratamos aqui por razões indicadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, F.H.; SERRA, J. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. *In: Revista Mexicana de Sociología*, México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México, 1978 (n. especial).
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Imperio**. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- HEGEL, G. W. F. **Ciencia de la lógica**. 4. ed. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1976.
- MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Serie popular Era, 1973.
- MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo: o por qué me ufano de mi burguesía. *In: Revista Mexicana de Sociología*. México: 1978, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 1978 (n.especial).
- MARX, K. **El Capital**. México: Siglo XXI Editores, 1975, t. 1.
- _____. **El Capital**. 8. ed. México: Siglo XXI Editores, 1979, v. 1.
- _____. **El Capital**. 7. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- MARX, K. **Grundrisse**. México: Siglo XXI Editores,, 1971.
- OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia**. México: M. A. Porrúa-UAM, 2004.
- OSORIO, J. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. México: Ítaca-UAM-Xochimilco, 2009.
- PÉREZ SOTO, C. **Lógica ontológica y lógica formal**. México, 2010. Disponible em: <http://grupohegel.blogspot.com/2010/01/logica-ontologica-y-logica-formal.html>.
- PÉREZ SOTO, C. **Desde Hegel. Para una crítica radical de las ciencias sociales**. México: Itaca, 2008.
- PÉREZ SOTO, C. **Sobre algunas categorías**. (Notas enviadas por Internet al autor el 18 de enero de 2010).
- ROSDOLSKY, R. **Génesis y estructura de El capital de Marx: Estudios sobre los Grundrisse**. México: Siglo XXI Editores, 1978.
- SANTI, P. El debate sobre el imperialismo en los clásicos del marxismo, *in* SANTI, VALIER, BANFI *et al.* **Teoría marxista del imperialismo**. Cuadernos de Pasado y Presente n. 10, Córdoba, Argentina, 1971.
- VALENZUELA FEIJÓO, J. Sobreexplotación y dependencia. *In: Investigación Económica*. México: Instituto de Investigaciones Económica, UNAM, julio-septiembre de 1997 (n. 221).

(IM)PRECISÕES SOBRE A CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Marcelo Dias Carcanholo

1 INTRODUÇÃO

A teoria marxista da dependência¹ é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, interpretava, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial. Esta teoria foi constituída e teve o seu auge nos anos 1960. A partir daí, por várias razões,² foi esquecida da teoria social, tanto da hegemônica como, até mesmo, de boa parte de uma tradição mais crítica do pensamento social.

Não é uma casualidade histórica que essa teoria venha sendo reabilitada a partir da segunda metade dos anos 1990, e de forma mais intensa neste século XXI,³ justamente o momento em que o aguçamento da condição dependente das economias periféricas, em função da implementação intensa e massiva da estratégia neoliberal de desenvolvimento tem se verificado.

O resgate crítico dessa tradição é fundamental para o entendimento da inserção subordinada que as economias dependentes – em específico, as latino-americanas – apresentam na atual fase do capitalismo contemporâneo. *Resgate crítico* aqui significa uma reavaliação das principais teses da teoria marxista da dependência que não cometa dois tipos de equívocos muito comuns no pensamento social: *i*) utilização acrítica de categorias, conclusões e níveis de abstração que esta tradição utilizou para interpretar

1. São clássicas, e fundamentais para o seu entendimento, as seguintes referências: Marini (2005a), Marini (2005b), Santos (1970), Bamberger (1978) e Caputo e Pizarro (1970).

2. Marini (1992, p. 91), por exemplo, afirma que “assim como o golpe militar de 1964, no Brasil, precipitou a crise do desenvolvimentismo e abriu caminho para a afirmação da teoria da dependência, a derrota da Unidade Popular no Chile, em 1973, impactou negativamente esta última (...) os acontecimentos no Chile puseram em crise a intelectualidade latino-americana de esquerda e essa crise tendeu a se manifestar através do questionamento do que aparecia como a ideologia de esquerda por excelência”. Uma boa síntese da história dessa teoria, assim como de alguns dos seus principais expoentes, pode ser encontrada em Prado e Meireles (2010).

3. Essa reabertura do debate sobre a teoria marxista da dependência possui muitas referências. Destaquem-se aqui apenas algumas: Amaral (2006), Duarte e Gracioli (2007), Luce (2011), Martins (2011), Martins e Valencia (2009), Osorio (2004) e Valencia (2003; 2005; 2007).

uma época histórica do capitalismo específica, desrespeitando as especificidades do capitalismo e da dependência contemporânea; e *ii*) exasperação e, portanto, mistificação destas especificidades, que, no limite, levariam à conclusão de que a referida teoria teria que ser inteiramente reformulada. Este resgate crítico implica, portanto, o resgate das principais teses da teoria marxista da dependência: centro e periferia como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial; identificação dos condicionantes estruturais da dependência; necessidade de articulação dialética destes últimos com as distintas especificidades conjunturais; e centralidade da superexploração da força de trabalho. Estas teses se articulam com as especificidades históricas do capitalismo contemporâneo.

O objetivo deste trabalho é apontar para alguns esclarecimentos necessários sobre a categoria que, possivelmente, mais discussão suscitou na época de surgimento da teoria marxista da dependência. Não por coincidência, é uma das categorias que mais têm sido debatidas neste momento de sua recuperação no debate social: a superexploração da força de trabalho. Sugere-se aqui que muito deste debate – o de antes e o atual – se perde nas armadilhas que esta categoria apresenta, as quais nem sempre foram bem elucidadas, até mesmo pelos trabalhos pioneiros desta tradição.

2 DIALÉTICA DA MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO: SUPEREXPLORAÇÃO COMO CONCEITO OU CATEGORIA?

Dada a importância que a superexploração tem na teoria marxista da dependência, é fundamental e obrigatório precisar exatamente seu significado e seu *sans atus* teórico dentro da teoria marxista que procura dar conta das especificidades das sociedades dependentes.

A primeira precisão que necessita ser feita é se a superexploração diz respeito ao trabalho ou à força de trabalho. Marini (2005a; 2005b) usa o termo superexploração do trabalho, mas não é tão incomum encontrar nos trabalhos que tratam da teoria marxista da dependência o termo superexploração da força de trabalho. Não se trata de mero preciosismo terminológico. Deve fazer algum sentido, para estudar o significado da superexploração, saber o que significa exploração e, ademais, exploração do quê.

Dessa forma, essa precisão se relaciona com: *i*) o que, de fato, significa o termo exploração na teoria de Marx; *ii*) qual é a diferença entre a força de trabalho e o trabalho; e *iii*) em função do item anterior, superexploração poder ser ou não entendida meramente como uma maior exploração. A análise será começada com esta última questão.

Se o referencial teórico principal é a concepção de Marx sobre o modo de produção capitalista, veja-se como este autor trata o tema. Marx define a taxa de mais-valia da seguinte forma:

a mais-valia está para o capital variável como o mais-trabalho para o necessário, ou a taxa de mais-valia $m/v = \text{mais-trabalho/trabalho necessário}$. Ambas as proporções expressam a mesma relação de forma diferente (...) a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista (Mara, 1983 v. I, p. 177).

Em primeiro lugar, deve-se assinalar, desde já, que Marx usa o termo exploração da força de trabalho, ainda que, em alguns poucos momentos de *O capital*, ele possa utilizar o termo exploração do trabalho. Em segundo lugar, percebe-se claramente que o autor entende a taxa de mais-valia – isto é, a proporção entre a mais-valia (m) produzida e o elemento do capital produtivo realmente responsável pela produção de valor, a força de trabalho, que, em termos de valor, é o capital variável (v) – como sendo a “expressão exata” do grau de exploração da força de trabalho. Embora Marx não use o termo superexploração da força de trabalho, poder-se-ia interpretar – como de fato fazem alguns – que a superexploração em Marx corresponderia,⁴ simplesmente, a uma maior exploração; ou seja, a uma elevação da taxa de mais-valia. Entretanto, não é neste sentido que a categoria foi utilizada por Marini (2005a; 2005b),⁵ por exemplo, ainda que alguns autores da tradição da teoria marxista da dependência não tratem claramente da diferença que existe entre a categoria e as distintas formas de obter a elevação da taxa de mais-valia, como será visto adiante.

Antes disso, deve-se esclarecer o significado em Marx do termo *exploração*. Este não pode ser entendido a partir de uma concepção moralista, maniqueísta, como se a exploração pelo capital significasse um uso indevido, injustificado, um verdadeiro ato de crueldade do capital contra o elemento subjetivo do processo de produção, a força de trabalho (o trabalhador),⁶ com o único intuito de se apropriar de uma parcela do resultado do seu trabalho, na forma da mais-valia. Esta interpretação moralista tende a identificar a mais-valia como o resultado de um roubo por parte do capital. Ainda que realmente o intuito do capital seja a apropriação da mais-valia, com base no trabalho que a força de trabalho realiza no processo produtivo, para além daquele trabalho que é necessário para recompor suas condições de existência, não há nada mais distante de Marx que interpretar isto com viés moralista.

O termo exploração em Marx tem um sentido mais amplo. Significa usar, utilizar, consumir, explorar a capacidade que a mercadoria em questão possui de satisfazer a necessidade de quem a utiliza. De modo mais rigoroso, e já se utilizan-

4. Note-se que Marx nunca procedeu assim. Procura-se assinalar apenas que a utilização do termo superexploração, a partir única e exclusivamente daquilo que Marx concebeu, inclusive dentro dos níveis de abstração em que ele se encontrava em *O capital*, permitiria, em alguns casos, esse tipo de interpretação.

5. Mesmo esse autor, como também será visto, em alguns momentos de sua obra, parece tratar indistintamente a categoria e os mecanismos que permitem a elevação da taxa de mais-valia.

6. E isso por mais cruéis, lúgubres e desumanas que possam ser efetivamente as condições de trabalho no processo produtivo, dentro da lógica capitalista.

do a teoria do valor de Marx, exploração significa consumir (realizar) o valor de uso – a capacidade que uma mercadoria possui de, por meio de suas propriedades materiais (objetivas), satisfazer as necessidades humanas; neste caso, as necessidades de valorização do capital – próprio da mercadoria em questão. Como os critérios de justiça e moralidade são também construídos historicamente, e, na sociedade capitalista, eles estão subsumidos à lógica do valor mercantil, considera-se justo que: *i*) as mercadorias sejam compradas e vendidas pelos seus valores; isto é, que a troca de equivalentes seja a norma das relações mercantis;⁷ e *ii*) quem compra uma mercadoria adquira o direito de utilizar como bem entender esta mercadoria; ou seja, de se apropriar do resultado do consumo do valor de uso da mercadoria. Marx é o único autor que consegue explicar a mais-valia (lucro) mesmo admitindo a troca de equivalentes como norma das relações mercantis. Isto significa que o capital, mesmo pagando um salário equivalente ao valor da força de trabalho, consegue se apropriar de um valor excedente, a mais-valia. Esta última se explica, portanto, pela dialética da mercadoria força de trabalho.

Como toda e qualquer mercadoria, a força de trabalho é uma unidade dialética entre seu valor de uso e seu valor. Este último equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir a capacidade de trabalho, de acordo com determinações sociais e históricas. Admitir a troca de equivalentes significa admitir que os salários pagos correspondem a este valor da força de trabalho. O valor de uso desta, por sua vez, é dado pela sua serventia, por aquilo que a força de trabalho é capaz de fazer, o exercício efetivo de sua capacidade de trabalho. Assim, o resultado da realização da capacidade de trabalho é o trabalho propriamente dito, junto com os meios de produção, o processo produtivo. Como o trabalho é a substância, o fundamento do valor, o resultado do consumo do valor de uso da força de trabalho implica criação de valor e, como este resultado é de propriedade de quem comprou esta capacidade de trabalho, o valor novo gerado no processo produtivo é, e deve ser, apropriado pelo capital. Evidentemente, o capital procurará determinar uma jornada de trabalho – responsável pela criação deste valor novo – em cima daquele tempo de trabalho que produzirá um valor equivalente ao valor da força de trabalho. Esta diferença é justamente a mais-valia, o trabalho excedente.

Note-se que: *i*) o trabalhador realmente trabalha mais tempo que o necessário para reproduzir suas condições de existência;⁸ *ii*) este tempo de trabalho excedente é o que cria o mais-valor, a mais-valia, a ser apropriada pelo capital; *iii*) esta apropriação da mais-valia é “justificada”, na economia mercantil-capitalista, porque o capital comprou este direito de se apropriar do consumo do valor

7. O significado preciso da lei do valor em Marx e a relação do valor com os preços serão discutidos mais adiante.

8. Se o critério – sempre construído social e historicamente – fosse “a cada qual segundo seu trabalho”, certamente o capitalismo teria uma conotação injusta, uma vez que o trabalhador se apropria de menor quantidade de valor em relação ao que produz.

de uso da força de trabalho; e *iv*) esta compra se deu por meio de uma troca de equivalentes; ou seja, a força de trabalho recebeu salário equivalente ao seu valor.⁹ Portanto, ocorreu uma exploração; define-se um grau de exploração, expresso pela taxa de mais-valia, mesmo com o capital “respeitando” o critério de “justiça”, evidentemente segundo as normas mercantis-capitalistas. Tanto é assim que se pode pensar uma situação em que a força de trabalho receba um salário maior que o seu valor – em função de contingências de mercado – e mesmo assim a mais-valia pode ser produzida, desde que a diferença entre o salário e o valor da força de trabalho não seja grande o suficiente para esgotar todo o valor novo produzido durante a jornada de trabalho.

Entendido o significado de exploração em Marx, duas conclusões são importantes. Em primeiro lugar, superexploração, se significar apenas “mais exploração”, não tem maior significado teórico, para além de meras formas concretas de elevação do grau de exploração, de aumento da taxa de mais-valia. Pretende-se demonstrar mais adiante que, mesmo não explicitando isso, deixando a questão até confusa em determinados momentos, não era este o entendimento da proposta original da teoria marxista da dependência; ao menos, não como proposto por Marini.

Em segundo lugar, fica clara a diferença entre *superexploração do trabalho* e *superexploração da força de trabalho*, e não se trata de uma questão de preciosismo terminológico. Tratar os dois como sinônimos equivale a tratar a força de trabalho (mercadoria) como sinônimo de trabalho (o valor de uso da mercadoria) e, portanto, perder de vista a dialética da mercadoria força de trabalho. Sem isto, não é possível entender a origem da mais-valia mesmo com a troca de equivalentes, pois ela só poderia ser resultado de um roubo; isto é, de o capital remunerar a força de trabalho por um salário inferior ao seu valor. Esta é a concepção típica de quem se restringe a entender a teoria do valor-trabalho sob uma ótica ricardiana.¹⁰ É mais que conhecido o comentário de Marx, em uma de suas cartas a Engels de 1868,¹¹ segundo o qual sua grande descoberta crítica em relação à economia política clássica – em especial, em relação a Ricardo – era que esta não teria conseguido entender o duplo caráter do trabalho no capitalismo: o trabalhador não vende o trabalho ao capital, mas sua força de trabalho, a capacidade de realizar o primeiro.

Conclui-se, assim, que o rigor teórico e metodológico exige utilizar o termo *superexploração da força de trabalho*, uma vez que explorar – no sentido de usar,

9. Esse é o critério de “justiça” em uma sociedade regida pelo valor mercantil, “a cada qual segundo o que vale”.

10. É assim, inclusive, que pensam os autores conhecidos como ricardianos de esquerda. Ver, por exemplo, Hodgskin (1986) e Thompson (2005).

11. “O que há de melhor no meu livro é: 1) (e é sobre isso que repousa toda a compreensão dos fatos) a colocação em destaque, desde o primeiro capítulo, do duplo caráter do trabalho, que se exprime em valor de uso ou em valor de troca; 2) A análise da mais-valia, independentemente de suas formas particulares: lucro, juros, renda fundiária etc.” (Marx e Engels, 1971, p. 198-199).

utilizar, consumir, realizar – aquilo que já é o resultado desta exploração (utilização), o trabalho, não parece fazer muito sentido.

Entendido que o correto é *superexploração da força de trabalho*, que não pode ser entendida como sinônimo de *maior exploração*, ao menos para a formulação original de Marini, tendo um sentido teórico próprio, é preciso perguntar: trata-se de uma categoria ou um conceito? Novamente, isto tampouco constitui um mero preciosismo terminológico. Ao contrário, retrata uma diferença crucial em termos metodológicos e teóricos que separa a teoria marxista de outras.

A diferença diz respeito à forma como se procura apreender o objeto a ser conhecido. Segundo Abbagnano:

históricamente el primer significado atribuido a las categorías es realista; son consideradas como determinaciones de la realidad¹² y, en segundo lugar, como nociones que sirven para investigar y comprender la realidad misma (Abbagnano, 1974, p. 147).

Dessa forma, as categorias possuem uma existência real, são propriedades do objeto, que, em função de suas formas de manifestação, possibilitam – o que não é uma necessidade – a sua apreensão por parte do ser humano que procura entendimento ou explicação deste objeto.

A noção de *conceito*, ao contrário, costuma estar mais associada a uma perspectiva idealista do conhecimento; especificamente, a uma construção ideal prévia de um sistema lógico-conceitual a partir do qual a realidade objetiva é apreendida, como se esta fosse uma manifestação objetiva da ideia, do conceito.¹³

Dessa forma, a utilização dessa noção de *categoria* está mais próxima da forma como Marx entende a realidade social; são as determinações concretas e objetivas dos fenômenos que permitem determinadas maneiras distintas – e às vezes até mistificadoras da realidade – de conhecê-los. A (*super*)*exploração da força de trabalho*, antes de ser uma ideia exclusiva do plano subjetivo, teórico e conceitual, é uma determinação real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve; não é uma manifestação objetiva de um conceito idealizado, e que faz sentido dentro de um sistema puramente lógico, mas uma determinação da lógica objetiva do capitalismo.¹⁴ Por isso, não é irrelevante se o tratamento para a *superexploração da força de trabalho* é dado por um sistema conceitual idealista ou por uma teoria materialista – histórica e dialética, sem os dissentidos de deturpações positivistas e mecanicistas que estes dois termos

12. Lukács (1979; 2010) chamaria essas determinações de ontológicas.

13. Para o caráter mais subjetivo e idealista do termo *conceito*, ver Abbagnano (1974, p. 190-196).

14. "As categorias, pois, não pertencem em exclusivo ao mundo do pensamento, mas têm existência na própria realidade social e cultural; pertencem à atualidade, mas frequentemente as suas origens são remotas, perdendo-se na sombra dos tempos" (Prado, 2011, p. 81).

tiveram na história do marxismo – que entenda as categorias como determinações do próprio objeto concreto e a partir deste.¹⁵

3 (SUPER)EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO A PARTIR DE MARX

Se a categoria – e não o conceito – *superexploração da força de trabalho* é central dentro da teoria marxista da dependência, o mesmo não pode ser dito para Marx, ou até para autores que procurem diretamente em Marx, sem categorias de intermediação, explicações e utilizações de *O capital* para o entendimento de um fenômeno que este autor nem se propôs a analisar; ao menos; não no nível de abstração que ali se lhe impunha.

Como visto, Marx sequer utiliza o termo, tratando apenas a exploração da força de trabalho – esta, sim, uma categoria para ele – no sentido já explicado. Assim, uma transposição descuidada do termo para o plano de análise daquilo que é específico a uma economia ou sociedade dependente corre o risco de tratar aspectos distintos (formas de manifestação e conteúdos) de uma mesma realidade (o capitalismo) como se estivessem em um mesmo nível de abstração. Outro risco é justapor em um mesmo nível de abstração categorias que dizem respeito a distintos níveis de determinação do objeto a ser explicado.

Se a categoria em Marx é apenas a exploração da força de trabalho, por ser ela expressa exatamente pela taxa de mais-valia, categoria central na teoria deste autor, a superexploração não seria propriamente uma categoria; isto é, não teria uma existência objetiva e concreta própria que lhe desse sentido; significaria apenas uma maior exploração, a elevação da taxa de mais-valia. Assim, restringindo-se apenas à teoria de Marx em *O capital*, teria de se distinguir claramente aquilo que é categoria (taxa de mais-valia ou grau de exploração da força de trabalho) das formas ou dos mecanismos concretos que permitem a elevação desta taxa.

A teoria marxista da dependência entende a superexploração, no sentido de formas ou mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, como o conjunto das situações que permitem a elevação do grau de exploração da força de trabalho mediante a redução dos salários para patamar inferior ao valor da força de trabalho. De fato, dado o valor-novo produzido no processo de produção, se os salários se reduzem – pela razão que seja – para abaixo do valor da força de trabalho, a diferença será apropriada por uma maior magnitude de mais-valia (lucro), o que redundará, obviamente, na elevação da taxa de mais-valia. Esta possibilidade foi analisada exaustivamente por Marx em *O capital*, mas nunca

15. É em função disso que não se considera aqui relevante a proposta de Dussel (1985) de tratar a dependência não como uma *teoria*, mas como uma *questão* dentro da teoria, como se os distintos níveis de abstração produzissem uma clivagem entre *questões* e *teoria*. A separação injustificada de questões em relação a uma teoria preexistente é um procedimento tipicamente idealista; logo, estranho a Marx.

foi considerada a única forma de obter uma elevação da taxa de mais-valia, tampouco, o elemento central das leis gerais do modo de produção capitalista, o que exigiria um tratamento categorial específico para estas formas, inclusive com outra nomenclatura.¹⁶

É preciso ressaltar que, no nível de abstração do livro I de *O capital*, no qual a questão é mais tratada, não fazia sentido analisar o aumento da taxa de mais-valia em razão da redução do salário, ainda que a possibilidade real de que isto aconteça tenha sido inúmeras vezes remarcada. Isto porque ali se tratava de entender o processo de produção do capital, abstraindo-se da análise todas as reais dificuldades que ele tem para circular e realizar o valor produzido, temática dos outros livros. Assim, no livro I desta obra, supõe-se que todo o valor produzido será realizado; ou melhor, que as mercadorias serão vendidas no volume e na magnitude de valor em que foram produzidas. Em termos da mercadoria força de trabalho, isto significa que os salários corresponderiam ao valor da força de trabalho.¹⁷ O grande objetivo de Marx era demonstrar, ao contrário de toda a ginástica ricardiana, que a mais-valia (lucro) não é originada de uma variação de salários em torno de um pretense preço natural da força de trabalho, ainda que esta variação se reflita, dados outros determinantes, em uma taxa de mais-valia maior ou menor. Marx queria justamente mostrar que o fundamento da mais-valia prescinde dos problemas próprios da circulação (realização), na qual o que ocorre são variações da apropriação dos valores produzidos, e que – o que parece óbvio – a temática de como a mais-valia é produzida diz respeito à forma como se dá o processo de produção no capitalismo, pressupondo as variações específicas e próprias do processo de circulação das mercadorias.

Portanto, para Marx, superexploração da força de trabalho significa apenas formas ou mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, especificamente por intermédio de uma redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho, nunca uma categoria específica do capitalismo. Esta questão é muito importante, porque uma interpretação de Marx mais “quadrada” tenderia a rejeitar a superexploração como uma categoria, simplesmente porque ela, no nível de abstração em que estava o autor, não o era, nem poderia ser.

Que nível de abstração era esse? Em primeiro lugar, na determinação do valor-capital como um sujeito que se autoafirma – um sujeito que é posto e repostado por ele mesmo – pela produção da mais-valia e, dentro do processo de reprodução e acumulação do capital, procurando elevar a taxa de mais-valia, seja por mecanismos

16. Talvez isso explique porque Marx não se refere ao termo superexploração da força de trabalho; justamente porque para ele não se trata de outra categoria, mas de formas específicas que permitem a modificação quantitativa de uma categoria específica – o grau de exploração da força de trabalho, ou taxa de mais-valia.

17. Quando Marx tratar, ainda no livro I, da lei geral da acumulação capitalista (capítulo XXIII), será obrigado a abrir mão da hipótese de troca de equivalentes, por razões que ficarão mais claras adiante.

próprios da mais-valia absoluta e/ou da mais-valia relativa. A temática ali é a produção do capital, e o que está pressuposto é a sua circulação (realização).

Em segundo lugar, e isso vale para toda a obra, e não apenas para o livro I de *O capital*, Marx procura apreender da dinâmica capitalista as suas leis gerais de funcionamento.¹⁸ Portanto, ele está preocupado em identificar as características do funcionamento de uma economia capitalista, não importando neste nível de abstração as distintas especificidades reais que determinadas localidades, países e regiões podem apresentar dentro deste modo de produção.¹⁹

Ora, a temática que dá sentido à teoria marxista da dependência é justamente aquela que contém as distintas formas de inserção dentro de um processo de acumulação capitalista em escala mundial. É porque existem distintas formas de inserção – países centrais, majoritariamente com comportamentos imperialistas,²⁰ que definem em maior ou menor grau a forma como a economia mundial se processa, e países dependentes, que são obrigados a inserir-se *em função* destes determinantes da economia mundial – que faz sentido pensar em uma teoria da dependência. Se não existisse esta especificidade, o nível de abstração em que se encontrava Marx em *O capital*, aquilo que é próprio de uma economia capitalista, seria suficiente para entender toda localidade, nação ou região que se caracterizasse por ser capitalista. A teoria marxista da dependência deve tomar como pressuposto as leis gerais do modo de produção capitalista conforme aquilo que foi apontado por Marx em *O capital*, mas não pode se restringir a isto, tratando aquela obra como se fosse um simples manual aplicável a todo e qualquer caso concreto. Aliás, proceder assim seria outra forma de exercer o idealismo conceitual mencionado anteriormente. Seria uma tentativa esdrúxula de construir uma teoria marxista da dependência sem Marx.

Por último, é necessário fazer uma observação decorrente disso que foi tratado. Como visto, o nível de abstração de Marx pode ser entendido como um tratamento do capital em geral, abstraindo-se as distintas formas que este capital, inclusive seus arranjos institucionais, sociais, políticos e culturais, pode assumir em distintas partes. Entretanto, isto não pode ser confundido com uma falsa clivagem que existiria na obra de Marx entre o capital em geral e os capitais particulares.

18. As leis gerais de funcionamento do capitalismo em Marx não podem ser nunca confundidas com o sentido corriqueiro, pobre, de lei e causalidade no sentido determinístico. São sempre leis de tendência, que pressupõem a dialética causalidade-casualidade e a historicidade dos eventos. Admitem distintas possibilidades do desdobramento histórico, em função não de leis preestabelecidas, mas porque o desdobramento da realidade social decorre daquilo que o sujeito histórico, o ser humano, pode alternativamente produzir com base em distintas possibilidades. Para mais especificações, ver Lukács (1979; 2010) e Prado (2011).

19. Em alguns momentos da obra, Marx até faz menção a essas especificidades, como no capítulo sobre a diversidade nacional dos salários (capítulo XX do livro I), mas apenas para ilustrar o argumento maior, que está em outro nível de abstração, e não para tratar rigorosamente destas especificidades.

20. Por isso, a teoria marxista da dependência é claramente uma herdeira da teoria marxista do imperialismo.

Segundo esta perspectiva,²¹ os livros I e II de *O capital* estariam restritos ao âmbito do capital em geral, suas legalidades e processualidades. Ainda segundo esta interpretação, em determinado momento do livro III – em especial, quando trata da concorrência entre os distintos setores –, Marx teria saído do plano do capital em geral para o plano dos capitais particulares. Esta é uma interpretação completamente estranha a Marx. Para este, o capital em geral pressupõe a sua manifestação nos capitais particulares, e estes estão subsumidos à lógica mais geral do primeiro.

Assim, por exemplo, ainda no capítulo I do livro I, Marx, tratando do que mais tarde, no capítulo X do livro III, chamará de valor social ou de mercado (aquele correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário), percebe que uma mesma mercadoria pode ser produzida com distintas produtividades por distintos capitais. Portanto, o valor da mercadoria será aquele que corresponder ao grau médio de produtividade e intensidade do trabalho. Neste ponto, já está claro que o capital em geral não é algo distinto dos capitais particulares, que seriam tratados apenas no livro III. Ao contrário, a determinação do que é o capital em geral pressupõe e exige o comportamento dos capitais particulares. De outra forma, no capítulo IX do livro III, quando trata especificamente de capitais particulares em distintos setores, para esta interpretação, Marx teria saído do campo do capital em geral para entrar em uma espécie de “introdução à teoria da concorrência dos capitais particulares”. Diferentemente disso, ele justamente está mostrando que a atuação destes capitais particulares, por intermédio da concorrência, produz uma tendência à formação da taxa média de lucro; ou seja, que uma característica (lei geral) do capital em geral (a taxa média de lucro) é produzida, sob o estímulo da concorrência, pela atuação dos capitais particulares.

Bem entendidos os diferentes níveis de abstração que separam a forma como Marx entendeu as leis gerais de funcionamento do capitalismo e as específicas maneiras que distintas economias têm para inserir-se em uma economia mundial capitalista – nível de abstração da teoria marxista da dependência –, é possível passar para esta teoria.

4 O TRATAMENTO CATEGORIAL EM MARINI

Como se viu, a *superexploração da força de trabalho* não pode ser considerada uma categoria em Marx, até em função do nível de abstração em que ele estava em *O capital*. Ao contrário, para a teoria marxista da dependência, em um menor nível de abstração em relação a Marx, trata-se de entender a especificidade do capitalismo dependente. Pretende-se demonstrar nesta seção que, como afirmado,

21. Esse tipo de interpretação pode ser encontrado, por exemplo, na “escola da UNICAMP”, como em Possas (1989) e Belluzzo (1998).

a superexploração não é apenas um conjunto de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais-valia, mas, para além disso, constitui-se em uma categoria central – aliás, a mais importante – da teoria marxista da dependência.

No trabalho que procura responder às primeiras críticas que *Dialética da dependência* (Marini, 2005a) sofreu, Marini deixa clara a centralidade e a especificidade da categoria superexploração para a teoria marxista da dependência, quando afirma que “elas [questões substantivas do *Dialética da dependência*] estão reafirmando a tese que se afirma ali, isto é, a de que o fundamento²² da dependência é a superexploração do trabalho” (Marini, 2005b, p. 165). Fica claro que a superexploração é uma categoria específica do capitalismo dependente.²³ Qual seria a razão disto? Qual é a especificidade que define a condição dependente? Em função da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se mecanismos estruturais de transferência do valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais.

Marini (2005a), ao explicar o segredo da troca desigual no plano do comércio mundial, faz referência a dois mecanismos, mas, do ponto de vista defendido neste capítulo, ele estaria tratando de três. Ainda que relacionados, dizem respeito a níveis de abstração distintos no processo das trocas mercantis. Em um primeiro nível, considerando-se que distintos capitais podem produzir uma mesma mercadoria, com diferentes graus de produtividade, isto implica que cada um dos capitais possuiria valores individuais distintos, tanto menor quanto maior a produtividade do capital em questão. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, ou social, segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, os capitais com produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado,²⁴ apropriando-se, portanto, de uma mais-valia para além daquela que eles mesmos produziram, a mais-valia extraordinária. Assim, neste nível de abstração mais elevado, a lei do valor, no plano da economia mundial, implicaria que economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais valor do que realmente conseguem se apropriar. Este desnível na

22. Dussel (1988, p. 313) interpretou, equivocadamente, *fundamento* como sendo *essência*. A partir daí, de fato, a superexploração não poderia ser a essência da dependência, mas uma consequência específica desta essência; a saber, a transferência de valor da periferia para o centro. Entretanto, *fundamento*, nesta passagem, e na teoria de Marini, não pode ser assim entendido. Enquanto a *essência* está mais relacionada àquilo que de fato é, *fundamento* é algo próprio da razão de ser, a especificidade de aquilo ser como é. Para a diferença entre essência e fundamento, ver Abbagnano (1974).

23. “El gran aporte de Marini a la teoría de la dependencia fue haber demostrado cómo la superexplotación del trabajo configura una ley de movimiento propia del capitalismo dependiente” (Bambirra, 1978, p. 69-70).

24. Trata-se de um nível de abstração elevado porque, como demonstra Marx (1983, livro III, capítulos IX e X), pressupõe que os preços de mercado correspondem aos preços de produção de mercado, que, por sua vez, correspondem aos valores de mercado. Marx observa que isto só é possível em setores de produção com composição orgânica do capital igual à média da economia – mundial, neste caso específico de que se está tratando –, que, ademais, apresentem uma demanda por sua mercadoria equivalente ao volume de produção.

produtividade de mercadorias que são produzidas tanto na economia central quanto na economia dependente permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida na última que é apropriada e acumulada na primeira.

Um segundo mecanismo de transferência se apresenta quando se considera um nível de abstração menor nas trocas mercantis. Nos termos de Marx, quando se sai do plano da concorrência dentro de um mesmo setor e se considera a concorrência entre distintas esferas de produção, naquilo que este autor trabalhou como a formação dos preços de produção e da taxa média de lucro (Marx, 1983, livro III, capítulo IX), verifica-se o aparecimento de um lucro extraordinário para aqueles setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Demonstra-se que setores que produzem suas mercadorias específicas com composição orgânica do capital (produtividade) acima da média apresentarão um preço de produção de mercado acima dos valores de mercado. Portanto, venderão²⁵ suas mercadorias por um preço que lhes permitirá apropriar-se de mais valor que o que produzirem. O contrário acontece para aqueles setores que produzem suas mercadorias – distintas das produzidas nos primeiros setores – com produtividades abaixo da média da economia como um todo. Aqui, tem-se o segundo mecanismo de transferência de valor. Como os capitais nas economias dependentes tendem, em média, a possuir produtividades abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes, que será apropriada, na forma de um lucro médio superior à mais-valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais.²⁶ Marini (2005a) relaciona este mecanismo com o monopólio de produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital pelos capitais operantes nas economias centrais. Entretanto, o monopólio se relaciona também com o último nível de abstração das trocas mercantis, os preços efetivos de mercado, o que resulta em um terceiro mecanismo de transferência de valor.

Quando determinados capitais possuem um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isto faz com que eles possam manter, por determinado tempo, preços de mercado acima dos preços de produção de mercado, isto é, sustentar temporariamente volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam, nesta situação, acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, estes capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo acima do médio; uma massa de valor apropriado além daquele que, de fato, foi produzido por estes capitais.

25. Nesse nível de abstração, considera-se apenas que a demanda é igual à oferta dessas mercadorias, de maneira que os preços efetivos de mercado correspondem aos preços de produção de mercado.

26. Mais detalhes sobre esses mecanismos de transferência, utilizando a lei do valor de Marx, no sentido que este autor lhe deu – ou seja, enquanto uma lei de tendência –, podem ser vistos em Amaral e Carcanholo (2009).

Esses três mecanismos – apenas no plano do comércio mundial, da troca desigual, nos termos de Marini – ajudam a entender um condicionante estrutural da dependência: a forma heterogênea de inserção na economia mundial, a qual já é possível de ser entendida apenas no plano da circulação de mercadorias. Economias centrais, com tendência de possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média do seu setor e de outros setores de produção, tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Esta condição estrutural obriga os capitalismo dependentes, para que possam se desenvolver e acumular capital, a compensar esta parcela da mais-valia que é transferida. Ou, como deixa claro Marini (2005a, p. 152), “frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação”.

O mecanismo de compensação é justamente a superexploração da força de trabalho. Isto comprova que: *i*) a superexploração é uma categoria que não pode ser confundida com as distintas formas existentes no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que só possa se materializar por meio destas formas; e *ii*) a superexploração é uma categoria específica da economia dependente – portanto, em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista –, mesmo que, evidentemente, enquanto forma de elevação da taxa de mais-valia, opere em qualquer economia capitalista, mesmo nas centrais. Como Marini afirma:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2005a, p. 153).

Dessa forma, esse “mecanismo de compensação” seria a *única* forma de o capitalismo dependente se desenvolver *capitalistamente*, o que comprova a especificidade objetiva e, portanto, categorial do capitalismo dependente.²⁷ Esta conclusão de Marini encerra a seção de sua principal obra, que trata do segredo da troca desigual, e o obriga a entrar em detalhes sobre este mecanismo de compensação, a superexploração.

27. A citação anterior de Marini pode dar a entender que se trata de troca desigual entre nações, como se ocorresse uma “exploração” de nações pobres por nações ricas. Esta visão moralista é análoga àquela que não compreende o que significa *exploração* na teoria de Marx e, a partir daí, concebe a superexploração como uma relação de exploração entre nações. Como já deixou claro Marx (1983, v. V, p. 293), “é, em primeiro lugar, uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais”. Este tipo de interpretação, tipicamente weberiana, não consegue entender que os mecanismos de transferência de valor estão no plano da circulação (realização) do valor produzido, enquanto a superexploração está no plano das relações de produção. Tampouco compreende que não se trata de uma “nação explorando a outra”, mas de capitais que atuam em uma ou outra economia específica, independentemente de suas “nacionalidades”, se é que “nacionalidade de capital” faz algum sentido. Feito este esclarecimento crucial, o fato é que Marini não deixou isto claro em seu texto.

No capítulo 3 do livro *a Dialética da dependência (A superexploração do trabalho)*, Marini começa enumerando formas e mecanismos de elevação da exploração do trabalho.²⁸ Isto pode ter contribuído para a confusão corriqueira que se faz entre a categoria – maior contribuição teórica deste autor – e as formas específicas de se obter a elevação do grau de exploração. Tanto é assim que o próprio autor, em um dos vários momentos em que procura esclarecer seu significado, define a superexploração enquanto formas e mecanismos de elevar a exploração do trabalho:

em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (Marini, 2005a, p. 157).

Aqui, *formas de elevar a exploração e superexploração* são tratadas teoricamente por uma relação de correspondência, conforme o termo utilizado pelo autor. Não se pode dizer que *correspondência* signifique *definição*, mas, no mínimo, um melhor esclarecimento por parte do autor seria necessário, o que não é feito. Em outro texto, quando se vê obrigado a responder às críticas que lhe foram formuladas em seu trabalho original, Marini afirma que:

a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real (Marini, 2005b, p. 189).²⁹

Nesse trecho, Marini é muito mais claro, inclusive ao utilizar o termo *definição*, e não *correspondência*. A superexploração se definiria por uma elevação da taxa de exploração que não passa por elevação da produtividade. E por que não poderia passar? Justamente porque isso está vedado às economias dependentes. Trata-se, portanto, de uma característica específica destas economias. Superexploração, desta forma, é uma categoria específica delas, ao mesmo tempo em que se manifesta em formas/mecanismos específicos de obter a elevação da taxa de exploração. De modo mais rigoroso, ainda que se utilize o mesmo termo para o conjunto de mecanismos e a categoria, a proposta teórica de Marini para a especificidade das economias dependentes faz mais sentido quando se entende que o mecanismo de compensação para elevar a taxa de acumulação é uma necessidade do capitalismo dependente, em função

28. Seriam três formas: *i*) intensificação do trabalho, sem compensação salarial; *ii*) elevação da jornada de trabalho, tampouco com compensação salarial; e *iii*) expropriação de parte do trabalho necessário para repor a força de trabalho. Haveria ainda uma quarta, não tratada por Marini nesta obra, que seria a elevação do valor da força de trabalho que não fosse acompanhada de um crescimento dos salários; ao menos, não na mesma proporção.

29. Há algo curioso neste trecho. Nele, o autor utiliza o termo normalmente para afirmar que a superexploração se expressa no fato de que o valor da força de trabalho é superior à sua remuneração salarial. Ou seja, esta expressão não seria uma inexorabilidade. Portanto, seria possível a superexploração nas economias dependentes sem que o salário caísse abaixo do valor da força de trabalho? Para mais detalhes sobre isso, ver Osorio (2004).

dos condicionantes estruturais de dependência, que implicam distintas maneiras de transferência do valor produzido nestas economias para o ciclo de acumulação das economias centrais. As diversas formas de obter este mecanismo de compensação não podem ser confundidas com o mecanismo em si.

Esclarecida a diferença crucial entre a categoria e as distintas formas de obter a superexploração da força de trabalho, e que aquela se torna uma exigência metodológica para a teoria em função da especificidade da dependência, deve-se passar para o esclarecimento de algumas questões sobre esta categoria.

Em primeiro lugar, é preciso destacar as armadilhas que essa exigência metodológica, advinda da própria especificidade do objeto a ser explicado – lembre-se a diferença entre *categorias* e *conceitos* –, coloca para a teoria social. Elas são tão claras que Marini, naquela época, já as identificou, e não casualmente inicia *Dialética da dependência* com esta advertência metodológica. Segundo ele, existiriam, e ainda existem, dois tipos de desvios nas análises marxistas sobre a questão da dependência na América Latina, no que se refere à repetida inadequação da teoria existente, frente aos aspectos concretos da realidade latino-americana.

O primeiro desvio seria, constatada a referida inadequação, empreender a “substituição do fato concreto pelo conceito abstrato” (Marini, 2005a, p. 137). Desse modo, quando a teoria existente não consegue explicar a especificidade do objeto factual, pior para os fatos. Trata-se da ortodoxia marxista que, ao tratar do capitalismo nas economias dependentes, o faz como se ele fosse exatamente igual a todo e qualquer capitalismo. Assim, a análise destes capitalisms se limitaria a replicar os conceitos já delineados por Marx, principalmente em sua obra de maturidade, *O capital*. Ao considerar que “tudo” já estaria em Marx, este desvio:

- 1) Entende O capital como se fosse um “manual”, a partir do qual toda sociedade capitalista deveria se encaixar no esquema teórico-conceitual que, pretensamente, estaria ali concebido.
- 2) Preconcebe um sistema lógico-conceitual, no qual se encaixaria qualquer sociedade capitalista.
- 3) Constitui-se, portanto, em uma concepção idealista, que trata como sistema lógico-conceitual aquilo que, mesmo em Marx, é uma teoria categorial, com base em vários níveis de abstração, determinados em função do próprio objeto.
- 4) Consequentemente, desrespeita os distintos níveis de abstração no que se refere às leis do modo de produção capitalista e às especificidades conjunturais históricas, como se não existisse historicidade *no* capitalismo, para além da historicidade *do* capitalismo.

O segundo tipo de desvio nas análises com algum grau de criticidade sobre a realidade dependente é a “adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (Marini, 2005a, p. 137). Assim, quando ocorre algum descompasso entre a teoria existente e os fatos a serem explicados, pior para a teoria. Trata-se de um empiricismo rudimentar que, ao não conseguir lidar com os distintos níveis de abstração e não lograr encaixar a realidade latino-americana no esquema conceitual, recorre a outras teorias ou a categorias e conceitos de outras teorias, ou, no limite, termina por negar qualquer validade da teoria marxista. Recorre-se, no melhor dos casos, ao ecletismo,³⁰ hoje regado por toda a relativização do discurso pós-moderno.

Tanto um desvio quanto outro terminam mistificando a realidade dependente, ainda que com sinais contrários. O primeiro por obliterar as especificidades reais desta realidade. O segundo por, ao considerá-las, exagerar nessa consideração, e exasperá-las, como se constituíssem uma realidade inteiramente nova, tanto assim que requeria outra teoria. Estes desvios mistificadores têm uma base real concreta; ou seja, são também formas em que esta própria realidade se apresenta, como toda mistificação: “frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações” (Marini, 2005a, p. 138).

Assim, a especificidade concreta do capitalismo dependente e, em específico, da América Latina leva à necessidade de categorias de mediação em menor nível de abstração, até porque as leis do modo de produção capitalista, como trabalhadas em *O capital*, são leis de tendência, que abstraem as especificidades de distintas realidades dentro de um mesmo capitalismo mundial. Marx não estava tratando, naquela obra, das distintas formas de inserção dentro do capitalismo mundial, mas das leis de tendência que explicam o funcionamento deste, independentemente daquelas:

Es por esto que considero que los estudios respecto de la dependencia adquieren un status de teoría. Obviamente no en el sentido de una teoría general del modo de producción capitalista, pues eso fue hecho por Marx; ni tampoco del “modo de producción capitalista dependiente”, pues esto no existe; sino del estudio de las formaciones económico-sociales capitalistas dependientes, vale decir, el análisis a un nivel de abstracción más bajo, capaz

30. O puro ecletismo em teoria social é uma falsa saída. Em primeiro lugar, distintas teorias são, na maior parte das vezes, incomparáveis, seja por causa de suas distintas filosofias de ciência, seja devido a suas diferentes hipóteses, pressupostos ou visões de mundo. Mesmo nos casos em que isso não se verificasse, o que é raro, uma “fusão” teórica autêntica não tem como ser uma combinação homogênea de teorias. Ela se dá por absorção, pressupondo-se uma teoria que absorve – predomina teoricamente – e outra que é absorvida – dominada ou incorporada –, o que nega e desmistifica o princípio do ecletismo (Guerrero, 2008, p. 21-27).

de captar la combinación específica de los modos de producción que han coexistido en América Latina bajo la hegemonía del capitalismo (Bambirra, 1978, p. 26).³¹

Marini tinha total consciência da necessidade de manter o rigor metodológico para não cair nesses desvios, sob pena de deturpar e mistificar a realidade latino-americana, como o fizeram em seu tempo e continuam fazendo os tais desvios: “o rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo” (Marini, 2005a, p. 139).³²

Ainda que já se tenha explicitado a diferença entre a categoria superexploração e as distintas formas de elevar a taxa de mais-valia, esclarecimentos adicionais são necessários para entender a centralidade desta categoria na teoria marxista da dependência.

Em primeiro lugar, como visto, a superexploração é um mecanismo de compensação que o capitalismo dependente utiliza para fazer frente às transferências de valor. Não é incomum interpretar tanto os mecanismos de transferência de valor (a troca desigual) quanto a própria superexploração (salários abaixo do valor da força de trabalho) como se fossem um “truncamento” da lei do valor que opera na economia mercantil-capitalista. Isto porque tanto um quanto outro significam que os preços das mercadorias não corresponderiam aos seus valores. Entende-se aqui que a lei do valor operaria quando os preços corresponderem aos valores das mercadorias. Marini tem este entendimento:

no segundo caso – transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual (Marini, 2005a, p. 152).³³

Se a pretensão dessa proposta teórica é partir das leis de funcionamento do modo de produção capitalista, conforme Marx, para entender a especificidade da dependência, a lei do valor deve ser entendida com base neste autor, e não com um entendimento que, em última instância, remete à interpretação mais

31. Em que pese o discutível pressuposto de que teriam coexistido modos de produção diferentes na América Latina, em uma combinação específica, Bambirra deixa claro que a teoria marxista da dependência se situa em um menor nível de abstração em relação às leis gerais do modo de produção capitalista.

32. É clara aqui a referência de Marini ao que Lukács (2003) considerava marxismo ortodoxo. O primeiro ensaio de Lukács (2003) se intitula *O que é marxismo ortodoxo?*, e a resposta de Lukács era que “a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (*op. cit.*, p. 64).

33. Se o próprio autor que está propondo a teoria assim interpreta, nada mais natural que os seus seguidores e comentaristas também o façam: “*la superexplotación apunta a dar cuenta de una modalidad de acumulación en donde de manera estructural y recurrente se viola el valor de la fuerza de trabajo*” (Osorio, 2004, p. 90). Bueno e Seabra (2010, p. 71) e Fontes (2010, p. 351-352) também entendem a superexploração como uma “burla” à lei do valor.

rasteira de cunho ricardiano. A lei do valor, ao menos conforme a teoria de Marx, não pode ser entendida como uma correspondência quantitativa dos preços em relação ao valor, a partir da troca de equivalentes em um sentido pouco rigoroso, conforme exposição anterior. Existe aí, tanto por Marini como por seus intérpretes, uma má compreensão da lei do valor.

Marx, no livro III de *O capital*, demonstra que as mercadorias não são vendidas por seus valores, nem poderiam ser, ainda que sejam. Se, em boa parte dos livros I e II, o pressuposto era de que o processo de realização ocorre sem percalços – isto é, o volume de produção é adequado ao que é requerido pela demanda, e, portanto, os preços correspondem aos valores –, na seção II do livro III isto é mais bem explicitado. Ali, em uma primeira aproximação de volta ao concreto real, o autor nota que capitais de igual montante e apenas com composições orgânicas distintas, se vendessem as mercadorias por seus valores, obteriam taxas diferenciadas de lucro, o que negaria a própria tendência da concorrência entre capitais de distintos setores de procurar maiores taxas de lucro. Esta tendência de formação de uma taxa média de lucro, quando esta é aplicada aos adiantamentos de capital, leva aos famosos preços de produção, que garantem que capitais de igual montante se apropriem do mesmo lucro médio, independentemente de quanta mais-valia produziram no processo produtivo. Assim, salvo nos setores de composição orgânica do capital igual à média, os preços de produção *necessariamente* são distintos dos valores. Comprova-se com isso que as mercadorias não são nem podem ser vendidas pelos seus valores. Ocorre que, na economia como um todo, os preços de produção (magnitude de valor apropriada) equivalem aos valores (magnitude de valor produzida). Logo, nesta primeira aproximação ao concreto real (no caso, aos preços), as mercadorias não são, nem podem ser, ainda que sejam, vendidas pelos seus valores.

Entretanto, os preços de produção, conforme o capítulo IX do livro III, ainda pressupõem que o volume de produção corresponderá à demanda dessas mercadorias, o que claramente é um mero acaso. No capítulo seguinte, conseqüentemente, Marx constata que os preços efetivos de mercado só corresponderiam aos preços de produção por uma casualidade, e não em razão de uma legalidade, o que traz o problema de volta. Qual é o real significado da lei do valor? As mercadorias são ou não são vendidas pelos seus valores? Vale ou não vale a troca de equivalentes? A resposta de Marx não poderia ser mais ininteligível para um economista político (neo)clássico: sim e não, ao mesmo tempo. Quando a oferta é maior que a demanda, os preços de mercado são inferiores aos preços de produção, e vice-versa, o que leva à conclusão de que as mercadorias, de fato, não são vendidas pelos seus valores, intermediados pelos preços de produção. Entretanto, quando a primeira situação ocorre, a taxa efetiva de lucro é inferior à taxa média, que corresponde aos preços de produção. Capitais instalados nestes setores tendem a reduzir

seus volumes de produção, ou simplesmente abandonar estas esferas de produção. O resultado é o mesmo. O volume de produção tende a cair, fazendo com que o preço de mercado suba em direção ao preço de produção. O mesmo processo ocorre, com sentido inverso, quando os preços de mercado são superiores aos preços de produção. Logo, a aparente oscilação caótica dos preços de mercado, na verdade, tem uma determinação; esta oscilação se dá em torno dos preços de produção que, conforme visto, são uma forma mais concreta dos valores.

Lei do valor em Marx, com base nisso, não significa que os preços de mercado irão corresponder, quantitativamente, aos valores das mercadorias, e nem poderia ser assim, como visto. Dizer que as mercadorias se vendem por seus valores, de acordo com a teoria de Marx, significa que o valor é o centro em torno do qual gravitam os preços, explicando e determinando, portanto, esta gravitação. Só entende por determinação algo puramente quantitativo quem tem uma noção muito pobre de ciência, algo tipicamente ricardiano ou neoricardiano.³⁴

Além disso, mesmo no livro I de *O capital*, Marx se viu obrigado a adiantar esse entendimento, ainda que não fosse o ponto apropriado para discutir a questão. No famoso capítulo XXIII, que trata da lei geral da acumulação capitalista, ele já tinha demonstrado que uma das leis gerais de funcionamento do capitalismo é que o processo de acumulação de capital tende a se processar com crescimento da composição orgânica do capital. Isto leva a uma redução relativa da demanda por força de trabalho, enquanto elemento do capital produtivo, e, por consequência, à formação do tão conhecido exército industrial de reserva. Dependendo da intensidade do processo de acumulação de capital, em suas distintas fases cíclicas, este exército industrial de reserva é funcional para o capitalismo, pois tende a manter os salários abaixo do valor da força de trabalho.³⁵ No mercado de trabalho, os preços (os salários) não corresponderiam aos valores (a força de trabalho), e não em razão de uma ilusão, um truncamento, ou uma burla à lei do valor; justamente o contrário, Marx descobriu essa lei geral da acumulação capitalista em função/consequência da lei do valor, entendida corretamente.

Ainda em relação à superexploração da força de trabalho, enquanto categoria específica do capitalismo dependente, resta uma última questão que, colocada nestes termos, possui uma resposta óbvia. Há superexploração da força de trabalho

34. Ainda que a leitura seja complexa, basta certa atenção nos capítulos IX e X do livro III, pressupondo-se o conhecimento de tudo o que foi discutido anteriormente na obra, para entender isso. Aqueles que ainda têm dificuldades podem recorrer, por exemplo, a Rubin (1987). Desconsidera-se aqui o debate sobre a transformação dos valores em preços de produção, por não ser o objetivo deste trabalho entrar nesses detalhes.

35. Note-se que, se entendida a superexploração simplesmente como mecanismos que reduzem os salários para abaixo do valor da força de trabalho, e considerando-se que o exército industrial de reserva promove justamente isso, a superexploração estaria, por conseguinte, presente nas leis gerais do modo de produção capitalista, quaisquer que fossem suas especificidades.

nas economias centrais? Entendida meramente como formas específicas de elevar a taxa de mais-valia, de forma que os salários fiquem abaixo dos valores da força de trabalho, evidentemente sim, pois é do funcionamento do capitalismo, qualquer que seja ele, que isto se processe. Entretanto, considerada como uma categoria, nos termos aqui discutidos, específica do capitalismo dependente, como forma de compensar justamente os condicionantes estruturais que definem a dependência – mecanismos de transferência de valor –, claro que não. Como Marini não esclarece a contento a diferença entre *categoria* e *formas de elevar a taxa de mais-valia*, esta resposta que se torna óbvia, neste autor, não fica clara.

O último esclarecimento em relação ao tratamento categorial dado por Marini está relacionado com um dos elementos mais presentes no debate sobre a teoria marxista da dependência. Trata-se da conhecida questão sobre se a superexploração nas economias dependentes implica a elevação apenas da mais-valia absoluta ou também incorpora elementos da mais-valia relativa. O que interessa aqui, mais que o debate em si, são os elementos teóricos necessários para entendê-lo, que, na opinião defendida neste capítulo, são muitas vezes confundidos. O primeiro deles diz respeito à diferença que existe entre produtividade e intensidade do trabalho.

O significado da produtividade, a partir de Marx, é amplamente conhecido. Para este autor, trata-se do volume (unidades) de mercadorias que o processo produtivo consegue fabricar na mesma jornada de trabalho. Assim, como o tempo de trabalho total é dado, a magnitude de valor total também é a mesma. Entretanto, se ocorre um aumento de produtividade, uma maior quantidade de valores de uso produzidos, com um valor total constante, implica a redução do valor individual de cada um dos valores de uso produzidos. É por isso que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o valor de uma mercadoria tende a cair. O significado de intensidade do trabalho, no mesmo autor, não é tão conhecido, embora ele seja claro:

Intensidade crescente do trabalho supõe dispêndio ampliado do trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva corporifica-se, portanto, em mais produtos do que a menos intensiva, com igual número de horas. Com força produtiva aumentada, em verdade a mesma jornada de trabalho fornece, também, mais produtos. No último caso, porém, cai o valor do produto unitário, porque custa menos trabalho que antes; no primeiro caso ele permanece inalterado porque o produto, depois como antes custa a mesma quantidade de trabalho (Marx, 1983, v. II:, p. 116-117).

Essa passagem é de muita serventia não só porque Marx deixa claro o seu entendimento do que seja intensidade do trabalho, mas também porque explicita a diferença entre aumento na intensidade e aumento na produtividade. A maior intensidade do trabalho, em uma dada jornada, significa que, no mesmo tempo

de trabalho, ocorreu maior dispêndio de trabalho. O consumo do valor de uso da força de trabalho foi intensificado, o que leva, com igual número de horas de trabalho, a uma maior produção de valores de uso. Até aqui, parece que os efeitos são os mesmos, uma vez que tanto a maior produtividade quanto a elevação da intensidade provocam maior quantidade de valores de uso produzidos. Entretanto, no caso do incremento na produtividade, o valor total da produção não se modifica, uma vez que não implica maior dispêndio de trabalho total. No que se refere à intensidade do trabalho, o dispêndio de trabalho é alterado, modificando-se, portanto, a magnitude de valor total produzido neste mesmo tempo de trabalho.

Em termos teóricos, o aumento de produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias porque maior quantidade de valores de uso foi produzida, em uma mesma jornada de trabalho, com mesmo dispêndio de trabalho. A elevação da intensidade, mantida a jornada de trabalho, incrementa a produção de valores de uso, mas seus valores individuais não se reduzem necessariamente, porque o valor total produzido também se eleva.³⁶

Por que essa diferenciação entre intensidade e produtividade do trabalho é importante para o debate sobre a teoria marxista da dependência? Basicamente, porque esta última, pretensamente apoiando-se em Marx, responde à crítica de que a superexploração nas economias dependentes necessariamente pressuporia que, nessas economias, a acumulação de capital só poderia acontecer por intermédio da mais-valia absoluta, sustentando que a maior intensidade do trabalho implica mais-valia relativa. Em seu texto de resposta às primeiras críticas ao *Dialética da dependência*, Marini afirma: “assinalemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho” (Marini, 2005b, p. 188). Claramente, o autor explicita que, em sua concepção,³⁷ o aumento da intensidade do trabalho implica mais-valia relativa. Além disso, esta passagem demonstraria que o autor não considera a mais-valia absoluta a única forma de desenvolvimento capitalista dependente. Mas, para provar isto, Marini aponta para uma de suas modalidades, a intensidade do trabalho. A teoria de Marx seria suficiente para demonstrar isto.

Na teoria de Marx, isso não é verdade. Este autor é claro quando afirma que “para um número de horas constante, a jornada de trabalho mais intensiva se corporifica pois em produto-valor mais alto, portanto, permanecendo constante

36. “Em resumo a maior intensidade do trabalho aumenta o valor produzido em uma determinada hora e mantém o valor individual da mercadoria invariável. Ao contrário, o aumento da produtividade do trabalho faz com que o valor individual reduza e seja mantida a magnitude do valor produzido por hora” (Carcanholo, 2011, p. 83).

37. Como seria de se esperar, essa concepção de um autor pioneiro na teoria marxista da dependência deveria contaminar seus seguidores e comentaristas. Bueno e Seabra (2010, p. 73) são uma das inúmeras referências possíveis para isto. Entretanto, este tipo de interpretação transborda as trincheiras da teoria marxista da dependência. Ver, por exemplo, Dal Rosso (2008).

o valor do dinheiro, em mais dinheiro” (Marx, 1983, v. II, p. 117). Portanto, dada a produtividade nos setores que produzem as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho e, por isso, com dado valor da força de trabalho (v), se aumenta a intensidade deste, eleva-se o produto-valor ($v + m$); isso só pode significar crescimento da mais-valia (m), justamente a definição de mais-valia absoluta.

Marx é ainda mais claro quando mostra que, tanto com a alteração da *extensão* quanto com a da *intensidade*, o resultado é o mesmo, a alteração do produto-valor; logo, dado o valor da força de trabalho da mais-valia, “se a grandeza do trabalho muda *extensiva ou intensivamente*, sua mudança de grandeza corresponde a uma mudança na grandeza de seu produto-valor, independente da natureza do artigo no qual esse valor se representa” (Marx, 1983, v. II, p. 117). Assim, seja por aumento da jornada de trabalho, seja por elevação de sua intensidade, cresce o produto-valor ($v + m$), e, dado o valor da força de trabalho, o aumento da mais-valia é, dessa forma, obtenção de mais-valia absoluta.

Se o aumento da intensidade do trabalho, a partir da abordagem de Marx, ao contrário do que entende boa parte da teoria marxista da dependência, não implica mais-valia relativa, mas mais-valia absoluta, isto confirmaria a crítica comum de que esta teoria só conseguiria entender a acumulação capitalista dependente com base na mais-valia absoluta? Superexploração significaria apenas mais-valia absoluta? Não, e basicamente por três razões.

Em primeiro lugar, não estaria vedada à economia capitalista dependente o aumento da produtividade. O que se observa, dentro das condições estruturais da dependência, é que este aumento, quando ocorre, tende a ser em menor ritmo que nas economias centrais, ampliando a diferença entre o valor produzido e o apropriado no capitalismo dependente. Assim, dentro deste, se o aumento da produtividade ocorre nos setores que produzem as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho, este se reduz; tem-se, consequentemente, mais-valia relativa.

Em segundo lugar, há uma razão relacionada diretamente com a anterior. A referida crítica desconsidera a diferença entre os distintos mecanismos de transferência de valor. É perfeitamente possível que aumente a produtividade nas economias dependentes, reduzindo-se o valor da força de trabalho e elevando-se a mais-valia relativa, como visto. Mas, se no comércio mundial, estes setores possuem menor composição orgânica do capital em relação à média mundial de todos os setores, e os países centrais se especializam em setores com maior composição orgânica, ocorre transferência de valor – por intermédio do mecanismo dos preços de produção –, mesmo a acumulação capitalista dependente tendo alguma base de mais-valia relativa.

Em terceiro lugar, como apontado por Osorio (2004), o valor da força de trabalho pode se reduzir devido à superexploração:

La intensidad del trabajo propicia un tipo de desgaste que termina reduciendo la vida útil del trabajador “en condiciones normales”, por la vía de enfermedades nerviosas y mentales, y por una elevación de los accidentes del trabajo, a diferencia de la prolongación de la jornada, con desgastes físicos inmediatos no sólo por accidentes (Osorio, 2004, p. 54).

Osorio argumenta que o aumento da intensidade reduz o valor da força de trabalho, implicando mais-valia relativa. Mas, se este argumento é válido e, a partir do que foi visto, a extensão da jornada de trabalho (por definição, a forma clássica de mais-valia absoluta) ou a intensificação do trabalho (sem recomposição da capacidade de trabalho) implicam, tanto uma quanto a outra, redução da vida útil do trabalhador; isto significaria, em ambos os casos, redução do valor da força de trabalho. Por este caminho, poder-se-ia chegar à conclusão de que a mais-valia absoluta também é relativa. Independentemente da ironia, deve-se destacar que, mesmo confundindo as categorias de produtividade, intensidade, mais-valia absoluta e mais-valia relativa, a teoria marxista da dependência não estaria fadada a entender o processo de acumulação de capital dependente, com base na superexploração da força de trabalho, como um processo de mais-valia absoluta. Não é esta a especificidade das economias dependentes.

5 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E SUPEREXPLORAÇÃO NAS ECONOMIAS CENTRAIS: POR UM RESGATE CRÍTICO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Se a especificidade das economias dependentes está na necessidade de responder aos distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação capitalista mundial com base na superexploração, esta, enquanto categoria, não poderia ser utilizada para entender a especificidade do capitalismo central, como visto. Entretanto, alguns autores da teoria marxista da dependência argumentaram que o processo de globalização neoliberal, a partir dos últimos anos do século XXI, teria levado a superexploração ao centro da economia mundial. Valencia adota esta visão, quando afirma que:

si la vigencia de la ley del valor y su extensión explican la base de la globalización del capital, una segunda hipótesis postula que el régimen de superexplotación del trabajo, que en su libro Dialéctica de la dependencia (1973) Marini circunscribió a las economías dependientes de la periferia capitalista, significativamente comienza a extenderse a los países desarrollados, aunque adoptando formas particulares (Valencia, 2007, p. 58).

Esse argumento – talvez isso seja o mais curioso – tem origem no próprio Marini. Em um texto posterior, já no final de sua vida, Marini sustenta que a globalização capitalista promoveu uma expansão do mercado mundial, de forma que ocorreu uma “tendência ao pleno restabelecimento da lei do valor” (Marini, 2000, p. 285). A contrapartida disso seria a elevação da importância

do trabalhador enquanto fonte de lucros extraordinários. Isto ocorreria porque a globalização neoliberal, ao promover, expandir e abrir os mercados, acentuaria a concorrência entre os capitais e aproximaria cada vez mais os preços de produção individuais dos preços de produção de mercado, reduzindo, assim, a diferença que permitia um dos mecanismos de transferência de valor para as economias centrais.³⁸ Estas, para seguir seu desenvolvimento capitalista, teriam sido obrigadas a superexplorar a força de trabalho para elevar as taxas de mais-valia.³⁹ A superexploração generalizar-se-ia, por intermédio da globalização neoliberal, para toda a economia mundial capitalista.⁴⁰ O sentido deste argumento é bem resumido por Valencia:

la superexplotación, en cuanto régimen de explotación del capital en las sociedades dependientes y subdesarrolladas, se está convirtiendo también en un régimen de explotación de la fuerza de trabajo en los países capitalistas desarrollados con el fin de contrarrestar los efectos perniciosos de la larga depresión de la economía mundial en sus declinantes tasas de crecimiento, de rentabilidad y de producción de valor y de plusvalía (Valencia, 2007, p. 2).

Se entendida a superexploração como formas específicas de elevar o grau de exploração da força de trabalho, poderia não se registrar nenhuma objeção neste capítulo. Afinal, é próprio do capitalismo, qualquer que seja ele, principalmente quando se encontra em dificuldade para seguir com seu processo de acumulação, elevar as taxas de mais-valia. Parece ser este o entendimento de Valencia:

Al enfocar así el mundo del trabajo, necesariamente tiene que encuadrarse en el proceso global de explotación que conllevan, como mostramos en este capítulo, la concentración y centralización de capital. Proceso que, en su lógica, es decir, la que implica el capitalismo parasitario, encuentra cada vez más dificultades para producir valor y, por ende, riqueza social. Por lo que el empresariado como un todo tiene que resarcir sus pérdidas recurriendo

38. Trata-se de mais um sintoma do entendimento equivocado da lei do valor em Marx. Adicionalmente, supõe-se, de forma implícita, que a operação desta lei – entendendo-a, equivocadamente, como a correspondência quantitativa dos preços em relação aos valores – requer um maior grau de concorrência entre os capitais, o que teria ocorrido na época da globalização neoliberal. Isto também é integralmente estranho à teoria do valor de Marx; concorrência neste autor não tem o mesmo sentido que se dá ao termo na teoria econômica convencional. Como não há espaço para trabalhar melhor esta questão aqui, pode-se consultar Shaikh (1991).

39. Martins (2011, p. 302-303) argumenta a extensão da superexploração para os países centrais por um caminho um pouco distinto, acentuando a importância da categoria *mais-valia extraordinária*. Segundo o autor, “a vinculação mundial da mais-valia extraordinária à força de trabalho superexplorada – viabilizada pela liberalização dos mercados nacionais e das legislações trabalhistas que permitem ampla mobilidade internacional de capitais e força de trabalho – e a um pequeno grupo de empresas, que concentra as inovações tendentes a eliminar o trabalho físico, leva Marini a postular a superexploração não mais como uma característica distintiva das economias dependentes, mas como uma forma de reprodução da força de trabalho que tende a se generalizar na economia mundial, inclusive aos países centrais” (Martins, 2011, p. 303).

40. “Deste modo se generaliza a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho” (Marini, 2000, p. 291). Note-se que, neste texto, Marini afirma que a superexploração do trabalho era – não seria mais – uma marca distintiva da dependência, ainda que não privativa. Sem sombra de dúvidas, o autor passa a confundir aqui a categoria com as formas específicas de elevar o grau de exploração da força de trabalho, perdendo-se grande parte da riqueza teórico-categorial proposta na *Dialética da dependência*.

a la superexplotación del trabajo allí donde existen las condiciones económicas, políticas y jurídico-institucionales; es decir, ya no solamente en la periferia del sistema sino, incluso, en los países del capitalismo central (Valencia, 2007, p. 2).

Assim, se esse autor entende a superexploração como formas específicas de elevar a taxa de mais-valia, produzindo situações em que os salários fiquem abaixo do valor da força de trabalho, ele estaria apenas mostrando como o capitalismo, central ou dependente, reage a problemas de valorização.

Entretanto, se entendida a superexploração como categoria, esse argumento parece um retrocesso, em virtude de alguns problemas sérios, alguns deles esmiuçados neste trabalho. Com esta interpretação, contaminar-se-ia a teoria marxista da dependência, e sua tentativa de *resgate crítico*, com todas as imprecisões discutidas que decorrem da confusão que envolve *categoria e formas*, ao mesmo tempo que seria retirada a especificidade da condição dependente. Com isto, qual seria o sentido para uma teoria específica da dependência?

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Diccionario de filosofía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- AMARAL, M. S. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2006.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2009.
- BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México: Era, 1978.
- BELLUZZO, L. G. M. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- BUENO, F. M.; SEABRA, R. L. O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho. *In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*, 4., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2010.
- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales**. Chile: Centro de Estudios Sócio Económicos/Universidad de Chile, 1970. p. 12-13.
- CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular. 2011. v. 1.
- DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX/ENGELS, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2007.

DUSSEL, E. **La producción teórica de Marx**: un comentario a los Grundrisse. México: Siglo XXI, 1985.

_____. **Hacia un Marx desconocido**: un comentario de los manuscritos del 61-63. México: Siglo XXI/UAM, 1988.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV-Fiocruz; UFRJ, 2010.

GUERRERO, D. **Historia del pensamiento económico heterodoxo**. Buenos Aires: RyR, 2008.

HODGSKIN, T. **A defesa do trabalho contras as pretensões do capital**: ou a improdutividade do capital demonstrada em relação às presentes associações de jornalheiros. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LUCE, M. S. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

LUKÁCS. G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

_____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINI, R. M. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Processo e tendência da globalização capitalista. *In*: MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

_____. Sobre a dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 5.

MARX, K.; ENGELS, F. **Correspondance (1844-1895)**. Moscou: Éditions du Progrès, 1971.

OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar**: reproducción del capital y dependencia. México: Miguel Angel Porrúa/UAZ, 2004.

POSSAS, M. L. **Dinâmica e concorrência capitalista**: uma interpretação a partir de Marx. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO, E. F. S. **Complexidade e práxis**. São Paulo: Plêiade, 2011.

PRADO, F.; MEIRELES, M. Teoria marxista da dependência: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. *In*: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis Ltda., 1987.

SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, New York, 1970.

SHAIKH, A. **Valor, acumulación y crisis**: ensayos de economía política. Bogotá: Tercer Mundo, 1991.

THOMPSON, W. **An inquiry into the principles of the distribution of wealth most Conducive to human happiness**. London: Elibron Classics, 2005.

VALENCIA, A. S. **La reestructuración del mundo del trabajo**: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo. México: Itaca, 2003.

_____. **América Latina**: de crisis y paradigmas – la teoría de la dependencia en el siglo XXI. México: Plaza y Valdés, 2005.

_____. **El mundo del trabajo en tensión**: flexibilidad laboral y fracturación social en la década de 2000. México: Plaza y Valdés, 2007.

EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX E MARINI

Carlos Alves do Nascimento
Fernando Frota Dillenburg
Fábio Maia Sobral

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo toma, para a condução da discussão aqui apresentada, a (super) exploração da classe trabalhadora pelo capital como o eixo central da teoria revolucionária desenvolvida por Marx em *O capital*.

Marx analisa em detalhes, no livro I de *O Capital*, os mecanismos utilizados pelo capital para (super)explorar a classe trabalhadora, ou seja, os mecanismos de extração de mais-valia. Os elementos investigados por Marx são: *i*) elevação da extensão da jornada de trabalho; *ii*) aumento da produtividade do trabalho; *iii*) aumento da intensidade do trabalho; e *iv*) redução do capital variável para níveis abaixo do valor da força de trabalho.

Essa análise está aqui apresentada de uma forma bastante didática, particularmente para aqueles que querem se iniciar nos estudos acerca da complexidade dos mecanismos de (super)exploração da classe trabalhadora, segundo Marx e Marini.

O objetivo do capítulo consiste em mostrar que a superexploração da classe trabalhadora pelo capital é própria de qualquer economia capitalista, em que vige, por suposto, a concorrência entre capitais – de nações diferentes ou de uma mesma nação. Além disso, buscou-se enfatizar que os graus da superexploração que se diferenciam de uma economia para outra dependem fundamentalmente da capacidade de luta de suas respectivas classes trabalhadoras – e de como se formaram estas classes em cada país.

A estrutura do texto compreende, além desta breve introdução, mais três seções. A primeira (seção 2) apresenta, acompanhando o método dialético de exposição de Marx no livro I de *O Capital*, a evolução, histórica e teórica, das formas encontradas pelo capital para (super)explorar a classe trabalhadora. A comparação do que se entende por (super)exploração da força de trabalho em Marx com o que Marini entende por superexploração da força de trabalho está exposta na seção 3. A seção referente às considerações finais contém tão somente indagações suscitadas pelas seções anteriores.

2 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX

No início da análise dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora pelo capital, Marx parte do pressuposto de que as mercadorias são trocadas por seus valores equivalentes, o que o faz supor, de início, portanto, que a mercadoria força de trabalho é adquirida no mercado por uma soma de dinheiro (capital variável adiantado) correspondente ao seu valor. Entretanto, assim como a análise da produção do capital empreendida por Marx, ao longo do livro I, ele nega sucessivamente as diversas categorias econômicas da economia política burguesa, e negará também, de forma progressiva, ao longo das partes estruturantes do livro I, aquele pressuposto – preço da força de trabalho = valor da força de trabalho. O desfecho desta negação se dará nos capítulos XXII e XXIII.¹ Ou seja, o movimento do capital – sugador e apropriador de mais-valia – cujo limite, após a Revolução Industrial, será dado apenas por sua própria voracidade de valorização, contém em si mesmo todos os mecanismos de (super)exploração que carregam consigo, cada um individualmente ou combinados entre si, a capacidade de reduzir o preço da força de trabalho para um patamar abaixo do seu valor, tanto da fração parcialmente empregada (o exército industrial de reserva – EIR) como da fração da classe trabalhadora que não necessariamente faça parte do EIR – conforme melhor explicado mais adiante.

Na parte I do Livro I de *O capital*, mantendo ainda a análise em um nível extremamente abstrato, Marx mostra que o desenvolvimento da divisão social do trabalho e o subsequente desenvolvimento das trocas entre os produtores individuais – que, por sua vez, aprofunda mais ainda a divisão social do trabalho – aparecem como as causas do surgimento da contradição entre valor e valor de uso no interior das mercadorias.² Marx afirma também que o valor é essencialmente a quantidade de trabalho humano vivo socialmente necessário para a produção das mercadorias, sendo esta quantidade o parâmetro social e historicamente validado para o funcionamento das trocas no mundo das mercadorias.

1. No Livro III, Marx demonstrará detalhadamente como as demais mercadorias também não são trocadas por seu valor. Marx fará distinção entre valor, preço de produção e preço de mercado. Todavia, para os objetivos deste capítulo, esta análise do livro III não se faz necessária.

2. O desenvolvimento da divisão do trabalho e das trocas mercantis apenas *aparece*, nesse momento ainda abstrato da exposição, como causa originária da mercadoria. Mais adiante Marx aprofundará esta problemática, identificando como causa principal do desenvolvimento da forma mercadoria o processo de dissolução das comunidades primitivas. Nesse sentido, Marx afirma no capítulo II de *O capital*: “A troca de mercadorias começa nas fronteiras da comunidade primitiva (...)” (Marx, 1988, v. I, p. 98). A destruição das comunidades primitivas representa o surgimento do escravismo e da servidão, isto é, o surgimento da luta de classes, ou, ainda, o surgimento do processo de separação dos trabalhadores das condições de produção, conforme afirma Marx nos *Grundrisse*: “quando o próprio homem é capturado como um acessório orgânico da terra e junto com ela, sua captura dá-se na qualidade de uma das condições de produção, e esta é a origem da escravidão e da servidão, que logo degradaram e modificaram as formas originais de todas as comunidades, transformando-se na base destas” (Marx, 1989, v. I, p. 452). Aplicando o método dialético ao modo de exposição de *O capital*, Marx inicia sua obra explicitando as concepções da economia política, segundo as quais a mercadoria teria se originado do desenvolvimento progressivo da divisão do trabalho e das trocas, para depois ir negando-as sucessivamente como aparências próprias da instância da circulação.

Na parte II do livro I, Marx demonstra que o capital surge como dominante da vida dos homens apenas quando se generaliza a existência da única mercadoria capaz de criar valor, a única mercadoria que carrega consigo o valor de uso de criar valor, pelo tempo de trabalho em ação. Entretanto, se na primeira parte do livro I a análise de Marx está circunscrita à esfera da circulação – ainda simples – de mercadorias, na segunda parte, Marx inicia a transição desta esfera à esfera da produção.³ Ao revelar, na parte II do livro I, que o capitalista já descobriu a mercadoria especial da qual precisa para valorizar seu capital, assim também como se calcula o valor médio desta mercadoria especial,⁴ Marx acompanha os dois personagens do drama – que será exposto nas partes seguintes do livro I – para fora do circuito do mercado, no qual estabeleceram contratos livremente e sob a base da lei do valor e da lei das trocas de equivalentes. Marx os segue para o âmbito da produção de mercadorias, ou, melhor dizendo, do ponto de vista dos interesses do capital, para o âmbito da produção de mais-valia.

No capítulo VII – parte III do livro I – Marx apresenta sua compreensão do que seja o *grau de exploração da força de trabalho* ou *taxa de mais-valia*. Para tal ele utiliza as categorias mais-valia e capital variável. Segundo Marx, o grau de exploração da força de trabalho corresponde a uma *relação* entre dois elementos, a relação entre a mais-valia produzida (m) e o valor do capital variável (v) despendido para produzi-la, relação expressa pela seguinte fórmula matemática: $m' = m/v$ – onde m' é a taxa de mais-valia ou o grau de exploração da força de trabalho –, m é a mais-valia produzida e v é o capital variável.

Marx extrai importantes conclusões dessa relação. Por um lado, considerando-se dado o capital variável, quanto maior a mais-valia produzida pela força de trabalho comprada por este capital, maior será a taxa de exploração dos trabalhadores por ele empregados. Por outro lado, se a mais-valia produzida é dada, quanto menor for o capital variável adiantado, maior o grau de exploração ao qual os trabalhadores estarão submetidos.

Marx observa, portanto, que o grau de exploração da força de trabalho não depende exclusivamente do capital variável ou do nível salarial dos trabalhadores,⁵ ou seja, trabalhadores com salários equivalentes podem estar sendo relativamente mais ou menos explorados, de acordo com a mais-valia produzida por cada um deles.

3. Nesse sentido, comenta Benoit: “Na verdade, esta seção segunda de um só capítulo é *transitória*, prepara a passagem para o âmbito da produção, mas, indubitavelmente, ainda permanece apenas na fronteira desta esfera. (...) Não por acaso, assim a seção II é composta de somente um único capítulo. Ao contrário de um mero acidente, este fato ressaltava a transição que aqui está para ocorrer da esfera da circulação àquela da produção” (Benoit, 1999, p. 85).

4. “O valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Varia portanto com o valor desses meios de subsistência, ou seja, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção” (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 192). Antes desta citação Marx já havia mencionado que “A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui também os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, os seus filhos” (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 192).

5. Embora Marx, neste momento do livro I, não tenha ainda desvelado a pura aparência do suposto com o qual está trabalhando, o de que o salário (preço da força de trabalho) corresponde ao valor da força de trabalho, para o interesse do capítulo os autores já se adiantaram em considerar esta categoria, salário.

A partir da taxa de mais-valia é possível também concluir que mesmo trabalhadores mais bem remunerados podem ser mais explorados do que aqueles que recebem salários menores, desde que, para cada unidade de salário recebida, os primeiros produzam uma mais-valia proporcionalmente maior do que os últimos.

Suponha-se, para exemplificar, uma fábrica (fábrica 1), com cinquenta operários, onde o capital variável adiantado mensalmente equivalha a R\$ 100 mil e a massa de mais-valia produzida no mesmo período seja de R\$ 100 mil. A taxa de mais-valia será igual a 100%, pois $100.000m/100.000v = 1 \times 100 = 100\%$. Suponha-se que outra fábrica (fábrica 2), com quarenta operários, adiante os mesmos R\$ 100 mil em capital variável, mas consiga extrair R\$ 150 mil de mais-valia, decorrente, por enquanto, apenas do aumento da jornada de trabalho;⁶ esta fábrica, portanto, obterá uma taxa de mais-valia de 150% ($150.000m/100.000v = 1,5 \times 100 = 150\%$).

Com o objetivo de simplificar, considere-se a média salarial de cada fábrica, o salário médio da primeira fábrica equivalendo a R\$ 2.000,00 por mês e o da segunda fábrica sendo igual a R\$ 2.500,00 por mês. Admita-se também que R\$ 2.000,00 correspondam ao valor mensal da força de trabalho. A consequência disso seria que os operários da segunda fábrica estariam recebendo acima do valor da força de trabalho, e mesmo assim seriam mais explorados que os operários da primeira – 150% contra 100% –, apesar de receberem salários mais elevados.⁷

No livro I de *O Capital*, ao analisar a produção do capital e empreender uma poderosa crítica à economia política burguesa, superando-a, Marx desvela dialeticamente o *fundamento* da produção do capital, isto é, o *fundamento* do próprio modo de produção capitalista. *Fundamento*, porque vital para a manutenção deste modo de produção. Trata-se da (super)exploração da força de trabalho. Exploração que, na teoria de Marx, desenvolvida em *O capital*, não é uma defesa moral dos mais pobres, fruto da compaixão pelos estratos mais miseráveis da sociedade,

6. Fica para mais adiante a consideração dos demais mecanismos de extração de mais-valia.

7. Como se vê, ao desvelar os segredos da taxa de mais-valia, Marx deu mais um passo em direção ao objetivo central de sua obra máxima, o de encontrar aquilo que é comum ao proletariado. Outras passagens também deixam isto claro. Por exemplo, quando, no capítulo I, Marx reduz todo o trabalho social a trabalho médio, entende-se que o autor, ainda que não manifeste isto claramente por razões metodológicas, está indicando a necessidade de construir uma unidade entre trabalhadores de diferentes graus de instrução, categorias profissionais etc. O trabalho humano, diz Marx, “mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O *trabalho simples médio* muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples” (Marx, 1988, p. 51, grifos do original).

característica que, de acordo com Marx, correspondia à obra de Proudhon,⁸ mas representa o desvelamento das profundas contradições do modo de produção capitalista em toda a sua complexidade, contradições que colocam para todos os proletários do mundo, independentemente do setor produtivo, da categoria profissional, da qualificação etc., o risco de serem submetidos a um elevadíssimo grau de exploração, ou seja, colocam a tendência à desproporção crescente entre o valor de seus salários e a mais-valia por eles produzida. Ficará claro, portanto, ao longo deste capítulo, que o significado fundamental da exploração da classe trabalhadora em *O Capital* é o de: trabalho alheio não pago; mais-produto não apropriado pelo produtor direto; acumulação de capital baseada em trabalho alheio não remunerado por um valor equivalente; tempo de vida tolhida, sem correspondente remuneração; fundamento da propriedade privada capitalista; fundamento do capitalismo; riqueza distribuída em favor da classe não produtora. Entretanto, se procurará deixar claro que todos estes significados – da exploração – são progressivamente, ao longo da exposição do livro I, *desvendados e expostos* e, em seguida, *superados* – no sentido de mostrar que o *real fundamento* não é só a exploração, por maior que seja o seu grau – capítulo VII –, mas a superexploração da classe trabalhadora – particularmente, capítulos VIII, XIII, XV, XVIII, XIX, XXII e XXIII. *Quando desvendados e expostos*, Marx pressupõe a justeza da lei das trocas de equivalentes presente na consciência da economia política burguesa, ou seja, pressupõe que a mercadoria força de trabalho é comprada no mercado pelo capitalista por um preço que corresponde ao seu valor – igual a uma soma de dinheiro com a qual pode o trabalhador adquirir uma quantidade de meios de subsistência para sua reprodução normal. *Quando superados*, desvenda que aquele pressuposto é mera aparência, que é superado quando Marx, na sua exposição dialética, entrelaça, evidenciando o *real motivo* da superação daquele pressuposto, as esferas da circulação e da produção. Nesta, se verá que o desejo e a necessidade de extração de mais-valia impulsiona os capitalistas individuais a empregarem de forma cada vez mais aguda e aperfeiçoada os mecanismos de (super)exploração da força de trabalho para além do normal – não permitindo uma reprodução normal da classe trabalhadora –, que resulta no pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor: ampliação da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho, e o próprio rebaixamento direto da remuneração da força de trabalho para níveis inferiores ao seu valor. Naquela (circulação), encontra-se o *verdadeiro motivo* que acirra o uso destes mecanismos de superexploração – porque viola o pressuposto da troca de equivalentes entre capital variável adiantado e valor da força de trabalho:

8. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels incluem Proudhon entre os socialistas conservadores ou socialistas burgueses, isto é, entre “os filantropos, os humanitários, aqueles que se ocupam de melhorar a sorte da classe operária, organizadores de beneficência (...) enfim, os reformadores de gabinete de toda a categoria” (Marx e Engels, 1998, p. 64-65). Na *Miséria da Filosofia*, Marx comenta que Proudhon foi buscar entre os socialistas “a ilusão de não ver na miséria senão a miséria” (Marx, 2001, p. 111).

a permanente guerra intercapitalista – a tendência à centralização do capital –, que gera, por consequência, a divisão entre exército de trabalhadores da reserva e exército de trabalhadores da ativa, conforme também será exposto adiante.

Retornando rapidamente ao final do único capítulo da parte II do livro I (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 196-197), importa sublinhar que antes que capitalista e trabalhador adentrem o campo da produção de mais-valia – passando para a parte III do livro I –, Marx ressalta que o espaço no qual se encontraram o capitalista e o trabalhador para realizar suas trocas de equivalentes é, segundo a visão superficial da economia política burguesa, o espaço da liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Contudo, após esclarecer, na parte III do livro I, como se produz mais-valia, a real distinção entre capital constante e capital variável, e o grau de exploração da força de trabalho, finalmente Marx pormenoriza o significado da jornada de trabalho como mecanismo de extração de mais-valia e, por isso mesmo, de exploração da força de trabalho.⁹ Ao expor o funcionamento deste mecanismo de exploração do proletariado, Marx chama atenção também para a reação, a rebeldia da classe trabalhadora em sua luta política (luta de classes) contra tal mecanismo de exploração, cuja extensão, antes de ser social e institucionalmente controlada e limitada, havia sido institucionalmente expandida.¹⁰ Nestes termos, no final do penúltimo capítulo da parte III (p. 344-345), Marx mostra o contraste entre a percepção que o trabalhador tinha ao passar da esfera da circulação – em que supostamente reina a liberdade, igualdade... – para a da produção (p. 196-197), e a percepção que o trabalhador – que já não é mais o mesmo, em sua consciência de classe – agora tem da esfera da produção – cujo mecanismo de exploração agora foi desvelado, ao longo da parte III, assim como também a essência do capital: sugador de mais-valia, sugador de tempo de trabalho alheio não pago, sugador do tempo de vida da classe trabalhadora. Outra percepção importante também adquirida pela classe trabalhadora em sua luta contra a elasticidade para mais da jornada de trabalho foi a de que “Para proteger-se contra ‘a serpe de seus tormentos’ têm os trabalhadores de se unir” como classe (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 344).¹¹

9. Apesar de nas partes seguintes do livro I Marx continuar analisando esse mecanismo, passará a fazê-lo não mais como o mecanismo dominante de exploração da força de trabalho – como o é na parte III do livro I –, mas como resultado exigido pela generalização do mecanismo por excelência de extração de mais-valia relativa, a produtividade do trabalho. Marx analisará progressivamente os efeitos combinados dos distintos mecanismos de exploração da classe trabalhadora. No capítulo XXIII, momento em que Marx supera dialeticamente o suposto burguês de o salário remunerar o valor da força de trabalho, o autor associa (na seção 1) este momento de predomínio da jornada de trabalho como mecanismo de exploração da força de trabalho à pouca variação da composição orgânica do capital, cujo resultado é a possibilidade lógica de cumprimento daquele suposto. Porém, nas seções 2, 3 e 4 o momento histórico é o do domínio das máquinas e aí Marx, após já haver demonstrado também em capítulos anteriores (particularmente o capítulo XIII, parte IV) o papel da maquinaria sobre a sorte da classe trabalhadora, desvela plenamente, mais uma vez (porque já o havia feito também no capítulo XXII), o caráter puramente aparente daquele suposto.

10. “O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador. A história dessa luta revela duas tendências opostas. (...) Enquanto a legislação fabril moderna reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos [do século XIV até a metade do século XVIII] procuram prolongá-la coercitivamente” (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 307).

11. Nesse momento do desenvolvimento teórico de *O Capital*, a classe trabalhadora ainda luta apenas por redução da jornada de trabalho.

Antes de encerrar a parte III, após uma longa reflexão e exposição, no capítulo VIII, do modo de extração da mais-valia absoluta e, ao mesmo tempo, da história da luta da classe trabalhadora em reação à exploração, Marx volta a refletir logicamente sobre a mais-valia, porém, ocupando-se agora em ressaltar a importância não só da taxa ou do grau de exploração, mas também da massa de mais-valia. Só neste momento Marx sublinha a importância da massa de mais-valia, porque já está prestes a passar a analisar, na parte IV do livro I, outros dois mecanismos de exploração da classe trabalhadora – em conjunto com o mecanismo anterior –, em cuja reflexão adquire mais importância a massa de mais-valia produzida pela classe trabalhadora. No capítulo VIII, Marx descreveu a conquista da redução da jornada de trabalho pela classe trabalhadora, o que significa que na parte IV ele terá que raciocinar com a limitação não só natural, mas também social/legal da jornada de trabalho para a extração de mais-trabalho. Até o capítulo VIII, para a análise do caráter inerente ao grau de exploração do proletariado pelo capital, da taxa de mais-valia, era ainda indiferente considerar o número de trabalhadores. Porém, considerando o resultado da conquista da redução da jornada de trabalho pela luta do proletariado, que portanto deverá ser compensada pelo aumento do número de trabalhadores expressando aumento do número de jornadas de trabalho, faz-se necessário, agora, raciocinar com a massa de mais-valia. Além disso, na análise da mais-valia relativa que será realizada na parte IV, Marx demonstra como o avanço da grande indústria, da maquinaria, e, por conseguinte, da capacidade produtiva do trabalho, foi acompanhada pela expansão da jornada de trabalho durante certo período de tempo, pela ampliação do número de trabalhadores, como também pelo aumento da exigência de mais emprego intensivo da força de trabalho. Este novo contexto da análise do caráter do grau de exploração da força de trabalho exige agora a consideração da massa da mais-valia e do número de trabalhadores.

Como dito antes, para a análise da natureza do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou seja, para a análise da natureza da taxa da mais-valia – decorrente da relação entre mais-trabalho absoluto (e/ou relativo) e trabalho necessário – não é preciso considerar na análise o número de trabalhadores explorados pelo capital. Entretanto, para o propósito deste texto, entende-se que esta consideração é imprescindível para se compreender a relação entre os mecanismos de exploração – analisados por Marx, e aqui tratados – e o inexorável rebaixamento do preço da força de trabalho abaixo do seu valor. Na parte IV do livro I, Marx – preparando a base de compreensão da lei geral da acumulação exposta no capítulo XXIII – demonstra a tendência dialética do movimento de atração e de repulsão do número de trabalhadores pela maquinaria (grande indústria).

Com a grande indústria, começa definitivamente uma nova era para a humanidade, a era do capital, diz Marx. Agora, independentemente de haver limitações naturais ou sociais à extensão do tempo de trabalho excedente via dilatação da jornada de trabalho, o tempo de trabalho excedente, em uma jornada de trabalho dada, pode ser ampliado em decorrência da elevação da produtividade do trabalho empregado pela maquinaria.

Os limites naturais e, sobretudo, os limites sociais impostos e conquistados pela luta da classe trabalhadora em sua rebeldia contra o aumento da mais-valia absoluta impulsionaram os capitalistas a buscar outra forma de elevar o grau de exploração. Tratou-se então de agir sobre a *relação* entre o tempo de trabalho pago (tempo de trabalho necessário) e o tempo de trabalho não pago (tempo de trabalho excedente), logrando aumentar a mais-valia, agora relativa, por meio da redução do valor da força de trabalho (redução do componente da jornada de trabalho relativo ao tempo de trabalho necessário). Mas como se realizou isto? Pagando-se um salário mais baixo do que o valor da força de trabalho? Não, isto não significaria rebaixar o valor da força de trabalho, mas pagá-la de maneira atrofiada. Neste momento da exposição de *O capital*, no capítulo X, Marx abstrai as formas mais grosseiras e violentas de extração da mais-valia:

Apesar do importante papel que esse método [o pagamento da força de trabalho de maneira atrofiada] desempenha no movimento real dos salários, ele não é aqui objeto de consideração em virtude do pressuposto de as mercadorias serem vendidas e compradas pelo seu valor integral (Marx, 1988, p. 361).

Apesar de reconhecer que os capitalistas costumam pagar salários abaixo do valor da força de trabalho, Marx abstrai este fato temporariamente a fim de analisar o fenômeno da exploração da força de trabalho em sua pureza. O autor passa então a expor uma forma de extração de mais-valia mais sofisticada do que a mais-valia absoluta: a mais-valia *relativa*. Neste caso, diz Marx, “o tempo de trabalho necessário para produzir a força de trabalho ou reproduzir seu valor não pode decrescer por cair o salário abaixo do valor da força de trabalho, mas por cair esse valor” (Marx, 1988, p. 361).

Como seria possível rebaixar o valor da força de trabalho? Marx observa que isto somente é possível ocorrer – de forma permanente, consolidada – desenvolvendo as forças produtivas dos setores produtores de artigos que compõem o valor da força de trabalho, reduzindo assim os valores daqueles artigos e, conseqüentemente, o valor da própria força de trabalho. Esta forma de aumentar a mais-valia, chamada *relativa*, só é possível mediante a ação comum de setores da classe capitalista que produzem os bens que fazem parte do consumo do proletariado, e não de uma ação isolada de um capitalista individual, nem se o progresso das forças produtivas ocorrer em setores que não afetem os meios de consumo da classe trabalhadora,

como poderia acontecer no caso da mais-valia absoluta. Todavia, embora Marx ainda, no livro I, esteja abstraindo da sua análise as condições de concorrência entre os capitais individuais, ele não o faz completamente, uma vez que na sua análise da natureza da mais-valia relativa o autor explicita que do ponto de vista do capitalista individual é possível, independentemente do ramo de atividade, ou seja, não necessariamente que produza bens para a cesta de consumo dos trabalhadores, rebaixar a proporção de valor correspondente à força de trabalho no total do valor por ele apropriado, incorrendo assim em aumento da mais-valia relativa. Isto é possível no caso de este capital individual introduzir algum tipo de inovação no seu processo produtivo, de modo a lograr rebaixar o valor individual dos bens produzidos comparativamente ao valor social médio dos mesmos bens produzidos por outros capitais, possibilitando-o apropriar-se de uma *mais valia extraordinária*, o que não é outra coisa – e este ponto é importante para o objetivo deste texto – que parte da mais-valia social produzida por outros capitalistas individuais que não detêm ainda o mesmo nível técnico de produção daquele. É importante destacar este ponto porque se reconhece aqui que Marx já adianta o que ele irá desenvolver com mais pormenores no capítulo XXIII, no qual explicita o real “motivo”, ou seja, a concorrência intercapitalista, que leva parte dos capitais individuais a utilizar de forma mais agudizada os mecanismos de exploração – analisados por Marx, e que neste texto se põem em destaque – para rebaixar os custos do capital variável por sob seu valor, procedimento que ocorre particularmente entre aqueles capitais individuais que transferem valor para os capitais individuais inovadores.¹²

Dessa maneira, Marx mostra que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, apesar de possibilitar a redução do valor das mercadorias, por criar condições de produzir maior número de mercadorias no mesmo período de tempo, não beneficia o proletariado, mas apenas a classe capitalista, pois aquela redução, quando ocorre em setores que produzem artigos para o consumo do proletariado, impõe uma redução permanente e proporcional – em comparação ao valor apropriado pelo capital – do valor da força de trabalho.

Com a grande indústria, o capital finalmente se liberta dos limites fisiológicos e da habilidade da força de trabalho humana. Com isto, o capital agora pode substituir antigos trabalhadores habilidosos por trabalhadores sem a mesma destreza; pode substituir os homens adultos por mulheres e crianças; pode, em consequência, rebaixar o pagamento da força de trabalho habilidosa – sem mais funcionalidade – para pagar as novas forças de trabalho, resultando, com isto, o rateamento do

12. Resta apenas dizer que, nesse caso, como se está raciocinando com uma mais-valia relativa que está sendo obtida por um capital individual que não produz bens que compõem parte dos meios de subsistência e reprodução da classe trabalhadora, esta mais-valia relativa (extraordinária) não é permanente/consolidada, uma vez que será eliminada à medida que os demais capitais individuais em concorrência introduzirem em seus processos produtivos as mesmas técnicas que levaram aquele capital a rebaixar o custo individual da sua mercadoria final.

pagamento da força de trabalho antes individual pelos novos membros da família incorporados ao mercado de trabalho. Ou seja, a maquinaria induz o capital não apenas a elevar diretamente a jornada de trabalho – provocando a rebeldia da classe trabalhadora, e sua vitória com a delimitação da jornada de dez horas –, mas a aumentar o número de jornadas de trabalho, elevando assim mais que proporcionalmente a extração da mais-valia absoluta, mesmo que o pagamento dos membros da família, em seu conjunto, fique acima do pagamento que o trabalhador, antes da maquinaria, auferia para a sua reprodução e a dos seus familiares.

Com a maquinaria, já foi mencionado que o tempo de trabalho excedente pode ser ampliado sem aumentar a jornada de trabalho. Mas se disse também que o emprego da maquinaria no processo de produzir valor levou a uma ampliação do número de jornadas de trabalho, assim como também da intensificação do trabalho na mesma jornada.¹³ O resultado é uma completa ampliação, mais do que proporcional, comparativamente ao aumento de pagamento/remuneração dos familiares, da apropriação da *massa* de mais-trabalho pelo capital, o que significa ampliação da exploração da classe trabalhadora.

Além disso – para o que mais interessa neste resgate da análise de Marx sobre a exploração da classe trabalhadora pelo capital –, considera-se que tanto o aumento da jornada de trabalho quanto o aumento da intensidade¹⁴ do trabalho, que acompanharam o crescimento da produtividade do trabalho pelo emprego da maquinaria, elevam o desgaste da força de trabalho além do normal, implicando elevação da necessidade de incremento nos meios de subsistência para reproduzir – repondo o desgaste extra –, em condições normais, a força de trabalho desgastada por aqueles novos mecanismos de exploração. Acontece que Marx, no capítulo XV (parte V), demonstra que a elevação do salário decorrente do aumento da jornada de trabalho e da elevação da intensidade do trabalho, ou seja, decorrente do desgaste da força de trabalho além do normal, não é efetivado ao ponto de compensar tal desgaste e, por esta razão, não acompanha de forma

13. “Mas, graças à elevação da intensidade do trabalho e ao prolongamento forçado da jornada de trabalho, a mais-valia aumentou, então, absoluta e relativamente” (Marx, 2009, livro I, v. II, p. 600). O aumento da produtividade e da intensidade do trabalho atua na mesma direção. Ambos aumentam a quantidade produzida num dado espaço de tempo. Ambos reduzem, portanto, a parte da jornada de que o trabalhador precisa para produzir seus meios de subsistência ou o equivalente deles (Marx, 2009, livro I, v. II, p. 601).

14. “Quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o Estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando por impor às fábricas propriamente ditas um dia normal de trabalho (...) lançou-se o capital com plena consciência e com todas as suas forças, à produção da mais-valia relativa (...) Mas, a coisa é diferente depois que se reduz coercitivamente o dia de trabalho. Essa redução (...) impõe ao trabalhador maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo (...) O tempo de trabalho é medido agora de duas maneiras, segundo sua extensão, sua duração e segundo seu grau de condensação, sua intensidade” (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 467). Marx (particularmente no cap. XIII, seção 3c) apresenta diversas formas de elevação da intensidade do trabalho, tais como: *i*) o trabalhador passa a empregar mais força e mais esforço; *ii*) aumenta-se a velocidade da máquina, exigindo mais atenção e atividade do trabalhador; *iii*) amplia-se a maquinaria a ser vigiada; *iv*) um trabalhador passa a executar a tarefa atribuída antes a dois etc. O resultado desta maior intensidade do trabalho é o esgotamento e a destruição da saúde do trabalhador, acompanhados pelo aumento de mortalidade precoce dos trabalhadores. Com o taylorismo, o fordismo, o toyotismo e suas variantes, as formas de intensificação do trabalho disseminaram-se por todos os continentes.

proporcional o montante de mais-trabalho gerado por aqueles dois mecanismos e apropriado pelo capital. Ou seja, as horas extras – e o aumento da intensidade de trabalho – que a força de trabalho executa elevam seu valor, em termos de bens de subsistência necessários em virtude do desgaste extra, mas as remunerações pelas horas extras e pelo aumento de intensidade não repõem plenamente o desgaste extra, o que significa que, nestes casos, a força de trabalho passa a ser remunerada abaixo do seu valor.¹⁵ As palavras de Marx são esclarecedoras:

Ao prolongar-se a jornada de trabalho, *o preço da força de trabalho pode cair abaixo do seu valor*, embora permaneça nominalmente inalterado ou mesmo se eleve. O valor diário da força de trabalho é calculado, conforme já vimos, pela duração média *normal* dessa força, ou seja, pela duração *normal* da vida do trabalhador, e pela correspondente transformação *normal* de substância vital em movimento, de conformidade com a natureza humana. [Marx ainda acrescenta:] Até certo ponto, o desgaste da força de trabalho *inseparável do prolongamento da jornada de trabalho* pode ser compensado com maior salário. Além desse ponto, o desgaste *aumenta em progressão geométrica* e se destroem ao mesmo tempo todas as condições *normais* para a reprodução e a atividade da força de trabalho (Marx, 2009, livro I, v. II, p. 598-599, grifos nossos).

Mais adiante, Marx afirma, nesse mesmo sentido:

Sabemos que o valor diário da força de trabalho é calculado tomando-se por base certa duração de vida do trabalhador, à qual corresponde certa duração da jornada de trabalho (Marx, 2009, livro I, v. II, p. 619).

Seguindo a exposição do livro I de *O capital*, na parte VI, dedicada à análise do salário, Marx mostra que, além das inovações tecnológicas, as formas de assalariamento representam mais uma forma de aumentar a intensidade do trabalho. Os salários pagos, por exemplo, por peça ou por produção criam a falsa impressão aos proletários de que eles seriam seus próprios patrões, pois a sua produção é, aparentemente, o que determina o seu salário. No entanto, Marx observa que os preços dos salários pagos por produção são calculados para impor um ritmo mais intenso de trabalho e jornadas diárias de trabalho extremamente elevadas, abaixo dos quais os trabalhadores sequer conseguem produzir o suficiente para sobreviver.

15. Já no capítulo VIII do livro I – e essa é mais uma demonstração do método dialético de sua exposição –, Marx já havia antecipado suas observações acerca da relação entre aumento da jornada de trabalho acima do normal e, por conseguinte, aumento do desgaste da força de trabalho acima do normal. Neste capítulo, Marx não só enfatiza que o capital tem o direito sobre o valor de uso da força de trabalho, para além do seu consumo no tempo de trabalho necessário para a reprodução desta força de trabalho, mas também os trabalhadores têm o direito de exigir que este uso não se prolongue para além do normal, porque para além deste limite implica redução da vida útil da força de trabalho, esgotamento precoce desta. Aquela relação só não é feita ainda com o aumento do valor da força de trabalho e com o aumento (menos que proporcional) do preço da força de trabalho, o que será feito explicita e pormenorizadamente no capítulo XV do livro I.

Antecipando-se mais uma vez ao desfecho de sua análise que ocorrerá no capítulo XXIII (parte VII), já na parte VI, analisando a forma de pagamento por tempo, Marx (2009, livro I, v. II, p. 631) chama atenção para a *concorrência* entre os trabalhadores e também para a *concorrência* entre os próprios capitalistas. No primeiro caso, a *concorrência* é o “motivo” que capacita e, no segundo caso, o “motivo” que impulsiona o capitalista a reduzir o preço do trabalho, levando-o a dilatar mais ainda o tempo de trabalho, apropriando-se de uma maior proporção de tempo de trabalho não pago.

Na parte VII, última parte do livro I, particularmente no capítulo XXII, depois de expor, ao longo deste livro, o extenso percurso de lutas da classe trabalhadora – contra o aumento da jornada de trabalho, contra o desemprego tecnológico e contra baixos salários –, a consciência da economia política da classe trabalhadora estaria, por consequência, preparando-se para desvelar os mistérios da propriedade privada.¹⁶ Ao demonstrar a reprodução do capital em escala ampliada durante vários ciclos sucessivos, na qual a mais-valia produzida é reaplicada na compra de novas forças de trabalho e de novos meios de produção, Marx mostra que a nova propriedade privada, formada pela acumulação da mais-valia, nada mais é do que mais-trabalho do proletariado não pago pelo capitalista. Para comprar uma nova propriedade, basta que o capitalista se aproprie de trabalho alheio não pago por certo período de tempo. O que isto significa? No capítulo XXII Marx deixa claro que – e é o que aqui mais interessa – a compra e venda de força de trabalho não está baseada em uma troca de equivalentes – e Marx chega a este resultado seguindo estritamente a lei do valor e a lei das trocas de equivalentes. Lei das trocas de mercadorias, troca de equivalentes, significa dizer que cada uma das partes envolvidas no ato da troca tem que deter uma mercadoria obtida com o “suor do seu trabalho”.¹⁷ Porém, este não é o caso do capitalista quando ele adianta *novo* capital – após decorrida uma série de rotações do capital original –, porque se trata de trabalho não pago por ele apropriado, sem uma contrapartida

16. A esse propósito ver Benoit (1996, p. 36).

17. Esse é o princípio da lei das trocas de equivalentes. No capítulo I do livro I, Marx analisa o desenvolvimento das trocas entre produtores diretos individuais, trocando entre si as mercadorias por eles produzidas. No final do capítulo IV, como já mencionado anteriormente, Marx observa que a esfera da circulação é o campo da consciência da economia política burguesa, na qual reinam liberdade, igualdade, Bentham e propriedade – e sobre esta (a propriedade), Marx enfatiza seu significado, que é o de que “cada um [dos lados envolvidos na troca] só dispõe *do que é seu*” (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 197, grifos nossos). Ou seja, as trocas, antes do capítulo XXII, são realizadas sob o princípio de que a propriedade das mercadorias se baseia no trabalho do seu proprietário. Este é o fundamento originário da lei das trocas de equivalentes. Porém, o modo especificamente capitalista de produção realizou a dissociação entre propriedade e trabalho, fundando o direito de propriedade, do ponto de vista do capital, na apropriação de trabalho alheio sem um equivalente em troca, de modo que fica superada dialeticamente a afirmação do capítulo IV de que “cada um só dispõe *do que é seu*”, pois no modo de produção capitalista o movimento de acumulação de capital se processa fundado numa troca de não equivalentes, uma vez que só o vendedor da mercadoria força de trabalho é proprietário do que realmente é *seu*, fruto do seu trabalho; o outro lado apresenta-se no mercado possuindo uma soma de dinheiro cuja origem é a apropriação de trabalho alheio sem uma contrapartida em equivalente, ou seja, trabalho alheio não pago. Nas palavras de Marx: “Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o *próprio* trabalho. (...) A dissociação entre propriedade e trabalho se torna consequência necessária de uma lei que claramente derivava da identidade existente entre ambos” (Marx, 1988, livro I, v. II, p. 679).

em equivalente. Isto significa que neste ponto não estará havendo mais troca de equivalentes, a equivalência aí é mera aparência, própria da consciência superficial da sociedade burguesa. Neste sentido, afirma Marx: “a relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo e que apenas o mistifica” (Marx, 1988, livro I, v. II, p. 679).¹⁸

Chega-se enfim ao capítulo XXIII, no qual Marx apresenta os efeitos da acumulação – concentração e centralização – de capital sobre a sorte da classe trabalhadora, ou seja, a exploração por meio de todos os mecanismos analisados por Marx, os quais individual ou conjuntamente forçam o preço da força de trabalho para abaixo do seu valor. E tais efeitos se devem, é o que Marx mostra explicitamente, à *concorrência* entre capitais individuais – provocando a centralização de capital – e à *concorrência* entre trabalhadores da ativa e trabalhadores da reserva – o EIR.

O avanço progressivo das forças produtivas, causa e efeito da acumulação e centralização de capital, não somente eleva a capacidade produtiva do trabalho, como sua contrapartida é a repulsão de parcelas crescentes de trabalhadores, criando o exército industrial de reserva, que Marx conclui ser a “alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista” (Marx, 1988, livro I, v. II, p. 733).

O EIR é, portanto, o suprassumo da acumulação e centralização de capital e, ao mesmo tempo, é a sua condição de existência. Ou seja, a *concorrência* intercapitalista, a expropriação dos expropriadores pelos próprios expropriadores, é responsável pelo aumento mais rápido do capital constante em relação ao capital variável, processo que faz crescer a oferta de força de trabalho à frente da sua procura, gerando, por consequência, o EIR. No livro I, Marx não explicita as leis que conduzem ao processo de centralização, mas sabe-se que o faz no livro III, no qual está demonstrado como os capitais individuais com maiores composições orgânicas de capital se apropriam de parcelas maiores da mais-valia social – mais-valia extraordinária –, o que lhes garante um (sobre)lucro acima da média social. Os demais capitais individuais, com menores composições orgânicas, obtêm lucros menores do que a mais-valia por eles produzida. Mesmo sem entrar nos meandros das leis da concentração e centralização de capital, no livro I (capítulo XXIII)

18. Nesse momento Marx nega sua afirmação feita no capítulo V, quando disse que a troca entre capital e força de trabalho consistia em uma troca justa. Naquele capítulo, Marx observa: “O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção cotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor” (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 218). No capítulo XXII, a troca entre capital e força de trabalho se revela como mera mistificação. Esta e outras negações que Marx realiza em relação às suas próprias afirmações anteriores faz parte do método dialético, por meio do qual o autor vai desvelando a realidade, isto é, vai retirando, de maneira não dogmática, os véus que encobrem a essência da realidade mais profunda.

Marx sublinha o resultado da concorrência entre capitais de distintas composições orgânicas, deixando claro que, nesta batalha,

Os capitais grandes esmagam os pequenos (...) Os capitais pequenos lançam-se assim nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou apenas de maneira esporádica ou incompleta (...) E acaba sempre com a derrota de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais ou soçobram ou se transferem para as mãos do vencedor (Marx, 1988, livro I, v. II, p. 727).

No bojo desse processo de concorrência entre os próprios expropriadores, estes lançam mão de todos aqueles mecanismos de exploração como forma de elevar ao máximo possível sua apropriação do tempo de trabalho não pago à classe trabalhadora. Portanto, no capítulo XXIII está explicitado o “motivo” – a concorrência intercapi-talista – que leva os capitalistas individuais, em seu esforço por se manterem vivos, a recorrerem, de forma mais aguda, a todos aqueles mecanismos de exploração que levam à redução do preço da força de trabalho para abaixo do seu valor, mecanismos cujos funcionamentos Marx esmiuçou contínua e progressivamente em vários capítulos anteriores ao XXIII do livro I, conforme destacado nas páginas anteriores.

Por seu turno, o EIR é também condição de existência da acumulação capitalista – portanto, do capitalismo –, porque é o responsável por regular o custo da força de trabalho, mantendo-o dentro de

limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada (Marx, 1988, livro I, v. II, p. 722).

A regulação do preço da força de trabalho é garantida pela existência do EIR em sua relação com o exército industrial ativo (EIA). Ou seja, quanto maior for a proporção do EIR comparativamente ao EIA, menor tende a ser o preço da força de trabalho. E o preço menor da força de trabalho diz respeito, portanto, a esta relação entre as duas partes componentes da classe trabalhadora, da ativa e da reserva – nesta não há apenas desempregados, mas também empregados, embora apenas parcialmente e de forma irregular. Sobre a parte do EIR que se encontra em ação, por sua própria condição, diz Marx: “Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência”.¹⁹ Quanto maior for a magnitude do EIR, maior será a pressão – exercida pela *concorrência* entre os próprios trabalhadores –

19. No capítulo XIII, Marx já antecipava as características próprias do EIR: “Os verdadeiros fatos, dissimulados pelo otimismo econômico, são esses: os trabalhadores despedidos pela máquina são transferidos da fábrica para o mercado de trabalho e lá aumentam o número das forças de trabalho que estão à disposição da exploração capitalista. Na parte sétima [na qual nos encontramos agora] ver-se-á que esse efeito da máquina que foi apresentado sob a forma de compensação para a classe trabalhadora, flagela-a, ao contrário, da maneira mais terrível (...) Atrofiados pela divisão do trabalho, esses pobres diabos valem tão pouco fora de seu âmbito de atividade, que só encontram acesso em ramos de trabalho inferiores e, por isso, superlotados e mal pagos” (Marx, 1988, livro I, v. I, p. 505).

para que o EIA se submeta a um ritmo mais intenso de trabalho e/ou a mais horas de trabalho além do normal, elevando seu desgaste acima do normal e, portanto, elevando seu valor, mas sem que o aumento de salário acompanhe esta elevação de valor, conformando-se seu preço portanto abaixo do seu valor, como se explicou anteriormente com base em outros capítulos do livro I.

Em suma, importa enfatizar ainda um pouco mais esse ponto, o dos “motivos” que induzem os capitais individuais a empregar conscientemente todos aqueles mecanismos de exploração da classe trabalhadora, e que por sua vez são os determinantes da redução do preço da força de trabalho abaixo do seu valor. Ficou claro que Marx considera evidente que os “motivos” são: *i*) a lei da centralização de capital – expressa na *concorrência* entre capitais individuais, na expropriação dos expropriadores entre si; e *ii*) a existência de um mercado de trabalho desequilibrado no sentido da relação entre EIA e EIR – que força a *concorrência* também entre os próprios trabalhadores. E o fundamento para a possibilidade da existência da acumulação – e centralização – capitalista é a existência daquele poderoso mecanismo regulador e controlador do preço da força de trabalho, ou seja, é a divisão – desunião – da classe trabalhadora em EIA e EIR.²⁰

Nesse processo de superação das ilusões em torno da propriedade privada capitalista, a luta dos desempregados por emprego cumpre um importante papel. É o que Marx mostra no capítulo XXIII. Não é apenas para os desempregados que a sua luta é fundamental, mas também para aqueles que estão trabalhando, uma vez que o exército industrial de reserva serve para conduzir os salários abaixo do valor da força de trabalho também entre os empregados, conforme explicado nos parágrafos anteriores. Neste sentido, Marx afirma ainda:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da *concorrência* [entre estas duas frações da classe trabalhadora], compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. (...) A condenação de *uma parte* da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da *outra parte*, torna-se fonte de enriquecimento *individual* dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao *progresso da acumulação social* (Marx, 1988, livro I, v. II, p. 738-739, grifos nossos).

Mais uma vez, destaca-se que a unidade de diferentes setores do proletariado – nesse momento entre os empregados e os desempregados – é expressa em *O capital* como resultado da própria luta de classes (Marx, 1988, p. 206). Quando se aproxima o final do livro I, no capítulo XXIII, supera-se, portanto, a abstração

20. Nada foi aqui mencionado sobre a teoria burguesa do movimento dos salários, baseada na lei da oferta e procura, porque além de Marx demonstrar, no capítulo XXIII, sua mistificação, deixa claro também que considerar esta lei na sua análise dialética dos resultados do movimento proporcional entre EIR e EIA tão somente “torna completo o despotismo do capital” (Marx, 1988, livro I, v. II, p. 743).

realizada na parte IV, a saber, a abstração das formas mais violentas e grosseiras de apropriação privada da mais-valia, isto é, o fenômeno da reprodução da força de trabalho de maneira atrofiada. Neste momento da exposição, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor é desvelado como uma *lei imanente* da produção capitalista, uma consequência inevitável da existência de massas de desempregados, sem as quais o capital é incapaz de sobreviver.

3 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARINI (E EM MARX)

Nesta seção, objetiva-se esboçar uma breve comparação entre o que foi exposto na seção anterior e o pensamento de Ruy Mauro Marini acerca do que este autor denomina *superexploração* da força de trabalho.

Ruy Mauro Marini chama de superexploração o resultado do emprego conjunto dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora pelo capital analisados por Marx. Ou seja, quando tais mecanismos são aplicados individualmente ou de forma combinada – com bem menos peso para o mecanismo da produtividade do trabalho –,²¹ resultam na remuneração da força de trabalho abaixo do valor desta, consoante exposto nas linhas anteriores. Para este autor, o “motivo” da superexploração sobre os trabalhadores latino-americanos reside na forma de compensar a condição de dependência econômica da região latino-americana em relação aos países de capitalismo industrial mais avançado. De acordo com Marini, as diferenças de produtividade do trabalho entre a América Latina (periferia) e os países industrialmente avançados (países centrais) – refletindo diferentes composições orgânicas de capital – faz com que, na esfera da circulação das mercadorias entre periferia e centro, a mais-valia produzida na periferia latino-americana – de menor composição orgânica – seja apropriada pelos países centrais – de maior composição orgânica. A redução das taxas de lucro decorrentes desta transferência de valor exacerbaria, segundo o autor, a ânsia por lucro dos capitalistas latino-americanos, que passariam a superexplorar os trabalhadores. Ou seja, para compensar esta troca desigual, os capitalistas individuais da América Latina recorrem àqueles mecanismos de exploração da força de trabalho – analisados por Marx no livro I de *O Capital* – para gerar certo nível de mais-valia que possa garantir algum grau de acumulação também na periferia.²² A esta reação compensatória Marini chama, portanto, de *superexploração* – a remuneração dos trabalhadores abaixo do valor da sua força de trabalho. De forma mais precisa, o que Marini chama de superexploração, na verdade, seria o recrudescimento do emprego daqueles mecanismos de exploração,

21. Uma vez que Marini está analisando a superexploração da força de trabalho de uma economia dependente, com pouca capacidade inovativa.

22. Como os países latino-americanos não resolvem, conforme Marini, o problema das trocas desiguais por meio do progresso das forças produtivas, aumentando a produtividade do trabalho, os mecanismos de exploração então privilegiados restringem-se à distensão da jornada de trabalho, à exacerbação da intensidade do trabalho e ao rebaixamento compulsório do preço da força de trabalho abaixo do seu valor.

como forma de os capitalistas latino-americanos preservarem certo nível de lucratividade. Ou seja, modificando para um patamar mais elevado o grau de exploração da força de trabalho latino-americana. Isto autoriza a interpretação de que o que Marini chama de superexploração é o mesmo que Marx chama de exploração,²³ e que, em ambos os casos, trata-se de aumento no grau de exploração da força de trabalho – não pelo rebaixamento do valor da força de trabalho, mas pelo encolhimento do preço desta abaixo do seu valor –, particularmente pelos capitais em risco de sucumbirem no processo de concorrência. Conforme explica o próprio Marini:

não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão consequente da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. (...) O efeito da troca desigual é – à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã por lucro e *aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente* (Marini, 2005a, p. 155-156, grifos nossos).²⁴

É lícito entender que a citação acima, assim como a citação a seguir, demonstram que o que Marx chama de exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas individuais é o mesmo que Marini chama de superexploração. A possibilidade de haver diferença no grau de exploração da força de trabalho praticado pelos capitalistas da economia latino-americana e pelos capitais individuais que estão prestes a soçobrar na luta intercapitalista descrita por Marx no livro I não poderia, então, ser fator para chamar um caso de superexploração e outro não, pois ambos os grupos de capitalistas *aguçam* os métodos de apropriação de trabalho não pago, porque ambos estão esforçando-se para sobreviver frente à batalha da concorrência com seus pares – entre nações, no caso do primeiro grupo, e entre ramos em uma mesma nação, no caso do segundo grupo. Observe-se que na citação a seguir, sem mencionar a condição dependente da economia latino-americana, Marini conclui ser a “superexploração do trabalho”²⁵ exatamente – assim os autores deste capítulo entendem – o que Marx considera por exploração da força de trabalho. Observe-se que o raciocínio de Marini e sua conclusão certamente são apreendidos de seu estudo e conhecimento sobre a exploração da força de trabalho segundo o livro

23. Considerando já aqui o capítulo XXIII, no qual Marx supera dialeticamente, ao analisar a lei geral de acumulação do capital, de modo definitivo, o suposto irreal de equivalência entre preço e valor da força de trabalho.

24. No seu texto *Sobre a dialética da dependência*, no qual Marini procura esclarecer pontos de um outro texto seu, *Dialética da dependência*, o autor reforça essa compreensão quando explicita que o que existe entre nações é uma “diversidade do grau de desenvolvimento das forças produtivas” [que resulta em] “diferenças significativas em suas respectivas composições orgânicas do capital, que apontam para distintas formas e graus de exploração do trabalho” (Marini, 2005b, p. 185, grifos nossos).

25. O mais correto seria Marini dizer superexploração da *força de trabalho*, porque esta, e não a ação por ela realizada, é que – no sentido dado por Marx à exploração: sofre desgaste além do normal; não é remunerada o suficiente para sua reprodução normal; perde participação na riqueza produzida e acumulada; tem sua “vida útil” encurtada; não se apropria da totalidade do fruto do seu trabalho.

I de *O Capital* – exposto na seção anterior deste texto –, e não estão associados à questão das trocas desiguais entre nações.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade de trabalho], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [salário abaixo do valor da força de trabalho], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. *Em termos capitalistas*, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, *portanto*, a uma superexploração do trabalho (Marini, 2005a, p. 156-157, grifos nossos).

O importante ainda a destacar é que para Marini a lei capitalista das trocas desiguais em que nações com mais desenvolvimento das forças produtivas – portanto, com mais produtividade do trabalho e mais composição orgânica do capital – se apropriam da mais-valia produzida pelas nações com menos composição orgânica do capital, e não se trata de um fenômeno restrito ao âmbito das relações internacionais, mas é idêntico ao que ocorre no âmbito da luta intercapitalista de uma mesma nação. Para Marini, isto se verificaria “tanto entre produtores individuais de uma mesma nação quanto entre nações competidoras” (Marini, 2005b, p. 186).

Enfim, essas referências aos dois textos principais de Marini – que tratam explicitamente do que ele chama de superexploração – servem apenas para mostrar que o “motivo” que leva os capitalistas individuais na economia dependente a *aguçar* a aplicação dos mecanismos de exploração da força de trabalho é o mesmo “motivo” que impulsiona os capitalistas individuais descritos por Marx – especialmente no capítulo XXIII do livro I de *O Capital* – a também *aguçar* a aplicação dos mesmos mecanismos de extração de trabalho excedente: a luta de frações do capital para sobreviverem no movimento permanente de expropriação dos expropriadores pelos próprios expropriadores. Ou seja, entende-se que, para Marini, *superexploração* da força de trabalho não é uma particularidade das economias latino-americanas, embora tal mecanismo seja o recurso privilegiado por estas economias para compensar as perdas de mais-valia para as economias industrialmente avançadas. Para Marini, ao juízo dos autores deste capítulo, *superexploração* da força de trabalho é puramente o rebaixamento do preço da força de trabalho por sob seu valor – seja numa economia latino-americana ou em outra qualquer.

Além dos dois textos já mencionados desse autor, um terceiro texto (Marini, 1979) deixa essa interpretação mais elucidada. Na primeira parte deste texto, Marini faz uma análise basicamente teórica dos esquemas de reprodução do capital de Marx e, sem fazer referência nenhuma à condição de dependência das economias latino americanas – porque não era este o ponto em discussão, além de ser desnecessário que o fosse –, ao analisar o efeito de um aumento de intensidade do trabalho, do ponto de vista de um *capital individual* – não de uma *nação*, o que daria no mesmo –, Marini observa que para que tal capital possa obter um aumento mais do que proporcional de trabalho excedente, comparativamente ao trabalho necessário – pois em virtude do aumento da intensidade do trabalho, imposto por este capital aos seus trabalhadores, ambos os componentes da jornada de trabalho podem se elevar igual ou desigualmente –, faz-se necessário que a força de trabalho seja remunerada abaixo do seu valor, ou seja, conclui Marini que, neste caso, é mister que a força de trabalho “*sea objeto de una superexplotación*” (Marini, 1979, p. 14-15).²⁶ Com mais clareza ainda sobre o que aqui se está interpretando, pode-se observar mais adiante no mesmo texto a correção conceitual sobre a *superexploração* que Marini faz a Mathias (1977), atribuindo a este uma “imprecisão conceitual com que aborda a superexploração (igual à mais-valia absoluta e, mais adiante, igual ao prolongamento e intensificação do trabalho, *sem referência, além disso, à relação entre salário e o valor da força de trabalho*)” (Marini, 1979, p. 36, grifos nossos) –²⁷ observe-se que Marini cobrou de Mathias referência, para conceituar precisamente *superexploração*, não à condição de dependência das economias latino-americanas – objeto do estudo de Mathias –, mas tão somente à relação entre salário e valor da força de trabalho.

Espera-se ter deixado claro até aqui a compreensão do que seja a (super)exploração da força de trabalho em Marx e em Marini. Ademais, não se pode deixar de comentar que, para os autores deste capítulo, o mais importante nos dois primeiros textos mencionados de Marini não é exatamente o que ele chama de superexploração, mas o que ele mesmo considera como o “problema de fundo” da teoria marxista da dependência, isto é, o fato de que a superexploração obstaculiza a plena dominância da mais-valia relativa – a generalização da elevação da produtividade do trabalho – na economia latino-americana. Como o próprio Marini esclarece:

[trata-se do] problema de fundo que a teoria marxista da dependência está chamada a enfrentar: o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho (Marini, 2005b, p. 193-194).

26. As páginas 14 e 15 correspondem à numeração iniciada pela página 1.

27. A página 36 corresponde à numeração iniciada pela página 1. “(...) *imprecisión conceptual con que aborda la superexplotación (igual a plusvalía absoluta y, mas adelante, igual a prolongación e intensificación del trabajo, sin referencia, por lo demás, a la relación entre salario y el valor de la fuerza de trabajo* (tradução nossa, grifo nosso).”

Diante dessa especificidade da superexploração da força de trabalho na economia latino-americana – especificidade de obliterar a dominância da mais-valia relativa nesta economia –, nos termos da citação anterior, interessa perguntar por que a (super)exploração descrita por Marx no livro I de *O Capital* também não cumpriu o mesmo papel de bloquear a difusão do desenvolvimento das forças produtivas nos sistemas econômicos industriais avançados, impedindo por sua vez a generalização nestas economias da extração de mais-valia relativa. A resposta a esta indagação residiria no conteúdo da categoria valor da força de trabalho – que compreende necessidades naturais e também necessidades tornadas reais e conquistadas pela classe trabalhadora de cada país –, remetendo-se a análise, portanto, para a luta de classes, uma vez que é por meio dela que a classe trabalhadora consegue defender o preço da sua força de trabalho equivalente ao seu valor, e quanto mais alto este for mais estímulo terá o sistema econômico como um todo para desenvolver suas forças produtivas de modo a elevar a produtividade do trabalho a fim de compensar a apropriação, pela classe trabalhadora, do valor correspondente a uma parcela maior do tempo de trabalho diário. No caso da economia latino-americana, as condições em que se formou sua classe trabalhadora *sobran*te são distintas das condições em que se formou o exército industrial de reserva descrito por Marx no livro I – que é fruto, como se viu, do próprio desenvolvimento industrial. No caso da economia latino-americana, a massa de trabalhadores *sobran*te é fruto também de seu passado colonial, cujas características são marcadas pela baixa capacidade organizativa e, por conseguinte, pelo baixo poder de pressão sobre o capital, dadas pelas próprias condições desiguais existentes nesta economia expressas pela abundância de trabalhadores frente a uma escassez relativa de capital para absorvê-los.²⁸ Conforme explicado pelo próprio

28. No caso específico da importância das condições do mercado de trabalho para o desenvolvimento capitalista de um país latino-americano, há várias referências clássicas. Lewis (1969), por exemplo, chama atenção para a particularidade de economias “dependentes” (embora ele preferisse não denominá-las assim, mas apenas como economias em estágio “pré-decolagem”) abrigarem uma oferta ilimitada de mão de obra, cuja particularidade (este é o detalhe que importa do artigo de Lewis) implica inadequação dos modelos neoclássicos e keynesianos a estas economias, uma vez que estes modelos pressupõem abundância *também* de capital. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)/Prebisch (Rodríguez, 1981), por sua vez, explica a secular transferência de renda da periferia latino-americana para as economias centrais – via trocas comerciais desiguais – atribuindo-a ao fato de naquelas economias, diferentemente destas, persistir, como um dos determinantes fundamentais das trocas desiguais, mercados de trabalho desequilibrados, ou seja, abundância de mão de obra e, por consequência, pouco poder de pressão da classe trabalhadora para defender seus rendimentos nos momentos dos ciclos recessivos, nos quais os capitalistas locais elevam a taxa de exploração sobre os trabalhadores com o intuito de preservarem seus lucros. Kalecki (1980) também reconhece o problema da existência de abundância de trabalhadores relativamente ao capital formado em economias subdesenvolvidas, de modo que, para ele, este é o problema de tais economias, e não exatamente problema de demanda efetiva, pois, se este houver, ao se resolvê-lo ainda permanecerá aquele. Enfim, para evitar mais delongas, basta mencionar que Magalhães (2009) sustenta que ainda se convive no Brasil com o problema da oferta ilimitada de mão de obra. Um outro determinante particular das economias dependentes – embora não caiba aqui discuti-lo, apenas mencioná-lo – diz respeito ao outro lado da relação capital-trabalho, isto é, frações expressivas do capital dominadas pela propriedade estrangeira. Capitais que se aproveitam daquele quadro representativo das condições do mercado de trabalho das economias dependentes (assim como também das diversas formas de dominação e controle sobre a classe trabalhadora) e que, por tais razões, não são obrigados a criar raiz em tais economias, o que significa não ampliarem, para além dos seus interesses estratégicos, os investimentos produtivos e, particularmente, investimentos em inovação (pesquisa e desenvolvimento – P&D) em tais espaços econômicos. Além do fato de que a forte presença de capitais produtivos estrangeiros nestas economias acarreta um fluxo perene de recursos para seus lugares de origem (agravando a questão das transferências de valor da periferia para o centro). Nascimento, Cardoso e Cunha. (2009) apresentam várias referências na literatura especializada que abordam estas questões relativas ao papel do capital estrangeiro, particularmente concernentes ao caso brasileiro.

Marini, é “Por meio da mediação que se estabelece pela *luta entre operários e os patrões em torno da fixação do nível dos salários*” (Marini, 2005a, p. 163, grifos nossos) que nas economias industriais avançadas o ciclo do capital se completa, de modo que os

dois tipos de consumo [produtivo e improdutivo] do operário tendem a se complementar, no curso do ciclo do capital, superando a situação inicial de oposição em que se encontravam. Essa é, ademais, uma das razões pelas quais a dinâmica do sistema tende a se canalizar por meio da mais-valia relativa (Marini, 2005a, p. 163-164).²⁹

Referindo-se mais uma vez à classe trabalhadora contemporânea dos países de capitalismo industrial avançado, Marini (2005b) assevera:

O fato de que, nos países altamente industrializados, a elevação simultânea de produtividade e de intensidade de trabalho não se tenham traduzido desde várias décadas na redução da jornada [de trabalho] não invalida o que se disse. *Apenas revela a incapacidade da classe operária para defender seus legítimos interesses* (Marini, 2005b, p. 192, grifos nossos).

O próprio Marx, no Prefácio da primeira edição do livro I de *O Capital*, é enfático quando sublinha a importância da luta de classes, a importância dos níveis de desenvolvimento da capacidade de luta das classes trabalhadoras dos distintos países, para definir os diferentes graus de (super)exploração a que estão submetidas. Marx deixa isto bem claro, no referido Prefácio, ao comparar a situação dos trabalhadores alemães com a dos trabalhadores ingleses, quando observa que a situação daqueles era pior que a destes porque, ao contrário destes, aqueles ainda não haviam conquistado “o contrapeso das leis fabris” (Marx, 1988, livro I, v. I, Prefácio da 1ª ed., p. 5). Mais adiante, no mesmo Prefácio, observando o impacto da Guerra de Secessão norte-americana sobre a classe trabalhadora europeia, Marx ressalta que na Inglaterra já se encontrava em curso um “processo revolucionário”, o qual

Depois de alcançar certo nível terá de repercutir sobre o Continente. *Aí assumirá ele formas mais brutais ou mais humanas, conforme o grau de desenvolvimento da classe trabalhadora*. Pondo de lado motivos de índole nobre, o interesse mais egoísta impõe

29. Com outra perspectiva teórica, Furtado (2000) destaca que até meados do século XIX o capitalismo industrial havia avançado, movido pela livre iniciativa dos capitais nascentes, mas a partir da segunda metade do referido século um novo motor do capitalismo industrial surgiu para impulsioná-lo ainda mais: a força organizada da classe trabalhadora e sua pressão para se apropriar de maiores parcelas, nos termos de Furtado, do excedente econômico, fato que gerou uma verdadeira dialética entre inovação e difusão (da inovação), capaz de alargar o nível médio de produtividade dos sistemas industriais avançados como um todo. Ou seja, o aumento do poder de enfrentamento do capital pela classe trabalhadora elevou seu padrão de vida (o valor da sua força de trabalho), o que, por sua vez, exigiu uma permanente renovação do sistema produtivo do capital. Romeiro (1994), por seu turno, observa o quanto foi importante e decisiva – para o *boom* da economia norte-americana a partir de meados do século XIX – a criação de uma situação de escassez relativa (ao capital acumulado) de mão de obra, nas áreas urbanas e nas rurais (nestas, porque um proprietário familiar não queria trabalhar para outro proprietário familiar), em virtude da ocupação do Oeste em pequenas propriedades, garantida pela Guerra de Secessão (que quebrou a força política dos latifundiários escravagistas do Sul) e pela *Homestead Act* (lei de terras que assegurou o direito ao acesso à terra às famílias pobres imigrantes). Segundo este autor, a generalização da escassez relativa de mão de obra deu força às organizações de trabalhadores e, por conseguinte, forçou o capital a inovar generalizadamente (no meio urbano e no meio rural), o que implicou uma melhor distribuição da renda e a elevação do padrão de vida (valor) da força de trabalho.

às classes dominantes que eliminem todos os obstáculos legalmente removíveis, que estorvam o progresso da classe trabalhadora. Por esta razão, além de outras, tratei, extensamente, neste volume, da história, do conteúdo e dos resultados da legislação fabril inglesa. Uma nação deve e pode aprender de outra (Marx, 1988, livro I, v. I, Prefácio da 1ª ed., p. 6, grifos nossos).

Diante do até aqui exposto, fica a questão de como romper com o *círculo vicioso da superexploração da força de trabalho latino-americana* – criatura e recriador da dependência. Sobre este desafio histórico da classe trabalhadora latino americana, saliente-se que Marini adverte que o “problema de fundo” da teoria marxista da dependência reside em uma análise que transcenda o plano restrito da economia, fazendo-se necessário abranger também os planos da análise sociológica e política, particularmente a questão da *luta de classes*.³⁰

4 CONSIDERAÇÕES (INDAGAÇÕES) FINAIS

Nesta última seção, convém ainda comentar o fato de que Marini se refere ao mesmo fenômeno – o rebaixamento do preço da força de trabalho para baixo do seu valor, resultado do emprego dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora pelo capital – analisado por Marx em vários capítulos do livro I de *O Capital*, mas, ao contrário de Marx, o autor da *Dialética da Dependência* parte de uma particularidade – causas específicas da superexploração dos trabalhadores latino-americanos –, enquanto Marx parte da totalidade, da influência exercida pela concorrência intercapitalista, e pelo exército industrial de reserva, sobre o rebaixamento dos salários, um fenômeno existente em escala mundial.

Que implicações práticas teria a opção metodológica de Marini, que parte de uma particularidade ao invés de partir da totalidade? Uma das consequências práticas da teoria de Marini não seria, por exemplo, a criação de uma tendência à busca de um programa específico para os trabalhadores da América Latina, um programa que se diferenciasse, em sua essência, do programa dos trabalhadores dos países industrialmente mais avançados? Mesmo que não seja esta a sua intenção, a teoria da dependência de Marini não acabaria abrindo espaço para programas reformistas, como aquele baseado na busca por parte dos trabalhadores latino-americanos de níveis salariais similares aos dos trabalhadores dos países industrialmente avançados? Programas que fragmentam a luta do proletariado mundial contradizem profundamente o projeto revolucionário de Marx e de Engels que, desde o *Manifesto Comunista*, defendem a unidade dos trabalhadores do mundo inteiro, unidade esta que é estimulada pelo próprio sistema capitalista que, desde a sua origem, tem uma abrangência mundial.

30. “Não nos resta, nesta breve nota, senão advertir que as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (Marini, 2005b, p. 194).

Assim, segundo Marx, todos os setores do proletariado, tanto aqueles mais explorados quanto os menos explorados, desde os operários mais qualificados até os desempregados, desde os proletários norte-americanos até os africanos, enfim, os proletários de todo o mundo, estão colocados, objetivamente, pelo próprio processo mundial da luta de classes, sob um mesmo programa, um programa que deve enfrentar aquilo que é comum a todo o proletariado mundial – a exploração da força de trabalho por meio da apropriação privada da mais-valia.

Por fim, convém indagar se superar a *dependência* implicaria transitar para uma economia capitalista não dependente ou para uma economia não capitalista (socialista). Se o caminho for este último, qual sentido teria ressaltar a especificidade da superexploração associando-a à condição de dependência – como o fazem alguns intérpretes de Marini?³¹ Para construir o socialismo a partir dos países latino-americanos seria, afinal, necessário, num primeiro momento, superar a dependência para, somente numa segunda etapa, avançar para o socialismo? Como os autores deste texto não acreditam que esta “via etapista” seja a pretensão de Marini – nem a de seus intérpretes –, ressaltam, portanto, mais uma vez, que o “motivo” determinante da superexploração da força de trabalho em Marini não é diferente do “motivo” da (super)exploração da força de trabalho em Marx, numa perspectiva revolucionária, como era a de Marx – e a de Marini.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225 jul./dez. 2009.

BENOIT, H. Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de o capital. **Revista crítica marxista**, São Paulo, n. 8, 1999.

_____. Sobre a crítica (dialética) de o capital. **Revista crítica marxista**, São Paulo, n. 3, 1996.

CARCANHOLO, M. D. **Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REG GEN: alternativas à globalização. Rio de Janeiro: Unesco, out. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf>>.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126 p.

31. Ver, por exemplo, Amaral e Carcanholo (2009), Carcanholo (2005) e Martins (1999).

KALECKI, M. **Ensayos sobre las economías en vías de desarrollo**. Barcelona: Crítica, 1980.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1969, p. 406-456.

MAGALHÃES, J. P. A. **O que fazer depois da crise**: a contribuição do desenvolvimentismo keynesiano. São Paulo: Contexto, 2009. 224 p.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos políticos**, México, n. 20, abr./jun. 1979.

_____. Dialética da dependência. 1973. *In*: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

_____. Sobre a dialética da dependência. 1973. *In*: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 121-138, dez. 1999.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. v. I-II. (Livro I).

_____. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. México: Siglo Veintiuno, 1989.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II. (Livro I).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATHIAS, G. Estado y crisis capitalista em América Latina. **Críticas de la economía política**: edición latinoamericana, México, n. 2, p. 61-97, enero/marzo, 1977.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. E. (2009). Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEP, 2009.

RODRÍGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. *In*: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAIS-VALIA ABSOLUTA E RELATIVA EM MARX E MARINI

Tiago Camarinha Lopes

1 INTRODUÇÃO

O renovado interesse pela obra dos grandes pensadores brasileiros coloca questões cruciais de volta ao debate sobre o desenvolvimento do país. A ideia de um projeto do povo brasileiro para a construção de sua sociedade pode certamente desfrutar de um crescimento a partir da recuperação das teses e dos debates em que eles se envolveram. O estudo do legado intelectual de Ruy Mauro Marini, assim como de sua atividade no âmbito da discussão de estratégias políticas para a transformação do Brasil, faz parte desta atividade fundamental para todos aqueles comprometidos com tal construção.

Este capítulo trata de dois pontos originados dos problemas erguidos por Marini, buscando relacioná-los de maneira clara. Em primeiro lugar, os conceitos de “mais-valia absoluta” e “mais-valia relativa” são apresentados a partir de uma recuperação da formulação de Marx. Com isto, o objetivo primordial é estabelecer o papel destas duas categorias tanto no livro *O capital* de Karl Marx quanto no pensamento de Marini, sendo então possível identificar semelhanças e diferenças.

Em seguida, o esforço se concentra na vinculação desse aspecto teórico com o problema concreto de desenvolvimento capitalista da periferia, em específico, do Brasil. Esta segunda parte visa esclarecer que apesar de existirem diversos pontos abstratos a serem debatidos pela contraposição da teoria de Marini com a de Marx, a solução para tais controvérsias só poderá ser encontrada se houver algum vínculo com a análise histórica de estratégias políticas que foram postas em prática.

Nesse sentido, o argumento central é que, em Marx e em Marini, as categorias “mais-valia absoluta” e “mais-valia relativa” seguem uma derivação tanto lógica como histórica. Assim, o núcleo do debate sobre a especificidade da economia capitalista dependente é: pelo lado teórico, a questão sobre a generalização da produção de mais-valia relativa mundialmente; e, pelo lado prático, a forma como isto se relaciona com a ação política que visa construir a sociedade socialista.

2 MAIS-VALIA ABSOLUTA E RELATIVA NO CAPITAL

Para averiguar o sentido das categorias mais-valia absoluta e mais-valia relativa, é preciso inicialmente compreender sua posição na estrutura de apresentação de Marx. Como se sabe, a noção da produção da mais-valia absoluta aparece antes da produção de mais-valia relativa, sendo que ambas são tratadas no livro I de *O capital*, respectivamente nas seções III e IV. Em seguida, as duas categorias são tratadas em conjunto na seção V. Qual é o desenvolvimento que antecede imediatamente esta diferenciação na maneira de geração de mais-valia?

As seções I e II formam o que se pode chamar de primeiro ciclo para o desenvolvimento da teoria do capital em Marx. Aqui, são postas em movimento as categorias de mercadoria e dinheiro, cuja lógica culmina na transformação deste último em capital. O resultado desta análise é a confirmação da existência de uma lógica própria ao mecanismo capitalista que consiste na valorização do valor, e que pode ser expressa por uma fórmula geral do capital, $D-M-D'$, que é como ele “aparece diretamente na esfera da circulação” (Marx, 1985, p. 131). O sentido desta abreviação é que o dinheiro é usado para, primeiro, comprar mercadorias e, em seguida, vendê-las por um valor maior, a fim de se obter um ΔD positivo.

Até a economia política clássica havia muita confusão sobre a origem dessa diferença de valor entre a compra e a venda que resulta em um lucro. Na época mercantilista, por exemplo, como o capital comercial assumia uma posição de centralidade dinâmica no sistema, pensava-se que era possível que a circulação pudesse gerar valor. Isto, naturalmente, era um grande incômodo para os defensores da igualdade burguesa associada com o mecanismo de permuta: como explicar a geração de um valor maior sem violar o princípio de troca de equivalentes? Esse qui-proquê (Marx, 1985, p. 133) tinha que ser solucionado. O papel determinante da esfera da produção na geração do valor foi enfatizado por Marx por meio da diferenciação entre valor e valor de uso, em que o trabalho – agora claramente distinguido entre concreto e abstrato – assume uma função diferencial no processo. A materialidade – que pode ser algo imaterial, pois se “a natureza da necessidade se origina do estômago ou da fantasia, nada é alterado na coisa” (Marx, 1985, p. 45) – do valor de uso garante que o valor possua uma capa transportadora, sem a qual ele não pode existir. A partir daí, a determinação do valor e de sua quantidade, o valor de troca, teve de ser buscado não mais pela obviedade da regra “comprar barato para vender caro” típica da atividade capitalista de circulação, mas na essência do processo, na esfera da produção.

Marx sai então da análise sobre a troca de mercadorias e adentra o “local oculto da produção”, onde o “o segredo da fabricação de mais-valia há de se finalmente desvendar” (Marx, 1985, p. 144). Aqui começa a apresentação da produção de mais-valia absoluta. Antes de esmiuçar seu significado, que na realidade

só pode se dar pela comparação com a produção de mais-valia relativa, a associação do valor de troca com o tempo de trabalho é feita para que fique evidente que a parte do valor produzido que não participa da reposição material da força de trabalho corresponda àquilo que se chama de mais-valia. Com isto, o trabalho necessário é distinto do trabalho excedente, e a relação entre os dois permite auferir o grau de exploração da força de trabalho. A partir daí, fica claro que a mensuração teórica da exploração pode ser feita em todos os modos de produção baseada na sociedade de classes, como salienta também Saad-Filho (2001). A especificidade do modo capitalista de extração do excedente e de comando sobre o trabalho social é que – como a forma mercadoria é generalizada – a contabilidade dos diferentes valores de uso aparece transmutada no sistema de preços, um subproduto necessário da centralidade do valor de troca em um ambiente desordenado de produção e distribuição.¹

Nesse desenvolvimento, Marx indica que a relação entre mais-trabalho e trabalho necessário expressa o mesmo tipo de quantidade que a relação entre a mais-valia e o capital variável, o que lhe permite concluir que “a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (Marx, 1985, p. 177). Ou seja,

$$\text{Taxa de mais-valia} \frac{m}{v} = \frac{\text{mais-trabalho}}{\text{trabalho necessário}}$$

Então, quanto maior o mais-trabalho – ou o tempo de trabalho excedente –, em relação ao tempo de trabalho necessário, maior o grau de exploração da força de trabalho. Esta relação contém também uma associação direta com a noção de mais-produto, expressa pela “parte do produto em que se representa a mais-valia”, ou seja, aquela fração dos valores de uso do produto social total que corresponde ao mais-trabalho; “chamamos de mais-produto” (Marx, 1985, p. 184) ou de excedente, na terminologia clássica. É a contrapartida em valor de uso para a mais-valia, ou seja, o aspecto concreto da riqueza abstrata consubstanciada na mais-valia.²

Ao término da seção sobre a produção da mais-valia absoluta, Marx destaca que a especificidade da extração do mais-trabalho na sociedade capitalista é o fato de que se deve atender à fórmula geral do capital, apresentada anteriormente. Assim, o capital se move em direção ao aumento do mais-trabalho em relação ao trabalho necessário, visto que isto cumpre o objetivo de expansão de ΔD , ou seja, de expansão quantitativa do valor.

1. O sistema de preços é, aliás, o fundamento original que permite a construção e a organização de toda contabilidade social e dos dados econômicos, sem a qual nenhum planejamento é possível. Sobre a relação da contradição entre o sistema de valores e de preços e o planejamento econômico, ver os trabalhos de Cockshot e Cotrell (1989; 1997) em conjunto com a solução do problema da transformação dos valores em preços de produção de Farjoun e Machover (1983).
2. Sobre a diferença entre o excedente ricardiano e a mais-valia marxista ver Belluzzo (1998). Este ponto se tornou crucial a partir do uso político da obra de Sraffa por seguidores de David Ricardo para atacar a teoria de Marx. Para uma introdução à controvérsia Sraffa-Marx, ver Camarinha Lopes (2010).

Historicamente, no começo de seu desenvolvimento, o capital coloca esse processo em movimento sem alterar profundamente a estrutura produtiva. Ou seja, o capital utiliza as condições técnicas previamente existentes. Nesse momento inicial, a extensão do tempo de trabalho era a via mais fácil, o método mais adequado para satisfazer a lógica de valorização incipiente. Por isto, Marx assinala que “a produção da mais-valia na forma observada até agora, mediante simples prolongamento do dia de trabalho, parecia, por isso, independentemente de qualquer mudança do próprio modo de produção” (Marx, 1985, p. 244). Mas quando essa base técnica se torna um limite, as contradições entre a estrutura física de produção e as relações de organização social ficam evidentes, e é por isto que a grande indústria surge como solução ao garantir a base material própria de desenvolvimento pleno do capital. E é aqui que entra a produção da mais-valia relativa na estrutura de apresentação em *O capital*.

A outra representação da relação entre trabalho necessário e mais-trabalho usada por Marx para ajudar na visualização da jornada de trabalho é a seguinte:

a ————— b ——— c

Nessa representação, a linha entre a e b representa a duração do trabalho necessário, e a linha entre b e c o tempo de mais-trabalho. Até aqui, a forma encontrada pelo capital em cumprimento à lógica de valorização foi por meio da simples extensão do segmento entre os pontos b e c, ou seja, pelo aumento do tempo de mais-trabalho e, conseqüentemente, do tempo de trabalho total. Como destacado, esta maneira de acumulação encontra dificuldades que ficaram bastante claras durante a Revolução Industrial original, quando a jornada de trabalho foi expandida até o limite físico da reprodução da força de trabalho.³ Marx então se pergunta: “Como se pode aumentar a produção de mais-valia, isto é, prolongar o mais-trabalho, sem qualquer prolongamento ou independentemente de qualquer prolongamento de a – c?” (Marx, 1985, p. 249).

Sua resposta é clara: deslocando o ponto b na direção oposta para a. Neste sentido, “o prolongamento do mais-trabalho corresponderia à redução do trabalho necessário (...)”. Isto requer, no entanto, que este novo e reduzido tempo de trabalho necessário consiga produzir a mesma quantidade de meios de subsistência que antes se fazia em um tempo maior. “Isso porém é impossível, sem aumentar a força produtiva do trabalho” (Marx, 1985, p. 250). Portanto, para criar uma nova possibilidade de valorização que supere as estreitezas de antes, o capital precisa revolucionar os meios técnicos e a organização do processo de produção, ou seja, precisa desencadear um aprimoramento sistemático das forças produtivas. Marx lista e explica em seguida métodos particulares de produção da mais-valia relativa, como a cooperação, a divisão do trabalho e finalmente a maquinaria.

3. Sobre isso ver a apresentação histórica de Marx no capítulo VIII (*A jornada de trabalho*) de *O capital* (Marx, 1985, livro I).

O que distingue afinal, em nível categorial, a produção da mais-valia absoluta da produção da mais-valia relativa?

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (Marx, 1985, p. 251).⁴

O argumento central de Marx é que no primeiro caso, o capital simplesmente usava os meios disponíveis, ou seja, se apoderava do processo de trabalho como ele se apresentava em condições passadas determinadas por organizações tradicionais sem alterá-lo profundamente. Por isto, em princípio, o capital cuida para que a jornada se estenda ao máximo. Isto não quer dizer que seja possível separar claramente no tempo as duas formas de produção de mais-valia. Na prática, as duas formas ocorrem simultaneamente, ou seja, além da tentativa de redução do tempo de trabalho necessário, sempre há o ímpeto do capital pelo aumento da jornada de trabalho. O que Marx enfatiza é que este segundo procedimento contém barreiras que atrapalham o prosseguimento da acumulação, algo que é superado somente quando a base técnica da maquinaria se estabelece e a produção de mais-valia relativa ganha a posição de destaque enquanto modalidade de aumento da mais-valia. É nesta hora que o limite para o capital se torna o próprio capital.

A relação entre o histórico e o lógico em *O capital* é um tópico intricado que abre uma série de controvérsias na economia política de Marx. No caso da mais-valia absoluta e relativa, esta duplicidade também penetra na análise. O fundamento concreto que pauta a análise de toda a obra *O capital* é a transformação secular pela qual passa a Inglaterra com a Revolução Industrial, desde sua gênese com a acumulação originária. Neste particular, a passagem da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa, enquanto modo padrão de acumulação, corresponde ao momento de estabelecimento legal dos limites da jornada de trabalho. Pelo aspecto puramente lógico, foi ressaltado que existem empecilhos para a continuação do aumento do mais-trabalho devido aos limites físicos de reposição da força de trabalho.

Mas, pelo lado histórico, há de se lembrar que esta não é a única dimensão da determinação da jornada de trabalho. Afora esta limitação biológica, a extensão do tempo de trabalho total se choca com os padrões morais socialmente determinados. Portanto, a passagem do modelo de acumulação pautado na mais-valia absoluta para a forma de extração de excedente com base na mais-valia relativa é explicada tanto logicamente – pela própria dinâmica do capital – quanto pelo esforço político da classe trabalhadora para oficializar o limite da jornada.

4. É importante ressaltar que a diferença entre as duas categorias não é o fato de serem compostas por qualidades diferentes. Trata-se sempre de mais-valia de mesma qualidade. A diferença é a forma de sua obtenção. Quando se compara "a mais-valia absoluta" com "a mais-valia relativa", quer-se comparar "a produção de mais-valia absoluta" e "a produção de mais-valia relativa".

Tal esforço estreita ainda mais as condições de existência da produção de mais-valia absoluta e deve ser sempre levado em conta em toda análise histórica sobre a consolidação das forças produtivas especificamente capitalistas.

Com isso, parece claro que o prolongamento da jornada de trabalho e a produção de mais-valia absoluta são ao mesmo tempo a “base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção de mais-valia relativa” (Marx, 1985, p. 106), seja do ponto de vista lógico ou histórico. Assim, enquanto a primeira forma de extração de mais-trabalho assenta-se apenas na duração da jornada de trabalho, a segunda revoluciona por completo os processos de transformação material e os meandros de organização da produção social. É neste sentido que se compreende porque o predomínio da produção de mais-valia relativa supõe um estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista em que já exista a subordinação real do trabalho ao capital.

Isso significa que o modo tradicional de expansão da mais-valia desaparece? A observação indica que isto nunca ocorreu, e mesmo nos países industrializados – que compõem o cenário para a análise em *O capital* –, sempre que a extensão da jornada parecia uma via fácil, o capital não hesitou em tomá-la. Por isto, Marx indica que as duas modalidades coexistem e que são na prática as únicas duas maneiras disponíveis ao sistema de aumentar a taxa de mais-valia.⁵ Mas, enquanto a mais-valia absoluta esbarra em limites muito nítidos que brotam do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas em geral, a produção de mais-valia relativa parece abrir as possibilidades para o desenvolvimento pleno do sistema, em que a revolução dos meios de produção torna-se definitivamente o centro propulsor do sistema econômico. Como resultado, o aperfeiçoamento técnico dos meios de produção ganha um impulso – como Marx já havia apontado no manifesto comunista – sem paralelo na história da humanidade. Por conta disto, não parece ser inadequado considerar a transição da produção da mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa como um movimento de progresso.

Em seu manuscrito de estudo da economia política de 1857 e 1858, os *Grundrisse*, Marx já fazia a distinção entre mais-valia absoluta e relativa, destacando que a obtenção de um excedente em valor não se restringe ao aumento do *quantum* de trabalho total e que pode também ser efetuada pela redução do tempo de trabalho necessário. Diversos exemplos são apresentados neste manuscrito

5. No prosseguimento da seção V do livro I de *O capital*, Marx monta diversos exercícios que buscam elucidar as maneiras pelas quais a taxa de mais-valia pode ser aumentada. Em cada um deles, alguns pressupostos são estabelecidos para que se possa visualizar a relação entre as diferentes categorias em questão. Uma sistematização desses exemplos poderia ser feita com base em um modelo adequado que organizasse definitivamente todos os pontos em questão, embora esta não seja uma posição unânime. É possível que a construção de tal modelo culmine na mesma infinda atividade que é a elaboração de modelos sobre a relação quantitativa entre variáveis macroeconômicas diversas, como taxa de juros, nível de atividade, salários etc. Para contornar esta dificuldade, é necessário resolver problemas profundos de formalização de *O capital* que ainda não puderam ser completamente trabalhados.

com o propósito de ilustrar que apesar de serem diferentes maneiras de elevar a taxa de exploração – e conseqüentemente a taxa de mais-valia –, tanto a produção de mais-valia absoluta quanto a produção de mais-valia relativa servem ao mesmo propósito: satisfazer a lógica de valorização do valor. A diferença do desenvolvimento em *O capital* é que aqui, ao tratar do desenvolvimento das forças produtivas que decorre desta segunda forma de elevação da mais-valia, ao invés de um tratamento histórico, existe uma ênfase no aspecto lógico-contraditório capitalista, que nega o elemento que constrói a base para sua realização: o trabalho. Esta linha parece ter incentivado a interpretação de autodestruição do capital pelo seu próprio desenvolvimento, como visto pela exposição de Rosdolsky (2001), responsável pela divulgação destes escritos preparatórios para a confecção de *O capital* no ocidente. Inclusive, o aspecto progressivo aqui referido não transparece na interpretação de Rosdolsky (2001) – e se este aspecto realmente existe em sua interpretação, ele possui uma forma distinta daquela aqui em questão –, que ressalta o problema do trabalho repetitivo, desestimulante e altamente alienante gerado pela transição da manufatura para a grande indústria.⁶

A noção de que a mais-valia relativa é uma forma mais avançada e de maior interesse para os trabalhadores parece divergir também da interpretação de Saad-Filho (2001), que enfatiza a resistência dos trabalhadores, tanto em relação à produção de mais-valia absoluta, quanto relativa.

A extração de mais-valia absoluta é limitada porque é impossível aumentar o dia de trabalho ou a sua intensidade indefinidamente, e os trabalhadores gradualmente aprendem a resistir contra essas formas de exploração. Em contraste, a mais-valia relativa é mais flexível e *mais difícil de resistir*, porque o aumento da produtividade pode exceder os aumentos de salário por longos períodos (Saad-Filho, 2001, p. 32, grifo nosso).

Na verdade, a divergência é aparente, pois o sentido de progresso aqui se restringe à comparação entre as duas modalidades de produção de mais-valia, e, portanto, concorda-se que existe resistência às duas formas de aumento da taxa de exploração, pois se trata de toda forma da relação econômica de domínio sobre a classe trabalhadora. Afinal, não é porque “o trabalhador deve gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas” que ele deveria, portanto, em sinal de agradecimento, trabalhar mais que antes.⁷ Pois, – e este é o ponto central de Marx – o desenvolvimento da força produtiva do trabalho no modo de produção do capital não objetiva dar à sociedade um controle maior sobre a transformação da natureza e com isto uma diminuição do trabalho necessário por si. O capital aumenta a produtividade “apenas justamente para prolongar a outra parte da

6. Para a consulta das categorias nos *Grundrisse*, ver Marx (1983, p. 260) e a tradução para português em Marx (2011).

7. Trata-se de uma ironia de Marx em relação ao argumento de alguns economistas políticos, que invertem a razão do capital para harmonizá-lo com o trabalho. Ver Marx (1985, p. 255).

jornada de trabalho durante a qual [o trabalhador] pode trabalhar gratuitamente para o capitalista” (Marx, 1985, p. 255).

O destaque é para o fato de que a forma superior e mais adequada ao movimento do capital, a produção de mais-valia relativa, cria condições mais concretas para a mudança do modo de produção, a não ser que se pense que a revolução socialista brotará exclusivamente da crescente insatisfação e miséria material resultantes da produção de mais-valia absoluta.

3 SUPEREXPLORAÇÃO, REFORMA E REVOLUÇÃO

A relação entre as duas modalidades fundamentais de aumento do mais-trabalho, como visto, pode ser estudada a partir da apresentação original em *O capital*. No entanto, neste caso, a análise fica restringida às condições históricas que Marx podia observar. Assim, a passagem da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa ganhou concretude pela associação imediata com as transformações da manufatura para a grande indústria – pela qual a Inglaterra passou, exemplarmente, em primeiro lugar. Agora, as questões referentes ao movimento da periferia em direção às estruturas técnicas e sociais de produção tipicamente capitalista, no que tange o caráter da exploração da força de trabalho local, só puderam ser analisadas mais tarde, quando a industrialização dá sinais, ainda que peculiares e esparsos, nos países que antes formavam as colônias de usufruto exclusivo.

Esse ponto é importante, visto que os problemas concretos da economia dependente irão se refletir teoricamente nas duas categorias aqui sob estudo, justamente no momento da formação de relações sociais especificamente capitalistas em sua base. O núcleo do problema a ser abordado é a industrialização periférica, um evento histórico cujo desvendamento não pode mais ser amparado diretamente por autores de um passado excessivamente distante. E é aqui que, juntamente com outros pensadores da América Latina, Ruy Mauro Marini entra com sua contribuição incisiva.

Como se sabe, o ponto em torno do qual as discussões giravam era sobre a possibilidade de a periferia latina americana angariar avanços, atingir desenvolvimento, enfim, alcançar um patamar de organização social que solucionasse os problemas evidentes de pobreza, desigualdade, baixo nível cultural e de saúde, que foram os resultados diretos daquela estrutura colonial. Em outras palavras, a questão é, tanto tempo depois da independência formal, como realizar uma libertação de fato da lógica de acumulação internacional que concentra os avanços materiais no centro do sistema e alonga o estado de baixo desenvolvimento das forças produtivas na periferia. Como isto se relaciona com a produção de mais-valia absoluta e mais-valia relativa?

No texto *Dialéctica de la dependencia*, Marini (1991a), após destacar que a controvérsia sobre a transição ao capitalismo na América Latina só pode ser resolvida a partir de uma visão totalizante do sistema mundial, retoma a origem colonial do continente para dar início ao seu argumento. As abordagens críticas geralmente enfatizam o aspecto de continuidade do caráter subordinado das economias ex-coloniais, com o que surge a necessidade de se compreender melhor a nova lógica de dominação centro-periferia que não se assenta mais no exclusivo metropolitano. Resumidamente, toda a dificuldade da análise estaria em estabelecer com precisão o que distingue a situação colonial da situação de dependência. Ou seja, de que maneira é possível dar conta dos pontos que igualam os dois momentos e dos pontos que os diferenciam. A dificuldade da análise teórica estaria precisamente em capturar este ponto e perceber em que ponto a mudança de situação resulta em uma mudança qualitativa na situação da economia analisada (Marini, 1991a, p. 4).

Aqui, Marini (1991a) sugere corretamente que é preciso ter em vista a função da América Latina na formação da grande indústria no centro. Além do fornecimento de matérias-primas e alimentos que contribuem para a aglomeração urbana na Europa, a conversão da periferia em consumidora de produtos manufaturados e industriais acabaria ajudando aquela transição da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa nos países centrais.

Tem-se aqui, portanto, uma aproximação distinta daquela avançada por Marx, para quem os limites lógicos do próprio capital e as ações políticas dos trabalhadores europeus para delimitar a jornada de trabalho foram os responsáveis pela primazia da produção de mais-valia relativa sobre a absoluta.⁸ Marini (1991a) sugere que, ao contrário do que ocorre no centro, na periferia, ao invés de o capital mover-se para o âmbito de aprimoramento das forças produtivas – a fim de aumentar a produtividade e diminuir o tempo de trabalho necessário para aumentar o tempo de mais-trabalho –, a busca pela mais-valia se concentraria na produção de mais-valia absoluta.⁹ Assim, a inserção da América Latina no sistema

8. Marx reconhece que foi a periferia, enquanto colônia, que permitiu a acumulação para a Revolução Industrial, ou seja, que o sistema colonial foi o fundamento da ascensão da produção de mais-valia relativa. Mas não argumenta que a extração de excedente na periferia deveria estar baseada na produção de mais-valia absoluta para sempre, ou seja, não exclui a possibilidade de industrialização ali. Claro que esta questão não pôde ser analisada empiricamente por ele, já que a maquinaria só aparecerá nestas regiões no século XX. O que se enfatiza é que, teoricamente, nada impede que a industrialização abranja de fato estas áreas. Isto remete à ideia de que a generalização da produção de mais-valia relativa por todo o globo não é impossível, como parece ser a posição de Marini. Esta questão é tratada na última seção.

9. No argumento de Marini, a noção de que o aumento da exploração é maior na periferia devido a essa diferença pode ser facilmente formulada, assim como a ideia de que a exploração na periferia é maior que no centro. O conceito de exploração em Marini parece aqui não coincidir com o de Marx, porque para o primeiro, parece ser esquisito o fato de uma população trabalhadora em situação crescente de conforto material estar sendo mais explorada que uma labutando em condições miseráveis e vivendo na linha de subsistência. De acordo com o pensamento de Marx, para quem o grau de exploração é dado pela relação entre trabalho necessário e mais-trabalho, não se pode nunca afirmar de antemão que este último grupo de trabalhadores é mais explorado que o primeiro. Isto seria uma conclusão tirada pela análise exclusiva da aparência e, portanto, superficial.

mundial responderia às necessidades de mudança no centro, em um movimento de complemento à transição para a grande indústria e à produção sistemática de mais-valia relativa ali. De acordo com Marini, o papel da periferia na passagem da produção de mais-valia absoluta para a relativa nos países centrais é muito relevante: a inserção da América Latina, por exemplo, no sistema capitalista responderia às necessidades particulares desta transição no mundo desenvolvido. Qual é a diferença fundamental em relação ao raciocínio de Marx? Enquanto o argumento em *O capital* se fecha na própria lógica capitalista – contando, claro, com a luta política dos operários de limitação da jornada –, para Marini, parece ser necessário pautar esta mudança na periferia, como se um fator explicativo exógeno fosse preciso para explicar completamente de que forma a produção de mais-valia relativa no centro se torna central.

O lado visível dessa posição específica do continente na lógica global seria então a superexploração do trabalhador latino-americano, algo que determinaria a especificidade da economia dependente. Esta exploração extraordinária ocorreria devido ao fato de que, aqui, o aumento da produtividade não constitui a atividade principal de elevação da taxa de exploração, motivo pelo qual a produção de mais-valia absoluta se torna primordial. Mas e quando a industrialização começa finalmente a se tornar uma realidade a partir dos anos 1950? Não haveria então um deslocamento para a lógica dinâmica da mais-valia relativa, como no caso central? Marini argumenta que isto não ocorre para a América Latina como um todo, ou seja, a acumulação continua dependendo mais do aumento da taxa de exploração por meio do prolongamento da jornada de trabalho (e da intensidade) que da diminuição do tempo de trabalho necessário. Em suma, a dependência se caracterizaria pelo fato deste tipo de economia não conseguir avançar para a modalidade de extração de excedente com base na lógica da mais-valia relativa.

Apesar de o argumento geral ser bastante incisivo, não fica claro, no entanto, o motivo exato pelo qual isto ocorre na prática. Ou seja, o raciocínio de Marini parece estar pautado em uma observação empírica incontestável (a baixa dinâmica do aumento da produtividade pelo capital na periferia), mas na hora de esclarecer o fundamento teórico sobre porque isto acontece, percebe-se que existem muitos pontos que demandam esclarecimento até que a dialética da dependência possa ser completamente compreendida. Este é o motivo pelo qual tanto debate foi gerado a partir do texto ousado e experimental de Marini (1991a), e que pode funcionar ainda hoje como ponto de partida para a discussão sobre a condição dependente tanto do Brasil como da América Latina.¹⁰

O ponto central gerador de discussão é, portanto, um aspecto que precisa ser interligado com o conceito teórico de extração de mais-trabalho. Em sua

10. Para refazer o percurso da controvérsia, ver a apresentação de Wagner (2005) e a análise de Prado (2011) sobre a ausência do pensamento de Marini no Brasil.

reação a esta mesma percepção posta por Fernando Henrique Cardoso, Marini desenvolve sua posição enfatizando uma lógica específica entre centro e periferia que impede que as economias dependentes trilhem um caminho semelhante rumo à produção de mais-valia relativa. Em sua análise, a pressão das economias centrais por alimentos e matérias-primas infla a demanda por estes produtos; mas a resposta da economia exportadora não é aumentar a produtividade, e sim recorrer a mecanismos de extração do excedente que não se fundamentam na redução do tempo de trabalho necessário. Com isto, há uma estrutura real que bloqueia o avanço para a forma especificamente capitalista de produção de mais-valia.¹¹

Pressionado por explicar por que isso ocorre, Marini (1991b) em seu posfácio explicativo, intitulado *En torno a dialéctica de la dependencia*, retoma o conceito de superexploração e reafirma que o fundamento da dependência é sua existência nessas economias específicas. Em outro texto, *Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital*, Marini (1979) busca aprimorar as bases econômicas de sua interpretação sobre a especificidade dos países dependentes a partir dos esquemas de reprodução do livro II de *O capital*. Aqui, ele estabelece a relação existente entre a superexploração e a mais-valia extraordinária que decorre do pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Neste ponto parece ser possível abrigar sua interpretação teórica com o modelo de Marx. Seus estudos sobre os esquemas de reprodução resultam na conclusão de que tais esquemas são apenas um construto teórico, e que na realidade a renovação material da sociedade não é tão simples como parece ser o estado de equilíbrio em que as equações são montadas. De qualquer forma, a categoria *superexploração*, ainda que mais concreta que o nível trabalhado por Marx em sua apresentação do sistema em seu “estado puro”, não parece poder ser rejeitada em nível teórico. O que é importante destacar aqui é que, a superexploração não constitui uma lei absoluta que decorre da análise lógica do sistema em estado ideal, e sim um fenômeno concreto da circunstância histórica da economia dependente.

A disputa está, portanto em um nível que não pode ser solucionado. Ou seja, o problema decorre de uma diferença entre modelo, como estruturado em *O capital* pela análise do sistema em “estado puro”, e realidade, com todas as conturbações políticas da relação entre os Estados. Por um lado, a presença de superexploração é corroborada pelas condições de miséria do trabalhador latino-americano em comparação com o nível de instrumentalização do trabalhador assalariado do centro capitalista, uma constatação empírica sobre a qual não há discussões sérias. Por outro lado, ainda que a comunicação entre os autores não

11. É importante nunca perder de vista que, em sua resposta a Fernando Henrique e José Serra, Marini (1978) deixa claro que sua posição não se fundamenta na impossibilidade ou possibilidade de avanço da periferia na produção de mais-valia relativa, mas sim no fato de que apenas a organização econômica socialista resolveria os problemas em pauta sobre desenvolvimento da América Latina. Por este motivo, a controvérsia deve ser redirecionada para os dilemas de estratégias da construção do socialismo.

seja tão clara,¹² parece haver concordância, embora de menor grau, sobre o aspecto abstrato da categoria superexploração. Com isto, o imbróglio não é sobre as condições próprias das economias periféricas, que são mais ou menos reconhecidas por todos.

Não que o problema não deva ainda ser esclarecido neste âmbito de detalhe, é que o ponto principal é outro. A questão pertinente é a seguinte: é possível eliminar a superexploração nos marcos do capitalismo? Ou seja, é possível que a periferia possa participar do sistema capitalista internacional se fundamentando na produção de mais-valia relativa? É neste ponto relevante que as opiniões divergem, e é daqui que decorrem estratégias políticas diferentes para a solução do problema.

Por um lado, Marini adota o caminho da transformação, no sentido de que a solução final para o problema do continente deve estar em associação com a transformação para o socialismo. Para ele, portanto, a condição capitalista de organização econômica não possibilita a criação de um cenário semelhante ao que se encontra no centro, onde a dinâmica do aumento de valor é movida pelo melhoramento dos meios de produção e conseqüente aumento da força produtiva do trabalho. Neste sentido, a única maneira de superar a condição dependente, que é a geradora dos problemas sociais com os quais a América Latina se vê desafiada desde que iniciou seu processo de emancipação, é a via revolucionária. Esta posição clara de Marini explicita porque seu pensamento é geralmente afastado dos círculos oficiais: ele está completamente envolvido pela estratégia aberta da revolução socialista. Esta é, realmente, a função prática de seu pensamento: colocar em pauta a questão da revolução. Mas este não parece ser o único motivo de rejeição ao autor. Pois além dos inimigos políticos diretos, Marini encontra também críticos dentro da própria esquerda, inclusive entre os marxistas. Para o argumento aqui em desenvolvimento, basta se concentrar no aspecto estratégico para apreender a problemática fundamental do desenvolvimento dependente, qual seja, a possibilidade de desenvolvimento e de avanço social e material nos limites institucionais do modo de produção capitalista.

Alternativamente, por outro lado, é possível utilizar a posição de Cardoso e Serra (1979) como contraposição. Aqui, a estratégia política seria aquela em que o país periférico utiliza as próprias estruturas do capitalismo para conquistar avanços. A ideia seria usar as condições de organização social do capital para construir uma economia com maior produtividade, que é um dos primeiros pré-requisitos para a realização da sociedade conscientemente organizada. Ou seja, por meio da lógica de valorização, seria possível, de acordo com esta estratégia, prosseguir no desenvolvimento da industrialização do Brasil, no caso, para que futuramente-

12. Principalmente nos incontáveis exemplos de aumento de mais-trabalho e pela dificuldade de distinção de noções fundamentais como produtividade e intensidade.

te uma transformação mais profunda tivesse chances mais concretas de sucesso. Parece ser importante ressaltar que, em sua crítica a Marini, Cardoso e Serra (1979) não pretendem eliminar a possibilidade do socialismo. Para eles, diferente do que propõe Marini, existiriam rotas mais concretas para atingir o mesmo almejado resultado. A oposição à *Dialéctica de la dependencia* não é, portanto, admitindo-se honestidade intelectual, baseada em uma meta diferente. O elemento de distinção é sobre o meio utilizado para atingir esta meta. Aqui, a posição de desenvolvimento capitalista, associado ao movimento do centro dinâmico do sistema, defende que a proposta revolucionária, em conjunto com uma teoria imprecisa, cria uma ação política errada e fadada à frustração. É neste sentido que Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1979) buscam “colocar trancas que fechem falsas saídas”. O temor aqui é que a abordagem teórica marinista possa levar a um programa voluntarista devido à sua separação exacerbada entre teoria e prática.¹³

Posta nessas condições, a controvérsia ganha um sentido muito mais amplo que a disputa em torno de categorias teóricas, cuja única solução parece ser rebatizá-las a fim de se criar consenso, por assim dizer, “na marra”. Agora, adotando-se o método científico, é possível comparar as duas posições em termos de concatenação entre ideal e ação para verificar em que medida elas atendem à filosofia da práxis e escapam, tanto do idealismo, quanto da política sem fundamento teórico. Analogamente, é possível reavaliar as estratégias à luz da relação entre reforma e revolução, como colocado por Luxemburgo (1900). Um passo nesta direção é elucidar se existe a possibilidade de um capitalismo global poder ter um desenvolvimento razoavelmente homogêneo entre as diferentes economias nacionais. Mas aqui, de novo, se está no mesmo ponto de partida sobre a industrialização periférica que Marx não pôde observar e que constitui a origem dos embates acerca do desenvolvimento dependente. Entretanto, agora, com base nesta rápida recuperação do desenvolvimento teórico em *O capital* sobre a mais-valia absoluta e relativa, é possível formular com clareza uma questão que pode ajudar na retomada do debate neste século XXI.

4 O QUE IMPEDE A GENERALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA RELATIVA?

De acordo com a exposição de Marx, a observação histórica sustentou o argumento lógico de que a forma de acumulação adequada ao movimento de *O capital* é aquela assentada na produção de mais-valia relativa. Em outras palavras, foi

13. Nas palavras de Cardoso e Serra (1979, p. 77) “(...) este estilo de pensamento [o de Marini] desarticula as opções políticas frente ao peso da economia, ao mesmo tempo em que deixa ardendo a pira sagrada da Revolução”. Na avaliação do autor deste estudo, a crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra teria sido muito mais eficiente e útil se tivesse se concentrado neste aspecto estratégico-político, e não na controvérsia teórica, como foi seu enfoque. A controvérsia parece ter sido inflamada pela constante confusão entre ideal e real, algo que só pode ser solucionado pelo caráter prático do problema, e não pela discussão acerca do método, que somente alimenta “discussões escolásticas”.

exposto que a base sobre a qual a valorização do valor pode ocorrer sem empecilhos externos é a forma de produção de mais-valia como resultado da revolução constante da estrutura técnica de produção. Outra maneira de expressar este patamar do modo de produção capitalista é pela ideia da subsunção real do trabalho ao capital como resultado do estabelecimento definitivo da grande indústria. A linha cronológica deste desenvolvimento pode ser posta de forma resumida pela sucessão de etapas analíticas com as quais Marx desenvolve a noção de produto, mercadoria, dinheiro e capital. De acordo com a exposição lógica, assim como existe o desenvolvimento de *M-D-M* para *D-M-D'*, é possível colocar o estágio de primazia da produção de mais-valia absoluta historicamente como antecedente ao momento de domínio da produção de mais-valia relativa.¹⁴

Conforme a organização de Casseb e Borba (2009) trata-se da diferença entre a fase de predomínio da mais-valia absoluta (FPM absoluta) para a fase de predomínio da mais-valia relativa (FPM relativa). Este seria assim a continuação do desenvolvimento da mecânica específica de *O capital*, com a atenção para o fato de que o predomínio de uma das formas sempre é dialética, como argumentado anteriormente. Ou seja, as duas modalidades de geração de mais-valia coexistem na prática, algo que não invalida a apresentação sequencial como feito originalmente por Marx. A pergunta para o caso brasileiro é a seguinte: o Brasil tem trilhado o caminho da FPM absoluta para a FPM relativa?

De acordo com Casseb e Borba (2009), o país estaria hoje, após um longo período de intensas transformações econômicas pela qual passou no século XX, em uma situação intermediária entre as duas fases. A passagem para a fase de “culminância do modo de produção capitalista” seria na verdade apenas potencial, visto que a análise empírica indica ainda estarem muitas áreas da economia brasileira na fase de predomínio da mais-valia absoluta. Há de se destacar que esta conclusão refere-se exclusivamente ao Brasil, e não à periferia de modo geral. Por isto, seria apressado com base nesta análise concluir que a FPM relativa possa incluir todas as economias do globo ao mesmo tempo. Neste aspecto, tem-se apontado para o Brasil, assim como para outras economias dependentes que estão se tornando cada vez mais importantes no cenário mundial (os países BRICS), como maneira de diferenciá-los dos demais países da periferia. Outra maneira de contrabalancear esta interpretação seria evocar a formação do subimperialismo brasileiro, como o fez Marini, e que, portanto, a passagem para a FPM relativa no país seria a contrapartida da exploração da economia capitalista brasileira de outras economias ainda mais excluídas da dinâmica total.

14. Da mesma maneira que a circulação simples de mercadorias é um pressuposto do capital e não um estágio concreto de organização social, é possível pensar na produção de mais-valia absoluta como momento inicial da compreensão da produção de mais-valia relativa. Aqui, de novo, a relação entre o lógico e o histórico não deve confundir o analista do modo de produção do capital.

Assim, pela constatação histórica, ainda não se observa uma situação homogênea entre os países em relação ao tipo de produção de mais-valia. Mas também não se pode negar que em algumas regiões da periferia o desenvolvimento industrial tem tornado a possibilidade da prevalência da geração de mais-valia por meio da elevação da força produtiva do trabalho cada vez mais concreta. Com isto, parece ser adequado afirmar que a passagem não é impossível, embora seja difícil e potencialmente danosa às economias vizinhas de grau dependente ainda maior. De toda maneira, a análise da história econômica da formação do Brasil capitalista confirma que a industrialização na periferia não é um processo automático, e que o Estado assume uma função ativa neste movimento, ilustrando que barreiras precisam ser vencidas até que a forma especificamente capitalista de acumulação possa se consolidar em uma economia periférica. Com isto, à primeira vista, pode-se dizer que a produção abrangente de mais-valia relativa nas economias dependentes não está absolutamente fechada.¹⁵

Quanto ao aspecto teórico da generalização da produção de mais-valia relativa, há de se ressaltar que o movimento puro do capital, como adotado na apresentação de Marx, parece não fundamentar esta modalidade de extração de mais-trabalho em algum parâmetro concreto. Em outras palavras, apesar de estar pautada no exemplo histórico da Revolução Industrial original, a exposição de Marx permite conceber o sistema capitalista globalmente assentado na produção de mais-valia exclusivamente pelo melhoramento das forças produtivas. Isto apenas indicaria que todas as áreas do globo teriam adentrado completamente o modo de produção do capital, eliminando as formas de trabalho pré-capitalistas, e que a forma própria de valorização estaria baseada no incremento da força produtiva do trabalho, em todas as partes do mundo. De fato, esta é uma situação hipotética que nunca foi observada empiricamente, mas há de se destacar que esta conjuntura não está em conflito com a lógica capitalista pura, e que, portanto, há de se admitir que a generalização da produção de mais-valia relativa por todo o mundo não pode ser classificada como impossível a partir da teoria.

Hobsbawm (2002) captura esse raciocínio ao lembrar que a lógica esboçada por Marx da disseminação da Revolução Industrial pelo resto do mundo choca com a observação histórica “espantosa” de que a grande indústria tenha saído tão pouco do “mundo do capitalismo desenvolvido antes do fim da era dos impérios, e mesmo até a década de 1970” (Hobsbawm, 2002, p. 204). Ainda de acordo com sua historiografia sobre o processo de emancipação colonial, somente no último quarto do século XX é que a questão da completude da industrialização e conformidade plena com o modo de produção do capital nas bordas do sistema

15. A não ser talvez pela validação da tese da hierarquia de imperialismos.

viria a ser um ponto de atenção para os marxistas do terceiro mundo, com o surgimento dos “teóricos da dependência” de várias escolas. Afinal, porque houve tamanha demora no início do processo de industrialização na periferia? Para Hobsbawm (2002), foi o fato de, ainda então, a economia mundial capitalista ser muito imatura em termos de tecnologia de comunicação e transporte. Isto teria segurado a indústria no centro por um período maior que se supunha ser necessário no final do século XIX.

Essa descrição, por mais correta que seja, não resolve, no entanto, a questão, que se torna a partir daí um problema essencialmente político. Dada a contradição colocada, em que a generalização da produção de mais-valia no globo é teoricamente concebível e, na prática, tal estado de coisas não ocorre, a resposta só pode ser uma solução prática. Assim, deve-se trabalhar para a expansão da mais-valia relativa ou para alterar as relações sociais de produção, em direção aos conformes da sociedade socialista? Expandir o modo de produção capitalista pelo globo ou arquitetar mudanças mais ousadas, ainda que pontuais? Como se vê, são duas alternativas cujos potenciais só serão conhecidos pelos testes concretos de realização de programas políticos claros.

Nesse sentido, demais perguntas que balizam esse movimento para a ação podem ser aqui lembradas: porque se deve concentrar em fazer uma revolução em abstrato ao invés de buscar um desenvolvimento concreto e geral do capitalismo? Em que fase se está no processo de transição para o modo de produção comunista? Como sincronizar os esforços de ação revolucionária no centro e na periferia? De acordo com o método dialético materialista, apenas o trabalho político tem capacidade de testar algumas alternativas que se revelem como saídas corretas. Neste caso, as duas propostas, o desenvolvimento dependente e associado pautado em reformas e a mudança do quadro social geral como resultado de ações na linha revolucionária, somente podem ser comparadas com base na concatenação que fazem entre meios e fins. Neste aspecto, por um lado, há de se ressaltar a praticidade da contribuição de Marini, por se esforçar em mostrar que na periferia a associação entre burguesia industrial e proletariado esconde problemas que entravam o progresso social no país dependente e, por isto, se o objetivo é a construção da sociedade socialista, outras estratégias que superem este padrão clássico são necessárias.¹⁶ Por outro lado, é preciso reavaliar os métodos específicos

16. Sobre a concepção de Marini da revolução nas áreas de capitalismo dependente, ver Marini (1974). Sobre sua visão de transição para o socialismo, ver Marini (1991-1992). A reavaliação da relação entre burguesia e proletariado na periferia é o ponto central que baliza as modificações das teses marxistas ortodoxas de interpretação da formação do Brasil capitalista. Este exercício, de criar alternativas à visão da esquerda oficial, abriu um leque de visões críticas que guardam muitas diferenças entre si. Sobre este campo da história do pensamento econômico brasileiro, ver Mantega (1997) e Bresser-Pereira (1982). Para uma apresentação sintética do arcabouço mais abstrato, qual seja, da teoria do desenvolvimento desigual e combinado posta à frente por Trotsky (2008), e que influenciou os intelectuais latino-americanos em sua reavaliação do etapismo e dualismo a partir dos anos 1960, ver Novack (2007), a análise desta influência feita por Demier (2007) e o apêndice ao capítulo 1 do *História da Revolução Russa* do próprio Trotsky.

de reforma postos em prática para averiguar se estão de acordo com os mesmos objetivos tão preciosos aos teóricos do socialismo científico.

É a partir daqui que se retoma o ponto fulcral da social-democracia, como exposto por Rosa Luxemburgo, e se descobre que as posições em combate têm mais em comum do que se pensa. A questão fundamental é ter claro qual é o objetivo e quais são os meios para alcançá-lo, nunca se deixando confundir sobre qual é o papel de cada um. E aqui, como de costume, enquanto de um lado tem-se a súplica pela realização do ideal do movimento socialista, de outro se encontram propostas mais concretas que por vezes perdem a meta de vista. É uma relação de complementariedade que só pode ser resolvida pela experimentação política e pelo debate. Por isto, apesar de as questões ficarem em aberto, pode-se, ao invés de enfatizar a exclusão mútua das diferentes táticas (reforma ou revolução?), discutir e aproximar as propostas entre os pensadores da esquerda em geral. Isto dará força ao pensamento crítico em tempos que demandam união. Ressaltar as semelhanças e analisar os objetivos destas duas estratégias de desenvolvimento para o Brasil pode constituir uma sólida base de apoio para a retomada da questão teórica, não somente do desenvolvimento periférico, mas também da economia capitalista como um todo, e sua consequente transformação em uma forma de organização social superior.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. **Valor e capitalismo**: um ensaio sobre a economia política. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados**: revista de ciências sociais, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.

CAMARINHA LOPES, T. Uma estratégia sugerida para a combinação de Marx com Sraffa. **Leituras de economia política**, Campinas, v. 17, p. 69-95, 2010.

CASSEB, N. C.; BORBA, J. T. **Mais-valia absoluta e mais-valia relativa**: uma reflexão sobre a periodização da acumulação de capital no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

COCKSHOTT, P.; COTTRELL, A. Labour value and socialist economic calculation. **Economy and society**, v. 18, n. 1, p. 71-99, 1989.

_____. Labour time *versus* alternative value bases: a research note. **Cambridge journal of economics**, v. 21, p. 545-549, 1997.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Léon Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, v. 16, p. 75-107, 2007.

FARJOUN, E.; MACHOVER, M. **Laws of chaos**: a probabilistic approach to political economy. London, 1983.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LUXEMBURG, R. **Reform or revolution**. London: Militant Publications, 1900. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/index.htm>>.

MANTEGA, G. **Teoria da dependência revisitada**: um balanço crítico. Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1997. (Relatório de Pesquisa, n. 27/1997).

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. 5. ed. México: Siglo XXI Editoras, 1974.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). **Revista mexicana de sociología**, número extraordinario, año XL, v. XL, México, UNAM, 1978.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos políticos**, n. 20, p. 18-39, 1979.

_____. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1991a.

_____. En torno a dialéctica de la dependencia. *In*: MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1991b.

_____. **Sobre o socialismo**. Archivo de Ruy Mauro Marini con la anotación. 1991-1992. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx/>>. Acesso em: 18 out. 2011.

MARX, K. Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. *In*: MARX, K. **Ökonomische Manuskripte**. Marx-Engels-Werke (MEW) 42, p. 48-768. Berlin: Dietz Verlag, 1983.

_____. O processo de produção do capital. 1867. *In*: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. livro I.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOVACK, G. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2007.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & política**, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2011.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SAAD-FILHO, A. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Economia e sociedade**, Campinas, n. 16, p. 27-42, 2001.

SERRA, J.; CARDOSO, F. H. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, n. 23, p. 33-80, 1979.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. 1930. São Paulo: Sundermann, 2008.

WAGNER, A. **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DA HISTÓRIA RECENTE*

Mathias Seibel Luce

1 INTRODUÇÃO

A categoria da superexploração da força de trabalho consiste em uma relevante contribuição à economia política brasileira e latino-americana. Elaborada por Ruy Mauro Marini como fundamento da teoria marxista da dependência (TMD), esta é uma categoria que vem ganhando terreno no debate dos últimos anos, com a publicação pouco a pouco, no Brasil, dos escritos de Marini e das análises de diferentes autores que discutem a superexploração e reivindicam o legado desta e de outras formulações da TMD que enriqueceram o marxismo latino-americano a partir dos anos 1960 e 1970.

Neste capítulo, procura-se demonstrar a vigência da categoria da superexploração para a análise crítica das relações de produção no capitalismo brasileiro contemporâneo. Reconhecendo que, todavia, falta entre os seguidores da trilha de Marini estabelecer um parâmetro comum que permita operacionalizar essa categoria analítica para o estudo de conjunturas específicas, o texto pretende, à luz de análise concreta, deixar uma contribuição nesse sentido, sem a pretensão de resolver a questão.

O texto encontra-se dividido em quatro seções. Partindo de uma breve recapitulação da definição da superexploração no âmbito da TMD, em Marini e Jaime Osorio, e apontando os principais equívocos interpretativos cometidos por outros autores em torno da compreensão da categoria em exame; dedicou-se a seguir três seções à análise de como as diferentes modalidades da superexploração se comportaram no Brasil da década de 2000, avaliando suas diferentes combinações. Na seção final, conclui-se com o argumento de que, durante os anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, houve o incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil, a despeito da política de reajuste do salário mínimo, dado que este encontra-se longe de alcançar o salário mínimo necessário (SMN) e dado que houve o aprofundamento de outros mecanismos que configuram o fenômeno da superexploração.

* Este capítulo se vale de dois artigos anteriores do autor. Ver Luce (2012; 2013).

2 A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA TMD

A categoria da superexploração da força de trabalho foi elaborada por Ruy Mauro Marini para dar conta de explicar o fundamento da dependência como modalidade *sui generis* do capitalismo. Ela pode ser entendida como uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador (Marini, 2005a; 2000; Osorio, 1975; 2009).¹ Na condição de superexploração, o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador.

A superexploração se pode dar mediante quatro formas ou modalidades: *i*) a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; *ii*) o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; *iii*) o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e *iv*) o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração.²

Na primeira e na última forma, o capital atenta contra o fundo de consumo do trabalhador. Nas duas outras, contra o fundo de vida. Isto remete à questão do valor da força de trabalho e às especificidades do capitalismo dependente, que levaram Marini a pensar na necessidade de uma nova categoria para dar conta de explicá-lo. A grande descoberta de Marx, escreveu Engels no prefácio ao Livro II de *O capital*, foi demonstrar que não é o trabalho que é vendido como mercadoria, mas a força de trabalho, e como e por que o trabalho constitui valor. Superando a teoria ricardiana, Marx deu a conhecer que, mesmo sendo a força de trabalho paga pelo seu valor, havia exploração (Engels, 1983). Por conseguinte, Marx não desconhecia a possibilidade do capital remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor ou de consumi-la além das condições normais: “a utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes” (Marx, 1983, p.189).³

1. Na superexploração, “a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho (...) seja porque se obriga o trabalhador a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; (...) seja porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” (Marini, 2005a, p. 156-157).

2. Embora em *Dialética da dependência* Marini houvesse se referido às três primeiras formas, em *Las razones del neo-desarrollismo* (Marini, 2000) também considerou o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração como uma quarta modalidade de superexploração. Para uma discussão da categoria superexploração da força de trabalho, ver também Amaral e Carcanholo (2012) e Martins (1999).

3. No original, em alemão: “*Die Benutzung meiner Arbeitskraft und die Beraubung derselben sind ganz verschiedene Dinge*”. A passagem em que Marx utiliza um diálogo hipotético entre um trabalhador e o capital para expor que a força de trabalho pode ser paga abaixo do seu valor e consumida além das condições normais encontra-se no capítulo sobre a jornada de trabalho no volume I de *O capital*. Essa formulação é uma das fontes para a ideia da superexploração da força de trabalho em Marini e Jaime Osorio, a qual, contudo, possui estatuto teórico próprio, como categoria específica da TMD, que teve em Marini seu fundador e principal expoente e que encontra nas análises de Osorio um de seus principais continuadores. Ver Osorio (2009; 2012, cap. 2, p. 50-52).

No entanto, essa colocação não ocupou sua atenção de maneira mais detida em *O capital*, dado o nível de abstração que presidia seu raciocínio ali. O recém-exposto é o que justifica o procedimento de Marini de criar uma nova categoria de análise no âmbito do marxismo: “é o conceito de superexploração justamente o que vem a preencher esse vazio teórico na análise da exploração capitalista” (Osorio, 1975).

De acordo com Osorio, o desdobramento ulterior da categoria da superexploração desenvolvida por Marini passa pela reflexão em torno do fato de que a força de trabalho possui um valor diário e um valor total⁴ e que, no capitalismo dependente, ambos tendem a ser violados, transgredidos, de maneira sistemática, como mecanismo praticado nas economias submetidas ao imperialismo para compensar as transferências de valor que são apropriadas por este último.

Desde logo, os vocábulos *transgressão* e *violação* não devem ser lidos no sentido de uma anulação da lei do valor. Com efeito, para Marx, a lei do valor não implica a igualdade de preços (no caso, salários) e valor (valor da força de trabalho).⁵ Como então sustentar a ideia de que a categoria da superexploração expressa uma “violação” do valor da força de trabalho, sem pressupor a violação da lei do valor? A resposta reside em que a dialética marxiana em *O capital*, ao desvelar as leis de funcionamento do capitalismo, captou leis que são de tendência e que podem apresentar contratendências cumprindo uma função de contra-arrestar os efeitos das primeiras. Assim como Marx discutiu a capacidade de o capital contra-arrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro por meio do comércio exterior, a superexploração da força de trabalho consiste de uma lei de tendência própria do capitalismo dependente, a qual segue a orientação de contra-arrestar a transferência de valor a que as economias dependentes estão submetidas na divisão internacional do trabalho.⁶

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como *i*) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; e *ii*) que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital.

Não obstante os argumentos supracitados, a categoria da superexploração ainda é mais conhecida pelo que seus críticos pensaram que ela fosse do que pelas formulações de seus próprios propositores. Além disso, são comuns os equívocos interpretativos acerca de seu significado – derivados ou não dos argumentos dos adversários teóricos das teses de Marini.

4. Ver o capítulo de Osorio neste volume.

5. De acordo com o capítulo X, Livro III de *O Capital*.

6. A respeito dessa questão, ver Amaral e Carcanholo (2012).

O primeiro desses equívocos é a confusão entre superexploração e uma exploração baseada na mais-valia absoluta. O segundo é o que toma a superexploração como sinônimo de pauperização. O terceiro erro é uma leitura que entende a superexploração como um determinado grau que os níveis de exploração atingem, quando a taxa de mais-valia se eleva acima de certo patamar.⁷

A superexploração não se confunde com uma extração de mais-trabalho baseada predominantemente no método extensivo, embora o prolongamento da jornada de trabalho seja uma das formas possíveis de superexplorar o trabalhador; também não é sinônimo de arrocho salarial ou pauperização. Um metalúrgico que ganhe R\$ 4.000,00 mensais pode estar sendo superexplorado mediante um ritmo (intensidade) extenuante de trabalho, provocando o esgotamento prematuro de sua corporeidade física; por fim, a superexploração tampouco corresponde a certo patamar atingido pela taxa de mais-valia. Pensam-se em dois capitais, A e B, consumindo força de trabalho em uma jornada de mesma duração, de oito horas. E toma-se por referência que no capital da empresa A o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente sejam, respectivamente, de quatro horas cada, e a taxa de mais-valia, de 100%; já no capital da empresa B, o tempo de trabalho necessário seja de seis horas e o tempo de trabalho excedente, de duas horas. Neste segundo caso, a taxa de mais-valia é de 33%. A superexploração pode ocorrer no capital B, que opera a uma taxa de mais-valia inferior, e não se configurar no capital A. Basta uma combinação de métodos intensivos de extração de mais-valor e da compressão salarial, de tal modo que se “viole” o valor da força de trabalho no processo de trabalho do capital B, sem que ocorra em A.

A partir dessas observações, aproxima-se melhor do conteúdo do fenômeno. A seguir, serão examinadas algumas evidências a respeito da persistência – e mesmo, incremento, em alguns casos – da superexploração da força de trabalho no Brasil no período histórico recente. Examinar como se dão as condições de exploração e superexploração em cada momento histórico passa a ser, portanto, um procedimento teórico possível e necessário para a crítica desta tendência estrutural que marca as relações de produção em economias dependentes, como é o caso do Brasil.

7. Cardoso e Serra: “inexistiria a possibilidade de produzir-se mais-valia relativa, restando apenas a mais-valia absoluta”; Castañeda e Hett (1988, p. 58): “*su contenido oscila constantemente entre una identificación con el plusvalor absoluto y una simple exacción de esfuerzo físico excesivo*”; Mantega (1985, p. 268, 277): “(...) para Marini, a superexploração baseada sobretudo na mais-valia absoluta”; “nos termos de Marini, a superexploração da força de trabalho provoca a pauperização das classes trabalhadoras (...)”; Lucas (1983, p.107): “se ele aceita que a força de trabalho se desvaloriza, e então existe uma redução do salário real, ele estará admitindo a introdução da técnica e a geração de mais-valia relativa, o que ele nega”; Alves (2005, p.161): “o conceito de superexploração do trabalho que utilizamos é diverso do utilizado por Ruy Mauro Marini, no qual a superexploração do trabalho não implicava um aumento da capacidade produtiva do trabalhador assalariado”. Para uma resposta às críticas em torno da categoria da superexploração, ver Marini (2000; 2005b), Martins e Sotelo Valencia (1998).

2.1 Pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor

Na história da sociedade capitalista, o estabelecimento de um valor normal da força de trabalho foi duplamente um desdobramento da lógica interna do capital e dos conflitos entre os antagonistas históricos – capital e trabalho. O próprio fato de o capital se confrontar com o trabalho em dois momentos, primeiro como o produtor do valor, depois como consumidor, levou a burguesia, a partir de determinada conjuntura histórica, a ter de reconhecer um certo patamar como o valor normal da jornada de trabalho, com a regulamentação do limite da jornada de trabalho, a legislação sobre salário mínimo e outros elementos dos direitos laborais que passaram a expressar as condições para que os trabalhadores reproduzissem normalmente sua força de trabalho, suas próprias condições de vida e as de sua família. Afinal, o capital passava a requerer que os trabalhadores comparecessem na segunda fase da circulação, no processo de realização do capital.⁸ Ao mesmo tempo, foram necessárias duras lutas (movimento cartista, greves, fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores etc.) para que fosse estabelecida uma jornada normal de trabalho e uma remuneração mínima condizente.

Como todas as categorias no marxismo, o valor da força de trabalho é uma categoria histórica e relacional. Se no século XIX uma jornada de dez horas foi o teto que figurou na legislação limitando a duração da jornada conquistada em 1847 na Inglaterra, em 1919 a recém-criada Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelecia em sua primeira convenção que a jornada normal deveria ser de 48 horas semanais e oito horas diárias, patamar em torno do qual a jornada normal de trabalho tendeu a se estabilizar ao longo do século XX. Paralelamente, um conjunto de atributos passou a compor a remuneração do trabalhador como contraparte necessária para que a força de trabalho fosse paga pelo seu valor (salário mínimo, férias remuneradas, 13º salário etc.).

No Brasil, um parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor é o SMN. Calculado a partir de 1970 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em séries históricas retroativas a 1940, o SMN toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para “cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Ou seja, a quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições normais, chegando assim a “uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender à determinação constitucional” (DIEESE, 2009).

8. Ver o capítulo de Osorio, neste mesmo volume.

Para calcular o SMN, o DIEESE produz o levantamento do preço médio dos treze produtos alimentares que constam do Decreto-Lei nº 399/1938, nas quantidades especificadas por este. Posteriormente, é calculado o gasto mensal agregado de cada um dos produtos. Considerando a unidade familiar típica como composta em média por dois adultos e duas crianças e o consumo de uma criança como o equivalente à metade de um adulto, multiplica-se por três o preço mensal da cesta básica do DIEESE e o resultado é novamente multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família no rol dos demais itens avaliados pelo índice do custo de vida (ICV) e que entram também na cesta de consumo do SMN. Com base nesse resultado, produz-se a série histórica a preços correntes do ano em consideração, buscando traçar a evolução do poder de compra do salário mínimo legal em relação à quantidade e aos tipos de valores de uso reconhecidos como necessários para um trabalhador sustentar a si próprio e a sua família.

Observando a série do SMN na comparação com o salário mínimo legal, verifica-se uma tendência histórica de queda abrindo uma fissura entre o primeiro e o último. Na tabela 1, tomando 1940 como ano-base, tem-se o índice do SMN para o período 1940-2007.

TABELA 1
Salário mínimo necessário – Brasil (Série histórica 1940 = 100)

Ano	Número-índice	Ano	Número-índice	Ano	Número-índice	Ano	Número-índice
1940	100,00	1957	125,12	1974	55,58	1991	30,99
1941	91,15	1958	108,85	1975	58,05	1992	26,59
1942	81,83	1959	121,85	1976	57,67	1993	29,96
1943	73,98	1960	102,32	1977	60,10	1994	25,29
1944	84,86	1961	113,77	1978	61,92	1995	25,02
1945	68,38	1962	103,87	1979	62,52	1996	25,42
1946	60,00	1963	91,31	1980	63,02	1997	25,82
1947	45,84	1964	94,35	1981	64,62	1998	27,08
1948	47,82	1965	90,98	1982	67,35	1999	27,19
1949	43,03	1966	77,56	1983	57,23	2000	27,96
1950	40,64	1967	73,37	1984	53,08	2001	30,27
1951	37,53	1968	71,80	1985	54,31	2002	30,88
1952	100,76	1969	69,16	1986	51,37	2003	31,32
1953	82,99	1970	70,32	1987	37,03	2004	32,49
1954	100,87	1971	67,29	1988	38,99	2005	34,99
1955	113,28	1972	66,09	1989	41,52	2006	40,44
1956	115,08	1973	60,56	1990	29,67	2007	42,59

Fonte: Cepal *et al.* (2008); DIEESE.

Elaboração do autor.

Obs.: ano-base = 1940.

Os anos 1957 a 1959 correspondem ao período de pico do SMN, quando este esteve cerca de 20% acima do poder de compra original e representando quatro vezes o poder de compra que assumiria o salário legal praticado em 2002.⁹ Em 2011, o salário mínimo corrente apresentava menos da metade do poder de compra na comparação com o ano de sua criação. Essa análise colide com a aparência de que haveria ocorrido recorde no aumento do salário mínimo real, como afirma o discurso oficial. Isto ocorre porque, para a teoria hegemônica, o salário real significa poder de compra do salário nominal – o resultado da divisão do salário nominal pelo índice geral de preços. Na tabela 2, está o reajuste do salário mínimo oficial praticado nos anos 2003-2010.

TABELA 2
Reajuste do salário mínimo oficial (2003-2010)

Período	Salário mínimo (R\$)	Reajuste nominal (%)	INPC ¹ (%)	Aumento real (%)
Abril de 2002	200	-	-	-
Abril de 2003	240	20,0	18,54	1,23
Abril de 2004	260	8,33	7,06	1,19
Abril de 2005	300	15,36	6,61	8,23
Abril de 2006	350	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510	9,68	3,45	6,02
Total do período	-	155,00	65,93	53,67

Fonte: DIEESE (2010, p. 3).

Nota: ¹Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Ainda que se reconheça que o poder de compra do salário mínimo real no sentido hegemônico (o salário nominal mais reajustes em relação à inflação do período) tenha apresentado melhora relativa nos governos Lula e Dilma na comparação com os anos 1990, a discussão não pode restringir-se ao terreno superficial da comparação salário mínimo oficial e inflação. Indo mais a fundo e entendendo, conforme a TMD, que salário real significa a relação do salário com o valor da força de trabalho, se notará como o propalado aumento recorde do salário mínimo esteve longe de recuperar as perdas anteriores, como se vê ao confrontar os índices do reajuste do salário mínimo legal com a série histórica do salário mínimo do DIEESE (salário mínimo necessário). Ainda é raro encontrar análises que desvelem este fundamento.¹⁰

9. A este respeito, ver também Souza (2008, p. 36).

10. Entre os diversos grupos de estudos sobre a TMD existentes hoje no Brasil, Niemeyer Almeida Filho e Marisa Silva Amaral, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE-UFU), estão desenvolvendo pesquisa sobre o salário mínimo necessário no Brasil. No HEDLA, está se desenvolvendo pesquisa sobre a evolução do valor da força de trabalho em países latino-americanos selecionados.

Hoje, em torno de R\$ 2.617,00 (outubro de 2012), o SMN equivale a mais de quatro vezes o salário mínimo vigente de R\$ 622,00.¹¹ Se o salário não alcança a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, identifica-se o caso da superexploração. Isto significa que a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor. Uma objeção que poderia ser feita à afirmação anterior é que o salário mínimo praticado tomaria como referência a remuneração mínima para um adulto da família se sustentar e que hoje tanto o homem como a mulher trabalham em troca de salário, ao passo que à época da implementação da legislação do salário mínimo (década de 1940) – que o DIEESE utiliza como parâmetro para o SMN – o mais típico era que apenas o homem exercesse trabalho assalariado. Ora, tal afirmação, antes que depor contra o argumento aqui utilizado, reforça-o. O fato de hoje, em muitas famílias da classe trabalhadora brasileira, e nem o salário do marido somado ao esposa somado ao alcançar o patamar considerado como remuneração normal, evidenciando o quanto a tendência observada expressa uma violação do valor da força de trabalho.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2011, do total dos trabalhadores brasileiros ocupados, 23,6% recebem até um salário mínimo; 22,4%, de um a dois salários mínimos; e 9,0%, de dois a três salários mínimos. Somando-se estas três faixas de rendimento do trabalho, constata-se que 55% da população trabalhadora recebe até três salários mínimos.¹² Considerando-se que o salário mínimo fixado para o ano de 2011 foi de R\$ 545,00 e que o SMN em dezembro de 2011 equivalia a R\$ 2.329,00 a preços de então, mais da metade dos trabalhadores brasileiros recebiam remuneração entre 4,27 e 1,42 vezes abaixo do SMN. Estipulando como média dos dois primeiros segmentos mencionados a remuneração de um salário mínimo e meio, 45% receberam salário 2,85 vezes inferior ao SMN. Esse é um dado mais fidedigno que o simples cálculo do rendimento médio mensal do conjunto das pessoas ocupadas, que tende a encobrir os baixos níveis de remuneração ao incluir na estatística a composição com os salários mais elevados.

Se esses dados forem cruzados com o da geração de empregos formais na década de 2000 no país, dos quais 95% são de até um salário mínimo e meio (Pochmann, 2012, p. 19), isto é, até R\$ 933,00 a preços correntes, ver-se-á que tanto o reajuste do salário mínimo como a criação de empregos com carteira assinada não apontam no sentido de uma alteração das precárias condições de vida e de trabalho.

A seguir, se examinará como, mesmo que a força de trabalho fosse paga pelo seu valor, existem mecanismos que permitem ao capital apropriar-se do fundo de vida do trabalhador, tornando ainda mais complexa e necessária a tarefa da crítica radical e das lutas pela emancipação do trabalho do poder despótico do capital.

11. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>>.

12. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/tabelas_pdf/sintese_ind_7_1_1.pdf>.

2.2 Prolongamento da jornada de trabalho

Entre 2003 e 2009, em média 40% dos trabalhadores brasileiros cumpriram jornadas semanais acima de 44 horas, isto é, superiores à jornada normal de trabalho. Nas regiões metropolitanas (RMs), 25,5% tiveram jornadas semanais de 49 horas ou mais (Luce, 2012). Se o limiar da jornada normal de trabalho está sendo ultrapassado, é porque se está diante de condições de superexploração mediante prolongamento da jornada de trabalho, implicando que o capital se aproprie de anos de vida futuros do trabalhador. Na tabela 3, têm-se os dados dos assalariados que trabalharam acima da jornada legal por setor da economia, na Região Metropolitana de São Paulo.

TABELA 3
Assalariados que trabalham mais do que a jornada legal¹ por setor da economia – Região Metropolitana de São Paulo (Em %)

Ano	Indústria	Comércio	Serviços ²
1990	34,8	49,9	32,2
1991	38,3	53,6	33,5
1992	36,7	53,0	34,3
1993	38,7	55,3	32,6
1994	39,8	54,4	33,2
1995	42,5	55,2	35,8
1996	41,4	55,2	36,8
1997	42,2	56,0	37,3
1998	37,9	57,5	36,5
1999	40,7	59,1	38,2
2000	44,4	61,1	39,5
2001	43,4	59,2	38,2
2002	44,1	62,2	38,8
2003	43,2	60,6	39,2
2004	42,4	59,1	38,0
2005	38,8	56,6	36,5
2006	36,7	55,0	35,2

Fonte: Marques, Capelas e Huertas Neto (2010, p. 223); Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Notas:¹ A partir de novembro de 1988, a jornada legal passou de 48 para 44 horas.

² Exclui serviços domésticos.

Em todos os setores, na comparação 1990-2006, se elevou o percentual de trabalhadores que têm de se submeter a jornadas superiores à jornada legal. A leve queda observada após os anos de pico na duração da jornada – os quais registraram 44,4 horas para a indústria, em 2000; 60,6 horas para o comércio,

em 2003; 39,2 horas para os serviços, em 2003 – não fez com que fosse recuperado o patamar das jornadas existentes em 1990. No comércio e nos serviços houve elevação de 12% e 10%, respectivamente, entre 1990 e 2006, sendo que no comércio chegou a estar 20% mais elevada no ano de pico da série histórica considerada – o ano de 2003. A realidade pode ser de jornadas inclusive ainda mais extensas. As estatísticas a respeito da duração da jornada de trabalho registram a jornada do trabalhador em sua ocupação principal. Mas, segundo a PNAD 2008 (*apud* Prieb, 2011), 4,2 milhões de trabalhadores declararam precisar exercer dois ou mais empregos para sobreviver, número que tende a ser maior, considerando os não declarados.

Que implicações tem o fato de que em ramos como comércio, cerca de 60% dos trabalhadores trabalham além do limite da jornada normal semanal? E que no setor de serviços, onde se concentrou a geração de empregos formais na última década, 38% cumprem jornadas acima da duração normal? O prolongamento da jornada de trabalho por anos reiterados, mediante o uso sistemático de horas extras, atinge um momento que, mesmo com o pagamento de remuneração adicional pelas horas trabalhadas além da jornada normal, uma maior quantia de valores de uso não bastará para repor o desgaste de sua corporeidade viva. O capital estará se apropriando do fundo de vida do trabalhador (Osorio, 1975; 2009).

Como expressão superestrutural da superexploração nas duas formas vistas até aqui, podem-se mencionar algumas medidas adotadas pelo Estado sancionando a violação do valor da força de trabalho: *i*) banco de horas;¹³ *ii*) abertura do comércio aos domingos; *iii*) flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) autorizando a venda de um terço das férias; e *iv*) flexibilização da CLT, mediante portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), facultando negociar redução de 50% do horário de almoço.

Nos termos da portaria de 20 de maio de 2010, do MTE, publicada ao final do segundo mandato do governo Lula, fica permitida a redução pela metade do horário de almoço dos trabalhadores, de uma hora, estabelecido pela CLT, quando houver acordo entre sindicato e entidade patronal. Tal medida é uma a mais

13. A figura do banco de horas foi criada no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei nº 9.601/1998. Antes disso, a prática foi implementada a partir de 1996 na Volkswagen de São Bernardo do Campo, perseguindo o objetivo de uma maior acumulação capitalista e contando com a anuência da direção sindical: “a jornada, antes fixa, passa a ser exercida à mercê das necessidades da empresa em face das demandas do trabalho. No entanto, ao contrário de gerar vantagens para os trabalhadores, a jornada flexível, além de desorganizar a parca vida familiar e social da classe, conta ainda com outra face: a redução salarial, já que nos períodos de aumento da produção o grosso das horas ou dias que excedem a jornada regular deixa de ser pago com base no previsto na CLT (em dinheiro e com seus devidos adicionais)” (Praun, 2006, p.163). A maior parte das grandes empresas adotou o banco de horas e transformou-o em prática corriqueira. O subterfúgio do banco de horas foi mantido pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, possibilitando aos patrões ampliar conforme sua conveniência as horas-extras e “compensá-las” mediante folgas no momento em que convier ao capital. Trata-se de um dos instrumentos favorecendo a superexploração da força de trabalho e que foi incorporado à legislação brasileira, desde o início do processo de flexibilização das leis trabalhistas que tomou curso no país.

entre as que vêm se perfilando no sentido de uma flexibilização das condições de trabalho para proveito do capital, como fora o Decreto-Lei nº 1.535, de 1977, que liberou a venda de um terço das férias, e tantas outras levadas a cabo nos anos 1990 e 2000. Do ponto de vista do capital, reduzir os poros da jornada – seja a jornada diária, seja a jornada anual – de modo a exigir do trabalhador maior dispêndio de sua força viva sem incorrer em custos adicionais para contratação de novos empregados consiste de um método de se apropriar de uma massa superior de valor atentando contra o fundo de vida do trabalhador. Quanto a este, contar com menos tempo para repouso e recuperação de sua força vital – seja reduzindo o tempo de almoço, seja reduzindo o tempo de descanso semanal, seja ainda reduzindo o tempo de descanso de férias – não poderá ser compensado com aumento da quantidade de bens consumidos. Com isso, o sobredesgaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil. Que os trabalhadores aceitem essas medidas em troca de adicionais/abonos salariais apenas revela como a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor leva a que tenham de se submeter à violação de seu fundo de vida no esforço de tentar compensar a apropriação de seu fundo de consumo. Aqui se vê, flagrantemente, se combinarem duas formas de superexploração, a conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital e o prolongamento da jornada além da jornada normal, ambos atentando, isto é, violando, respectivamente, o fundo de consumo e o fundo de vida do trabalhador.

2.3 Aumento da intensidade do trabalho

Assim como no prolongamento da jornada além do limite normal, o trabalho a ritmos e intensidade mais elevados leva ao esgotamento prematuro da corporeidade viva do trabalhador. Todos devem ter em mente o personagem Carlitos, de Chaplin, que de tanto apertar parafusos em movimentos repetitivos a ritmos extenuantes adoeceu física e psiquicamente. O aumento da intensidade ou o dispêndio de atos de trabalho sob intensidade elevada se pode dar de diversas maneiras, dependendo de cada trabalho concreto útil. Um metalúrgico na linha de montagem executará trabalho mais intenso conforme aumente a velocidade da esteira que regula o ritmo da produção ou conforme a velocidade dos movimentos deste trabalhador nas estações de trabalho. Um controlador de tráfego aéreo estará trabalhando sob alta intensidade em sentido diretamente proporcional ao tempo em que não deverá tirar os olhos do painel de controle, de preferência sem piscá-los, e dispondo de raros intervalos ou pausas. Um carteiro com elevada intensidade de trabalho carregará em sua bolsa funcional um sobrepeso – e é costume entre os trabalhadores dessa categoria adivinhar os anos de serviço de seus colegas conforme apresentem problemas no joelho ou tenham se submetido à cirurgia para implantação de pino nas articulações ou no ombro.

Conforme argumentou Marini, “a exigência de mais-trabalho ao operário, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que Marx chamou ‘as pestes de guerra do exército industrial’”, que têm nos acidentes de trabalho um de seus indicadores mais representativos (Marini, 2000, p. 229). A maior ocorrência de acidentes de trabalho e doenças laborais é um indicador que aponta a tendência a uma superexploração. Mas como distinguir o que corresponde a um aumento do desgaste devido ao prolongamento da jornada e aquele que é devido ao incremento da intensidade ou ritmo do trabalho? E como desvelar o que acontece no âmbito da intensidade, diferenciando-a da produtividade, questão que costuma ser completamente ignorada dentro da ideologia crescentista? “Trata-se, de fato, de fenômeno difícil de ser captado a nível de dados globais” (Marini, 2000, p. 227).

Enquanto o aumento da produtividade implica que o trabalho executado pelo trabalhador transforme maior quantidade de meios de produção no mesmo tempo, no aumento da intensidade há extração de mais-trabalho pelo capital mediante elevação do ritmo ou desgaste físico no mesmo tempo. E sempre que tal intensidade for elevada acima das condições normais, se estará superexplorando o trabalhador.

No Brasil, foram verificadas diferentes circunstâncias de aumento da intensidade provocando o aumento do desgaste da força de trabalho. Em uma das primeiras pesquisas a utilizar o referencial teórico formulado por Marini, Nilson Araújo de Souza, em estudo da luta de classes no ciclo de expansão acelerada chamado apologeticamente pelos ideólogos da ditadura militar de *Milagre*, identificou a ocorrência de superexploração mediante aumento da intensidade na indústria automobilística, encontrando nela a chave para explicar como a produção de automóveis dobrara sem que houvesse sido alterada a composição técnica do capital, permanecendo igual à produtividade naquele ramo industrial nos anos observados. Um caso de superexploração mediante aumento da intensidade em sua expressão mais nítida (Souza, 1980).

O aumento da intensidade pode – e costuma – se dar também combinadamente com o aumento dos níveis de produtividade. Assim como no anterior padrão de reprodução do capital,¹⁴ a indústria automobilística é um dos ramos de maior dinamismo no novo padrão exportador de especialização produtiva, tendo alcançado 19% do produto interno bruto (PIB) industrial em 2009 e levado o Brasil à quarta posição na produção mundial de automóveis. Conforme dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), entidade patronal do setor automotivo, em 2007 cada trabalhador produzia mais que o dobro de veículos em relação a 1994. Se no discurso do capital este dado

14. Para uma definição da categoria *padrão de reprodução do capital*, ver Osorio (2012).

é apresentado simplesmente como ganho de produtividade, sob a perspectiva da TMD precisa passar pelo crivo da crítica metodológica.

No caso da fábrica da General Motors (GM) de São José dos Campos, em 1997, com o capital produtivo de 12 mil trabalhadores, eram produzidos 37 carros a cada hora. Em 2005, empregando 2 mil trabalhadores a menos, a mesma fábrica ampliava sua produção para 74 veículos por hora trabalhada. Como saber o quanto deste aumento da produção por hora trabalhada se deve à maior produtividade e à maior intensidade? Mesmo sem dispor dos indicadores para medir a alteração nos meios de produção e na organização técnica desta unidade fabril, o fato de 6 mil operários da GM no Brasil terem passado por afastamento por doenças laborais apenas no ano de 2008 – o que representa 30% da força de trabalho da empresa – já é por si só uma comprovação irrefutável de que a superexploração do trabalho mediante aumento da intensidade cobra grande importância nessa indústria (Luce, 2012).¹⁵

Prosseguindo a análise, com outro ramo da produção à frente do atual padrão de reprodução do capital: o setor sucroalcooleiro, segmento que obtém sua matéria-prima com base no trabalho degradante dos cortadores manuais da cana-de-açúcar que trabalham em condições alarmantes. Segundo estudo com os cortadores manuais em atividade no interior paulista, em apenas dez minutos cada trabalhador corta 400 kg de cana, desfere 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes. Ao final de um dia de trabalho, após numerosas sequências de operações repetitivas e extenuantes, são computados em média por trabalhador: 11,5 toneladas de cana cortada, 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna. Como resultado, têm-se expectativas de vida que não passam dos 35 anos de idade (Laat, 2008).

Esse dado brutal é a realidade nua e crua do capital se apropriando do fundo de vida do trabalhador, superexplorando-o mediante tamanho grau de intensidade que leva à exaustão completa e à morte. Resistindo novamente à aparência dos fenômenos, é necessário colocar que, antes que solucionar o problema do trabalho em condições sub-humanas, o estímulo à mecanização do corte da cana – defendida como solução pelo governo – sem que se altere a lógica das relações de produção exercerá, e já está exercendo, pressão para que os trabalhadores de empresas não mecanizadas sejam obrigados a cumprir cotas ainda maiores de produção, fazendo elevar ainda mais o esgotamento de sua força de trabalho. Este caso evidencia como a superexploração por aumento da intensidade cumpre um papel para as empresas com menor produtividade que estão perdendo uma parcela de mais-valia via mercado, a qual é apropriada pelas empresas operando acima da taxa de lucro média.

15. A fonte dos dados é o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Finalmente, um quarto caso que não será tratado neste capítulo, mas que cabe mencionar, é o do aumento da intensidade em ramos com jornadas menores ou *part-time*, como *telemarketing*. O trabalhador, mesmo com meia jornada, pode estar sendo superexplorado a ritmos/níveis de intensidade que levam ao seu esgotamento prematuro – e não é por nada que são as empresas deste ramo que concentram uma parcela importante de doenças físicas e psíquicas.

A ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças laborais continua a ser o principal indicador para auferir o aumento da intensidade. De acordo com dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério da Previdência Social (MPS), no Brasil quase dobraram os acidentes de trabalho entre 2002 e 2008, passando de 393.071 para 747.663, como se vê na tabela 4.

TABELA 4
Número total de acidentes de trabalho no Brasil

Período	Típico com CAT	Trajeto com CAT	Doença de trabalho com CAT	Sem CAT	Total
1997	347.482	37.213	36.648	0	421.343
1998	347.738	36.114	30.489	0	414.341
1999	326.404	37.513	23.903	0	387.820
2000	304.963	39.300	19.605	0	363.868
2001	282.965	38.799	18.487	0	340.251
2002	323.879	46.881	22.311	0	393.071
2003	325.577	49.642	23.858	0	399.077
2004	375.171	60.335	30.194	0	465.700
2005	398.613	67.971	33.096	0	499.680
2006	407.426	74.636	30.170	0	512.232
2007	417.036	79.005	22.374	141.108	659.523
2008	438.536	88.156	18.576	202.395	747.663
Total	4.295.790	655.565	309.711	343.503	5.604.589

Fonte: Bordignon (2009); NetUNO, disponível em: <<http://www.inss.gov.br>>.

Obs.: comunicação de acidente de trabalho (CAT).

Para os órgãos do governo, essa elevação de 40% poderia ser devida à mudança na metodologia – que passou a incluir as aposentadorias por invalidez – e ao aumento da apuração de casos de doenças ocupacionais, por meio de registros CAT¹⁶ (INSS, 2009). Entretanto, a mudança metodológica e a maior fiscalização não explicam todo o incremento dos registros. Como procurou-se demonstrar, o incremento de ritmos extenuantes e de doenças laborais em ramos específicos

16. “A CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) é um instrumento do INSS, que deve ser preenchido e registrado toda vez que ocorrer um acidente de trabalho ou uma suspeita de doença ocupacional. A empresa é a responsável pelo seu preenchimento, mas caso se recuse, a CAT pode ser preenchida pelo próprio trabalhador, pelo sindicato, por um médico ou por uma autoridade de saúde, desde que haja um médico que ateste o problema. Caberá ao INSS validá-la ou não” (Bernardo, 2009, p. 156).

da economia – dois dos ramos da produção de maior importância no modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos dias atuais (indústria automobilística e setor sucroalcooleiro) e em um dos ramos que mais vem crescendo no setor que concentrou a geração de empregos formais na última década (serviços) – confirma que os números da escalada de acidentes de trabalho e doenças laborais (lesão por esforço repetitivo – LER ou o distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho – DORT, entre outros) expressam a tendência atual do capitalismo brasileiro de elevar o desgaste da corporeidade físico-psíquica do trabalhador.

2.4 O aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração

Por fim, cabe considerar uma última modalidade em que a superexploração pode ter lugar, que é o aumento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração recebida. No capitalismo dependente, o avanço das forças produtivas mediante nova composição técnica do capital não tende a gerar concessões à classe trabalhadora da mesma maneira como ocorreu no capitalismo dominante. É menos ainda comparativamente aos que foram os anos áureos deste último. Apesar disso, as transformações da sociedade foram colocando novas necessidades, que fizeram aumentar a quantidade de bens necessários na cesta de consumo dos trabalhadores: “o desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando estes novos bens em bens necessários em épocas determinadas” (Osorio, 2009, p. 179). A isto Marx chamou de elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. É o que explica que:

não há nada de estranho no fato de que, nas periferias urbanas pobres, multipliquem-se as antenas de televisão apesar de seus habitantes não contarem com alimentos básicos. O que deve surpreender não são as antenas, mas que, nesse grau de desenvolvimento social, existam pessoas que não possam contar com os bens materiais básicos, próprios da época em que vivem, e satisfazer ao mesmo tempo e de maneira suficiente o resto de suas necessidades (Osorio, 2009, p. 179).

Produtos que antes eram francamente suntuários, isto é, bens de consumo de luxo, com o tempo passaram à condição de bens de consumo corrente ou bens-salário, ou seja, bens de consumo necessário que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores. Dois exemplos notórios, o televisor e a máquina de lavar, que eram bens suntuários nas décadas de 1960 e 1970, hoje são valores de uso encontrados inclusive nos lares de famílias que vivem em moradias precárias e com renda familiar abaixo do necessário. Tais valores de uso deixaram a condição de bens de luxo tanto porque o avanço da fronteira tecnológica barateou a sua produção quanto porque passaram a expressar necessidades que a sociabilidade capitalista colocou para os trabalhadores.

Se um televisor passa a ser necessário na sociabilidade que vai sendo criada com o capitalismo¹⁷ e se uma lavadora automática passa a ser a maneira de facilitar as atividades domésticas que cumprem um papel para a reprodução da força de trabalho (em um contexto de aumento do seu desgaste e de aumento do tempo de deslocamento até o local de trabalho), esses são valores de uso que passam a compor o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho.

Mas e se a única forma de o trabalhador acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários for endividar-se ou submeter-se a uma carga extra de trabalho? Se está diante de uma alteração do elemento histórico-moral sem ser acompanhada pela remuneração. Ou seja, aumento do valor da força de trabalho sem aumentar o seu pagamento. Ao ter de elevar o desgaste de sua força de trabalho – cumprir mais horas-extras, vender um terço das férias etc.) e ao ter de endividar-se para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente.

O que o discurso governista e dos acadêmicos alinhados com o oficialismo não querem revelar é que o aumento comemorado do consumo de eletrodomésticos por parte da chamada classe C, que seria supostamente a “nova classe média”,¹⁸ se deu em grande medida com base no endividamento das famílias. É o que se observa na tabela 5.

TABELA 5
Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por estratos de renda

Participação dos estratos de renda ¹ no consumo de eletrodomésticos			
Ano	A e B (%)	C (%)	D e E (%)
2002	55,16	26,61	18,23
2010	37,11	44,67	18,22
Estratos de renda e situação financeira familiar no cadastro de devedores ²			
Estratos de renda (R\$)	Adimplente (%)	Inadimplente (%)	
Até 600 (E)	4	2	
De 601 a 905 (D)	15	15	
De 906 a 1.375 (C2)	19	19	
De 1.337 a 2.200 (C1)	20	28	

(Continua)

17. Ver comentário de Jaime Osorio a esse respeito no debate realizado na mesa-redonda “A categoria superexploração da força de trabalho”. Vídeo disponível em: <<http://www.ufrgs.br/hedla/videos>>.

18. Para uma crítica às teses do *Brasil, país de classe média*, ver Luce (2013). Para uma definição marxista do significado de classes sociais e a crítica ao uso de estratos como categoria de análise, ver Mészáros (2008, Cap. 2; 2004, Cap.7) e Osorio (2001, Cap. VI).

(Continuação)

Estratos de renda e situação financeira familiar no cadastro de devedores ²		
Estratos de renda (R\$)	Adimplente (%)	Inadimplente (%)
De 2.201 a 3.285 (B2)	26	22
De 3.286 a 7.000 (B1)	12	11
De 7.001 a 11.100 (A2)	3	1
Mas de 11.000 (A1)	2	1
famílias inadimplentes que recebem abaixo do salário mínimo necessário (%)		
64 ³		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); PNAD (2002 a 2010); CNDL e UFMG (2012).

Elaboração do autor.

Notas: ¹ A: mais de vinte salários mínimos; B: de dez a vinte salários mínimos; C: de três a dez salários mínimos; D: de um a três salários mínimos; E: menos de um salário mínimo.

² Classificação da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL)

³ Sem considerar famílias da porção inferior do estrato B2 na classificação da CNDL, que integram a faixa de renda C da PNAD, o que faz a porcentagem ser ainda maior.

Desagregando o consumo total de eletrodomésticos por estratos de renda, nas estatísticas da PNAD de 2002 a 2010, verifica-se que enquanto a participação dos estratos D e E se manteve estacionada e a faixa de rendimentos A e B apresentou queda relativa de 18,05%, o aumento expressivo na compra de eletrodomésticos se deu no estrato de renda C, que respondia por 26,61% em 2002 e passou a representar 45% das compras de produtos eletroeletrônicos na apuração de 2010.

De fato, foi a faixa de renda C – que se insiste, e não é por nada, em não chamar de uma classe à parte – a responsável pelo aumento das vendas de eletrodomésticos. Agora, cabe desvendar a outra face oculta. Considerando que a maior parte das compras destes produtos é feita a prazo e que, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), 64% das famílias inadimplentes (o somatório da classificação de C1 até E da publicação da CNDL) recebem entre R\$ 600,00 e R\$ 2.200,00 – quer dizer, abaixo do salário mínimo necessário – cerca de dois terços das famílias inadimplentes possuem remuneração abaixo do valor da força de trabalho. Se for considerado o estrato B2 da pesquisa da CNDL, que compõe também o estrato C da classificação utilizada pelo IBGE e pelo governo, esse percentual será ainda maior.

Do recém-exposto, pode-se concluir que, sem que estivesse endividada, uma parcela significativa das famílias consideradas classe C não teria conseguido tornar-se consumidora de tais produtos, mesmo que sua produção tenha barateado e mesmo que tenham se tornado bens necessários, como um refrigerador ou uma máquina de lavar. Se estes produtos, sob a própria lógica do capital, tivessem se tornado bens de consumo necessário, atuariam no sentido de reduzir o valor da força de trabalho, permitindo que os trabalhadores os consumissem ao mesmo tempo em que o dispêndio de capital para a contratação da força de trabalho se visse reduzido mediante a ampliação da mais-valia relativa e não mediante superexploração. Mas se é somente à custa da redução

do fundo de consumo do trabalhador (consumir menos alimento para ter um televisor ou uma lavadora) e de seu fundo de vida (trabalhar redobrado, além da duração normal e da intensidade normal da jornada) que o trabalhador consegue acessar tais bens que se tornaram necessários, isso significa que do ponto de vista da relação-capital tais valores de uso não passaram a integrar o valor da força de trabalho. Assim, configura-se, na verdade, uma quarta forma de superexploração, o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e o pagamento desta. Esta quarta modalidade da superexploração pode ser entendida como uma forma desdobrada da primeira que se discutiu neste capítulo – o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. Porém, seu tratamento analítico específico se justifica, pois ela apresenta a particularidade de violação do valor da força de trabalho quando esta se dá em relação ao componente histórico e moral do valor da força de trabalho que se viu alterado, mas atuando no sentido contrário ao da mais-valia relativa.¹⁹

3 CONCLUSÃO

A partir das evidências históricas recentes das relações de produção no capitalismo brasileiro, foi possível constatar a vigência da categoria de Marini da superexploração da força de trabalho. Considerando diferentes formas em que se dá a superexploração – remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, prolongamento e aumento da intensidade da jornada de trabalho, a defasagem entre elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida, buscaram-se alguns indicadores para inferi-las no caso brasileiro, por meio de estatísticas reunidas pela PNAD, por pesquisas setoriais do DIEESE e pelo INSS. Novas pesquisas deverão aprofundar a discussão dos indicadores e das fontes específicas que permitam refletir o fenômeno da superexploração em níveis de abstração mais concretos.

Ainda que possa ter havido uma melhora do poder de compra do salário mínimo comparado ao preço da cesta básica no cenário brasileiro da década de 2000, isto não foi suficiente para alcançar o salário mínimo necessário, que é o indicador que expressa de maneira aproximada o valor da força de trabalho. Ao mesmo tempo, ao seguir submetida aos mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, aos ritmos de produção mais intensos e ao não ter reconhecida a atualização do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho no pagamento recebido pelo seu trabalho, a classe trabalhadora brasileira vive, na verdade, uma fase de aumento da superexploração no governo Lula, em cujos dois mandatos – mesmo que amortecendo algumas contradições – governou em favor dos interesses do capital.

19. "O aumento do número de bens necessários que o desenvolvimento histórico propicia pressiona no sentido da elevação do valor da força de trabalho. Mas, em geral, o aumento da produtividade e o barateamento dos bens indispensáveis atuam em sentido contrário, de modo que o valor da força de trabalho se veja permanentemente pressionado por essas duas forças" (Osorio, 2009, p. 179).

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo, Boitempo, 2012.

BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BORDIGNON, L. **Estudo de caso**: o trabalhador e o acidente de trabalho. Monografia (Especialização) Porto Alegre – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: set. 2012.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. **Cadernos CEBRAP**, n. 23, set. São Paulo, 1979.

CASTAÑEDA, J.; HETT, E. **El economismo dependentista**. México, Siglo XXI, 1988. 5. ed.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Déficit de trabalho decente no Brasil. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: Cepal/PNUD/OIT, 2008. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/publicacoes/emprego/Cap2.pdf>>.

CNDL – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOGISTAS; UFMG UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Pesquisa perfil do consumidor com e sem dívidas no Brasil**. Out. 2012. Disponível em: <http://www.cndl.org.br/mostra_capa.php?.id=470>. Acesso em: out. 2012.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Política de valorização do salário mínimo. **Nota Técnica**, n. 86, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: out. 2012.

_____. **Salário mínimo**: instrumento de combate à desigualdade. São Paulo: DIEESE, 2009.

ENGELS, F. Prefácio. *In*: MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. V. II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. 2002 a 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2012.

INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Anuário Estatístico sobre Acidentes de Trabalho**. 2009. Disponível em: <<http://www.previdencia social.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: nov. 2012.

LAAT, E. F. **Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar**: a maratona perigosa nos canaviais. Comunicação apresentada no seminário Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana. Campinas, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, 24 e 25 de abril de 2008.

LUCAS, J. Não à teoria do subdesenvolvimento. São Paulo, Kairós, 1983.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Revista trabalho, educação, saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n.1, jan. 2013.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Dialética da dependência. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo. *In*: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

_____. Memória. *In*: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

MARINI, R. M. As razões do neodesenvolvimentismo. *In*: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência**. Antologia de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, R.; CAPELAS, E.; HUERTAS NETO, M. Relações de trabalho e flexibilização. *In*: MARQUES, R.; FERREIRA, M. R. J.(Orgs.). **O Brasil sob a nova ordem**: a economia brasileira contemporânea. Uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 121-38, dez. 1999.

MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. **A teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro**. Crítica a Bresser e Mantega. *In*: CONGRESSO DA SEP 3., Niterói, 1998. Disponível em: <www.sep.org.br/artigo/3_congresso_old/iiicongresso30.pdf>.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1983. v. 1.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. III, t. II.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Dependência e superexploração. *In*: MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Fundamentos del análisis social**. La realidad social y su conocimiento. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

OSORIO, J. Superexplotación y clase obrera. El caso mexicano. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 39, p. 40-59, 1975.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRAUN, Luci. A reestruturação negociada na Volkswagen São Bernardo do Campo. *In*: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PRIEB, S. As novas configurações do trabalho diante da crise. **Novos temas**, São Paulo, v. 2, n. 2, set.-mar. 2010/2011, p. 53-63.

SOUZA, N. A. **Economia brasileira contemporânea**. De Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Crisis y lucha de clases en Brasil. 1974/1979**. Tese (Doutorado) – Facultad Nacional de Economía, UNAM, México, 1980.

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA: TEMAS FUNDAMENTAIS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO

Niemeyer Almeida Filho

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 1996a, p. 172).

1 INTRODUÇÃO

As condições de vida adversas dos trabalhadores são mostradas por Marx em diversas passagens de sua obra, sobretudo naquelas em que ele trata dos primórdios do capitalismo industrial inglês no século XIX. Estas condições podem eventualmente ser interpretadas como de superexploração, servindo para realçar circunstâncias que, a princípio, seriam insustentáveis, porque seriam insuficientes para reproduzir, em longo prazo, a própria força de trabalho. O sentido da superexploração, neste caso, é de nível de salários sistematicamente abaixo do custo de reprodução da força de trabalho e paroxismo na jornada de trabalho.

Em Ruy Mauro Marini, a superexploração está no centro de sua interpretação sobre a natureza do capitalismo periférico latino-americano. Em sua obra mais importante, *Dialética da dependência* (2000), Marini mostra que, justamente por essa especificidade, o capitalismo latino-americano é deformado, se comparado ao observado em países avançados. Neste caso, a superexploração constitui-se como categoria, traduzindo elementos de limitação de escala à dinâmica de acumulação, dada pela recorrente concentração extraordinária de renda e riqueza.¹

Nesse contexto, a opção política de Marini é claramente revolucionária. Mesmo assim, há em sua produção análises de confrontação com as políticas de Estado e de governo, no plano da conjuntura. Este é o caso dos artigos *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil* (1966) e *A crise do desenvolvimentismo* (2010). Estas análises, embora inequivocamente mantenham a perspectiva revolucionária, colocam criticamente proposições de política, sugerindo que haveria espaço para uma ação reformista tática que diminuísse o peso da dependência.

1. Como está muito bem colocado em Hirsch (2010, p. 209-217), a limitação de escala imposta pelo subconsumo dos trabalhadores pode ser superada pelo consumo capitalista (sobretudo pelo consumo de bens de produção); contudo, há prováveis repercussões dinâmicas, como será visto mais à frente no capítulo.

Nessa esteira, este capítulo pretende recuperar determinações estruturais do desenvolvimento histórico brasileiro, que se sustentem nas análises de Marini a respeito da natureza do capitalismo periférico latino-americano e que venham a permitir a discussão de proposições de políticas transformadoras no plano da conjuntura. A intenção é associar superexploração e concentração de riqueza, mostrando que à natureza *sui generis* do capitalismo periférico corresponde concentração de renda e riqueza acima da observada no capitalismo desenvolvido.

O texto está organizado em três seções, incluindo-se esta introdução. Na primeira, há uma comparação entre o *status* conferido por Marini ao conceito de superexploração e ao que poderia ser extraído das análises de Marx. Na segunda, há uma proposta de atualização da definição de superexploração no âmbito das proposições de Marini. Na terceira, discutem-se as implicações da superexploração para a distribuição de renda, riqueza e dependência no Brasil, e os seus efeitos sobre a dinâmica da acumulação. Finalmente, há uma breve síntese conclusiva.

2 SIGNIFICADO DA SUPEREXPLORAÇÃO EM MARX E EM MARINI

A ideia de superexploração não aparece diretamente nos escritos de Marx, em *O capital*.² O tema da exploração da força de trabalho surge no contexto da exposição da lei do valor, no capítulo inicial *A mercadoria*, revisitado por ele em diversos momentos de sua exposição ao longo dos demais capítulos do Livro I, particularmente na seção III, cap. VII, que trata da taxa de mais-valia. A passagem abaixo do capítulo I traduz bem a importância do tema:

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois se mostrou que também o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada por mim. Como esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto (Marx, 1996a, p. 171).

O exame é feito detalhadamente, com explicação didática e exaustiva sobre a natureza distintiva da mercadoria *força de trabalho*, a partir da qual se extrai o lucro. A questão gira em torno da dualidade do custo de reprodução da força de trabalho e de seu uso social pelo capitalista. A passagem abaixo, de um texto anterior a *O capital*, que aparece na edição de 1996 – *Salário, preço e lucro* –, vai direto ao ponto que aqui interessa:

há certos traços peculiares que distinguem o valor da força de trabalho de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter social. Seu limite físico é determinado pelo elemento físico, quer dizer – para poder manter-se e se reproduzir, para

2. Isso é mencionado por estudiosos do pensamento de Marini. Ver, por exemplo, Osorio (2004, p. 90).

perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade, absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor desses meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam mais elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, este limite é muito elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem quanto uma série de gerações robustas e de vida longa. Além desse mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições em que vivem e se criam os homens (Marx, 1996b, p. 113-114).

Em resumo, o valor da mercadoria corresponde à quantidade de trabalho necessária à sua produção. O trabalho é realizado pelo trabalhador, que vende a sua força de trabalho ao capitalista por seu valor de reprodução. A diferença entre o valor da mercadoria e o da força de trabalho é a mais-valia. Da relação entre a mais-valia e o valor da força de trabalho, Marx calcula a taxa de exploração.

Carcanholo (2012) mostra que, da proposição de Marx, se pode extrair que a compra da mercadoria *força de trabalho* dá o direito legal, social, ao capitalista de utilizar esta força como bem quiser, de modo que, para ele, o sentido do termo *exploração* é de utilização ou de aproveitamento. Assim, não seria incorreto dizer que a taxa de exploração poderia ser também entendida como taxa de utilização; sentido nem sempre observado pelos leitores da obra.³

O sentido mais amplo da discussão de Marx em *O capital* é o de desvendar a lei econômica da sociedade burguesa, em um contexto histórico de consolidação do capitalismo industrial, sobretudo na Inglaterra, país onde viveu no período de redação da obra. O contexto político era de revolução burguesa em diversos países da Europa, de forma que se tratava de instrumentalizar politicamente as classes subalternas:

em *O capital*, a finalidade do autor consistiu em desvendar a lei econômica da sociedade burguesa ou, em diferente formulação, as leis do nascimento, desenvolvimento e morte do modo de produção capitalista.

Numa época em que prevalecia a concepção mecanicista nas ciências físicas, Marx foi capaz de desvencilhar-se dessa concepção e formular as leis econômicas precipuamente como leis tendenciais. Ou seja, como leis determinantes do curso dos fenômenos em meio a fatores contrapostos, que provocam oscilações, desvios e atenuações provisórias (Gorender, 1983, p. XXVIII).

3. O sentido mais comum que se dá ao termo exploração é de "abuso da boa-fé, da ignorância ou da especial situação de alguém, para auferir interesse ilícito". Este é um dos onze significados possíveis segundo o *Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa*, (1998). No Aurélio, este significado de conotação negativa sequer aparece como um dos significados possíveis.

Por seu turno, o contexto histórico em que Marini formula sua interpretação sobre a natureza do capitalismo periférico é de hegemonia do desenvolvimentismo na América Latina, normalmente embalado por ditaduras militares.⁴ Segundo sua autobiografia,⁵ as bases teóricas que viriam a compor a obra *Dialética da dependência* (1973) foram frutificadas na segunda metade dos anos 1960 e no começo dos anos 1970, no período de transição entre o que Marini chama de seu primeiro e segundo exílios (México e Chile).

O desenvolvimentismo pode ser entendido como um ideário que deu base a projetos sociais da classe dominante.⁶ No campo da economia, o desenvolvimentismo tinha nas proposições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) seu suporte mais importante, pois esta agência legitimava políticas econômicas modernizadoras, sem colocar em risco a opção pelo capitalismo.

Com efeito, a Cepal colocava-se criticamente no contexto das teorias do pós-Segunda Guerra Mundial.⁷ Entretanto, suas proposições atinham-se à discussão da inserção internacional das economias da América Latina, tomando como elemento empírico as pautas e os preços de importação/exportação. Sustentava-se que o desenvolvimento capitalista não seria viável na América Latina, a menos que se alterasse a divisão internacional do trabalho que prevalecia até os anos 1940. As políticas econômicas que poderiam viabilizar esta mudança histórica eram as de industrialização.

O ponto importante a ser observado é que Marini contestava essa possibilidade. Ele entendia que a industrialização não gerava transformação naquilo que era para ele a marca do subdesenvolvimento; ou seja, a superexploração da força de trabalho.

Feitas essas observações, parece lícito dizer que a formulação do capitalismo dependente de Marini é fruto de duas influências. A primeira refere-se à sua inserção social, sua trajetória de militante de esquerda que faz uma opção consciente pela luta política de transformação social. A segunda diz respeito ao debate teórico, no qual se realçam, em contraponto às suas proposições, as vertentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), da Cepal e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).⁸

4. Ver a lista de ditaduras no mundo em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar>. Acesso em: 22 jan. 2012. Na América Latina, são registradas ditaduras militares na Argentina (1966-1983), na Bolívia (1971-1985), no Brasil (1964-1985), no Chile (1973-1989), na Colômbia (1953-1957), em Cuba (1933-1959), na República Dominicana (1989-1899; 1930-1961), em El Salvador (1931-1979), no Equador (1972-1979), na Guatemala (1970-1985), no Haiti (1988-1990; 1991-1994), nas Honduras (1963-1974), no México (1853-1855; 1876-1910), na Nicarágua (1967-1979), no Panamá (1968-1989), no Paraguai (1954-1989), no Peru (1968-1980), no Suriname (1980-1988), no Uruguai (1973-1984) e na Venezuela (1908-1935; 1952-1958).

5. Trata-se de um memorial descritivo, exigência acadêmica feita pela Universidade de Brasília (UnB) no processo de reintegração, após seu retorno ao Brasil.

6. Ver Fonseca (2004).

7. Ver, a este respeito, Bonente e Almeida Filho (2008); Almeida Filho e Corrêa (2011) e Bonente (2011).

8. Uma boa recuperação das visões em disputa nos anos 1960 no Brasil está em Bresser-Pereira (1982).

No plano histórico concreto, a originalidade de Marini está em introduzir justamente a superexploração da força de trabalho como elemento categorial. A visão crítica do capitalismo é toda ela sustentada em Marx; porém, em uma condição geográfica e social que lhe permitia claramente perceber que o desenvolvimento capitalista não ocorria de maneira homogênea, apenas subvertendo modos de produção anteriores. Ao contrário, o processo de desenvolvimento capitalista histórico se fazia a partir das estruturas de dominação existentes, de modo que as formações sociais apresentavam especificidades bem mais relevantes que a princípio sugeria a leitura de *O capital* e, particularmente, a de *O manifesto comunista*.⁹

É dessa convicção que vem a proposição do capitalismo dependente latino-americano:

Ao invés de seguir esse raciocínio e fiel a meu princípio de que o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana. A economia exportadora, que surge a meados do século XIX nos países pioneiros (Chile e Brasil), generalizando-se depois, aparecia, nessa perspectiva, como o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho. Aceito isto, as transferências de valor que daí advinham não podiam ser vistas como uma anomalia ou um estorvo, mas antes como consequência da legalidade própria do mercado mundial e como um acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana, sobre a base de duas premissas: abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (a qual pressupunha abundância de mão de obra). A primeira premissa dava como resultado a monoprodução; a segunda, os indicadores próprios das economias subdesenvolvidas. A industrialização operada posteriormente estaria determinada pelas relações de produção internas e externas, conformadas sobre a base dessas premissas. Resolvida assim, no meu entender, a questão fundamental, isto é, o modo como o capitalismo afetava o cerne da economia latino-americana – a formação da mais-valia – eu passava a me preocupar com a transformação desta em lucro e com as especificidades que essa metamorfose encerrava. Algumas indicações referentes ao ponto a que chegou minha pesquisa estão contidas no texto e em outros trabalhos escritos nessa época, mas eu só solucionaria realmente o problema alguns anos depois, no México (Marini, [s.d.]).

É importante reconhecer desde logo que a superexploração não é apenas uma exploração (utilização) intensa, conforme o apontamento já feito. Ela é também isto. Contudo, o aspecto fundamental da superexploração exige revisitar a explicação de Marx sobre a mais-valia.

Segundo Marx, o valor a partir do qual as mercadorias são trocadas é dado pela quantidade de trabalho necessária à sua produção. O trabalho é fruto do

9. Para uma discussão instigante a este respeito, ver Arrighi (2008).

esforço humano no processo produtivo, que, no capitalismo, é feito pelo trabalhador, o qual vende a sua força de trabalho ao capitalista. A força de trabalho constitui a mercadoria diferenciada que dará origem ao lucro oriundo do processo produtivo. Esta é paga por seu custo de produção, pelas mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador enquanto tal, e é utilizada pelo capitalista por um determinado período de tempo, no qual ele se apropria de sua capacidade produtiva, a capacidade de produzir valor. A diferença entre o valor pago e o extraído no processo produtivo é a mais-valia, ou o sobretrabalho.

Um sentido possível de superexploração em Marx é o de rompimento das características básicas que regulam as trocas com base na lei do valor. Os limites da extração da mais-valia na exposição de Marx estão dados pela jornada de trabalho e pelo custo de reprodução da força de trabalho. A análise histórica da evolução da jornada de trabalho mostra que as condições históricas presentes tanto na Inglaterra como em outros países da Europa eram bastante adversas.

A Factory Act atualmente [1867] em vigor permite como média diária de trabalho nos dias de semana 10 horas, a saber, para os primeiros 5 dias da semana, 12 horas, das 6 da manhã até as 6 da tarde, das quais, porém, desconta-se, por lei, $\frac{1}{2}$ hora para o café da manhã e 1 hora para o almoço, restando, portanto, $10 \frac{1}{2}$ horas de trabalho; e 8 horas aos sábados, das 6 da manhã até as 2 horas da tarde, das quais subtrai-se $\frac{1}{2}$ hora para o café da manhã. Restam 60 horas de trabalho, $10 \frac{1}{2}$ para os primeiros 5 dias da semana (Marx, 1983, p. 193).

Marx mostra, nesse capítulo da jornada de trabalho, que, em muitos casos, não havia limites legais, e, mesmo na presença deles, registra relatos de inspetores de fábrica que mostram as burlas dos limites. Nestes casos, Marx se refere a um impulso voraz por mais-trabalho, mas não denomina de superexploração. Da mesma forma, ele o faz para a situação de pagamento insuficiente para a reprodução da força de trabalho.

Não parece ser inapropriado chamar de superexploração a extrapolação dos limites à produção de mais-valia dados pela jornada e pelo custo de reprodução da força de trabalho. Entretanto, é preciso ter sempre presente que aí está sendo dada uma conotação distinta daquela utilizada por Marx. A justificativa de Marini é a seguinte:

Vimos que o problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la em nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente

o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal pelo qual “o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (Marini, 2000, p. 123-124).

A proposição da dialética da dependência está, portanto, na identificação de uma forma específica de desenvolvimento do capitalismo global, propagando-se a partir de um núcleo central, orgânico.¹⁰ A propagação se dá a partir de um padrão de consumo que engendra uma divisão internacional do trabalho, apreendida em uma dialética de sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, no sentido de exercício do potencial que o modo de produção capitalista apresenta.¹¹

A condição de superexploração está registrada historicamente em diferentes contextos históricos e formações sociais. Porém, na América Latina, esta condição não só esteve presente, como também se reproduziu, ganhando o sentido de especificidade. As razões estão colocadas em passagens dos textos de Marini já transcritas, relacionadas às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra.

3 SUPEREXPLORAÇÃO NAS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO SÉCULO XXI NO BRASIL

A categoria de superexploração foi objeto de polêmica a partir do momento em que passou a ser utilizada para caracterizar o capitalismo latino-americano contemporâneo (dos anos 1960 em diante).

Como visto, o custo de reprodução da força de trabalho equivale à soma do valor das mercadorias necessárias à reposição da condição geral do trabalhador. Este seria equivalente ao custo mínimo necessário à reprodução tanto da energia do trabalhador gasta no processo produtivo quanto de sua condição de trabalhador ao longo de sua vida, nas condições históricas, políticas e culturais de cada sociedade. A superexploração se estabelece quando a remuneração do trabalho se situa abaixo deste valor, considerando-se como dadas a jornada e a intensidade do trabalho.¹²

10. Em Arrighi (1995), há uma formulação dessa ideia, definindo-se o núcleo orgânico do capitalismo, formado pelos países que definem os rumos do desenvolvimento global.

11. O desenvolvimento, nesse sentido preciso, é de alcance de todas as dimensões possíveis da sociabilidade capitalista. Bonente (2011) mostra que, em Marx, o desenvolvimento é ontológico, guardando o sentido potencial de privatização de todas as dimensões da sociabilidade capitalista. Esta forma de compreensão do desenvolvimento capitalista em Marx permite deduzir limites ao desenvolvimento, que não são permanentes, mas que engendram crises; seja no âmbito das formações sociais, seja no âmbito global.

12. Como será visto mais adiante, há mudanças históricas que afetam esses dois elementos; particularmente, a intensidade do trabalho, que ocorre a partir dos anos 1970 e, especialmente, dos anos 1990.

Parte da polêmica pretensamente ocorreria no campo marxista. No método de exposição de Marx, a interpretação da natureza do capitalismo é feita em um plano abstrato, teórico, para gradualmente ocorrer aproximação às condições histórico-concretas, daí a contestação.

Em uma exposição simplificada, diz Marx:

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabam sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevavam até o Estado, às trocas internacionais e ao mercado mundial. Este segundo método é evidentemente o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (Marx, 1983, p. 218-219).

A questão é que, na perspectiva marxista, é preciso que a proposição tenha relação efetiva com o desenvolvimento histórico, o que traz problemas para a consideração da superexploração como categoria. Marini fez um esforço importante de esclarecimentos de suas proposições na discussão interna ao aporte da dependência, especialmente no confronto direto com Fernando Henrique Cardoso.¹³ Contudo, a melhor passagem é ainda da *Dialética da dependência*:

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela. De fato, mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional. Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

13. Ver Marini (2000, p.167-242).

É necessário observar, além disso, que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (Marini, 2000, p. 125-126).

Sugere-se que o ponto de controvérsia foi menos a definição abstrata de superexploração e muito mais a sua expressão histórica como elemento definidor do capitalismo latino-americano. Os pontos mais específicos de discussão se concentraram na possível evidência histórica da superexploração como marca, por exemplo, do desenvolvimento brasileiro, além das condições de reprodução desta condição no âmbito do desenvolvimento capitalista global.¹⁴ Neste caso, trata-se da discussão a respeito da importância da transferência de mais-valia da América Latina para o centro do capitalismo, acelerando-se por lá a dinâmica da acumulação.

Para os propósitos deste capítulo, importa retomar essa discussão no contexto histórico de hegemonia do neoliberalismo, dos anos 1990 em diante. Isto vem sendo feito com crescente repercussão, sobretudo nos meios acadêmicos. Além da publicação em português de *Dialética da dependência*, em 2000, há pelo menos três publicações indispensáveis para entender o alcance da discussão. A primeira delas é o livro de Jaime Osório (2004), *Crítica da economia vulgar*, autor citado por Marini ([s.d.]) em suas *Memórias* como um dos autores que procuravam avançar em suas interpretações.

Um segundo livro é o de Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (2005), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, que tem o propósito de retomar a discussão de Marini como parte de um esforço de politização de quadros no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de divulgar trabalhos dele em português. Finalmente, o terceiro, organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (2009) e coordenado por Emir Sader e Theotonio dos Santos, *A América Latina e os desafios da globalização – ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*, serve como balanço histórico da contribuição do autor.

Uma forma de retomar a discussão no contexto histórico dos anos 1990 em diante é recuperar alguns dos elementos da discussão histórica de Marini na resposta a Fernando Henrique Cardoso:

14. Este capítulo reproduz um debate circunscrito ao desenvolvimento brasileiro, pela origem dos contadores e pela importância do Brasil no âmbito da América Latina.

O objetivo de meus “críticos” é demonstrar que o intercâmbio desigual, como eu o analiso, não é, nem leva os países dependentes a reagirem contra ele apelando para a superexploração do trabalho (ainda que a causa primária desta não resida ali, como já indiquei). (...) se trata de provar que é absurdo meu raciocínio no sentido de que as exportações latino-americanas de alimentos, ao reduzir o valor do capital variável e aumentar como consequência a composição de valor do capital, agravam a tendência à baixa da taxa de lucro nos países capitalistas avançados. Para esse fim, e valendo-se inclusive das matemáticas, as Desventuras demonstram que, ao diminuir o capital variável, crescem a massa e taxa de mais-valia, assim como, em consequência, de lucro. O que é óbvio. Acrescentam nossos “críticos”: “não seria lógico supor, por outro lado, que porque diminui V , graças às exportações latino-americanas de alimentos, C teria que aumentar” (...) Não, não seria em absoluto lógico supor que, porque diminui o capital variável, pela causa mencionada, o capital constante deva aumentar. No entanto, meus desventurados “críticos”, o ponto de que parto é rigorosamente o oposto: o de que a exportação latino-americana de alimentos se realiza em função da revolução industrial europeia e coadjuva (não determina de maneira exclusiva) a diminuição do capital variável, necessária para a elevação da produtividade, sobre a base do aumento do capital constante, não pressionasse (*sic*) para baixo a taxa de lucro (DD, p. 26). Como indiquei no texto, isto corresponde à inserção dinâmica da América Latina na divisão mundial do trabalho imposta pela grande indústria, que permitiu aos países avançados concentrar-se na produção manufatureira, descuidando a produção agrícola, e que levará em seguida à especialização da periferia também na produção de matérias-primas industriais (Marini, 2000, p. 175-176).¹⁵

O ponto em discussão não é diretamente a superexploração do trabalho,¹⁶ mas a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial e da inserção nele nas economias dependentes. Não parece ser objeto da polêmica as condições adversas do trabalho na América Latina, mas, sim, a sua reprodução estrutural, independentemente do processo de industrialização que estava em curso extensivamente na região nos anos 1950 e 1960.

Na distorção das minhas análises, as Desventuras não utilizam apenas o método da inversão, como também o da adição. Assim, consideram que eu suponho que a produção latino-americana para exportação aumentou “em condições necessárias de produtividade decrescente (ou estagnada)”, suposição que não se encontra em nenhum de meus textos. *A única coisa que sustento é que, em condições de intercâmbio marcadas por uma clara superioridade tecnológica dos países avançados, as economias dependentes deveriam lançar mão de um mecanismo de compensação que, permitindo o aumento da massa de valor e de mais-valia realizada, assim como de sua taxa, se contrapusesse, pelo menos parcialmente, às perdas de mais-valia a que tinha que se sujeitar; esse mecanismo foi a superexploração do trabalho.* Esta explica o forte desenvolvimento da

15. Referência resumida ao texto crítico de *As desventuras da dialética da dependência*, de e Fernando Henrique Cardoso e José Serra escrito em janeiro de 1978. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/as_desventuras_da_dialetica.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.

16. Como está apresentado em Carcanholo (2012), melhor seria dizer superexploração da força de trabalho. Aparentemente, Marini está fazendo uma referência estrutural do capitalismo latino-americano, daí a referência à superexploração do trabalho, produto da dominação de classe.

economia exportadora latino-americana, apesar do intercâmbio desigual. É de se supor que meus “críticos” não pretendem que, diante da transferência de valor que este implicava, as economias latino-americanas poderiam reagir mediante a elevação de seu nível tecnológico a um ritmo igual ao que faziam os países avançados. Isso não implica de forma alguma que sua produtividade tenha se estagnado ou decrescido, mas que sempre esteve atrás. Tampouco é preciso derivar do que foi dito o que não foi dito: a superexploração do trabalho incentivada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele, e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa. Porém, uma vez posto em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, se põem em marcha um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada ao apelar à economia dependente para o aumento da produtividade, mediante o desenvolvimento tecnológico (Marini, 2000, p. 176-177, grifos nossos).

Como aponta Carcanholo (2012), está em discussão o *status* da superexploração na interpretação do capitalismo latino-americano proposta por Marini. Ao tomar a superexploração como categoria, Marini a considera indispensável à caracterização que faz do capitalismo dependente. O procedimento metodológico é de mudança de nível de abstração em relação a Marx, fazendo uma aproximação de concretude.¹⁷

Como se viu, a superexploração da força de trabalho não pode ser considerada uma categoria em Marx, até em função do nível de abstração em que ele estava em *O capital*. Ao contrário, para a teoria marxista da dependência, em um menor nível de abstração em relação a Marx, trata-se de entender a especificidade do capitalismo dependente. Como afirmamos antes, pretendemos demonstrar agora que a superexploração não é apenas um conjunto de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais-valia, mas, para além disso, constitui-se em uma categoria central – aliás, a mais importante – da teoria marxista da dependência. (Carcanholo, 2012, p. 8).

A respeito da possível observação empírica da superexploração da força de trabalho, é preciso antes acertar a leitura que Marini faz da constituição do capitalismo brasileiro e, até mesmo, dialogar com outras interpretações. Isto parece ser possível pelo distanciamento histórico que uma análise hoje apresenta em relação ao debate teórico e político do qual Marini fez parte.

Registre-se que a discussão que ocorreu nos anos 1970 e 1980 foi eminentemente política. Isto pode ser percebido por dois aspectos. O primeiro, o tom de argumentação do artigo feito por Serra e Fernando Henrique Cardoso, que é flagrantemente de desquali-

17. Essa mudança de nível de abstração está apontada em Osorio (2004, p. 90): “Las categorías y relaciones de aquella obra (*O capital*) constituyen el punto de partida para analizar la organización de las unidades de análisis menos abstracta (o más concretas), pero no las agotan. De allí la necesidad de nuevas categorías para abordar el análisis del sistema mundial capitalista, los patrones de reproducción del capital, las formaciones económico-sociales y la coyuntura. (...) La noción de superexploitation explica la forma como en las economías dependientes se reproduce el capital, en el marco del desarrollo de dicho sistema. Su tratamiento, como el del imperialismo o las categorías para el análisis de coyuntura, en las encontraremos en la obra mayor de Marx, porque las unidades de análisis que ellas expresan no es el que se aborda en *El Capital*”.

ficção ao trabalho de Marini. O segundo, a interdição da leitura dos textos de Marini nos programas de pós-graduação em economia, surpreendente, sobretudo, naqueles poucos programas considerados heterodoxos (Almeida Filho, 2011).¹⁸

À parte o uso da superexploração da força de trabalho como centro da interpretação, Marini tem aproximação bastante perceptível à interpretação de *O capitalismo tardio* (Mello, 1985), bastante difundida no Brasil (Almeida Filho, 2011). Em ambos os casos, trata-se de mostrar como o capitalismo avançado se desenvolve no Brasil, país que pode ser tomado como expressão das possibilidades da região, no sentido de ser a maior economia em termos de população, território e potencial de produção.

Em Mello (1985), a caracterização do capitalismo brasileiro é duplamente feita: pela origem – uma economia colonial –, vinculada à metrópole Portugal; e pelo momento em que ocorre a transição ao capitalismo avançado, entendido como aquele em que as condições de produção são especificamente capitalistas. Aquele momento foi demarcado pela emergência do trabalho assalariado como norma dominante do processo produtivo e pela Abolição da Escravatura. Assume-se que as condições de transição entre formas de trabalho terão repercussão para a constituição do mercado de trabalho, porém, sem que esta repercussão seja discutida. Daí em diante, a análise é toda formulada no âmbito do processo de acumulação de capital, abstraindo-se a luta de classes, própria ao capitalismo.

Para Marini, essas condições iniciais incluíam ainda a superexploração do trabalho, aqui entendida no sentido amplo de sistemático pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor. Portanto, para ele, a luta de classes está no centro da análise e da dinâmica do desenvolvimento brasileiro.

Um dos pontos que podem gerar discussão no contexto atual é justo sobre a transição e a presença extensiva da superexploração da força de trabalho, em um período de revolucionarização das forças produtivas, com diferenciação de ramos industriais e, assim, das ocupações produtivas. A medida do valor da força de trabalho de Marx teria de ser aplicada em diferentes níveis, de modo que firmar a existência extensiva da superexploração se tornava polêmico. Mais difícil ainda era firmar isto em uma fase de produção capitalista avançada.

Uma ideia simples que lembraríamos aqui é a de que a compressão salarial, na proporção em que ocorreu, não se deveu exclusivamente a uma lógica inexorável da economia do “capitalismo dependente”, a qual teria obedecido cegamente à repressão política, que efetivamente se deu e que anulou as possibilidades de organização e protesto dos setores populares. Por certo, dada a correção de forças que tomou o po-

18. Os trabalhos tanto de Ruy Mauro Marini quanto de Theotonio dos Santos são mais bem conhecidos em outros países da América Latina – como México, Chile, Argentina, Venezuela e Cuba – que no Brasil. Esta informação consta do prefácio de *Dialética da dependência*, (Marini, 2000) escrito por Emir Sader, e na introdução da coletânea *Ruy Mauro Marini: vida e obra* (Traspadini e Stedile, 2005).

der em 1964, havia limites “estruturais” para as soluções possíveis à crise econômica de 1963-1964. Mas foi o reacionarismo daquelas forças e a considerável fraqueza dos sindicatos e agrupamentos políticos afins que levaram o arrocho salarial e as políticas econômicas “antissociais” tão longe como foram. E, uma vez que a economia encontrou o caminho da recuperação, em condições de um patamar salarial mais baixo “embutido” nos seus esquemas de acumulação, tornou-se muito mais difícil promover qualquer alteração significativa na política previamente adotada, sobretudo se vinda de “cima para baixo”. Não foi por menos que mesmo depois de 1968 e até 1973, em pleno auge do “milagre”, com a inflação praticamente estabilizada e o PIB crescendo a uma média elevadíssima, manteve-se uma política oficial de forte restrição salarial, ficando as melhorias eventualmente obtidas nesse terreno sujeitas às “forças de mercado”, e não por conta seja da política governamental (que permaneceu restritiva), seja da ação sindical ou do protesto social, que se seguiram tão ou mais reprimidos e existentes que antes (Cardoso e Serra, 1978 p. 75).

Por essa razão, sustenta-se aqui que os elementos históricos de configuração da superexploração precisariam ser ampliados, desenhando-se um nível de abstração em que as condições de constituição do Estado brasileiro – e, portanto, o âmbito da política – estejam postas, pois este é indispensável para mostrar que as condições históricas de superexploração – indiscutíveis no período de uso do trabalho compulsório – ganham, por diferentes razões, contornos estruturais no período republicano, especialmente depois de 1930. Dali em diante, o Estado brasileiro passa a cumprir as funções típicas de um Estado capitalista.

É importante lembrar que a antiga e primária base industrial – originária em simultâneo com o êxito da economia cafeeira – encontrava-se prisioneira de um modelo de gestão do trabalho completamente ultrapassado (ausência de regulação pública sobre o trabalho e a concorrência intercapitalista). Por isso, destaca-se o papel da regulação pública do trabalho naquela oportunidade no Brasil, porque ela foi sendo consolidada justamente quando a atividade industrial nacional ganhava espaço, deixando no segundo plano as atividades do meio rural.

Até a década de 1930, por exemplo, o empregador industrial absorvia praticamente a totalidade do custo de reprodução do seu trabalhador no preço final do produto ou serviço comercializado. Como uma espécie de herança do período escravista, o empregado industrial tinha praticamente a totalidade do seu custo de reprodução internalizado na estrutura da produção, significando, na maior parte das vezes, a responsabilidade da empresa pela constituição e manutenção, além do salário, das chamadas vilas operárias (moradia, educação, saúde, previdência e assistência, entre outros custos).

A partir da Revolução de 30, quando se estabeleceu o projeto de industrialização, que já era tardio em comparação com as fases de industrialização originária ocorridas no centro do capitalismo mundial, grande parte do custo de reprodução da força de trabalho foi externalizado da estrutura interna de produção da empresa. Em outras palavras, além de cobrir alimentação e vestuário, o salário recebido mensalmente pelo empregado urbano teve que cobrir também despesas com moradia, previdência e assistência, educação, saúde, entre outros.

Nesse sentido, ganharam importância a definição do salário mínimo (criado em 1940) e a estrutura de tributação elaborada com vistas ao financiamento, pelo Estado, das políticas públicas de educação, saúde, previdência e assistência. Todavia, essa nova possível articulação de parte das forças sociais não logrou constituir um amplo sistema de proteção social associado ao avanço da base urbano-industrial. Na realidade, foi estabelecido um sistema de proteção social de natureza meritocrática e particularista, voltado tão somente aos trabalhadores assalariados com carteira assinada. Como a maior parte das classes trabalhadoras encontrava-se no campo, apenas os empregados urbanos foram beneficiados pelo salário mínimo, assim como por toda a legislação social e trabalhista – Consolidação das Leis do Trabalho (Pochmann, 2004, p. 7-8).

Portanto, a tese da existência de superexploração como marca do desenvolvimento capitalista brasileiro exige determinações mais amplas que aquelas originalmente colocadas por Marini. Entretanto, é certo que o processo de constituição do mercado de trabalho no Brasil é submetido ao processo de industrialização de transição ao capitalismo avançado, e que este mesmo processo tem importantes implicações para a distribuição de riqueza.

4 IMPLICAÇÕES DA SUPEREXPLORAÇÃO PARA A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, RIQUEZA E DEPENDÊNCIA, E OS SEUS EFEITOS SOBRE A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL

Em *O capital*, o tema da distribuição de riqueza (renda) é tratado no âmbito das relações sociais de produção; isto é, no âmbito do conflito de classes. A dinâmica de acumulação segue elementos estruturais do processo de produção de valores, dados pela taxa de exploração, pela jornada de trabalho e pelo progresso técnico. A síntese destes elementos é dada pelas categorias *forças produtivas* e *relações sociais de produção*. As características destes elementos conformam um padrão de reprodução do capital que indica o potencial e a escala do processo produtivo concreto.¹⁹

Esses são elementos fundamentais para a compreensão da natureza do capitalismo e de sua forma de reprodução social. Além disto, são elementos suficientes para mostrar a característica concentradora de riqueza, imanente ao processo de produção.

Não obstante, o debate social sobre a distribuição de renda e riqueza estabeleceu-se historicamente no Brasil em um plano distinto, que poderia ser

19. "El patrón de reproducción del capital apunta a dar cuenta de las formas cómo el capital se reproduce en periodos históricos específicos y en espacios económico-geográficos y sociales determinados, sean regiones o formaciones económicas sociales. En este sentido el patrón de reproducción de capital es una categoría que permite establecer mediaciones entre los niveles más generales de análisis y niveles menos abstractos o históricos concretos. De esta forma se alimenta de los aportes interpretativos, conceptuales y metodológicos presentes en los niveles más abstractos, pero que reclama de categorías y metodologías que le son propias." (Osorio, 2004, p. 36).

definido como plano da dinâmica econômica.²⁰ A influência direta que o pensamento marxista logrou sobre este tema foi pequena, pois, naquele momento, o confronto político e social centrava-se na disputa ideológica, em condições marcadamente adversas para os defensores do socialismo e mesmo para os defensores de uma reforma mais profunda do capitalismo brasileiro. O foco da discussão se deu em torno da divergência de interpretação a respeito dos dados empíricos da concentração de renda apresentados pelo Censo de 1970. Estes dados, ao serem comparados com os do Censo de 1960, mostravam inequivocamente concentração de riqueza.²¹

Esclareça-se que o plano da dinâmica é um plano teórico próprio ao movimento do capital, no qual os demais elementos são tomados como subordinados. Isto significa abstrair, para fins de análise, algumas das relações contraditórias internas ao movimento do capital, particularmente a luta de classes, central à análise marxiana, e privilegiar o movimento autonomizado do capital.

O capital revela (...) de início, um duplo caráter: um caráter antagonico e um caráter progressivo. Seu caráter antagonico decorre da própria relação social que lhe é subjacente: o capital se funda na apropriação do tempo de trabalho, se contrapõe de “modo hostil e antagonico” ao trabalhador e o reproduz reiteradamente como trabalhador assalariado. O capital é, por outro lado, progressivo, porque seu objetivo, a valorização máxima, supõe a apropriação máxima de trabalho não pago, que implica o desenvolvimento máximo das forças produtivas e, portanto, a acumulação máxima. A “produção pela produção”, a tendência ao “desenvolvimento absoluto das forças produtivas”, a “acumulação progressiva” constituem, assim, uma lei imanente do regime de produção capitalista, no sentido de que se deduzem e se adequam ao conceito mesmo de capital, enquanto valor que se valoriza através da apropriação de trabalho não pago (Mazzucchelli, 1985, p. 20).

Assim, o plano da dinâmica pode ser entendido como o plano da concorrência entre os capitais, em que os elementos mais gerais expostos por Marx para apreender a dinâmica do modo de produção avançam em concretude, geralmente alcançando a delimitação da jurisdição dos Estados nacionais.²² São muitos os que sugerem que se trata de um plano em que a contribuição de outros autores é indispensável:

20. Essa é uma questão polêmica que divide autores que se abrigam na perspectiva marxista. Em Possas (1989), há uma proposição de delimitação do objeto de Marx em *O capital*, argumentando-se que a apreensão da natureza mais geral de movimento do capital – a forma de reprodução da sociedade capitalista – não é suficiente para dar conta da dinâmica real. “(...) o importante a ressaltar aqui é a impossibilidade de reduzir a dinâmica real, em suas determinações teóricas mais concretas, à mera ‘expressão’ exterior de uma ou mais leis do movimento” (Possas, 1989, p. 24). A proposição do autor é delimitar, além do objeto de Marx em *O capital*, o objeto do que seria a dinâmica econômica – isto é, do movimento de acumulação em nível da pluralidade dos capitais –, no qual a natureza monetária da economia (Keynes) é privilegiada. Osorio (2004, p. 90) chama este plano de conjuntural.

21. Ver Malta (2011, p. 196-199).

22. Essa característica foi mais importante até os anos 1970. Daí em diante, com o avanço do processo de financeirização do desenvolvimento capitalista e a integração crescente das economias nacionais, a dimensão macroeconômica passou virtualmente a se identificar com a dinâmica econômica.

partindo das determinações conceituais do capital, trata-se de alcançar um duplo objetivo. De um lado, através da inclusão da concorrência e suas determinações, estabelecer os fundamentos da teoria da dinâmica capitalista, tarefa que não pode prescindir das contribuições de Keynes, Kalecki, Schumpeter e Steindl, entre outros. O fato de tais autores partirem de um marco teórico por vezes estranho a Marx, na verdade pouco interessa: o que importa é que seus resultados se inscrevem num plano – o da concorrência – não estudado de modo sistemático por Marx, e sobre o qual não são poucas suas referências à necessidade de uma “investigação especial” (Mazzucchelli, 1985, p. 10).

Em geral, os debates colocados no âmbito da dinâmica econômica, não obstante a integração macroeconômica das economias, estabelecem-se no âmbito de cada sociedade.²³ Este é precisamente o caso do debate a respeito da concentração de renda e riqueza no Brasil.

Em Tavares (1975), há uma discussão das razões estruturais para o recorrente processo de concentração de renda e riqueza que ocorria no Brasil nos anos 1970.²⁴ A tese é que a recorrente concentração traduzia elementos estruturais, os quais operavam como resultado do processo histórico de industrialização de transição ao capitalismo.

Além de contribuição própria, Tavares (1975) se sustentava na interpretação kaleckiana da diferenciação entre as dinâmicas de acumulação de economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Em Kalecki (1980), a razão de fundo para a diferenciação entre estas duas dinâmicas está ligada à existência de distintas vias de desenvolvimento no âmbito do capitalismo.²⁵

Segundo ele, nos países avançados, o desenvolvimento histórico aproximava gradualmente o consumo dos trabalhadores do consumo dos capitalistas, ampliando a escala do mercado e, assim, do processo de acumulação em âmbito nacional. Nos países subdesenvolvidos, ao contrário, reproduzia-se a segmentação do consumo das duas classes, limitando assim o mercado doméstico. Configuram-se, desta forma, dois padrões de acumulação.

Segundo Tavares (1975, p. 37), o padrão de acumulação é definido como uma articulação dinâmica específica entre o processo de diferenciação da estrutura

23. Importante registrar que esse debate se refere ao que ocorreu no âmbito do pensamento crítico, em suas diversas vertentes. Este debate alcançou a ortodoxia, mas aí o campo da discussão fixou-se nos fenômenos, no âmbito aparental do processo de concentração da renda.

24. O debate se estabeleceu a partir da divulgação dos dados do Censo brasileiro de 1970. A comparação destes dados com os do Censo de 1960 mostrava concentração de renda, em um contexto histórico em que os governos militares brasileiros difundiam uma perspectiva favorável do desenvolvimento brasileiro. O livro organizado por Tolipan e Tinelli (1975) condensava diferentes visões deste fenômeno.

25. Essa é uma interpretação, pois ele trata apenas de dois grupos de economias, as desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Daí depreende-se a ideia de que uma economia global capitalista se divida nestes dois grupos. Registre-se que, em seu período histórico de produção teórica, Kalecki conviveu intensamente com a polarização ideológica e geopolítica do mundo, de maneira que a questão, a princípio, diz respeito ao âmbito do capitalismo, embora se saiba de suas preocupações com economias socialistas subdesenvolvidas.

produtiva (o investimento) e uma determinada estrutura de distribuição de renda.²⁶ Embora os fenômenos motivadores sejam os do desenvolvimento brasileiro, a discussão pretende-se mais geral, abarcando o conjunto dos países da América Latina.

Para demonstrar isso, a autora assinala que em qualquer economia industrializada, mesmo que subdesenvolvida, pode-se detectar pelo menos dois setores produtivos – o de bens de consumo e o de bens de produção –, em que a solução para a oposição salários-lucros se dá no contexto de um processo de acumulação em que as relações intersetoriais são fundamentais. A compreensão deste processo, em cada padrão histórico (concreto) de acumulação, requer a identificação das relações básicas entre a estrutura de produção e repartição da renda – inerente ao processo de acumulação – e o modo pelo qual as condições de reprodução do sistema repõem ou modificam esta articulação básica da estrutura produtiva.

Ainda segundo Tavares, tal processo não pode ser apreendido pelos esquemas de reprodução de Marx, que mostram essencialmente as condições de possibilidade de “equilíbrio” (compatibilidade) entre a produção e a realização de mais-valia, dada a distribuição de renda entre salários e lucros líquidos, com uma taxa constante de acumulação de capital. Estes esquemas permitem trabalhar com as leis abstratas de constituição e reprodução do modo de produção capitalista, mas não dão indicações sobre como o movimento histórico de acumulação permite ir modificando o próprio padrão de acumulação.

Sua opção é utilizar os conceitos básicos dos esquemas de reprodução para chegar a uma visão de como se modificam as características básicas da articulação endógena entre distribuição de renda e acumulação, em distintos padrões históricos de acumulação. A ideia é buscar as formas pelas quais se resolve dinamicamente a contradição entre produção e realização de um excedente, levando em consideração a ênfase no progresso técnico e no processo de acumulação em cada um dos três grandes departamentos do sistema econômico em expansão.

A construção é feita a partir dos esquemas de reprodução de Kalecki (1980), em que o D1 é o departamento produtor de bens de capital, o D2 é o produtor de bens de consumo capitalista e o D3 é o de bens de consumo de trabalhadores. Nestes, o esquema é feito a preços de mercado, e não em valor, o que permite visualizar a redistribuição intersetorial de lucros (transferência de mais-valia) tanto pela via da modificação nos preços relativos entre os departamentos, quanto pela via das transferências de capital.

Ocorre que essa característica do desenvolvimento brasileiro e, por extensão, do desenvolvimento latino-americano não chega a ser aprofundada. Como a formulação se estabelece no nível da acumulação de capital, privilegia-se o plano da concorrência, da dinâmica mais estrita do capital, e abstrai-se a luta de classes.

26. Essa definição e os seus desdobramentos estão mais bem explicados em Almeida Filho (1993).

Ora, a luta de classes é indispensável para se entender o caráter extraordinário do processo de concentração de renda e riqueza que ocorre no Brasil e na América Latina.²⁷ Este é precisamente o foco do trabalho de Ruy Mauro Marini. Ao eleger a superexploração da força de trabalho como característica distintiva do desenvolvimento brasileiro e latino-americano, ele pretende apontar um nível de desigualdade social acima daquela que é constitutiva do capitalismo como ordem social.

Sustenta-se aqui que a afirmação do caráter particularmente concentrador de renda a partir da evidência da superexploração da força de trabalho coloca um elemento a mais na discussão das possibilidades de desenvolvimento capitalista na periferia, independentemente da relevância que possa ter (e tem) a superexploração para a dinâmica da acumulação no centro do capitalismo.

5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Este capítulo recupera a formulação da superexploração do trabalho como marca do capitalismo periférico latino-americano nos termos de Ruy Mauro Marini. A recuperação é feita com ênfase nos efeitos da superexploração para a dinâmica da economia e para o processo de acumulação de capital, posto em âmbito nacional. Desta forma, propõe-se uma aproximação desta formulação com outras que tratam especificamente da dinâmica econômica.

A justificativa para essa proposição está colocada na insuficiência das análises do desenvolvimento brasileiro, que se sustentam parcialmente em Marx e privilegiadamente em Kalecki e Keynes. Embora sejam análises importantes para a apreensão da natureza do processo brasileiro de transição ao capitalismo, desconsideram aspectos essenciais para a compreensão da natureza particularmente desigual do desenvolvimento brasileiro.

Para Marini, a condição de superexploração está registrada historicamente em diferentes contextos históricos e formações sociais. Porém, na América Latina, esta condição não só esteve presente, como também se reproduziu, ganhando o sentido de especificidade. As razões estão apresentadas em passagens dos textos de Marini transcritas, relacionadas às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra.

Contudo, a tese da existência de superexploração como marca do desenvolvimento capitalista brasileiro, assim como no caso de outras formações sociais, exige determinações mais amplas que aquelas originalmente colocadas por ele.

27. Há referências a esse fenômeno em diversos trabalhos de intérpretes do desenvolvimento brasileiro – Caio Prado Jr., Francisco de Oliveira, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Ignácio Rangel e Fernando Henrique Cardoso – e também em trabalhos mais recentes – Arandia (1992), Almeida Filho (1994), Cardoso Jr. e Pochmann (2000), Ferreira (2000), entre outros. Portanto, trata-se de um fenômeno estrutural que afeta decisivamente a dinâmica de acumulação no Brasil.

Ressalte-se neste capítulo a importância de se incorporar a dimensão de regulação e operação do Estado, em razão da importância decisiva que esta instituição cumpre na dinâmica do capital e, portanto, para a reprodução das condições extraordinárias de concentração de renda e riqueza.²⁸

Nesse sentido, o artigo implicitamente sustenta que há elementos a serem trabalhados, sobretudo se a pretensão é de afirmar a existência contemporânea da superexploração como marca relevante do desenvolvimento brasileiro e latino-americano.

REFERÊNCIAS

ARANDIA, A. K. O mercado de trabalho nos tempos do Collor: um aumento dos “descamisados”. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 132-142, 1992.

ALMEIDA FILHO, N. Conceitos de padrão de acumulação, industrialização e desenvolvimento. **Economia**: ensaios, v. 8, n. 1, p. 3-18, dez. 1993.

_____. **Limites estruturais à política econômica no Brasil**. 1994. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. O ensino do tema desenvolvimento nas escolas brasileiras: eixos teóricos e proposições de políticas. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; SIQUEIRA, C. H. R. (Orgs.). **Complexidade e desenvolvimento**: diálogos para o desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2011. v. 3, p. 227-268.

ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, V. P. A Cepal ainda é uma escola de pensamento? **Revista de economia contemporânea**, v. 15, p. 92-111, 2011.

ARRIGHI, G. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E. (Org.). **O mundo depois da queda**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BONENTE, B. I. M. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

28. O livro de Joachim Hirsch, *Teoria materialista do Estado*, é certamente referência para essa incorporação. Ele sustenta que: “O aparelho de Estado é o terreno onde se gera uma regulação – pela força ou pelo consenso – das relações de classe, e onde pode surgir uma política do capital relativamente consistente que ultrapassa as relações concorrenciais existentes. No sistema de Estados refletem-se tanto as relações concorrenciais capitalistas, como as relações antagônicas de classe. Disso pode resultar uma dinâmica expansiva que não é produto direto dos interesses econômicos de valorização, como no caso do consenso social ser conseguido por meio de projeções sob o inimigo externo, ou quando problemas de legitimação interna são compensados por agressões externas. Isto é, o ‘comércio’ pode seguir inteiramente a bandeira” (2010, p. 215-216).

BONENTE, B. I. M.; ALMEIDA FILHO, N. Há uma nova economia do desenvolvimento? **Revista de economia**, Curitiba, v. 34, p. 77-101, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. **Revista de ciências sociais**, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982. Disponível em: <<http://www.bresser-pereira.org.br/papers/1982/82-SeisInterpretacoes.p.pg.pdf>>.

CARCANHOLO, M. D. **(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho**. Niterói: UFF, 2012. p. 8. Mimeografado.

CARDOSO, J. C.; POCHMANN, M. **Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930 a 2000**. Brasília; Campinas: Ipea; CESIT, 2000. Mimeografado.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. **Revista mexicana de sociología**, México, n. 23, p. 75, 1978. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/as_desventuras_da_dialetica.pdf>.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? *In*: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista pesquisa & debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

GORENDER, J. Apresentação. *In*: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 28, v. I, l. I.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010. p. 209-217.

KALECKI, M. **Ensayos sobre las economías en vías de desarrollo**. Barcelona: Crítica, 1980.

MALTA, M. M. Sentos do contraste: o debate distributivo no 'Milagre'. *In*: MALTA, M. M. (Coord.). **Ecoss do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Brasília: Ipea, 2011. p. 196-199.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 123-126.

_____. A crise do desenvolvimentismo. *In*: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. Memórias. **Escritos**, [s.d.]. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm>. Acesso em: 21 jan. 2012.

MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 193; 218-219, v. I, l. I. I.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. p. 113-114; 171-172, v. I, l. I.

_____. Salário, preço e lucro. *In*: _____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. p. 113-114.

MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 10/20.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar**. México: Miguel Angel Porrúa/ Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004. p. 36/90.

POCHMANN, M. Proteção social da periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

POSSAS, M. **Dinâmica e concorrência capitalista**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 24.

TAVARES, M. C. Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar. *In*: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 36-72.

TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. **A controvérsia sobre distribuição da renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 319 p.

TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WEISZFLOG, W. M. **Michaelis**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Edição on-line.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CASTELO, R. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo. **Revista mexicana de sociología**, México, número especial, p. 167-242, 1978. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm>.

VAISMAN, E. Marx e a filosofia: elementos para a discussão ainda necessária. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 327-341, maio-ago. 2006.

TEORIA MARXISTA DAS CRISES, PADRÃO DE REPRODUÇÃO E "CICLO LONGO"

Nilson Araújo de Souza

El conflicto entre las fuerzas impulsoras antagónicas se desahoga periódicamente mediante crisis. Estas siempre son sólo soluciones violentas momentáneas de las contradicciones existentes, erupciones violentas que restablecen por el momento el equilibrio perturbado (Marx, 1976, p. 320).

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo é parte integrante do marco teórico-metodológico da tese de doutorado intitulada *Crisis y lucha de clases en Brasil – 1974-1979*, defendida em 1980 na Facultad Nacional de Economía da Universidad Nacional Autónoma de México (Souza, 1980). Como o objeto de pesquisa da tese era a crise, foi necessário que o trabalho se apropriasse da elaboração teórica que havia sobre o tema.

Na tese, chegou-se à conclusão de que a teoria mais completa sobre as crises nas economias capitalistas era a de Marx. Já havia alguma elaboração anterior, particularmente de Malthus, Sismondi e Rodbertus, mas suas contribuições, ainda que pioneiras, ou por isso mesmo, conseguiam, no máximo, perceber aspectos da crise, nunca sua totalidade.

Posteriormente, entre final do século XIX e começo do XX, realizou-se um intenso debate sobre a teoria das crises, entre autores de filiação marxista ou nas suas proximidades. Mas, tal qual ocorreu com os predecessores de Marx, não se conseguiu ver a crise na sua inteireza, absolutizando-se aspectos dela. O próprio Keynes, tido como um dos grandes teóricos das crises, não teria chegado a suas formulações se não houvesse estudado a obra de Marx.

Contudo, como na obra de Marx não há sistematização, em um texto, capítulo ou mesmo livro, de suas contribuições à compreensão das crises capitalistas, tais contribuições se prestam a interpretações de todo tipo. Isto se traduz em várias "teorias marxistas" das crises, muitas das quais o próprio Marx em seu tempo já havia descartado como incorretas.

Assim, há a necessidade de partir de Marx com o máximo rigor possível. O critério fundamental é partir do princípio de que a única interpretação correta

da concepção marxista das crises é aquela que abrange o conjunto de suas contribuições à medula do pensamento marxista: a concepção materialista e dialética da história.

Ademais, ver-se-á que no marxismo o elemento central das crises é a tendência decrescente da taxa geral de lucro, que consiste na forma mais importante como opera a lei do valor sob o capital. Este é o elemento central, uma vez que, ao converter as possibilidades gerais de crises em crises reais, provoca a erupção no conjunto das contradições da produção burguesa.

A esse núcleo, incorporam-se, ao longo deste capítulo, diversos elementos que permitem a compreensão tanto das crises como do processo integral que conduz a elas. Foi assim que se sentiu a necessidade de, inspirando-se em Ruy Mauro Marini, desenvolver o conceito de padrão de reprodução do capital e vinculá-lo a uma concepção, formulada no começo do século XX, acerca da existência de um *ciclo longo* no capitalismo.

2 TEORIA MARXISTA DAS CRISES

Existe a ideia de que Marx nunca formulou uma teoria das crises. Em verdade, Marx nunca sistematizou uma *teoria das crises*, ainda que tenha elaborado uma concepção geral acerca destas. Tal concepção se desenvolve ao longo de toda a sua obra econômica, em vez de resumir-se em um lugar determinado dela. Isto reflete a própria concepção metodológica de Marx na sua aplicação ao estudo da sociedade capitalista.

A finalidade última de sua obra principal – *O capital* – é “descobrir a lei econômica que preside o movimento da sociedade moderna” (Marx, 1976, p. XV, tradução nossa). O roteiro para seus estudos é a sua concepção materialista e dialética da história. A essência deste método consiste em analisar todas as formas atuais em pleno movimento. Isto significa examiná-las do ponto de vista da sua superação histórica, ou seja, do ponto de vista de suas contradições. Assim, a investigação da lei econômica fundamental que preside o movimento da sociedade burguesa é a investigação das contradições desta sociedade e como elas operam; mais concretamente, o que é e como operam as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas.

Segundo Marx, “as crises do comércio mundial devem ser consideradas como a verdadeira contradição e ajuste forçado das contradições da economia burguesa” (Marx, 1975, p. 437, tradução nossa).¹ Neste sentido, sua investigação econômica,

1. Na mudança do auge para a crise, a queda da taxa de lucro, à medida que provoca a luta dos capitalistas para aumentar o grau de exploração do trabalho, pode desencadear um processo de luta dos trabalhadores; este pode intensificar-se quando estala a crise, a qual põe a nu as contradições da economia burguesa. Por sua vez, a queda da taxa de lucro provoca a luta interburguesa, cada um tentando manter sua taxa individual de lucro. Assim, deve-se entender *economia burguesa* no sentido geral de modo de produção burguês, unidade entre base material e superestrutura.

ao pretender descobrir as contradições da produção burguesa, constitui ao mesmo tempo o estudo das condições gerais das crises. Há, pois, que se rastrear toda a sua obra econômica para acompanhar o descobrimento da lei fundamental da economia burguesa, das contradições desta economia e da sua conexão com as crises econômicas. Por isto, são limitados os esforços que buscam uma *teoria das crises* em um capítulo de *O capital* (Marx, 1977b) ou nas *Teorias da mais-valia* (Marx, 1975), como se costuma fazer.

Na análise da mercadoria – forma elementar de riqueza das sociedades em que impera o regime capitalista de produção –, Marx (1976, p. 3) parte dos clássicos burgueses e, superando-os, descobre que a lei do valor é a que rege o movimento das economias que se baseiam na produção mercantil. Isto é assim porque é a ação do valor que converte em trabalho social os distintos trabalhos privados, contidos nos distintos valores de uso. Neste sentido, a ação do valor distribui o trabalho da sociedade em suas diversas esferas produtivas segundo as necessidades expressas por meio do mercado, ou seja, segundo o reconhecimento do trabalho privado como trabalho social.

Desse modo, o caráter social do trabalho só se revela em uma relação social em que uma mercadoria se compara com outra. O valor de uma mercadoria se manifesta assim na relação de intercâmbio com outra mercadoria, ou seja, em seu valor de troca. Esta é, pois, a forma necessária de manifestação do valor. Entretanto, esta relação necessária de manifestação do valor, entre mercadorias (coisas), reflete nada mais que uma relação social entre os distintos possuidores de mercadorias. O valor, ao converter os distintos trabalhos privados em trabalho social, cuida que se estabeleça a relação entre os distintos possuidores privados de mercadorias. É neste sentido que o valor é essencialmente uma relação social. Na medida em que na sociedade atual “a *forma mercadoria* é a forma geral em que se revestem os produtos do trabalho”, “a relação social preponderante é a relação de uns homens com outros como *possuidores* de mercadorias” (Marx, 1976, p. 26, tradução nossa).

Mas o valor atua precisamente em uma sociedade baseada na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho. Isto implica que somente *a posteriori* o trabalho incorporado como trabalho privado é reconhecido socialmente, o que torna possível o não reconhecimento de parte do trabalho privado incorporado. Isto se manifesta por meio de uma contradição inerente à mesma mercadoria entre os seus dois aspectos: valor e valor de uso. Esta contradição se manifesta externamente na contradição entre a mercadoria e o dinheiro. A mercadoria é desejada enquanto manifestação de determinado valor de uso; por sua vez, o dinheiro, produto necessário do processo de troca, funciona como materialização do trabalho abstrato, enquanto valor de troca. Há, pois, um

desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro, e este processo faz com que a antítese da mercadoria tome corpo na antítese entre mercadoria e dinheiro. “Nesta antítese, as mercadorias se confrontam, *como valores de uso*, com o *dinheiro*, *valor de troca*” (Marx, 1976, p. 65, tradução nossa).

Por que esse desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro constitui, por si só, uma antítese? Em um modo de produção de mercadorias, não há produção para autoconsumo, salvo nos espaços em que persistem modos de produção anteriores; a conversão do produto em dinheiro, ou seja, a venda, é uma condição indispensável. Mas, na medida em que o desdobramento da mercadoria empurra o valor a adquirir uma forma independente no dinheiro, este, produto de uma venda, não tem por que se converter imediatamente em mercadoria, ou seja, a venda não tem por que se completar com uma compra. Assim, a antítese mercadoria-dinheiro se manifesta na antítese venda-compra. Como se disse anteriormente, a origem deste fato é a “divisão do trabalho” que “converte o produto do trabalho em mercadoria, tornando necessária sua transformação em dinheiro. Ao mesmo tempo, faz com que o fato de que esta transubstanciação em dinheiro se efetue ou não seja um fato puramente casual” (Marx, 1976, p. 68, tradução nossa). A divisão do trabalho converte o produto do trabalho em mercadoria à medida que converte os produtores em produtores privados independentes.

A situação descrita se torna mais complexa quando o dinheiro, além de existir como meio de circulação, passa a atuar também como meio de pagamento. Neste caso, tendo em vista que os pagamentos compensam uns aos outros, o dinheiro só funciona idealmente, como dinheiro aritmético ou medida de valor, existência autônoma do valor de troca. Contudo, quando o mecanismo de compensação sofre uma perturbação, seja a que for, a necessidade do dinheiro se impõe. “O grito que agora ressoa de ponta a outra do mercado mundial é: não há mais mercadorias que não o dinheiro” (Marx, 1976, p. 95, tradução nossa). Aqui aparece de forma clara o divórcio entre mercadoria e dinheiro.

Verifica-se, assim, que existe a possibilidade de que não se complete a metamorfose da mercadoria (*M-D-M*), o que se complica mais ainda quando o dinheiro começa a funcionar como meio de pagamento. Ou seja, existe a possibilidade de que mercadorias produzidas não se vendam. Esta é uma condição geral para as crises. Segundo Marx,

não há crise a menos que a venda e a compra se separem entre si e entrem em conflito, ou que entrem em jogo as contradições contidas no dinheiro como meio de pagamento (...). Mas estas são nada mais do que *formas*, possibilidades gerais de crises, e também, então, formas abstratas de crise real. (...) Portanto, essas formas, por si só, não explicam por que se destaca seu aspecto crucial e por que a contradição potencial contida nelas se converte em uma contradição real (Marx, 1975, p. 439, tradução nossa).

Até agora a análise se manteve no domínio da produção simples de mercadorias. Com Marx, mostrou-se a contradição inerente à mercadoria, que define o marco geral para as crises, ou seja, as possibilidades gerais de crises. Os fatores que convertem estas possibilidades de crises em crises reais devem surgir, segundo Marx, na esfera da economia burguesa (Marx, 1975, p. 437-439).

Contudo, o modo de produção capitalista não é um mero modo de produção de mercadorias, ainda que a conversão de todos os produtos do trabalho, ou da maioria deles, em mercadorias somente aconteça no regime de produção capitalista. O objetivo perseguido pelo capitalista é a valorização de seu capital, ou seja, não é a simples produção de mercadorias, mas a produção de mercadorias que contenham mais trabalho que o pago por ele. Deste modo, "a produção de mais-valia, ao fabricar um excedente, é a lei absoluta deste modo de produção" (Marx, 1977b, p. 767, tradução nossa). Neste caso, o processo de produção capitalista não é a simples unidade contraditória do processo de trabalho e a criação de valor, mas a unidade contraditória do processo de trabalho com a criação de mais-valia (valorização do capital).

Portanto, a forma específica como a lei do valor funciona sob o modo de produção capitalista é a produção de mais-valia, lei absoluta deste modo de produção. A lei do valor capitalista é a lei da mais-valia. Deste modo, o valor, que é uma relação social entre distintos possuidores privados de mercadorias, assume uma determinação específica no modo de produção capitalista: é sobretudo a relação entre o possuidor dos meios de produção e de vida e o possuidor da força de trabalho; é a mais-valia que se extrai desta relação no processo de produção; é, de um lado, a valorização do valor, o acréscimo do capital e, de outro, a exploração do trabalho; é, por conseguinte, o próprio capital, que só é capital na medida em que se autovaloriza e explora. Neste sentido, o capital, como materialização do valor na sociedade burguesa, é essencialmente uma relação social de produção e exploração.

Mas, não é somente isto.

O capital como valor que se valoriza não só implica relações de classe, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho como trabalho assalariado. É um movimento, um processo cíclico através de distintas fases, que por sua vez encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isto, somente se pode concebê-lo como *movimento* e não como uma coisa estática (Marx, 1977b, p. 123, tradução nossa, grifo nosso).

Ainda que não se confunda com o dinheiro ou com os meios de produção, em seu movimento, enquanto relação social, valor que se valoriza, o capital tem que passar continuamente por estas formas, ora manifestando-se como dinheiro na circulação, ora como meios de produção e força de trabalho no processo produtivo, ora como mercadoria na circulação. Assim, "o processo global aparece como unidade dos processos de produção e circulação; o de produção se torna mediador do

de circulação e vice-versa” (Marx, 1977b, p. 117, tradução nossa). Este movimento contínuo do capital constitui seu processo de reprodução. “O processo de reprodução do capital abarca tanto esse processo direto de produção como as fases do processo de circulação propriamente dito” (Marx, 1977b, p. 429, tradução nossa).

Assim, por um lado, os processos de produção e circulação constituem uma unidade. Isto significa que enquanto modo de produção de mercadorias, e de mercadorias que contenham sobretrabalho, o capitalismo só existe à medida que as mercadorias se realizam, realizando igualmente a mais-valia. Marx (1977b, terceira seção) demonstra por meio dos esquemas de reprodução que esta possibilidade de realização, isto é, esta possibilidade de unidade entre o processo de produção e o de circulação, existe. Tal unidade supõe o cumprimento de determinados requisitos na relação entre os setores básicos da economia: o produtor de meios de produção e o produtor de bens de consumo.

Mas a unidade entre os dois processos é uma unidade contraditória. Segundo Marx,

os economistas que negam as crises afirmam, então, somente a unidade das duas fases. Se só estivessem separadas, sem ser unidade, sua unidade não poderia ser estabelecida pela força, e não haveria crises. Se só fossem unidade, sem estarem separadas, não haveria separação violenta que implicasse crise. A crise é o estabelecimento forçado da unidade entre elementos que se independizaram, e a separação forçada, de um ou de outro, de elementos que em essência são um só (Marx, 1975, p. 440, tradução nossa).

A contraditoriedade da unidade entre os dois processos faz com que o equilíbrio entre os setores da produção seja meramente casual. Marx explica-o assim:

o fato de que a produção mercantil é a forma geral da produção capitalista implica já o papel que o dinheiro desempenha nesta, não só como meio de circulação, mas também como capital-dinheiro, e gera certas condições, assim, do desenvolvimento normal da reprodução, seja em escala simples, seja em escala ampliada, as quais se dividem em outras tantas condições do desenvolvimento anormal, possibilidades de crises, uma vez que o equilíbrio mesmo – dado a configuração espontânea desta produção – é algo casual (Marx, 1977b, p. 604, tradução nossa).

Deste modo, Marx demonstra como as possibilidades gerais de crises, presentes na contradição inerente à mercadoria – que se desenvolve na contradição entre a mercadoria e o dinheiro, e na contradição venda-compra –, se reproduzem na produção capitalista na contradição entre o processo de produção e o de circulação. Esta contradição resulta de que a produção é espontânea, ou seja, baseia-se na divisão social do trabalho fundada na propriedade privada, na anarquia da produção. Dito de outro modo, a anarquia da produção cria a possibilidade de ruptura entre produção e circulação, estabelecendo assim o marco geral – as possibilidades abstratas – para as crises.

Com esses argumentos, Marx refuta tanto a posição dos ricardianos, que não viam a possibilidade de ruptura entre produção e consumo, quanto a de Sismondi, Malthus e Rodbertus, para os quais o capitalismo nunca poderia realizar integralmente sua produção. No entanto, a primeira posição é ressuscitada posteriormente por Tugán-Baranovski, Rudolf Hilferding e Otto Bauer, que buscam mesclá-la com o marxismo, enquanto a outra foi trazida à tona pelos populistas russos (os *narodniks*) e Rosa Luxemburgo.

Tugán chega à conclusão de que o capitalismo não se depara com um problema de realização; não há contradição entre produção e consumo (Tugán-Baranovski, 1978a).² Vai mais longe ainda ao afirmar que a produção pode crescer indefinidamente, ainda que se restrinja o consumo final. Para ele, o único critério é que se mantenha a proporção devida entre os distintos setores da produção. A restrição da demanda final de meios de consumo não implica um problema para a economia capitalista porque: “a ampliação da produção, ou o consumo produtivo dos meios de produção, ocupa o lugar do consumo humano, e tudo transcorre tão sem fricções como se fosse a economia que servisse ao homem, e não o homem que servisse à economia” (Tugán-Baranovski, 1978b, p. 255-256, tradução nossa). “Em consequência, a acumulação do capital pode estar acompanhada de um retrocesso absoluto do consumo social. Um descenso *relativo* do consumo social – em relação à soma total do produto social – é, em todo caso, inevitável” (*op. cit.*, p. 271).

Para chegar a essas conclusões, Tugán supõe que a economia capitalista assimila o trabalhador aos meios de produção – portanto, o consumo da máquina pode substituir sem problemas o consumo do trabalhador – e que não se dirige a atender às necessidades sociais, mas se orienta para si mesma, para a própria produção.

Esta concepção de Tugán – de que com uma distribuição proporcional da produção desaparece a contradição produção-consumo – é, de algum modo, retomada por autores marxistas como Rudolf Hilferding (1973, quarta parte) e Otto Bauer (1978, p. 339-364), que buscaram introduzir a teoria de Tugán pela janela do marxismo, aproximando-se assim do ecletismo e do pensamento burguês. Hilferding, no capítulo dedicado a examinar as condições gerais das crises, faz uma série de considerações sobre as possibilidades abstratas de crises, que recuperam, de maneira magnífica, a posição de Marx sobre esta questão. Contudo, não leva

2. Segundo ele, essa conclusão não faz mais que provar um princípio “simples” da produção capitalista: “o princípio de que a produção capitalista cria um mercado para si mesma. Se é possível ampliar a produção social, se as forças produtivas são suficientes para isso, dada a distribuição proporcional da produção social, a demanda também deve experimentar uma ampliação correspondente, pois sob estas condições qualquer nova mercadoria produzida representa um poder aquisitivo novo surgido para a compra de outras mercadorias” (Tugán-Baranovski, 1978a, p. 269, tradução nossa).

estas considerações às últimas consequências; ao contrário, dedica-se a demonstrar, como Tugán, que, se obtida uma proporção adequada entre os setores da produção, desaparece a possibilidade de sobreprodução e subconsumo. Para tanto, recorre igualmente aos esquemas de reprodução de Marx.

Sua conclusão é a seguinte:

É evidente que as relações de proporção, tal como têm que reinar em sua totalidade entre as indústrias de meios de produção e as de bens de consumo, têm que existir em forma análoga para todos os ramos individuais da produção. Mas, ao mesmo tempo, esses esquemas mostram que à produção capitalista pode suceder tranquilamente uma reprodução tanto em escala simples como em escala ampliada se se mantêm unicamente estas proporções (...) Tampouco se deduz dos esquemas em si a possibilidade de uma superprodução geral de mercadorias; ao contrário, resulta possível toda a expansão da produção que pode ocorrer com as forças produtivas existentes (Hilferding, 1973, p. 286, tradução nossa).

Tugán e Hilferding dizem que, se são mantidas certas proporções na produção social, esta se realiza integralmente. Otto Bauer vai mais longe: afirma explicitamente que os esquemas de reprodução utilizados para fazer esta demonstração correspondem à realidade capitalista.

Como queira que se entrelacem e entrecruzem-se as circulações dos diversos capitais individuais, continua de pé o fato de que a realização de $(\alpha + \beta)$ [parte acumulada de mais-valia] tem lugar de forma simultânea com o investimento produtivo do novo capital formado ou, dizendo melhor, que leva a cabo nela e através dela. Em tal medida, nosso esquema é uma imagem fiel da realidade. Ele demonstra que também a parte da mais-valia destinada a ser acumulada se realiza na própria esfera capitalista (Bauer, 1978, p. 357, tradução nossa).

A postulação básica dos autores mencionados, como visto, consiste no desaparecimento da possibilidade de ruptura entre a produção e o consumo na medida em que se consiga uma distribuição proporcional da produção. Tugán afirma que isto é possível porque a produção capitalista cria o seu próprio mercado, e, dada a restrição do consumo pessoal que o caracteriza, a expansão do mercado de meios de produção compensa esta restrição, o que seria possível porque a economia capitalista é uma economia orientada à produção pela produção.

É evidente que o próprio desenvolvimento do capitalismo vai criando mercado para a sua produção. De um lado, o desenvolvimento da acumulação cria mercado entre as próprias empresas para os meios de produção e, de outro, produz salários para os trabalhadores e mais-valia para os capitalistas, parte da qual se gasta em consumo pessoal. Mas tudo isto só revela a possibilidade geral de realização de todo o produto social; não garante *a priori* esta realização, pois a mesma unidade entre o processo de produção e o de circulação pressupõe uma contradição, que pode causar a ruptura entre os dois processos.

Tal contradição, como assinala Marx, está presente no próprio desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro. A troca de mercadorias por dinheiro não garante que este se destine, no momento seguinte, à compra de novas mercadorias. Tugán não vê esta contradição porque, como os clássicos, concebe o dinheiro como mero meio de troca, acabando por identificar a troca capitalista com uma troca direta. Tal contradição significa que há, no capitalismo, uma contradição entre produção e consumo, que foi desconsiderada pelos autores em questão.

Quanto à compensação do mercado de meios de consumo pelo de meios de produção, Tugán chega a essa conclusão porque parte de uma concepção incorreta da relação entre o setor produtor de meios de produção e o produtor de meios de consumo. Conforme visto, o desenvolvimento da acumulação capitalista ocorre em paralelo à elevação da composição orgânica do capital. Isto traz como resultado que o setor produtor de meios de produção deva desenvolver-se mais rapidamente que o produtor de meios de consumo.³ Desta forma, o desenvolvimento do setor de meios de produção apresenta relativa autonomia em relação ao consumo final. Se somente existe autonomia, Tugán teria razão.

Mas seria falso conceber esta “independência” no sentido de uma separação completa entre o consumo produtivo e o consumo individual: o primeiro pode e deve aumentar mais rapidamente que o segundo (a isto se limita, na realidade, a tal “autonomia”), mas é evidente que em última instância o consumo produtivo não pode desligar-se nunca do consumo individual (Lenin, 1976a, p. 513).

Isso é assim porque o aumento da produção de meios de produção incide, em última instância, no aumento da produção de meios de consumo. Contudo, como a elevação da composição orgânica implica crescimento do capital variável e da massa de mais-valia – e, por isto, da massa de mais-valia consumida – inferior ao crescimento da acumulação, a expansão da demanda de bens de consumo deve se dar em um grau inferior à expansão da acumulação. Assim, ainda que o setor de meios de produção se expanda mais rapidamente que o de meios de consumo, isto não se traduz em compensação. Neste processo está, uma vez mais, presente a contradição entre produção e consumo. Subsiste a antítese entre produção e consumo desconsiderada pelos autores em questão. Neste sentido, não basta uma proporção adequada entre os setores produtivos para garantir a realização integral do produto social. Segundo Lenin,

inclusive supondo-se que a reprodução e a circulação do capital social em seu conjunto se desenvolvam de um modo normal e proporcional, fica ainda de pé como algo inevitável a contradição existente entre o crescimento da produção e o

3. A respeito de o crescimento da composição orgânica e o processo de acumulação ocorrerem mais rapidamente no setor de meios de produção que no de meios de consumo, ver Lenin (1976a, p. 511-513).

marco limitado dentro do qual se desenvolve o consumo (Lenin, 1976b, p. 504, tradução nossa).⁴

Assim, ser precisamente uma economia orientada a si mesma – para a produção do capital, ou seja, para a sua própria produção – está na origem dos problemas do capitalismo. De um lado, o capital busca produzir o máximo de mais-valia.⁵ De outro, para lograr este objetivo, necessita realizar sua produção e então enfrenta o consumo restringido pela elevação da composição orgânica e da taxa de mais-valia. Tugán não vê esta contradição por não entender a dependência que, em última instância, vincula o setor de meios de produção ao consumo final. Contudo, esta contradição aguça a contradição geral existente entre produção e consumo, e desenvolve, ainda mais, as condições para as crises; mas ainda não diz nada sobre as causas imediatas das crises.

No entanto, como visto, não existe apenas a contradição e a separação entre produção e consumo; esta contradição se completa com sua unidade, o que não é entendido pelos populistas russos e Rosa Luxemburgo. Esta, particularmente, em justo intento de criticar os desproporcionalistas, que postulavam a unidade completa entre produção e consumo, acabou resvalando ao outro extremo, chegando à conclusão de que só existe contradição. Rosa Luxemburgo, como Tugán-Baranovski, parte dos esquemas de reprodução de Marx para investigar a acumulação de capital. A pergunta crucial é como, na reprodução ampliada do capital, se realizam as mercadorias. Para ela, o problema não se coloca quando se examina a reprodução simples. Aqui, as mercadorias que compõem os meios de produção são compradas pelo capital constante para repor os meios de produção consumidos; as que compõem os meios de vida dos trabalhadores são compradas pelo capital variável desembolsado no pagamento de salários; e as que correspondem à parte do valor plasmada na mais-valia são compradas pelos capitalistas para seu consumo pessoal.

O problema começa com a reprodução ampliada, ou seja, quando ocorre a acumulação do capital. Neste caso, ademais das mercadorias destinadas a reproduzir a população – meios de vida para os trabalhadores e para os capitalistas – e a repor os meios de produção consumidos, deve haver

uma porção de mercadorias que encerrem essa parte inapreciável de mais-valia arrancada dos trabalhadores, na qual reside, como dizíamos, a razão de ser vital do capitalismo: o lucro destinado à capitalização, à acumulação. Que classe de mercadorias

4. Em um artigo de crítica a Tugán-Baranovski e Bulgakov (outro “desproporcionalista” russo), Lenin volta a sustentar a contradição entre produção e consumo sob o capitalismo: “Entretanto, o capitalismo leva sempre implícita, de uma parte, a tendência à ampliação ilimitada do consumo produtivo, à ampliação ilimitada da acumulação e da produção e, de outra parte, a tendência à proletarização das massas do povo, que traça limites bastante estreitos à ampliação do consumo individual” (Lenin, 1976c, p. 498).

5. Conforme será visto adiante.

são estas e quem oferece demanda para elas na sociedade, ou quem as toma dos capitalistas, permitindo-lhes, por fim, embolsar em dinheiro contado e sonante a parte primordial de seus lucros? (...) Com isto, tocamos no verdadeiro núcleo do problema da acumulação (...) (Luxemburgo, 1978, p. 378, tradução nossa).

O verdadeiro problema da acumulação seria, pois, como se realiza a parte das mercadorias em que se plasma a porção da mais-valia destinada à acumulação. Em essência, o problema é idêntico ao levantado por Malthus, Sismondi e os *narodniks* russos. Luxemburgo descarta os trabalhadores, supondo que estes recebem um salário que corresponde ao mínimo indispensável para viver. Descartam-se também os capitalistas, tendo em vista que estes não podem consumir integralmente a mais-valia, devendo destinar uma parte à acumulação. Quanto aos setores “improdutivos” da sociedade, que é a saída dada por Malthus,

esses setores não contam nem podem contar, do ponto de vista econômico, para o capital global da sociedade como classe especial de consumidores, porque não possuem potencial aquisitivo próprio, estando já compreendidos no consumo das duas grandes massas: a dos capitalistas e a dos trabalhadores (Luxemburgo, 1978, p. 378).

A própria Rosa Luxemburgo dá uma solução para o problema:

Acaso não serão também os capitalistas os consumidores recíprocos do resto das mercadorias para as quais buscamos uma saída, não para comê-las, certamente, senão para pô-las a serviço da nova produção, ao serviço da acumulação? Contudo, para isto seria necessário que aquelas mercadorias não fossem precisamente artigos de luxo destinados ao consumo privado dos capitalistas, mas meios de produção de todo gênero (novo capital constante) e meios de subsistência para a classe trabalhadora (Luxemburgo, 1978, p. 380).

Aqui, supõe-se que Rosa Luxemburgo supera o erro básico de Malthus, Sismondi e dos *narodniks*. A causa última deste erro está em que eles partem do dogma smithiano de que o valor do produto global se “resolve” nas rendas.⁶ Não se considera que parte do produto circula continuamente no interior da produção para conservar e ampliar o capital constante. Ora, se o valor de todo o produto se resolve em rendas e parte destas – daquela de que se apropria a classe capitalista – se desvia para o exterior da produção capitalista ou se poupa, parte do produto global fica sem saída.

Essa é uma colocação essencialmente incorreta. Se se considera somente a reprodução simples, parte do valor global corresponde ao valor dos meios de produção transferido às novas mercadorias e deve destinar-se a comprar novos meios de produção para substituir os que se desgastaram. Contudo, a acumulação de capital é a conversão da mais-valia em capital constante novo e capital variável novo; ou seja, se se considera o processo de trabalho, a acumulação é o aumento

6. Ver a crítica de Lenin a respeito em Lenin (1976a, p. 484; 1976c, p. 500; 1976d, p. 508).

dos meios de produção e de força de trabalho. Como reconhece Luxemburgo, isto significa que parte da mais-valia acumulada corresponde aos meios de produção adquiridos para garantir a continuidade da acumulação; a outra parte destina-se à compra de força de trabalho nova, que por sua vez reverte seus salários em meios de vida novos. A soma dos novos meios de produção e de vida deve corresponder à soma da mais-valia – plasmada em mercadorias – que deve ser acumulada.

Com isto, se pode pensar que está resolvido o problema, sobretudo se se considera que a parte da mais-valia poupada pelos capitalistas, em vez de se desviar da realização, realiza meios de produção e meios de vida para os trabalhadores. Mas, para Luxemburgo, esta solução é provisória porque não faria mais que mitigar a dificuldade. Como a produção capitalista pressupõe vender um volume cada vez maior de mercadorias no ano seguinte, sempre haverá uma massa incrementada de mercadorias. Seguindo o raciocínio anterior, a realização da produção incrementada vai depender crescentemente da acumulação, da compra de meios de produção e de força de trabalho, e assim de meios de vida. Para Luxemburgo, seria um absurdo admitir que a acumulação capitalista e a conseqüente realização tivessem que depender de que os capitalistas, como classe, fossem sempre os consumidores de suas próprias mercadorias (Luxemburgo, 1978, p. 380).

Essa preocupação não parece ter fundamento: se logicamente a solução proposta é válida para um ano, por que não haveria de sê-lo para os demais? Ademais, esta solução não depende de que os capitalistas sejam consumidores de suas próprias mercadorias. Depende de que as mercadorias em que está plasmada a mais-valia sejam demandadas pela nova acumulação. Deve-se também considerar que a produção capitalista não está preocupada com quem são os seus compradores, sejam capitalistas ou trabalhadores, ou outros setores da sociedade. O aumento das compras dos capitalistas – não como consumidores individuais, mas como personificação do capital – e a possibilidade de a realização depender destas compras em nada afetam a produção de mais-valia e da acumulação, em virtude de a mais-valia não se extrair na realização, mas na produção. Além disso, como já assinalado, tal fato é imanente à acumulação capitalista, na medida em que reflete o contínuo aumento da composição orgânica do capital.

Não se quer com isto postular que toda a produção capitalista sempre encontra saída. Parece justo o objetivo de Luxemburgo de destruir a concepção que defende a unidade completa entre a produção e a realização, já criticada no parágrafo anterior. O problema de Luxemburgo é que, em seu justo objetivo de provar a falsidade desta concepção, acabou exagerando e defendendo a separação completa entre a produção e a realização. Para Marx, ambos os processos estão ao mesmo tempo unidos e separados, formando um todo contraditório. Em outras palavras, existe a possibilidade de realização integral da produção capitalista

dentro do próprio regime capitalista, mas nada além desta possibilidade. Segundo adverte Lenin,

todos eles (ou seja, todas as partes do produto social; seja constante, variável ou mais-valia, sejam de produção e meios de consumo) se realizam entre “dificuldades”, através de constantes oscilações, cada vez mais fortes à medida que se desenvolve o capitalismo (Lenin, 1976d, p. 486, tradução nossa).⁷

A saída que Luxemburgo “descobre” para o capitalismo é a mescla com modos de produção não capitalistas, mas não à maneira de Malthus. Enquanto este via tal solução como definitiva, aquela a via como fazendo parte do processo de ampliação das contradições capitalistas. Isto porque a própria penetração do capitalismo nestes modos de produção tenderia a dissolvê-los, erigindo ante o capital o mesmo problema de falta de realização. Mas tampouco a solução de Luxemburgo tem lógica: as esferas ou países não capitalistas só podem comprar mercadorias dos capitalistas se estes fornecem o dinheiro necessário, quer dizer, se também lhes compram produtos, transformados assim em mercadorias. Volta-se ao mesmo problema que Luxemburgo enfrentava a princípio: o dinheiro para comprar as mercadorias capitalistas tem origem nos capitalistas. Isto é assim porque o problema da realização é um problema teórico geral, abstrato, que vale tanto para um país como para o mundo inteiro, e por isso não se resolve introduzindo-se o *comércio exterior*, que é um problema histórico concreto (Lenin, 1976b, p. 504).

Retomando então nossa linha de argumentação: na unidade contraditória entre o processo de produção e o de circulação estão as possibilidades gerais das crises, mas não a crise em si. A ruptura entre estes dois processos se manifesta na sobreprodução, que é o fenômeno básico da crise. O que provoca a superprodução? “Portanto, não pode [Ricardo] admitir que esse modo de produção burguês contenha uma barreira para o livre desenvolvimento das forças produtivas, uma barreira que aparece na superfície das crises, em especial, na *superprodução*, fenômeno básico das crises” (Marx, 1975, p. 451, tradução nossa). Para Marx, na medida em que o modo de produção capitalista não tem como objetivo a satisfação das necessidades de consumo das massas, senão a valorização cada vez maior do capital, a barreira ao livre desenvolvimento das forças produtivas está no lucro.

O desenvolvimento incondicional das forças produtivas, e portanto da produção em massa, sobre a base de uma massa de produtores que se encontram contidos dentro dos limites dos meios de subsistência necessários, por um lado, e, por outro, a barreira erigida pelo lucro dos capitalistas [constituem] a base da sobreprodução moderna (Marx, 1975, p. 452, tradução nossa).

Mas o capitalismo requer e promove o amplo desenvolvimento das forças produtivas. O capital necessita, cada vez mais, autovalorizar-se. Para isto, requer o

7. Para uma crítica mais sistemática das postulações de Rosa Luxemburgo, ver Bujarin (1974).

máximo de mais-valia. No entanto, os métodos de extrair mais-valia baseados na mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho) e no pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor (superexploração) enfrentam-se com limites objetivos na própria sobrevivência e resistência do trabalhador. O capital tem, pois, que revolucionar os métodos de produção, como forma de baratear as mercadorias e conseqüentemente desvalorizar a força de trabalho,⁸ aumentando a taxa de mais-valia via mais-valia relativa.

Ademais, cada capitalista individual, em concorrência com os demais capitalistas, está sempre buscando formas de apropriar-se de mais-valia extraordinária. Isto o obriga a revolucionar seu modo de produção, mediante a incorporação de novas tecnologias. Em um primeiro momento, enquanto mantém o monopólio do novo método de produção, sua mercadoria individual se reproduz a um valor inferior ao valor social do ramo, o que permite a apropriação de mais-valia extraordinária, estimulando assim os demais capitalistas de seu ramo a adotarem novos métodos. Assim, o modo de produção capitalista tem como missão e necessidade revolucionar constantemente seu próprio modo de produção, ou seja, deve desenvolver constantemente as forças produtivas da sociedade.

Todavia, o objetivo supremo da produção capitalista é a produção do próprio capital, para o qual requer a produção ampliada de mais-valia. Mas, quando se trata de valorização do capital, o que importa é a valorização do conjunto do capital adiantado. Aqui, a relação que importa não é a taxa de mais-valia, que expressa o grau de exploração do trabalho, ou seja, a que se estabelece entre a mais-valia e a parte do capital adiantada em força de trabalho (o capital variável). “A mais-valia, qualquer que seja a sua origem, é um excedente além do capital global adiantado. Este excedente se acha, assim, com o capital global em uma relação que se expressa mediante a fração $mv / C = mv / (c + v)$, à diferença da taxa de mais-valia mv / v ” (Marx, 1976, p. 49, tradução nossa).⁹

Deve-se agora demonstrar em que sentido o movimento do capital, em função da taxa de lucro, levanta uma barreira ao livre desenvolvimento das forças produtivas, expressando-se em superprodução.

A taxa de lucro é função principalmente da taxa de mais-valia e da relação entre o capital constante (capital adiantado em meios de produção) e o capital variável (capital adiantado em força de trabalho). A esta relação Marx chama composição orgânica do capital. A dependência da taxa de lucro em relação à taxa de mais-valia e à composição orgânica do capital se pode demonstrar matematicamente:

8. Para abater o valor da força de trabalho, a produtividade deve desenvolver-se nos ramos cujos produtos determinam, direta ou indiretamente, o referido valor.

9. Na equação, mv significa mais-valia; c , capital constante; v , capital variável; g , taxa de lucro; e mv' , taxa de mais-valia.

$$g' = \frac{mv}{C} = \frac{mv}{c+v} = \frac{\frac{mv}{v}}{\frac{c}{v}+1} = mv' \cdot \frac{1}{\frac{c}{v}+1}$$

A taxa de lucro é função direta da taxa de mais-valia e função inversa da composição orgânica do capital.

A fórmula da taxa de lucro apresentada só é válida para um único período de rotação do capital. Quanto mais vezes o capital gira ao ano, tanto mais vezes voltará ao processo de produção e tanto maior – mantendo-se constantes as demais circunstâncias – será a mais-valia apropriada. Desse modo:

Para que a fórmula da taxa de lucro anual se torne exata, devemos utilizar a taxa anual de mais-valia em lugar da taxa simples de mais-valia, ou seja, devemos empregar MV' , ou bem $mv'n$, em lugar de mv' . Em outras palavras, devemos multiplicar mv' , a taxa de mais-valia – ou, o que leva ao mesmo resultado, a parte variável do capital v , contida em C – por n , número de rotações deste capital variável ao ano, e obteremos assim:

$$g' = mv'n \frac{v}{C}$$

que constitui a fórmula de cálculo da taxa anual de lucro (Marx, 1976, p. 88, tradução nossa).¹⁰

A revolução dos métodos de produção, ou seja, no próprio modo material de produção, resultado necessário do desenvolvimento capitalista, tem dois aspectos: de um lado exige como condição o aumento da massa de maquinaria aplicada, assim como seu contínuo aperfeiçoamento; de outro, requer, como consequência, a elaboração, no mesmo espaço de tempo, de um maior volume de matérias-primas. “Mas seja *condição ou consequência*, o volume crescente da magnitude dos meios de produção, comparado com o da força de trabalho incorporada a eles, expressa a *produtividade crescente do trabalho*” (Marx, 1976, p. 772-773, tradução nossa). Isto implica um aumento da composição técnica do capital. Por sua vez,

essa mudança na composição técnica do capital, *o acréscimo operado na massa dos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que a põe em atividade*, reflete-se na composição do valor do capital, no aumento que experimenta a parte constitutiva constante do valor do capital a expensas de sua parte constitutiva variável (Marx, 1976, p. 774, tradução nossa).

Contudo, o acréscimo da composição orgânica (unidade da composição técnica e a de valor) é inferior ao da composição técnica, em razão de o próprio desenvolvimento da produtividade baratear os elementos individuais do capital constante.

10. Ou $g' = mv' \frac{1}{\frac{c}{v} + 1}$.

Ademais, o desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que aumenta a massa e a taxa de mais-valia, acelera a acumulação de capital. Esta, por sua vez, promove a concentração e a centralização do capital, as quais são ademais estimuladas pela concorrência, pelas crises e pelo crédito. O resultado de tudo isto é um novo desenvolvimento da produtividade e, por conseguinte, uma aceleração do aumento da composição orgânica do capital.

Segundo Marx, o resultado desse processo de desenvolvimento das forças produtivas e da elevação da composição orgânica é a queda tendencial da taxa de lucro.

A lei da taxa decrescente do lucro, na qual se expressa a mesma taxa ou inclusive uma taxa crescente de mais-valia, em outras palavras: tomando uma quantidade determinada qualquer do capital social médio, por exemplo um capital de 100, uma parte constantemente maior do mesmo constitui meios de trabalho, e uma parte constantemente menor do mesmo constitui trabalho vivo. Visto que, desta maneira, a massa global do trabalho vivo agregado aos meios de produção diminui em relação ao valor dos meios de produção, também diminui o trabalho não pago e a parte do valor na qual se representa, em relação ao valor do capital global adiantado. Ou de outra maneira: uma alíquota constantemente mais reduzida do capital global desembolsado se transforma em trabalho vivo, motivo pelo qual este capital global absorve cada vez menos mais-valia em proporção à sua magnitude, em que pese que a proporção entre a parte não paga do trabalho empregado e a parte paga do mesmo possa crescer ao mesmo tempo (Marx, 1976, p. 275, tradução nossa).

A pergunta crucial a ser respondida é a seguinte: uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas, do mesmo modo que provoca a elevação da composição orgânica do capital, traz junto também o aumento da taxa de mais-valia – ao baratear as mercadorias que determinam a reprodução da força de trabalho –, como se pode garantir que ainda assim a taxa de lucro vai cair, ou seja, como se pode ter segurança de que o aumento da taxa de mais-valia não contra-arresta o aumento da composição orgânica? A partir desta colocação, alguns autores concluem que a direção que deve mudar a taxa de lucro torna-se indeterminada,¹¹ enquanto outros vão mais longe e extraem uma concepção de elevação da taxa de lucro.¹² O próprio Marx já havia respondido a esta objeção. Segundo ele, a desvalorização da força de trabalho atua como fator contra-arrestante da queda da taxa de lucro, mas não elimina esta tendência. Há, fundamentalmente, dois argumentos que apoiam esta conclusão.

1. O aumento da composição orgânica do capital só se reflete em uma taxa de lucro decrescente se o aumento da taxa de mais-valia se expressa em uma massa de mais-valia decrescente por unidade de capital adiantado, ainda que a massa absoluta aumente. Segundo Marx, a massa de mais-

11. Ver Sweezy (1974) e Napoleoni (1978).

12. Ver Moszkowska (1978) e Tugán-Baranovski (1978b).

valia gerada pelo capital de uma dada magnitude é produto de dois fatores: a taxa de mais-valia multiplicada pelo número de trabalhadores que se emprega com a taxa dada. Sabe-se que as mesmas causas – desenvolvimento da produtividade e elevação da composição do capital – que elevam a taxa de mais-valia fazem diminuir a massa da força de trabalho empregada por um dado capital. Portanto, para que a massa de lucro gerada por um capital de dada magnitude não caia, é necessário que o aumento do grau de exploração, expresso na taxa de mais-valia, compense a queda do número de trabalhadores. Contudo, assim como a jornada de trabalho tem limites máximos, também a parte da jornada destinada a reproduzir o valor da força de trabalho tem limites mínimos. A partir de certo ponto, se o capital segue substituindo o trabalho vivo pelo trabalho morto, a compensação da restrição relativa – por um capital de dada magnitude – do número de trabalhadores pelo aumento da taxa de mais-valia encontra limites, a partir do qual a massa de mais-valia por unidade de capital dado começa a cair.

Dois operários que trabalham 12 horas diárias não podem produzir a mesma taxa de mais-valia que 24 trabalhadores que só trabalham duas horas cada qual, inclusive se pudessem viver de ar, de modo que não teriam em absoluto que trabalhar para eles mesmos. Por isto, neste aspecto da compensação da minguagem no número de trabalhadores mediante o aumento do grau de exploração do trabalho encontra certos limites insuperáveis; portanto, pode certamente obstaculizar a queda da taxa de lucro, mas não anulá-la (Marx, 1976, p. 318).

2. Deve-se considerar que a desvalorização da força de trabalho e, assim, o aumento da taxa de mais-valia, sob a forma de mais-valia relativa, não ocorre no mesmo grau em que aumenta a produtividade do trabalho. Pode-se encontrar em Marx três tipos de razão para isto, a saber:
 - a) “este crescimento da força produtiva aumenta igualmente a relação entre o capital constante e o variável em todos os ramos da indústria que não produzem meios de subsistência (seja de modo direto ou indireto), sem provocar alteração alguma no valor do trabalho” (Marx, 1975, p. 247, tradução nossa).¹³ Ou seja, pode haver um desenvolvimento da produtividade que implique elevação da composição do capital sem afetar a taxa de mais-valia. Isto é tanto mais atual no capitalismo moderno, que desenvolve em grande medida um setor produtor de bens de luxo que não entram, nem direta ou indiretamente, no consumo do trabalhador.

13. Aqui, quando Marx se refere ao *valor do trabalho*, está tratando, na verdade, do *valor da força de trabalho*.

- b) “A natureza da produção capitalista faz com que se desenvolva a indústria mais rapidamente que a agricultura. Isto não se deve à natureza da terra, senão ao fato de que, para ser explorada em verdade de acordo com a sua natureza, a terra exige relações sociais distintas” (Marx, 1975, p. 247-248, tradução nossa). Um fator adicional é que, em razão da propriedade do solo, os produtos agrícolas não entram para a nivelção da taxa de lucro, sendo vendidos, em geral, acima de seu preço de produção. Contudo, de um lado a produção agrícola não se barateia ao mesmo ritmo do desenvolvimento das forças produtivas industriais e, de outro, o valor da força de trabalho depende, em grande medida, dos produtos agrícolas.
- c) “por exemplo, os próprios trabalhadores, ainda que não possam impedir as reduções do salário (real), não permitem que se reduza ao mínimo absoluto; ao contrário, logram certa participação quantitativa no crescimento geral da riqueza” (Marx, 1975, p. 257, tradução nossa). Isto é coerente com a teoria de que o valor da força de trabalho, além do mínimo físico de sobrevivência do trabalhador e de sua família, incorpora um componente moral-social, que varia com o grau de desenvolvimento social. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas possui um efeito contraditório sobre o valor da força de trabalho: de um lado, o faz reduzir ao baratear as mercadorias que o compõem; de outro, o faz elevar, na medida em que promove o desenvolvimento da sociedade e incorpora ao dito valor um componente moral-social.

A conclusão é que o desenvolvimento da produtividade do trabalho promove a desvalorização da força de trabalho e, assim, o aumento da taxa de mais-valia; mas, de um lado, a força de trabalho não se desvaloriza no mesmo grau do aumento da produtividade, além de ter um limite mínimo, e, de outro, o aumento da taxa de mais-valia só pode compensar a redução relativa do número de trabalhadores até certo ponto, a partir do qual se impõe a queda da massa de mais-valia como alíquota do capital global. Neste caso, se o aumento da taxa de mais-valia amortece os efeitos da elevação da composição orgânica sobre a taxa de lucro, não elimina estes efeitos.

Outra objeção à lei da tendência decrescente da taxa de lucro refere-se aos efeitos do barateamento dos elementos materiais do capital constante sobre a composição orgânica do capital e a taxa geral de lucro. Tugán-Baranovski uma vez mais foi um dos que primeiro formularam esta objeção. Uma das versões mais radicais é a de Moszkowska, segundo a qual a composição orgânica deve cair como resultado do desenvolvimento da produtividade e do conseqüente barateamento dos elementos materiais individuais do capital constante (Moszkowska, 1978,

p. 52-4). Em Sweezy, a formulação é mais moderada. Em sua versão, ainda quando admite a elevação da composição orgânica, afirma que está equivocada a “impressão geral” – sem explicar de quem é esta “impressão geral” – de que este aumento ocorre com grande rapidez (Sweezy, 1974, p. 116-117).

A essência da colocação é a seguinte: o desenvolvimento das forças produtivas barateia os meios de produção (elementos materiais do capital constante), ocasionando uma baixa da composição orgânica ou, quando muito, um moderado crescimento. Neste caso, não se poderia supor uma queda da taxa geral de lucro como resultado da elevação da composição orgânica.

Contudo, o próprio Marx já havia sustentado que a desvalorização dos meios de produção, resultante do desenvolvimento da produtividade, amortece o processo de elevação da composição orgânica do capital e por isto contra-arresta a tendência de diminuição da taxa geral de lucro. Mas isto não elimina a tendência, somente faz que esta se imponha de maneira menos brusca.¹⁴

Ademais, Marx propõe algumas razões, listadas a seguir, que fazem com que a ação dessa força contra-arrestante não tenha a importância que, por exemplo, supõe Moszkowska.

1. O mesmo desenvolvimento da produtividade, que barateia meios de produção, supõe a incorporação de uma massa cada vez maior de meios de produção em relação à massa de força de trabalho. Entretanto, traz também como resultado a desvalorização da força de trabalho. Deste modo, considere-se que os elementos individuais dos meios de produção se barateiam em grau aproximado à desvalorização da força de trabalho. Isto implicaria que a composição orgânica do capital se elevaria aproximadamente na mesma proporção que a elevação da composição técnica do capital, ou seja, o aumento da massa de meios de produção em relação à massa de força de trabalho.¹⁵
2. O desenvolvimento da produtividade que ocorre acoplado à elevação da composição orgânica não alcança por igual todas as mercadorias que compõem os meios de produção.

14. Se se considera o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social ainda só nos últimos 30 anos, em comparação com todos os períodos precedentes (...), a dificuldade que se nos apresenta não é já a que ocupou os economistas até o dia de hoje – a de explicar a baixa da taxa de lucro – senão o inverso: explicar por que esta baixa não é maior ou mais rápida (Marx, 1976, p. 297, tradução nossa).

15. É interessante observar que, se Moszkowska e Sweezy consideram a desvalorização da força de trabalho para o efeito de demonstrar o aumento da taxa de mais-valia, não a tomam em conta quando tratam da evolução da composição orgânica do capital. Ainda que se admita um desenvolvimento da produtividade no setor I superior à do setor II, esta diferença teria que ser demasiado grande para contra-arrestar o aumento da relação entre os meios de produção e a força de trabalho dentro do processo produtivo.

A isto é muito fácil responder que alguns tipos de matérias-primas, como a lã, a seda, o couro, são produzidos por processos *orgânicos* animais, enquanto o algodão, o linho etc. se produzem por processos orgânicos vegetais, e a produção capitalista ainda não logrou, e nunca logrará, dominar estes processos da mesma maneira que dominou os puramente mecânicos ou químicos inorgânicos. Matérias-primas tais como couro etc., e outros produtos animais se encarecem em parte porque a insípida lei da renda da terra aumenta o valor destes produtos à medida que progride a civilização (Marx, 1975, p. 304, tradução nossa).

Ou seja, as matérias-primas referidas não se barateiam no mesmo ritmo do desenvolvimento da produtividade capitalista.

Quanto à afirmação de Sweezy de que o ritmo da elevação da composição orgânica do capital não é tão elevado, parece equivocado fazer tal afirmação no nível de abstração em que o faz o referido autor, ou seja, comparando o avanço da composição técnica com a desvalorização do capital constante. Para tratar corretamente esta questão, seria necessário, de um lado, situá-la no contexto do processo de acumulação de capital com a concentração e centralização que traz acoplado – como já feito neste capítulo – e, de outro, fazer investigações concretas – será visto, por exemplo, que nos momentos de acumulação acelerada a composição orgânica cresce rapidamente.

O próprio Sweezy chega a essa conclusão, quando diz que “por detrás da composição orgânica ascendente do capital está o processo de acumulação de capital, e é aqui onde devemos buscar as forças que tendam a deprimir a taxa de lucro” (Sweezy, 1974, p. 118-119, tradução nossa). Em sua opinião, a acumulação de capital aumenta a demanda de força de trabalho, fazendo aumentar os salários e reduzir a taxa de mais-valia, o que explica a tendência à queda da taxa de lucro. Contudo, os capitalistas reagem frente a isto, introduzindo novas maquinarias e aumentando a composição orgânica. Por isso, era de se esperar que Sweezy concluísse pela queda da taxa de lucro. Mas, ao contrário, afirma que o aumento da composição orgânica do capital traz acoplada, pelo desenvolvimento da produtividade, a restauração da antiga taxa de mais-valia. Assim, “se os atos dos capitalistas têm êxito na restauração da taxa de lucro ou se atuarão somente para apressar o seu descenso é uma conclusão que não se pode apoiar por razões teóricas gerais” (Sweezy, 1974, p. 118-119, tradução nossa). Ainda introduzindo a acumulação de capital, Sweezy segue afirmando que a evolução da taxa geral de lucro é indeterminada. Será visto adiante quão equivocada é esta conclusão.

Além da desvalorização da força de trabalho e dos elementos individuais do capital constante, Marx cita outros fatores – formação do exército industrial de reserva, pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho e comércio

exterior – que operam no sentido de amortecer a tendência à queda do lucro. Mas todos os fatores atuam contraditoriamente, resultando sempre em não conseguirem eliminar a tendência assinalada. Do exame destes fatores, conclui Marx:

E assim é como, em geral, se demonstrou que as mesmas causas que provocam a queda na taxa geral de lucro suscitam ações de sinal contrário que inibem, retardam e em parte paralisam esta queda. Não derrubam a lei, mas debilitam seus efeitos. Sem eles resultaria pouco incompreensível não a queda da taxa geral de lucro, senão o inverso, a relativa lentidão desta diminuição. É assim que a lei só opera como tendência, cujos efeitos só se manifestam de forma contundente sob determinadas circunstâncias e em curso de períodos prolongados (Marx, 1976, p. 305-306, tradução nossa).

A queda da taxa geral de lucro resulta, assim, de que o capital, em seu contínuo movimento, demanda valorizar-se cada vez mais, ou seja, busca continuamente uma massa maior de mais-valia. Esta, por sua vez, somente se consegue mediante o desenvolvimento progressivo das forças produtivas, o que, contraditoriamente, provoca a queda da taxa geral de lucro. Assim, a lei da mais-valia, que expressa a especificidade da lei do valor sob o capital, tem a sua maior expressão, no modo de produção capitalista, na lei da queda tendencial da taxa geral de lucro. É esta que, de um lado, regula a reprodução ampliada do capital e, de outro, sintetiza a contradição deste movimento.

Que conexão tem a lei da queda tendencial da taxa geral de lucro – e a contradição que ela sintetiza – com a crise? Já se disse que o lucro fixa barreiras ao desenvolvimento das forças produtivas, trazendo como resultado a superprodução. O que se trata de demonstrar é como a ação da referida lei contradiz o desenvolvimento das forças produtivas e leva a crises. Ao mesmo tempo, trata-se de demonstrar de que maneira a contradição, que tal lei faz irromper, correlaciona-se com a erupção do conjunto das contradições da economia burguesa, como assinala Marx.

A queda da taxa de lucro se faz presente, como lei interna, no próprio desenvolvimento da acumulação capitalista. A acumulação acelerada resulta do desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, na medida em que impõe a elevação da composição orgânica do capital, cria novo impulso ao desenvolvimento das forças produtivas. Este impulso é acelerado ainda mais como resultado da concentração e centralização do capital inerente à acumulação. O resultado de tudo isto é que a crescente acumulação do capital está sempre impulsionando a elevação da composição orgânica e, por esta via, impondo a queda da taxa de lucro.

Ademais, a queda da taxa de lucro desencadeia a luta competitiva entre os distintos capitais individuais. A concorrência que antes se resolvia pela nivelção da taxa geral de lucro agora se converte na questão de poder e astúcia. “Faz-se

sentir então o antagonismo entre o interesse de cada capitalista individual e o da classe dos capitalistas, do mesmo modo que antes se impunha praticamente a identidade destes interesses por meio da concorrência” (Marx, 1976, p. 325, tradução nossa). Entretanto, esta luta competitiva entre os capitalistas por esferas de investimento de capital e pela repartição das perdas – resultantes da queda da taxa de lucro – é acompanhada por um transitório aumento salarial. Este aumento salarial é além do mais sustentável porque, em um período de acumulação acelerada, tende a reduzir o exército industrial de reserva e a aumentar o poder de negociação dos trabalhadores.¹⁶ O resultado é que a acumulação intensiva produz seu contrário: uma redução do grau de exploração do trabalho ou, ao menos, de seu ritmo de crescimento. Deste modo, um dos principais fatores que contra-arrestam a queda da taxa geral de lucro deixa de funcionar no período de acumulação acelerada e tal tendência se impõe como lei inexorável.¹⁷

A imposição da queda da taxa geral de lucro traz como resultado uma redução do ritmo da acumulação de capital. É neste sentido que Marx afirma que “periodicamente se produzem demasiados meios de trabalho e de subsistência como que para fazê-los atuar na qualidade de meios de exploração dos trabalhadores com determinada taxa de lucro” (Marx, 1976, p. 331, tradução nossa). Isto significa que, com determinado descenso da taxa de lucro, se reduzem os investimentos e, conseqüentemente, as compras de meios de produção e de vida, provocando a superprodução em ramos que produzem estas mercadorias. É desse modo que a queda da taxa de lucro rompe com a unidade entre o processo de produção e o de circulação, provocando superprodução. Mas esta não é uma mera superprodução de mercadorias, mas fundamentalmente superprodução de capital. Isto não só porque os meios de produção em excesso são formas de manifestação do capital, mas também porque a superprodução revela que há demasiado capital para valorizar-se à antiga taxa de lucro, ou seja, que a taxa de lucro reduzida não é suficiente para valorizar o capital.

Isso implica que, para recuperar seu antigo nível de valorização, o capital tem que se desvalorizar, propagando ainda mais a crise. Esta desvalorização é, segundo Marx (1976, p. 320), o meio de conter a queda da taxa de lucro: uma vez que as forças contra-arrestantes da queda da taxa de lucro não podem impedir a sua queda, as crises aparecem como o meio mais eficaz para contê-la.

Marx descreve como as crises se propagam a partir da queda da taxa de

16. É assim que neste capítulo se interpreta a frase de Marx que diz que as crises são precedidas por aumentos gerais de salários (Marx, 1976, p. 502) e a que diz que a luta competitiva interburguesa no momento da queda da taxa de lucro vem acompanhada por um transitório aumento salarial (*op. cit.*, 329).

17. Desse modo, a crise – cuja força motriz, como se demonstra adiante, é a queda da taxa de lucro – já se faz presente, potencialmente, nas contradições que se desenvolvem na acumulação. Por este motivo é impossível analisar uma crise sem examinar o período de expansão que a precede.

lucro: “a saber que uma parte dos meios de produção, capital fixo e circulante, não funcionaria, não operaria como capital; se paralisaria uma parte das empresas produtivas iniciadas” (Marx, 1976, p. 325-326, tradução nossa). Mas

a destruição principal – e com o caráter mais agudo – teria lugar com relação ao capital, enquanto possuidor de atributos de valor, com relação aos *valores* de capital. A parte do valor do capital que só se encontra na forma de direitos sobre futuras participações da mais-valia, no lucro – de fato meros títulos de dívida sob diversas formas – fica desvalorizada de imediato com a diminuição de entradas sobre as quais é calculada (Marx, 1976, p. 325-326, tradução nossa).

Como resultado da queda da taxa de lucro, o capital que se encontra sob a forma de título de dívida se desvaloriza. “Uma parte das mercadorias que se encontra no mercado somente pode levar a cabo seu processo de circulação e reprodução em virtude de que seus preços se contraem enormemente, por conta da desvalorização do capital que representa” (Marx, 1976, p. 325-326, tradução nossa). Na medida em que cai a taxa de lucro, amortece a acumulação e diminui a demanda das empresas pelos meios de produção, fazendo com que seus preços baixem; ao mesmo tempo, ocorrem dispensas maciças de trabalhadores e/ou rebaixamento de seus salários, provocando redução da demanda de bens de consumo, assim como de seus preços. “Da mesma maneira, os elementos do capital fixo resultam mais ou menos desvalorizados” (Marx, 1976, p. 325-326, tradução nossa), porque uma boa parte deles fica inativa, uma vez que agora são demasiados para seguir valorizando-se à antiga taxa de lucro.

A isso se soma que determinadas relações pressupostas de preços condicionam o processo de reprodução, e que em virtude disso, este processo, por causa da queda geral dos preços [determinada pela queda da taxa de lucro], entre em estado de paralisação e desequilíbrio. Esta perturbação e estagnação paralisam a função do dinheiro como meio de pagamento (...), interrompem em cem pontos da cadeia de obrigações de pagamentos em determinados prazos, intensificando ainda, por conseguinte, o colapso do sistema creditício desenvolvido ao mesmo tempo que o capital (Marx, 1976, p. 325-326, tradução nossa).

Na medida em que, com a queda da taxa de lucro, reduzem-se a acumulação, a demanda de mercadorias e seus preços, reduzem-se igualmente as possibilidades de pagamento das empresas, rompendo a cadeia de crédito. “E conduzem desta maneira a violentas e agudas crises, súbitas desvalorizações forçadas e um estancamento e perturbação reais do processo de reprodução, e com ele a uma míngua efetiva da reprodução” (Marx, 1976, p. 325-326, tradução nossa).

Aqui se vê como a queda da taxa de lucro é um fator detonante das contradições da produção burguesa. Este conjunto de contradições resume, em última instância, a contradição fundamental do modo de produção capitalista.

Expressa de uma maneira geral, a contradição consiste em que o modo capitalista de produção implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, independente do valor e da mais-valia encerrada nele, e fazendo abstração igualmente das relações sociais dentro das quais se efetua a produção capitalista; enquanto, por outra parte, tem como finalidade a conservação do valor do capital existente e sua valorização em medida extrema (...) Seu caráter específico está orientado ao valor existente de capital enquanto meio para a maior valorização possível deste valor. Os métodos mediante os quais o logram incluem: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital já existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho a expensas das forças produtivas já produzidas (Marx, 1976, p. 320).

A superprodução de capital é o momento em que o desenvolvimento das forças produtivas ultrapassa as necessidades de valorização do capital, e a crise é a forma como o capital, ao destruir forças produtivas, busca contê-las dentro de limites adequados a si mesmo, impondo assim sua lei férrea de valorização. E, como o capital é uma relação de produção e exploração, a sobreacumulação e as crises são o momento em que as forças produtivas entram em contradição com as relações sociais de produção.

Tal contradição, em Marx, não significa um *colapso econômico* do capitalismo, porque, na crise – a forma como a contradição se manifesta –, entram em jogo forças impulsionadoras de um novo período expansivo.

Mas ao mesmo tempo haviam entrado em jogo outras forças impulsionadoras. A paralisação da produção havia deixado inativa uma parte da classe operária, e com ela havia colocado a parte ocupada em situação na qual teria que tolerar uma baixa do salário, inclusive abaixo da sua média, operação esta que para o capital tem exatamente o mesmo efeito que se houvesse aumentado a mais-valia relativa ou absoluta, mantendo-se o salário médio. (...) Da sua parte, a baixa dos preços e a luta concorrencial haviam dado a todos os capitalistas um incentivo para fazer descer o valor individual de seu produto global abaixo de seu valor geral mediante a utilização de novas máquinas, de novos métodos aperfeiçoados de trabalho, de novas combinações, para acrescentar à força produtiva uma dada quantidade de trabalho, fazer diminuir a relação entre o capital variável e o constante, e com isso liberar trabalhadores, enfim, para criar uma sobrepopulação artificial. Ademais, a desvalorização dos elementos do capital constante seria, por si só, um elemento que implicaria a elevação da taxa de lucro. A massa de capital constante empregado teria aumentado em relação ao variável, mas o valor desta massa poderia ter diminuído. O estancamento verificado na produção teria preparado uma ulterior ampliação desta, dentro dos limites capitalistas (Marx, 1976, p. 327, tradução nossa).

Ou seja, a crise é a forma como o capital tende a superar periodicamente os limites que ele mesmo se impõe. Mas, à medida que se preparam as condições para um novo período expansivo, os mesmos limites voltam a impor-se, porém

em escala ampliada.¹⁸ Vê-se deste modo que, em Marx, não existe uma teoria do colapso econômico do modo de produção capitalista, visto que as crises periódicas cumprem o papel de destruir forças produtivas e assim recuperar as condições de valorização do capital, ou seja, contra-arrestar a tendência decrescente da queda da taxa de lucro. Verifica-se uma estreita relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as crises.

Contudo, com base em evidências empíricas, há quem tente demonstrar que a taxa de lucro não caiu, a longo prazo, nos países capitalistas avançados – Estados Unidos, por exemplo.¹⁹ Este capítulo não se propõe a discutir a inadequação dos indicadores utilizados às categorias de Marx ou os erros de interpretação destes indicadores.²⁰ O que interessa aqui é discutir o erro original, que está em uma interpretação equivocada da lei de tendência decrescente da taxa de lucro, segundo foi formulada por Marx.

Tanto críticos²¹ quanto defensores²² da lei tendencial da queda da taxa de lucro a interpretaram como uma teoria do colapso econômico do capitalismo. É como se, objetivamente, a longo prazo, a taxa de lucro estivesse em um processo de constante descenso, até chegar ao ponto em que o capitalismo não poderia sustentar-se mais. O declínio da taxa de lucro funcionaria como uma “eutanásia”, com a missão de derrubar o sistema capitalista.

Como sustentado anteriormente, essa não é a concepção de Marx. Nesta concepção, os fatores contra-arrestantes da lei, ainda que dificultem a sua ação, não a eliminam. Sua ação é mais brusca nos momentos de acumulação acelerada, quando, além de ocorrer o rápido crescimento da composição orgânica do capital, cai a taxa de mais-valia ou se reduz o seu ritmo de crescimento.

Viu-se que a crise cumpre a função de desvalorizar, em grande medida, o capital global, em particular o capital fixo; o resultado é reduzir a composição orgânica do capital ou amortecer o seu crescimento. Ademais, a crise amplia consideravelmente o exército industrial de reserva, criando condições propícias para o aumento do grau de exploração do trabalho. Ou seja, a crise cumpre o papel de inverter os sentidos dos fatores principais, determinantes da taxa de lucro, criando assim as condições para recuperar o antigo nível de valorização do capital.

Desse modo, o comportamento da taxa de lucro tem muito a ver com o ciclo econômico. De um lado, sua tendência a cair atua como a força motriz prin-

18. “A produção capitalista tende constantemente a superar estes limites que lhe são imanentes, porém só o consegue em virtude de meios que voltam a alçar ante ela estes mesmos limites, em escala ainda mais formidável” (Marx, 1976, p. 321).

19. Ver, por exemplo, Meek (1972, p. 216).

20. Para este propósito, remete-se o leitor a Castells (1978, cap. 2).

21. Ver Napoleoni (1978, p. 27-28).

22. Como Grossmann (1979).

cial na determinação das crises e, assim, do ciclo econômico; por outro, a crise é a principal força contra-arrestante da queda da taxa de lucro. Assim, para verificar a adequação da lei de tendência decrescente da taxa de lucro ao desenvolvimento capitalista, há que verificar o comportamento desta mesma taxa, não ao longo da história da acumulação capitalista, mas no funcionamento do ciclo econômico.

A queda da taxa de lucro só opera como instrumento de “derrubada” do capitalismo na medida em que é nas crises por ela provocadas que emergem e se desenvolvem todas as contradições do sistema, intensificando a luta de classes e forjando a consciência e a organização que, se bem-sucedidas, segundo Marx, poderão pôr fim ao sistema capitalista e começar a construir uma sociedade sem exploradores nem explorados.

3 OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO E A TAXA DE LUCRO

Na investigação da acumulação de capital e das crises, é necessário examinar que papel cumprem os esquemas de reprodução de Marx na valorização do capital e, assim, na lei de tendência decrescente da taxa de lucro. O objetivo de Marx, ao examinar as relações entre os setores da produção social, era investigar a possibilidade de que se completasse o processo de reprodução do capital. Em outras palavras, se tratava de verificar como, tendo como base o produto anual, se repõe – quanto ao valor e à matéria – o capital absorvido na produção e se garante a sua reprodução. Na medida em que o processo de reprodução do capital em seu conjunto é a unidade contraditória dos processos de produção e circulação, o objetivo era examinar as possibilidades do capital de realizar a passagem de um processo a outro sem perturbações. Isto significava, em última análise, retomar a problemática da unidade contraditória entre valor e valor de uso, e verificar a possibilidade da unidade destes aspectos da mercadoria que haviam se independizado.

Para realizar essa investigação, Marx divide a produção social em dois setores básicos. O setor I abrange os meios de produção e o setor II, os meios de consumo. Compõe-se este último de dois subsetores: IIa – meios de subsistência necessários ao consumo dos assalariados; e IIb – meios de consumo suntuário ou de consumo da classe capitalista. A divisão nestes setores se deve à necessidade de verificar como a reprodução e a ampliação do capital se entrelaçam com o consumo individual dos capitalistas e dos trabalhadores, ou seja, com a forma como circula a parte do capital que se converte em salários e a parte da mais-valia destinada ao consumo dos capitalistas.

Entre outras, Marx faz três suposições básicas: *i*) trata-se de uma economia capitalista pura; *ii*) somente há duas classes nesta economia; e *iii*) a reprodução do capital se dá com base na mesma composição orgânica do capital e, assim, com a mesma produtividade do trabalho. As três suposições se devem ao próprio

objetivo de Marx: verificar a possibilidade de a economia capitalista, enquanto tal, realizar a produção e assim completar o processo de reprodução do capital; devia-se, pois, considerá-la na sua forma pura. Para isto, é preciso supor que a composição orgânica e a produtividade são constantes, porque a alteração destas promove perturbações na relação entre valor e valor de uso, e se tratava de verificar a possibilidade de unidade entre estes dois aspectos.²³

Dados esses pressupostos, Marx pôde demonstrar que, se cumpridos determinados requisitos nas relações entre os setores, o processo de reprodução – incluindo sua circulação – seria completado, ou seja, haveria equilíbrio na produção social. Mas, como assinalado na seção 2, Marx diz que, como resultado das próprias leis da reprodução capitalista, este equilíbrio se vê continuamente perturbado; sua concretização em algum momento é um acontecimento meramente casual. O mesmo desenvolvimento da acumulação capitalista envolve necessariamente o aumento da composição orgânica e o da produtividade do trabalho, ou seja, perturba um dos pressupostos básicos para o exame dos esquemas de reprodução na perspectiva assinalada. Isto somente denota que Marx perseguia um objetivo limitado com tais esquemas.

No entanto, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, tais esquemas ressurgem na polêmica sobre as crises com importância redobrada. Kautsky, por exemplo, valoriza o trabalho de Tugán-Baranovski em virtude de este ter afirmado a importância dos esquemas para o exame da reprodução do capital e das crises.²⁴ Sem exceção, todos os que intervieram no debate sobre as crises desde a última década do século XIX até as primeiras três décadas do século XX recorreram aos esquemas como eixo de suas proposições.

A análise de Marx com base nos esquemas era interpretada como a sua teoria da reprodução do capital e, assim, da acumulação e realização. O aspecto central da acumulação era concebido como a realização da mais-valia. Neste sentido, os esquemas de reprodução eram utilizados para verificar como se realizava a mais-valia. Com esta interpretação dos esquemas, os autores que intervieram no debate começaram a fazer “adaptações” à realidade da acumulação capitalista, ou introduzindo a hipótese da composição orgânica crescente e de transferência de mais-valia entre ramos (como Otto Bauer),²⁵ ou introduzindo o comércio exterior/realidade pré-capitalista (como Rosa Luxemburgo),²⁶ entre outras formulações. A suposição de composição orgânica crescente leva à conclusão de que

23. Para um melhor desenvolvimento das razões dos três pressupostos, ver Marini (1978), especialmente a parte 1.

24. “Não podemos atribuir nenhum valor a sua [de Tugán] teoria do lucro e só um valor condicionado à sua teoria da crise na medida em que nos deixa entrever a importância que tem o segundo tomo de *O capital*, para a investigação das causas das crises” (Kautsky, 1978, p. 222).

25. Ver Bauer (1978, p. 346).

26. Conferir Luxemburgo (1978, p. 385).

somente há equilíbrio se se transfere mais-valia das indústrias de bens de consumo para as de meios de produção. Por sua vez, a introdução do *comércio exterior* por Rosa Luxemburgo resulta de sua conclusão de que no capitalismo puro é impossível realizar a parte da mais-valia que se acumula.²⁷

Assim, ainda que se alterem as suposições de Marx, segue-se perseguindo o mesmo objetivo que ele. Entretanto, enquanto Marx demonstra que sob determinadas suposições é possível que se complete a reprodução do capital, ao se alterarem suas suposições, diz-se que isto só é possível com a transferência de mais-valia entre setores, ou que só é possível com a introdução do comércio exterior. É evidente que a modificação dos pressupostos levou a conclusões distintas. Isto significa que, neste nível de abstração, com esquemas desta natureza, pode-se fazer os exercícios que se queira e assim provar tudo o que se queira, ou seja, não provar absolutamente nada.

Mas, isso não significa a impossibilidade de usar os esquemas para examinar a acumulação de capital. Apenas indica que, quando se persegue este fim, tem-se que eliminar a ideia de equilíbrio subjacente à análise que Marx fez com base em tais esquemas. Os autores mencionados quiseram fazer a análise da acumulação, ou seja, a análise da dinâmica capitalista, mas seguiram com a ideia de equilíbrio, um estado que somente ocorre de maneira casual no capitalismo.

Tendo em vista que o motor da acumulação capitalista é a taxa geral de lucro, introduzir a *perspectiva dinâmica* nos esquemas significa examinar como o desenvolvimento dos setores de produção e a relação entre eles condicionam o comportamento da taxa de lucro. Uma vez que isto se revela na lei da tendência decrescente da taxa de lucro, trata-se de verificar como o desenvolvimento e as relações entre os setores aceleram ou contra-arrestam esta tendência.

Dessa forma, para alcançar o objetivo a que se propunha Marx com os esquemas de reprodução, era necessário verificar o que sucedia com cada parte do valor do produto global. Como se tratava de examinar o movimento do capital social, o processo de reprodução devia ser também considerado a partir do ponto de vista da reposição da matéria, do valor de uso. Já não bastava, como no caso do capital individual, supor que o capital sempre encontrava os meios de produção de que necessitava para reconverter-se em capital produtivo, ou que os trabalhadores e os capitalistas sempre encontravam na circulação os meios de consumo de que necessitavam. No movimento do capital global, era necessário examinar se os valores de uso produzidos correspondiam às partes do valor do produto global. Por isso havia a necessidade de, primeiro, dividir a produção social, conforme seu caráter de valor de uso, em produção de meios de produção – que repõe e amplia

27. Ver a seção 2 deste capítulo.

os elementos materiais do capital constante – e produção de meios de consumo – que mantém trabalhadores e capitalistas. A subdivisão do setor II em meios de consumo necessários e meios de consumo suntuários devia-se à necessidade de examinar como a circulação da parte do valor que se converte em salários e a da mais-valia que se consome intervêm no desenvolvimento da relação entre os dois setores básicos.

Neste capítulo, o objetivo é outro. Em razão de a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia serem as variáveis básicas que determinam a taxa de lucro, o que importa aqui é verificar como os setores de produção intervêm no comportamento destas variáveis. Nesta medida, enquanto, para os objetivos de Marx, se requeria manter constante o valor – composição orgânica e produtividade constantes –,²⁸ para este capítulo o que interessa são, sobretudo, as revoluções de valor dos componentes do capital. A divisão setorial aqui deve desprender-se, por conseguinte, deste pressuposto. Deve-se examinar em que medida o desenvolvimento setorial afeta as revoluções de valor dos componentes do capital e, desse modo, a taxa geral de lucro.

Com essa intenção, consideram-se três setores:

- setor I, que produz os elementos materiais do capital constante, isto é, os meios de produção;
- setor II, que reproduz a força de trabalho e, deste modo, conserva o elemento material do capital variável – setor cujos produtos destinam-se ao consumo dos trabalhadores;
- setor III, cujos produtos não participam da reprodução do capital, tendo em vista que não participam da reprodução nem da força de trabalho nem dos elementos do capital constante, mas destinam-se basicamente ao consumo dos capitalistas e dos que se encontram vinculados ao mando do capital.²⁹

Verificou-se que é uma lei da acumulação capitalista a tendência da composição orgânica de capital de elevar-se, o que traz como resultado uma queda tendencial da taxa de lucro. Mas o ritmo de crescimento da composição orgânica depende, em grande medida, do desenvolvimento da produtividade do setor I. O aumento da produtividade deste setor reduz o valor unitário dos elementos

28. “Não só se supõe, ademais, que os produtos se intercambiam por seu valor, senão também que não ocorre revolução alguma de valor nos componentes do capital produtivo” (Marx, 1976, p. 481, tradução nossa).

29. A enorme massa de assalariados médios, que não está vinculada nem ao processo produtivo nem ao mando do capital, consome tanto do setor II quanto do setor III, dependendo do nível em que se encontra na escala salarial. Isto, no entanto, não nega que a função primordial do setor II é garantir a reprodução física da força de trabalho e que o setor III não cumpre esta função, ainda que marginalmente certa minoria de trabalhadores possa obter parte de seu consumo deste setor.

materiais do capital constante, criando as condições para que a composição orgânica cresça a um ritmo inferior ao ritmo de crescimento da relação entre a massa dos meios de produção e a de força de trabalho. Deste modo, a elevação da produtividade no setor I tende a atuar como elemento contra-arrestante da tendência decrescente da taxa de lucro.

Há que se destacar, no entanto, que nem sempre os aumentos de produtividade devem traduzir-se em uma queda dos preços de mercado, ainda que impliquem necessariamente uma redução do valor social, se é o caso de um ramo particular de produção. Se a produtividade de um ramo ou setor cresce ao ponto de fazer com que sua média supere a produtividade média do conjunto da economia, isto significa que sua composição orgânica superou a composição orgânica média da economia. Neste caso, pelo processo de nivelção da taxa de lucro, o ramo em questão apresentará preços de produção acima de seu valor social e, por conseguinte, se apropriará de porções de valor de outros ramos de menor produtividade. Suponha-se que tal fenômeno se passe com o setor I. Sendo assim, ainda que seu aumento de produtividade não se traduza em queda dos preços no mesmo grau, o efeito sobre a taxa geral de lucros será o mesmo que o de queda dos preços. Em outras palavras, a manutenção dos preços do setor I determinaria que os gastos em capital constante dos setores II e III se elevassem na mesma medida do crescimento da massa de meios de produção por eles comprada. Neste caso, a composição orgânica do seu capital se elevaria como se não houvesse sido contra-arrestada pelo barateamento dos elementos materiais do capital constante. Mas, por sua vez, a diferença entre, de um lado, os gastos de capital constante que fazem os setores II e III e, de outro, os que fariam caso os preços do setor I tivessem baixado converte-se em lucros para o setor I.³⁰ Neste caso, a tendência de queda da taxa de lucros se contra-arresta – mantendo-se o restante igual – no mesmo grau de desenvolvimento da produtividade do setor I, ainda que estes avanços de produtividade não se transfiram para os compradores de meios de produção.

Assim, ainda que o aumento da produtividade no setor I se reflita em um preço de produção superior ao seu valor social, seu efeito é contra-arrestar a tendência de queda da taxa de lucro. Ao contrário, quando a produtividade não progride neste setor, não se contra-arresta a tendência da composição orgânica de subir e, por esta via, igualmente não se contra-arresta a tendência da taxa de lucros de baixar. Deste modo, é de fundamental importância para o capital o desenvolvimento da produtividade no setor I. Ademais, requer-se que se mantenha certa proporção entre este e os demais setores de produção.

30. Não se trata ainda de lucro extra, porquanto esta apropriação de lucro originada de outros setores se faz para garantir ao setor I o lucro médio.

O problema da proporção não é um problema meramente físico, de relação entre valores de uso, ainda que também o seja. O problema fundamental é a *relação de valor*. Considere-se que a dimensão do setor I não seja suficiente para satisfazer a demanda de meios de produção. Neste caso, seus preços tendem a aumentar, ou pelo menos a não cair na mesma medida do aumento de produtividade, situando-se acima do preço de produção. Assim, apesar da transferência inerente à nivelção da taxa de lucro, o setor I ainda se apropria de um valor extra, que se converte em mais-valia extra. A outra face é o aumento dos gastos de capital constante dos setores II e III, o que faz aumentar mais rapidamente sua composição orgânica e, desta forma, reduzir sua taxa de lucro. Poder-se-ia dizer que a taxa geral de lucros não se reduziria, uma vez que somente se trata de transferência de valor intersetores. Mas, a taxa geral de lucros se identifica à taxa média, que supõe nivelção. A mais-valia que se subtrai da nivelção não entra, pois, no cálculo da taxa geral ou média de lucros. Este seria o caso do lucro extra apropriado pelo setor I. Sua subtração da nivelção tem o efeito de deprimir a taxa geral de lucro e, assim, contribui para a atuação da lei da tendência decrescente da taxa de lucro.

Poder-se-ia pensar que o mesmo mecanismo de nivelção da taxa de lucros possibilitaria que se eliminasse essa desproporção. À medida que, dado o lucro extra de que se apropria, o setor I tendesse a ter uma taxa de lucro particular superior à média, os capitais se deslocariam na sua direção, aumentando sua produção e fazendo sua dimensão aproximar-se ao nível requerido. Os capitais entrariam neste setor até que se alcançasse tal nível, o que se revelaria no movimento dos preços e na eliminação do lucro extra. Entretanto, em um dado momento, a realidade pode impor determinados obstáculos ao deslocamento de capitais na direção do setor I. Três deles são listados a seguir.

1. Em determinados ramos, a magnitude do capital necessário para instalar uma planta pode ser tão grande que se requeira a unificação de vários capitais individuais, ou a intervenção do Estado. Isto só é possível em determinado grau de desenvolvimento do capitalismo, no qual existam os mecanismos financeiros que permitam a união de vários capitais e no qual o Estado possa manejar uma grande massa de recursos financeiros.
2. Determinados ramos, pela sua dimensão elevada, podem necessitar do comércio exterior para viabilizarem-se. A penetração no mercado exterior exige elevado nível de produtividade, que igualmente requer certo grau de desenvolvimento capitalista.
3. Dada a divisão internacional do trabalho que agora entra em crise, os países do centro imperialista reservam para si a produção de meios de produção, dificultando o desenvolvimento nas economias dependentes.

Todos esses fatores podem atuar no sentido de dificultar a expansão do setor I em uma economia atrasada. Tal desproporção do setor I pode, no entanto, ser compensada pelas importações. Todavia, em um momento de auge da acumulação, quando as divisas externas revelam-se insuficientes para garantir o nível de importações necessárias, a desproporção deste setor cobra seu preço, impondo a diminuição da taxa de lucros da forma assinalada.

Com relação ao setor II, viu-se que o desenvolvimento da sua produtividade é o principal fator de elevação no longo prazo na taxa de mais-valia. Seu efeito sobre a elevação da taxa de mais-valia se dá mediante a desvalorização da força de trabalho. Todos os obstáculos que podem dificultar o desenvolvimento da produtividade no setor II são ao mesmo tempo obstáculos para a elevação da taxa de mais-valia e, por isto, atuam no sentido de acelerar a queda da taxa de lucro. Um obstáculo básico se faz presente no seio do próprio desenvolvimento da produtividade do setor II: tal desenvolvimento, por um lado, promove a elevação da taxa de mais-valia e, deste modo, contra-arresta a tendência de queda da taxa de lucro, mas, por outro lado, restringe o mercado do próprio setor II e assim pode deprimir sua taxa de lucro particular. A restrição do mercado deste setor se deve a que a desvalorização da força de trabalho obstaculiza a expansão dos salários e assim das compras de produtos do setor II. Deve-se considerar ademais que a elevação da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia faz com que a massa total de salários, ainda que possa crescer, desenvolva-se menos que os outros componentes do valor do produto (o capital constante e a mais-valia). Deste modo, reduz-se a participação do capital variável e, por isto, da parte salarial no valor final do produto global. Isto significa que, de modo dinâmico, se restringe o mercado para o setor II.

Tal situação se agrava em uma economia dependente. O desemprego da força de trabalho nos países capitalistas resulta da própria acumulação, na medida em que corre em paralelo com a elevação da composição orgânica do capital. Em uma economia dependente, agregam-se dois elementos para aprofundar a ação da acumulação do capital sobre a formação do exército industrial de reserva. O processo de acumulação tem como resultado a separação do produtor direto de seus meios de produção e, em particular, da posse da propriedade da terra, aumentando o exército de proletários. A mesma expansão de relações diretamente capitalistas, ou capitalistas modernas, supõe o avanço do progresso técnico em áreas nas quais se adotavam técnicas bastante rudimentares – como ocorre na agricultura –, liberando ainda mais força de trabalho. Por sua vez, a industrialização destes países sob o domínio de monopólios imperialistas introduz desde “fora” tecnologia de elevada composição orgânica, fazendo crescer a saltos a

composição orgânica destes países, resultando deste modo em liberação da força de trabalho. O processo de desenvolvimento capitalista nos países dependentes é, pois, um processo de ampliação do exército industrial de reserva, a um ritmo muito superior ao que ocorre em um país capitalista avançado.

Um amplo exército industrial de reserva tende a reduzir a capacidade de o trabalhador reivindicar até o mínimo necessário para reproduzir a força de trabalho. O resultado é a manutenção de salários baixíssimos³¹ e de uma elevada taxa de mais-valia. Assim se restringe mais ainda o mercado do setor II. Em consequência, os preços dos produtos deste setor tendem a baixar quando baixa seu valor, não gerando nenhuma possibilidade de apropriação de lucro extra, podendo inclusive não se alcançar o lucro médio. Nesta situação, limitam-se bastante as possibilidades de desenvolvimento da produtividade do dito setor, o que dificulta em longo prazo a desvalorização da força de trabalho. Ademais, a própria expansão do setor II se vê limitada, restringindo ao mesmo tempo as possibilidades do setor I, que lhe proporciona meios de produção. Como no caso do setor I, também no setor II sua desproporção somente aparece no momento de auge da acumulação, quando, além de aumentarem os salários reais, aumenta o montante global de salários por incorporação de novos contingentes de trabalhadores ao processo produtivo. Nestes momentos, tendem a aumentar os preços do setor II, provocando a luta por aumentos salariais, e, com isto, acelera-se a queda da taxa geral de lucro.

A especificidade do setor III em relação aos outros dois resulta de que o desenvolvimento de sua produtividade não exerce nenhum efeito direto no processo de produção de mais-valia, porque não contribui para desvalorizar nem o capital constante nem o variável. Tome-se um ramo particular deste setor. Se uma empresa, ou conjunto de empresas deste ramo, eleva sua produtividade acima da média, o resultado é a redução do seu valor individual. Mas o valor social do ramo não baixa a este nível, em virtude de ainda persistirem empresas com médias ou baixas produtividades. Assim, as empresas que introduziram as inovações técnicas têm a possibilidade de apropriar-se da diferença entre o seu valor individual e o valor social do ramo. Está dada a possibilidade de lucro extra; que este se converta em realidade dependerá do mercado. Se a oferta é igual à demanda, a mercadoria se vende pelo seu valor e, neste caso, o lucro extra se realiza. Se a demanda supera a oferta, o preço de mercado supera o valor de mercado e, neste caso, também as empresas de produtividades médias se apropriam de lucro extra, transferido de outros ramos. Se a oferta supera a demanda, o preço de mercado fixa-se abaixo do

31. Pode-se citar os baixos salários como expressão da superexploração do trabalho. Em termos gerais, com base em Marini, entende-se neste capítulo por superexploração o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor (Marini, 1974).

valor de mercado ou social e as empresas mais produtivas correm o risco de não realizar sequer o lucro médio.³²

Façam-se agora duas suposições: *i*) o conjunto dos ramos de que se está tratando eleva sua produtividade ao nível das empresas mais produtivas; *ii*) está-se em condições de equilíbrio, ou seja, a oferta é igual à demanda neste ramo e, por isto, o preço de mercado é igual ao valor de mercado. O resultado seria que o valor de mercado do ramo se fixa ao nível do valor individual das empresas mais produtivas; a este nível também se fixará o preço de mercado. Desaparece assim qualquer mais-valia extraordinária no ramo; também desaparece o lucro extra. Desse modo a taxa de mais-valia se fixará no nível em que estava anteriormente à elevação da produtividade. Isto ocorre porque, em primeiro lugar, o novo valor global do ramo seguirá igual a antes: aumentou a quantidade de valores de uso, mas baixou o valor unitário de cada valor de uso. Em segundo lugar, o aumento da produtividade no setor III em nada afetou o valor da força de trabalho, e assim se mantém constante o valor do capital variável. Manteve-se constante a mais-valia do ramo e o capital variável e, portanto, a taxa de mais-valia se mantém. Mas a taxa de lucro pode ter caído, visto que a introdução de inovações técnicas havia levado ao aumento da composição orgânica do capital.

Aqui está a especificidade do setor III: enquanto o aumento da produtividade nos ramos dos setores I e II resulta em contra-arrestar a queda da taxa de lucros geral, nos ramos do setor III o resultado é o agravamento da queda, porque contribui para elevar a composição orgânica do capital sem alterar em nada a produção de mais-valia. Neste sentido, a expansão em longo prazo deste setor resulta em obstáculo à valorização e reprodução do capital; isto ocorre sobretudo se esta expansão se dá em detrimento da expansão dos setores I e II, tendo em vista que assim se criam obstáculos à desvalorização da força de trabalho e do capital constante. Por isto, se a expansão do setor III cria obstáculos à valorização do capital, isto igualmente impõe limites à dita expansão.

Suponha-se que o setor III conte com uma demanda elástica, que sempre cresce acima da produção. Neste caso, os preços de mercado de seus vários produtos não diminuam, ou diminuam menos rapidamente que a queda de seus valores de

32. "Os diversos valores individuais devem estar nivelados para formar *um só* valor social, o valor de mercado acima exposto, e para isso requer-se uma competição entre os produtores de mercadorias do mesmo tipo, bem como a existência de um mercado no qual ofereçam conjuntamente suas mercadorias. A fim de que o preço de mercado de mercadorias idênticas, cada uma das quais, sem embargo, haja sido produzida sob circunstâncias individuais ligeiramente diferentes, corresponda ao valor de mercado e não divirja dele, não aumentando por cima do mesmo nem diminuindo por debaixo dele, requer-se que a pressão que exercem mutuamente os diversos vendedores seja suficientemente grande para lançar ao mercado a massa de mercadorias que exigem as necessidades sociais, ou seja, a quantidade pela qual a sociedade possa pagar o valor de mercado. Se a massa de produtos excedesse ditas necessidades, haveria que vender as mercadorias abaixo de seu valor de mercado; do contrário, haveria que vendê-las acima de seu valor de mercado se a massa de produtos não fosse suficientemente grande ou, o que é o mesmo, se a pressão da competição entre os vendedores não fosse suficientemente poderosa para obrigá-los a levar esta massa de mercadorias ao mercado" (Marx, 1976, p. 228-229, tradução nossa).

mercado resultantes do avanço da produtividade. Esta diferença entre o preço de mercado e o valor de mercado, que se traduz em lucro extra para o setor III, reflete a transferência de valor a partir dos outros setores. Disto se retiram basicamente dois resultados: *i*) a sangria dos setores I e II converte-se em uma redução de suas taxas de lucro, obstaculizando por consequência sua expansão; e *ii*) o lucro extra de que se apropria o setor III se subtrai da nivelção da taxa de lucro, deprimindo a taxa geral de lucro. Por um lado, o desenvolvimento do setor III promove a elevação da composição orgânica, além de dificultar o aumento da taxa de mais-valia e o barateamento do capital constante, na medida em que sangra os setores I e II. Por outro, suga parte da mais-valia, subtraindo-a da nivelção. Pelos dois lados, o resultado é o mesmo: acelerar a queda da taxa geral de lucros.³³

Conforme visto, os setores I e II possuem limitações reais para expandir-se nas economias dependentes. Tais limitações tenderiam a ampliar-se caso, de fato, a expansão do setor III trouxesse como resultado a depressão de suas taxas de lucro particulares, na forma antes assinalada. Cumpre verificar se este processo tende a ocorrer em tais economias. Para isto, necessita-se considerar como se forma a demanda de bens de consumo nestas economias. Tal demanda é somente o reverso da distribuição de renda, determinada pela própria produção. Como diz Marx: “uma dada produção determina, pois, consumo, distribuição, trocas determinadas” (Marx, 1977a, p. 257, tradução nossa). Afirmar que a produção determina a distribuição é considerar que o lucro antes de aparecer como lucro na distribuição já aparece enquanto capital na produção, assim como o salário já aparece como trabalho assalariado na produção.³⁴ Assim, a primeira forma como aparece a distribuição é enquanto proporção do produto social que cabe a proprietários e não proprietários de meios de produção, o que, no modo de produção capitalista, traduz-se em distribuição entre o capital e o trabalho assalariado, quer dizer, em distribuição entre mais-valia e salários, a qual reflete o grau de exploração do trabalho.

Somente depois que o novo valor aparece distribuído entre mais-valia e salário a mais-valia se “socializa”, de um lado, entre os distintos capitalistas e proprietários de terra – sob a forma de lucro empresarial, juros e renda da terra – e, de outro, como transferência ao Estado e aos “funcionários do capital” – os assalariados do

33. As ideias apresentadas até aqui a respeito da apropriação de sobrelucro intersetorial foram inspiradas no trabalho de Ruy Mauro Marini já citado (Marini, 1978), especialmente no que se refere ao efeito da produtividade e do mercado sobre a capacidade de um setor ou ramo apropriar-se de sobrelucro, assim como ao efeito deste sobrelucro no sobredimensionamento do setor III. Entretanto, há uma diferença entre a formulação do autor deste capítulo e a de Marini. Este supõe que, ainda que aumente a produtividade média do conjunto do ramo, o valor de mercado não baixará se se mantêm inalteradas as condições de mercado (ver especialmente Marini, 1978, p. 16 e 18), o que garante que a mais-valia extra produzida pelo ramo se converta em sobrelucro. Para o autor deste capítulo, ao contrário, o aumento da produtividade média fará necessariamente baixar o valor de mercado; o que não baixará, se as condições o permitem, é o preço de mercado. Neste caso, não haverá mais-valia extra produzida internamente de que se apropriar; haverá, isto sim, um sobrelucro resultante da transferência de mais-valia a partir de outros ramos ou setores, que enfrentam problemas de mercado e de baixa produtividade.

34. “Por isso, as relações e modos de distribuição aparecem somente como o reverso dos agentes de produção” (Marx, 1977a, 251, tradução nossa).

capital que, por ocuparem posição de mando na sua hierarquia, têm a determinação de seus salários totalmente desvinculada da reprodução da força de trabalho. Quanto maior é a participação da mais-valia no novo valor, ou seja, quanto maior o grau de exploração do trabalho, maiores serão as possibilidades de realizar transferências ao Estado e de remunerar aos funcionários do capital.

Viu-se que a existência de um enorme exército industrial de reserva em economias capitalistas subordinadas ao imperialismo permite um elevado grau de exploração do trabalho. Ela permite elevar o consumo dos capitalistas e o consumo dos “funcionários do capital” e do Estado. Mas possibilidade não significa realidade. O simples fato de o capitalista dispor de maior quantidade de mais-valia não determina que a transfira ao Estado, ou que remunere melhor seus funcionários. A participação do Estado na renda é condicionada pela necessidade cada vez maior de intervenção deste na sociedade. Da mesma maneira, o desenvolvimento do modo de produção capitalista por meio da centralização e concentração do capital determina a necessidade cada vez maior de novos *funcionários do capital*. Este processo se dá de maneira mais ou menos precoce nas economias de industrialização tardia, porque tal desenvolvimento já se apresenta no desenvolvimento mundial do sistema imperialista.

O desenvolvimento desse consumo produz um efeito duplo: *i*) desvia uma proporção substancial de mais-valia que, de outro modo, se destinaria à acumulação; e *ii*) torna elástica a demanda do setor III, fazendo que seus preços se fixem acima de seus valores de mercado e elevando a taxa de lucro deste setor acima da taxa geral média de lucro. O resultado é a expansão deste setor em um grau superior ao dos demais setores, provocando os efeitos já assinalados, no sentido de acelerar a queda da taxa de lucro. Nessas condições – de sobredimensionamento do setor III em detrimento dos outros dois –, a forma mais viável do capital para contra-arrestar a tendência de queda da taxa geral de lucro é o recurso sistemático à superexploração do trabalho. Em síntese, se a superexploração cria as condições para a expansão acelerada (desproporcional) do setor III, tal expansão passa a exigir a superexploração como traço essencial.

4 PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, “CICLO LONGO” E CICLO ECONÔMICO

O conceito de padrão de reprodução do capital é de grande importância para captar um processo de expansão do capital e a crise que este supõe, assim como o caráter desta crise. Para definir o que se entende com este conceito, deve-se partir do processo de reprodução do capital. Este é a unidade contraditória entre o processo de produção e o de circulação. Mas não apenas isto. É, sobretudo, a reprodução dos elementos materiais do capital e do valor do capital em escala ampliada. Além disto, significa tanto a reprodução das relações capitalistas de produção quanto sua contínua expansão. Ao se falar de reprodução do capital, está-se falando da

preservação do modo capitalista de produção. Este conceito é mais amplo que o de acumulação, visto que o último engloba apenas a ampliação do capital, sem incluir a reprodução ou a circulação, ainda que as suponha.

A reprodução, embora se origine na esfera da economia, ocorre também, como consequência, na superestrutura, em particular por intermédio do Estado. Este, além de ser produto desta reprodução, contribui decisivamente para ela. O Estado é ao mesmo tempo objeto e agente da reprodução do capital; por esta razão a reprodução não pode ser estudada sem ser examinado também o Estado. Por sua vez, das contradições inerentes à reprodução do capital nasce a luta de classes, do mesmo modo que esta afeta aquela. A luta de classes é um elemento antagônico da reprodução, é a sua negação. Deste modo, a reprodução do capital, por ser a reprodução ampliada de suas contradições, supõe a afirmação e a negação do capital. Estudá-la é tratá-la nos dois aspectos.

Deve-se considerar que, ainda que as leis básicas da reprodução do capital se mantenham, é natural que, em um período *dado* e em um espaço *dado*, o capital se reproduza de *determinada* maneira, distinta em alguns aspectos do modo como se reproduz em *outro* período e em *outro* espaço. Isto tem a ver com o “ambiente” social, econômico, político e cultural em que se desenvolve o capital. É necessário captar estas especificidades da reprodução do capital para entender melhor a sociedade que se está tratando. O conceito que ajuda a captar estas especificidades é o de *padrão de reprodução*. Não se adota neste capítulo o conceito de padrão de acumulação, como é mais comum, porque aqui é considerado insuficiente para captar a totalidade do processo, como assinalado a respeito da acumulação.

Entende-se por padrão de reprodução a *forma* pela qual o capital se reproduz em um período e espaço dados, tanto em termos de seus elementos materiais quanto – sobretudo – em termos de valor. O capital é analisado enquanto relação social, o que supõe as condições sociopolíticas desta reprodução. Isto implica distinguir:

- a forma fundamental de extração de mais-valia – se a mais-valia é absoluta ou relativa; se é obtida por meio da superexploração;
- as relações entre os setores produtivos – se a expansão se baseia no setor I, II ou III; se é baseada na existência de um setor I interno ou na importação de meios de produção;
- o processo de circulação e os correspondentes padrões de distribuição de renda e de consumo;
- a forma de inserção no sistema imperialista mundial;
- a forma de dominação imposta pela burguesia – forma de controle sobre a classe trabalhadora e demais setores dominados, pacto de dominação e bloco no poder, setores burgueses subordinados, base social de apoio etc.

O padrão de reprodução não se confunde com o ciclo econômico. Durante a vigência de um mesmo padrão de reprodução, podem ocorrer vários ciclos. O ciclo é a forma clássica como se manifesta a expansão e a crise no capitalismo. Começa por um período de expansão, primeiro calma, depois intensa, e termina com a crise. Mas a forma específica que assume o ciclo depende do padrão de reprodução vigente. Isto é, os elementos gerais, abstratos, que estão presentes em toda expansão capitalista e em toda crise têm sua forma modificada em função do padrão de reprodução. Além das crises cíclicas, costumam ocorrer crises do próprio padrão de reprodução. Denominam-se estas crises de *crises estruturais*, que somente se superam por meio de modificações substanciais no próprio padrão de reprodução. Dadas as dificuldades destas modificações, tais crises tendem a ser mais prolongadas que as crises cíclicas.

O caráter das crises também é sobredeterminado pela situação em que se encontra o desenvolvimento capitalista em nível mundial. Um conceito capaz de captar esta situação é o de “onda longa”. Segundo Karl Kautsky,³⁵ Parvus foi quem inicialmente formulou a ideia da existência de um “ciclo maior”, mais longo que o ciclo industrial periódico. Vale a pena transcrever o parágrafo em que Parvus desenvolve esta ideia:

Existem momentos nos quais o desenvolvimento da economia capitalista amadureceu tanto, em todos os terrenos – na técnica, no mercado de dinheiro, no comércio, nas colônias – que deve verificar-se uma iminente expansão do mercado mundial, a totalidade da produção mundial é elevada a uma nova base, muito mais ampla. Então, inicia-se um período de *embate e luta* (*sturm und drang*) para o capital. A mudança periódica de auge e crise não é suprimida por ele, mas o auge se desenvolve em progressão maior, a crise é mais aguda, mas de menor duração. Assim se segue até que as tendências do desenvolvimento acumuladas alcançam seu completo desenvolvimento. Então, produz-se um estalido mais agudo da crise comercial, a qual finalmente se transforma na *depressão econômica*. A depressão econômica está caracterizada por um retardo no desenvolvimento da produção. Esta encurta a magnitude do auge e sua duração, mas estende, ao contrário, a crise comercial, que perde seu vigor. Quase se tem impressão de que a produção já não poderia se levantar até que as potências do desenvolvimento tenham evoluído até um novo período de embate e luta (Parvus *apud* Kautsky, 1978, p. 227, tradução nossa).

Kautsky assume esta ideia e busca demonstrar que, historicamente, o capitalismo se desenvolveu com base nesses *grandes períodos*. Ademais, Kautsky descobre que na base de cada período de *embate e luta* encontram-se conquistas coloniais e inovações técnicas. Ao contrário, nos períodos de *depressão econômica*, desenvolvem-se os movimentos dos trabalhadores e as revoluções (Kautsky, 1978, p. 227). Em verdade, o período de *embate e luta* de um *ciclo longo* corresponde ao período

35. Depois de afirmar que Parvus desenvolve essa ideia, Kautsky reconhece que a mesma representa “um valioso complemento e enriquecimento da teoria marxista das crises” (Kautsky, 1978, p. 227, tradução nossa).

de emergência e expansão de um padrão de reprodução, enquanto o de *depressão econômica* corresponde ao de decadência. Nesse sentido, a utilização do conceito de *ciclo longo* nada mais é que a forma temporal de examinar a vida e a morte de um padrão de reprodução do capital. Cada ciclo longo corresponderia a um distinto padrão de reprodução.

A ideia de *ciclo longo* foi mais tarde retomada por Kondratiev, equivocadamente considerado o pai desta teoria. Kondratiev assimilava os ciclos longos aos ciclos industriais periódicos, estabelecendo para aqueles a mesma regularidade que define estes; ou seja, ele os concebia como resultantes das mesmas leis internas ao movimento do capital. Na realidade, não existe esta regularidade interna do ciclo longo. Sua duração depende das forças impulsoras e do grau de contradição que encerra o padrão de reprodução de capital correspondente. As forças impulsoras iniciais, conforme descobriu Kautsky, são externas à dinâmica própria da acumulação de capital, como conquistas coloniais, derrotas dos trabalhadores, guerras etc.

Essas são forças impulsoras iniciais na medida em que, ao destruírem profundamente forças produtivas e estenderem o mercado mundial, propiciam tal elevação da taxa de lucro que permitem a incorporação ao processo produtivo de descobertas tecnológicas realizadas no período anterior e podem se converter em verdadeiras revoluções tecnológicas. O processo de generalização da nova *onda tecnológica* corresponde ao período de expansão do novo padrão de reprodução de capital, ao período de embate e luta do novo ciclo longo. A tônica deste período é o progresso geral do capital, mas não deixa de ser entrecortado por crises.

O esgotamento dessas forças impulsoras e dos efeitos revolucionários da onda tecnológica que provocaram retira o peso das forças compensatórias da tendência da taxa de lucro a cair. Assume preponderância inquestionável a tendência ao aumento da composição orgânica embutido na revolução tecnológica – e a queda da taxa de lucro se impõe. Inicia-se o período de decadência do padrão de reprodução, o período de depressão econômica do ciclo longo. A tônica geral deste período é a destruição de forças produtivas, ainda que haja ligeiros períodos de reanimação econômica. Estes decorrem de efêmeras melhoras na taxa de lucro, geradas pela própria crise, mas esta, enquanto não puder alterar o padrão de reprodução, não será capaz de promover a elevação da taxa de lucro a ponto de garantir um período sustentado e duradouro de expansão econômica.³⁶

Para Parvus, na fase expansiva as crises seriam curtas, mas agudas, enquanto na fase recessiva seriam prolongadas, mas suaves. Neste capítulo, considera-se que a profundidade da crise depende, em grande medida, do nível a que chegou seu auge anterior, assim como do nível da luta de classes no momento em que

36. Esta vinculação entre a dinâmica do ciclo longo e o comportamento da taxa de lucro no longo prazo foi postulada pelo economista Ernest Mandel (Mandel, 1975, p. 144-145).

se inicia a crise. Os dois fatores atuam de maneira oposta. Por exemplo, na fase depressiva da onda longa tende a não haver auges febris; por isso não há elevação brusca da composição orgânica e, por conseguinte, por esta via, não há queda brusca da taxa geral de lucro; o resultado seria que a economia entraria em crise de maneira relativamente suave. Ao contrário, nesta fase a luta de classes tende a desenvolver-se de maneira mais intensa; tende, pois, a dificultar o aumento do grau de exploração, o que pode levar a crises mais profundas. É difícil afirmar *a priori* que a crise vai ser mais ou menos profunda segundo a fase do ciclo. O que é possível prever é se será mais ou menos prolongada. Na fase depressiva, torna-se mais difícil para o capital recuperar suas condições de valorização anteriores à crise, em grande medida porque o desenvolvimento da luta de classes tende a dificultar o aumento do grau de exploração do trabalho. Além disso, devido ao baixo nível da taxa geral de lucro, resulta mais difícil desenvolver processos produtivos que barateiam os elementos materiais do capital constante.

O padrão de reprodução de capital pode ser específico de um determinado país, mas, na fase imperialista, tende a estar condicionado pelo padrão de reprodução vigente nas economias centrais, o qual estabelece a lógica da reprodução mundial do capital. Por sua vez, a teoria do ciclo longo aplica-se com mais precisão ao sistema mundial do capitalismo que a um país em particular. O ciclo longo que se desenvolve em cada país tem também sua dinâmica condicionada, em última instância, ainda que não mecanicamente, pelo ciclo longo da economia mundial. Mas cada país se condiciona ao padrão de reprodução e ao ciclo longo das economias centrais segundo sua inserção no sistema capitalista mundial. Isto é assim porque as condições gerais do ciclo longo somente se dão em nível mundial, ainda que possam se iniciar em determinado centro importante do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- BAUER, O. La acumulación del capital. *In*: COLLETTI, L. **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1978.
- BUJARIN, N. **El imperialismo y la acumulación del capital**. Traduzido por Horacio Cifardini. Argentina: Tiempo Contemporáneo, 1974.
- CASTELLS, M. **La teoría marxista de las crisis y las transformaciones del capitalismo**. Traduzido por Juan Bueno. México: Siglo XXI, 1978.
- GROSSMANN, H. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. México: Siglo XXI, 1979.
- HILFERDING, R. **El capital financiero**. Traduzido por Romano García. Madrid: Tecnos, 1973.

KAUTSKY, K. Teorías de las crisis. *In*: COLLETTI, L. **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1978.

LENIN, V. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. *In*: MARX, K. **El capital: crítica de la economía política**. Traduzido por Wenceslao Roces. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1976a.

_____. Insistiendo en el problema de la teoría de la realización (fragmento). *In*: _____. **El capital: crítica de la economía política**. Traduzido por Wenceslao Roces. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1976b.

_____. Observación sobre el problema de la teoría de los mercados. *In*: _____. **El capital: crítica de la economía política**. Traduzido por Wenceslao Roces. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1976c.

_____. Sobre la caracterización del romanticismo económico (fragmento). *In*: _____. **El capital: crítica de la economía política**. Traduzido por Wenceslao Roces. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1976d.

LUXEMBURGO, R. La acumulación del capital o en qué han convertido los epígonos la teoría de Marx. Una anticrítica. *In*: COLLETTI, L. **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1978.

MANDEL, E. **Late capitalism**. Traduzido por Joris de Bres. New York: NLB Publishers, 1975.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. 2. ed. México: Era, 1974.

_____. **Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital**. 1. versión mimeografiada para discusión. 1978.

MARX, K. **Teorías sobre la plusvalía**. Traduzido por Floreal Mazia. Buenos Aires: Cartago, 1975.

_____. **El capital: crítica de la economía política**. Traduzido por León Mames. México: Siglo XXI, 1976.

_____. **Contribución a la crítica de la economía política: introducción a la crítica de la economía política**. 7. reimpressão. México: Cultura Popular, 1977a.

_____. **El capital**. México: Siglo XXI, 1977b.

MEEK, R. **Economía e ideología y otros ensayos**. Traduzido por Manuel Sacristán. Barcelona: Ariel, 1972.

MOSZKOWSKA, N. **Contribución a la crítica de las teorías modernas de las crisis**. México: Siglo XXI, 1978.

NAPOLEONI, C. **El futuro del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1978.

SOUZA, N. A. **Crises y lucha de clases en Brasil – 1974/1979**. 1980. Tese (Doutorado) – Facultad Nacional de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1980.

SWEEZZY, P. M. **Teoría del desarrollo capitalista**. Traduzido por Hernán Laborde. 8. reimpressão. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

TUGÁN-BARANOVSKI, M. V. Estudios sobre la teoría e historia de las crisis comerciales en Inglaterra. *In*: COLLETTI, L. **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1978a.

_____. Fundamentos teóricos del marxismo. *In*: _____. **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. México: Siglo XXI, 1978b.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LENIN, V. I. Sobre el problema de la teoría de los mercados. *In*: _____. **El capital: crítica de la economía política**. Traduzido por Wenceslao Roces. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1976.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Theotonio dos Santos

Graduado em sociologia, política e administração pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1961, mestre em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB) em 1964, doutor em economia por Notório Saber pela UFMG (1985) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1995. Atualmente é coordenador da Cátedra da Universidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco/UNU) sobre economia global e desenvolvimento sustentável (REGGEN) e professor emérito da UFF. Escreveu inúmeros livros, em diversas línguas, sobre os temas do desenvolvimento e da dependência, sendo um dos fundadores da teoria marxista da dependência.

Niemeyer Almeida Filho

Graduado e mestre em economia pela Universidade de Brasília (UnB) em 1979 e 1985; doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1994. Pós-doutorado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP), Departamento de Economia (2009). Foi pesquisador visitante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em Santiago em 2008. Atualmente é professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia do mesmo instituto. É líder dos grupos de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas, e Estudos do Desenvolvimento Dependente, ambos do CNPq, e bolsista do Programa Cátedras do Desenvolvimento do Ipea. Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) no período 2012-2014.

Carlos Eduardo Martins

Graduado em sociologia e política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1990, mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas – RJ (FGV-RJ) em 1996 e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) em 2003. Atualmente é professor adjunto e chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (mestrado e doutorado) na Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador da Cátedra e Rede Unesco/UNU em economia global e desenvolvimento sustentável (REGGEN), pesquisador do grupo de trabalho sobre Estados Unidos e coordenador/pesquisador do grupo de trabalho sobre integração regional do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Detentor do Prêmio Jabuti de livro do ano não ficção e livro de ciências humanas em 2007. Pesquisador do Ipea no projeto Governança Global e a Integração na América do Sul.

Jaime Osorio

Graduado em sociologia pela Universidade do Chile e doutor pelo Centro de Estudos Sociológicos do Colégio do México. Atualmente é professor e pesquisador do Departamento de Relações Sociais da Universidade Autônoma Metropolitana, Campus Xochimilco, e do Programa de Pós-Graduação em América Latina da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). É considerado um dos maiores especialistas em teoria marxista da dependência, tendo publicado diversos livros, que incluem *Crítica da economia vulgar: reprodução do capital e da dependência*; *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e a questão do poder*; e *Exploração redobrada e a atualidade da revolução*.

Marcelo Dias Carcanholo

Graduado em ciências econômicas pela Universidade de São Paulo (USP) em 1993, mestre em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1996 e doutor em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2002. Atualmente é professor associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST) e membro da atual Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Carlos Alves do Nascimento

Graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1995, mestre em ciência econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2002 e doutor em economia aplicada pela UNICAMP (2005). Atualmente é professor adjunto do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Recebeu prêmio de honra ao mérito da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) pela dissertação de mestrado.

Fernando Frota Dillenburg

Graduado em agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) em 1985, mestre e doutor em filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2006 e 2011, respectivamente. Atualmente é pesquisador colaborador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (IFCH/UNICAMP).

Fábio Maia Sobral

Graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1995, mestre em filosofia pela mesma universidade (2003) e doutor em filosofia

pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2008. Atualmente é professor adjunto da UFC.

Tiago Camarinha Lopes

Graduado em economia pela Goethe-Universität Frankfurt Am Main, Alemanha (Diplom Volkswirt). Mestre em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorando em economia pela UFU. Representante para o Brasil da International Initiative for Promoting Political Economy (IIPPE). Membro dos grupos de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFU) e Estudos do Desenvolvimento Dependente.

Mathias Seibel Luce

Bacharel, licenciado e doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estágio no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Mestre em relações internacionais pela UFRGS (2007). Atualmente é professor do Departamento de História da UFRGS. É colíder do Grupo de Estudos do Desenvolvimento Dependente – Diretório Lattes Grupos de Pesquisa do CNPq, e membro do Grupo de Estudos Americanos.

Nilson Araújo de Souza

Graduado em economia pela Universidade Federal do Pará (UFP) em 1974, mestre em economia rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (1976), doutor em economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) em 1980 e pós-doutor em economia pela FEA/USP (1985). Atualmente, é professor visitante sênior Capes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Além de ter diversos livros publicados, é um dos maiores especialistas brasileiros em estudos da dependência.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão*

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laetícia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Marcelo Araújo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniel Alves de Sousa Júnior (estagiário)

Diego André Souza Santos (estagiário)

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

* A versão final do capítulo 2, *Fundamentos da Superexploração*, de James Osorio, é de responsabilidade do autor por conta de atualizações realizadas no texto após a revisão do Editorial do Ipea.

Composto em adobe garamond pro 11/13,2 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

